



ISSN: 2675-2697

Volume 1 - Número 2 - 2019

Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Mares: Revista de Geografia e Etnociências

<http://revistamares.com.br/>

Volume 1, Número 2, 2019

ISSN: 2675-2697

Rede de Geografias da Pesca

Universidade Federal do Pará - Campus Altamira

Av. Cel. Porfírio, 2515

CEP: 68372-040 - Altamira PA

Editores

Cristiano Quaresma de Paula

Christian Nunes da Silva

Conselho Editorial

Catia Antonia da Silva (NUTEMC – UERJ FFP)

Catherine Prost (COSTEIROS - UFBA)

Cristiano Quaresma de Paula (NEGA – UFRGS)

Christian Nunes da Silva (GAPTA - UFPA)

Eduardo Schiavone Cardoso (GTA UFSM)

Guiomar Germani (GeograFAR – UFBA)

Gustavo Goulart Moreira Moura (GERPCAM - UFPA)

Kássia Norberto Rios (LIECTT – UFRB)

Sueli Angelo Furlan (NUPAUB – USP)

Conselho Intercientífico

Adrian Ribaric (USP)

Adolfo da Costa Oliveira Neto (UFPA)

Alan Nunes Araújo (UFPA)

Alpina Begossi (UNICAMP)

Amintas Nazareth Rossete (UEMT)

Ana Paulina Aguiar Soares (UEA Manaus)

Andréa Regina de Britto Costa Lopes (UNIFESSPA)

Antonio Carlos Diegues (USP)

António Domingos Braço (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Camilah Antunes Zappes (UFF e UFES)

Carla Joelma de Oliveira Lopes (UFPA)

Carlos Rerisson Rocha da Costa (UESPI)

Carlos Walter Porto Gonçalves (UFRJ)

Catherine Prost (UFBA)

Catia Antonia da Silva (UERJ)

César Augusto Ávila Martins (FURG)

Christian Nunes da Silva (UFPA)

Cristiano Quaresma de Paula (UFPA)

Cristiano Ramalho (UFPE)

David MacGrath (EUA)

Dirce Maria Antunes Suertegaray (UFRGS)

Ederson Silva (FURG)

Eduardo Schiavone Cardoso (UFSM)

Eline Almeida Santos (UFS)

Elionice Conceição Sacramento (MPP)

Francisco José Bezerra Souto (UEFS)

Gabriela Coelho de Souza (UFRGS) Gracilene de Castro Ferreira (UFPA)

Guiomar Germani (UFBA)

Gustavo Moura (UFPA)

Isac Oliveira (APAPG)

José Ángel Quintero Weir (Universidad de Zulia - Venezuela)

José Ignacio Vega Fernández (UFPE)

José Geraldo Marques (UEFS)

Jussara Cristina Vasconcelos Rêgo (Marsol)

Karyn Rodrigues Enriques (Universidad de La Laguna – Espanha)

Kássia Norberto Rios (UFRB)

Laís Rodrigues Campos (UFG)

Leopoldo Cavaleri (UNICAMP)

Liandra Caldasso (FURG)

Luceni Hellebrandt (UENF)

Manoel Masulo da Cruz (UFAM)

Maria Lúcia Brito (UECE)

Mariana Neves Cruz Mello (UEPA)

Marie Christine Cormier-Salem (IRD – França)

Michel Thiollent (UNIGRANRIO)

Miguel Accioly (UFBA)

Nemer Narchi (Colégio de Michoacán - México)

Oriana Trindade de Almeida (UFPA)

Raimundo Alberto Mulhaisse (Universidade Pedagógica – Moçambique)

Raquel de Carvalho Dumith (UFF)

Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Rogério Haesbaert (UFF)

Shauane Itainhara Freire Nunes (IF Bahiano)

Suana Medeiros Silva (UFPE) Sueli Angelo Furlan (USP)

Tatiana Walter (FURG)

Vicka de Nazaré Magalhães Marinho (UFPA)

Valter Carmo Cruz (UFF)

Zacarias Augusto Rungo (Universidade Pedagógica – Moçambique)

ÍNDICE

EDITORIAL

Catia Antonia da Silva e Cristiano Quaresma de Paula	5-6
--	-----

Artigos Científicos

AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL SUL SERGIPANO E OS SEUS REFLEXOS NA PESCA ARTESANAL FEMININA

Eline Almeida Santos, Rosemeri Melo e Souza	7-18
---	------

PESCADORAS QUILOMBOLAS E O BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO: CONFLITOS, PERMANÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS

Paula Cordeiro	19-30
----------------------	-------

OS SUJEITOS DO MAR NA ILHA GRANDE (RJ): A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIDADE CAIÇARA

Johana Maiy Alecrim Alves Gomes	31-40
---------------------------------------	-------

A PESCA GEOGRAFICIZANDO OS LUGARES

Abbul Mahmebb Said - José Carlos da Silva	41-52
---	-------

POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS EM PRAIAS DA BAÍA DA ILHA GRANDE: ANGRA DOS REIS E PARATY (RJ)

Andrea Viana Macedo, André Luiz Carvalho da Silva, Emanuelle Madureira, Lorena Diniz, Ana Beatriz Pinheiro	53-66
---	-------

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

Maristel Coelho San Martin	67-78
----------------------------------	-------

CAMINHOS PARA COOPERAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DE USUÁRIOS DE RECURSOS COMUNS EM ÁREAS PROTEGIDAS

Paula Chamy Pereira Costa, Natalia Bahia	79-91
--	-------

MAPEAMENTO DO USO E COBERTURA DA TERRA NO ENTORNO DA BAÍA DE SEPETIBA EM APOIO À IDENTIFICAÇÃO DE PRESSÕES SOBRE OS MANGUEZAIS

Ana Carolina Oliveira, Isabela Rubatino, Paula Maria Almeida, Carla Madureira Cruz	93-105
--	--------

A CONSIDERÁVEL NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE COMO SUBSÍDIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ)

Antonio Lopes Ferreira Vinhas	107-117
-------------------------------------	---------

A ATIVIDADE PESQUEIRA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NA LAGOA DE PARNAGUÁ-PIAUI- NORDESTE DO BRASIL

Jaine Carvalho da Silva Pereira, Marcília Martins da Silva, Miria Aragão	119-126
--	---------

ENSAIO SOBRE A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO: O EXEMPLO DE SÃO PAULO

Pedro Benicio Almeida	127-136
-----------------------------	---------

Resenha

EMBARCADIÇOS DO ENCANTAMENTO: TRABALHO SINÔNIMO DE ARTE, ESTÉTICA E LIBERDADE NA PESCA MARÍTIMA

Carmen Silvia Moreira Garcez137-140

Cartografia Social

CARTOGRAFIA SOCIAL PARTICIPATIVA NA VILA CAIÇARA DE PICINGUABA (UBATUBA – SP)

Dorival Bonfa Neto141-145

PRINCIPAIS DISPUTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS IDENTIFICADOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS SITUADAS NO LITORAL E NO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO - ESTADO DA BAHIA

Kássia Aguiar Norberto Rios147-150

Cartas dos Movimentos Sociais

MANIFESTO CONTRA AS FORMAS DE EXCLUSÃO AOS DIREITOS DOS PESCADORES ARTESANAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA POLÍTICA EMERGENCIAL..... 151

CARTA DE SOLIDARIEDADE DO CPP AS COMUNIDADES PESQUEIRAS IMPACTADAS PELO ÓLEO155

CARTA DO CONGRESSO DE 50 ANOS DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES157

Editorial

Estimados(as) leitores(as)

Com satisfação, trazemos a público o segundo volume o periódico Mares: revista de Geografia e Etnociências.

Nesta edição estão disponíveis doze artigos científicos, uma resenha, duas produções de cartografia social e três cartas abertas de movimentos sociais da pesca.

Os artigos científicos apresentam assuntos diversos como os desafios das mulheres na/da pesca, os modos de vida, culturas e territorialidades das comunidades pesqueiras, a gestão dos recursos pesqueiros e gerenciamento costeiro, e as repercussões de impactos ambientais na pesca. Também apresenta uma resenha da obra "Embarcações do Encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima".

Para avançarmos na construção de materiais intercientíficos, foi deliberado no último evento da Rede de Geografias da Pesca, que aceitaríamos para publicação produções de cartografia social. Neste número são apresentadas duas iniciativas a esse respeito.

Por fim, em abertura aos movimentos sociais, são apresentadas três cartas abertas. O Conselho Pastoral dos Pescadores contribuiu com duas cartas, uma sobre o jubilei de 50 anos da entidade, outra sobre o impacto do petróleo na costa brasileira em 2019. A Articulação dos Pescadores e Pescadoras do Sul e Sudeste apresentam uma carta-manifesto pela inclusão dos pescadores artesanais e agricultores familiares na política emergencial da pandemia do COVID-19.

Destacamos que alguns textos desse volume foram apresentados no I Seminário Socioambiental das Baías de Sepetiba e Ilha Grande e III Encontro da Rede de Geografias da Pesca. Esses eventos ocorreram de 21 a 25 de outubro de 2020 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Destaca-se que os expositores foram estimulados a publicar na revista Mares, contudo participaram de todo o processo usual de avaliação e revisão da revista.

Desejamos que essa revista seja um estímulo ao ensino, pesquisa-extensão junto às comunidades tradicionais pesqueiras.

Boa leitura

Catia Antonia da Silva e Cristiano Quaresma de Paula

São Gonçalo/Altamira, 15 de abril de 2020.

Sobre o I Seminário Socioambiental das Baías de Sepetiba e Ilha Grande e III Encontro da Rede de Geografias da Pesca

O I Seminário Socioambiental das Baías de Sepetiba e Ilha Grande ocorrido em 2016, na UERJ teve como finalidade dialogar com pesquisadores da UERJ que estudam e desenvolvem diagnósticos sobre os problemas socioambientais e sobre a biodiversidade das baías da Ilha Grande e Sepetiba. Esse segundo encontro regional tem como finalidade analisar as formas de monitoramento e de gestão costeira e pesqueira, numa perspectiva sinérgica, que sejam capazes de interferir e reduzir os impactos socioambientais nas baías, bem como contribuir na divulgação do quadro atual dos instrumentos de proteção ambiental e de participação social, visando o aprimoramento da governança socioambiental na região. Nesse sentido, buscaremos dialogar com técnicos, gestores, poder público e pesquisadores sobre os temas do monitoramento socioambiental global e da gestão nessas regiões.

A Rede de Geografias da Pesca propõe a constituir um espaço de cooperação acadêmica e social com a pesca artesanal brasileira. Desta forma, o III Encontro da Rede de Geografias da Pesca tende a contribuir com o fortalecimento da referida Rede, e assim potencializar iniciativas de ensino, pesquisa e extensão na ciência geográfica. As discussões também devem proporcionar a visualização de propostas metodológicas que vem sendo empregadas nas pesquisas e atividades extensionistas sobre a pesca artesanal no Brasil, e em países como Moçambique e Costa Rica, em que a rede vem se integrando e assim contribuir com tecnologias sociais para a identificação, visibilização e mitigação de conflitos socioambientais e territoriais. Contribui com a promoção de determinadas investigações e reflexões metodológicas. A Rede identifica propostas inovadoras que contribuem para que a Geografia ofereça alternativas efetivas às problemáticas identificadas na pesca artesanal brasileira em diálogo com diferentes sujeitos sociais.

Sobre a Rede de Geografias da Pesca

A Rede de Geografias da Pesca foi construída durante o Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, realizado em 2012, na cidade de Belo Horizonte. No Espaço de Diálogos e Práticas - EDP: Comunidades tradicionais: pescadores, ribeirinhos e caiçaras, se reuniram vários geógrafos de diversos estados brasileiros, que têm se dedicado à compreensão e estudo da pesca no território nacional. Desta forma, a rede é proposta como espaço de cooperação entre pesquisadores e colaboração com os movimentos sociais da pesca artesanal.

Atualmente a Rede de Geografias da Pesca se realiza a partir da articulação entre pesquisadores e grupos de pesquisa que a compõem. Desta forma, são proporcionados momentos de encontro, em bancas de mestrado e doutorado, nos grupos de trabalho e espaços de socialização de eventos nacionais como o Encontro Nacional de Geógrafos - ENG - e Encontro Nacional da ANPEGE - ENANPEGE -; e em eventos promovidos pelos próprios grupos de pesquisa. Também tem sido propostos projetos e publicações conjuntas. Entre as publicações destacamos o livro *Brasil e Moçambique: diálogos geográficos sobre a pesca artesanal* (2016), e livro *Geografia & Pesca Artesanal Brasileira* (2019), em dois volumes.

O periódico Mares: revista de Geografia e Etnociências é uma realização da Rede de Geografias da Pesca, e tem por objetivo fomentar a pesquisa e a divulgação de conhecimentos, sobre a pesca artesanal brasileira, promovidos pela Geografia, pelas Etnociências, e pelas próprias comunidades e movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais.

Para maiores informações acesse: <https://rede-de-geografias-da-pesca.webnode.com/>

AS TRANSFORMAÇÕES NO LITORAL SUL SERGIPANO E OS SEUS REFLEXOS NA PESCA ARTESANAL FEMININA¹

*TRANSFORMATIONS IN SOUTH SERGIPAN COASTAL AND ITS REFLEXES IN FEMALE ARTISAN
FISHING*

*TRANSFORMACIONES EN LA COSTA SERGIPANA DEL SUR Y SUS REFLEJOS EN LA PESCA
ARTESANAL FEMENINA*

SANTOS, Eline Almeida

SOUZA, Rosemeri Melo e

RESUMO

A discussão está centrada na análise das transformações provocadas pelos novos usos no litoral sul sergipano e seus reflexos na pesca artesanal feminina em Indiaroba, município sergipano. Os procedimentos metodológicos englobaram levantamentos bibliográfico e documental, aplicação de entrevistas, registros fotográficos, oficinas e mapeamento participativo dos pontos de pesca. As populações tradicionais de Sergipe enfrentam a dilapidação do seu modo de vida, reflexo da intensa exploração dos recursos naturais, monocultura, especulação imobiliária, desmatamento de campos nativos e cercamento de terras. Nesse cenário, as mulheres pescadoras (marisqueiras) são as mais afetadas devido a degradação do ecossistema manguezal, porção onde desenvolvem suas atividades. Além disso, enfrentam as desigualdades assinaladas pela hierarquização de gênero que define para as mulheres o espaço privado, da reprodução e, aos homens, espaço público, da produção. Em defesa do território pesqueiro, as marisqueiras sergipanas têm se articulado, desencadeando ações de organização e fortalecimento sociopolítico do grupo. A mobilização das mulheres traduz um passo imprescindível para a conquista da autonomia feminina e afirmação no território como pescadoras-marisqueiras, disputando o poder que lhes é negado.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Gênero. Marisqueiras. Cotidiano.

ABSTRACT

The discussion is centered on the analysis of the transformations brought by the new uses in the south coast of the state of Sergipe and its reflexes in the artisanal fishing of women in Indiaroba, municipality in Sergipe. The methodological procedures included bibliographic and documentary surveys, interviews, photographic records, workshops and participatory mapping of fishing spots. The traditional populations of Sergipe face the dilapidation of their way of life, reflecting the intense exploitation of natural resources, monoculture, real estate speculation, deforestation of native fields and encircling land. In this scenario, the fisherwomen ('shellfish-fisherwomen') are the most affected due to degradation of the mangrove ecosystem, the portion where they develop their activities. In addition, they face the inequalities marked by the gender hierarchization that defines for women the private space of reproduction and, for men, the public space of production. In defense of the fishing territory, the 'shellfish-fisherwomen' of Sergipe have been articulating, triggering actions of organization and socio-political strengthening of the group. The mobilization of women represents an indispensable step towards the conquest of female autonomy and affirmation in the territory as shellfish-fisherwomen, disputing the power that has been denied from them.

Keywords: Artisanal fishing. Genre. Shellfish-fisherwomen. Quotidian.

1. Este artigo integra as discussões presentes na tese Mulheres Pescadoras-Mulheres Mangabeiras: o desvelar das territorialidades das extrativistas em Indiaroba/SE, financiada pela FAPITEC através de concessão de bolsa de pesquisa.

RESUMEN

La discusión se centra en el análisis de las transformaciones que traen los nuevos usos en la costa sur del estado de Sergipe y sus reflejos en la pesca artesanal de mujeres en Indiaroba, municipio de Sergipe. Los procedimientos metodológicos incluyeron encuestas bibliográficas y documentales, entrevistas, registros fotográficos, talleres y mapeo participativo de lugares de pesca. Las poblaciones tradicionales de Sergipe se enfrentan a la ruina de su forma de vida, lo que refleja la intensa explotación de los recursos naturales, el monocultivo, la especulación inmobiliaria, la deforestación de los campos nativos y las tierras circundantes. En este escenario, las mujeres pescadoras (marisqueiras) son las más afectadas debido a la degradación del ecosistema de manglar, la parte donde desarrollan sus actividades. Además, se enfrentan a las desigualdades marcadas por la jerarquización de género que define para las mujeres el espacio privado de reproducción y, para los hombres, el espacio público de producción. En defensa del territorio pesquero, las 'mujeres pescadoras de mariscos' de Sergipe han estado articulando, desencadenando acciones de organización y fortalecimiento sociopolítico del grupo. La movilización de las mujeres representa un paso indispensable hacia la conquista de la autonomía y la afirmación de las mujeres en el territorio como criadoras de mariscos, disputando el poder que les ha sido negado.

Palabras clave: Pesca artesanal. Género. Marisqueira. Cotidiano.

INTRODUÇÃO

A zona costeira brasileira acomoda uma variedade de quadros naturais, atividades e usos que lhes são próprios. Estabelecida como patrimônio nacional no artigo 225 da Constituição Federal, a zona costeira compreende o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo os recursos renováveis ou não e abrangendo as faixas terrestre e marítima, conforme salienta o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/1988)².

Em Sergipe, a zona costeira corresponde a uma faixa de pequena extensão de aproximadamente 163 km, compartimentada em três porções de litoral: norte, centro e sul.

O litoral sul, porção na qual situa-se o recorte espacial de estudo, possui uma área de 2.480 km² e apresenta, em termos de ocupação, um povoamento diferenciado da capital, com áreas menos povoadas e isoladas da sede do município.

[...] a maior porção da zona costeira sergipana ainda se encontra em áreas não materialmente incorporadas ao padrão de povoamento nitidamente urbano [...]. [...]. Nesse sentido, é possível falar de padrões diferenciados de ocupação do litoral sergipano, desde aquele tradicionalmente rurais e relativamente isolados com dificuldades de acessos, [...], até espaços mais urbanizados (VILAR; ARAÚJO, 2010, p. 55-56).

O padrão de ocupação do litoral sergipano reflete o modelo bacia de drenagem, característico da zona costeira brasileira, decorrente do processo de expansão mercantil, estruturado por uma rede de circulação na qual todos os fluxos de colonização partiam de centros de difusão situados na costa. Tal fato, ressoou num padrão de povoamento descontínuo com zonas de adensamentos e núcleos pontuais de assentamentos entremeados por vastas porções não ocupadas (MORAES, 2007), corroborando as assertivas anteriores.

O isolamento do litoral sergipano passou a ser interrompido a partir dos anos de 1990 com a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), no qual foram destinados investimentos voltados a ampliação da infraestrutura de transportes e comunicação.

Santos e Vilar (2012) apontam ainda a instalação de indústrias no sul sergipano como um fator contribuinte para o aumento do adensamento populacional com a proliferação de loteamentos clandestinos na localidade. Além disso, nota-se o incremento de segundas residências, a substituição de atividades rurais, a concentração de terras e o alargamento dos problemas ambientais em virtude da insuficiência de saneamento básico.

Para Mota et al. (2009), a diversificação das atividades nos ecossistemas costeiros, com destaque para o turismo e a expansão da carcinicultura, favoreceu à redução das áreas de uso comum dos recursos e consequentes alterações no cotidiano dos povos que sobrevivem da sua exploração.

2. Lei que dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

Desse modo, a ausência de um planejamento integrado aliado à intensificação do povoamento e valorização do litoral sul sergipano, área de fragilidade ambiental com dunas, lagoas e manguezais, têm acarretado transformações ambientais e sociais que afetam, principalmente as populações tradicionais que sobrevivem da exploração direta dos recursos naturais existentes, em especial, as mulheres marisqueiras, pescadoras artesanais que desempenham atividades no manguezal, ecossistema muito atingido pelo processo de modernização do litoral.

Com base no panorama apresentado, foi formulado o seguinte questionamento: *Como os novos usos interferem no trabalho feminino na pesca artesanal?*

A pesca artesanal, dimensão que abarca a discussão em tela, abrange uma complexa cadeia produtiva, não se referindo apenas ao ato de extrair o produto das águas costeiras, ribeirinhas e lacustres, mas as instâncias de produzir peixes, crustáceos, moluscos, de transformar/beneficiar e de distribuir/trocar/comercializar. Por essa razão, a pesca “deve ser analisada como um fenômeno social e cultural total que mobiliza energias humanas e animais, simbologias e estratégias, mitos e lendas”, como sugere Diegues (2004, p. 245).

Em Indiaroba, recorte espacial do estudo, a pesca e o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes), praticado predominantemente por mulher, constituem atividades relevantes para as famílias, uma vez que se manifestam como principais fontes de renda. Na localidade, a biodiversidade é mantida a partir das práticas das populações tradicionais, delineadas por saberes construídos na relação com o meio. As interferências negativas nas áreas de usos coletivo podem levar a extinção do seu modo de vida, da sua identidade, pois não terão como desempenhar suas atividades.

Diante desse quadro, o presente artigo objetiva analisar as transformações do litoral sul sergipano e as suas interferências na pesca artesanal feminina. Os caminhos percorridos na investigação englobaram levantamentos bibliográfico e documental, além de trabalho de campo com aplicação de entrevistas, registros fotográficos, oficinas e mapeamento participativo dos pontos de pesca, evidenciando as espécies extraídas, apetrechos utilizados e tipos de acesso (Figura 1).



Figura 1-Mapeamento social das atividades extrativistas em Indiaroba/SE: A) Oficina de mapeamento participativo B) Etnomapeamento da pesca artesanal

Fonte: Trabalho de campo (2016-2017).

A relevância do estudo está em destacar grupos invisibilizados nos discursos acadêmicos e nas políticas públicas nacionais, permitindo a compreensão da organização social do grupo e da estruturação do trabalho de homens e mulheres nas atividades de base artesanal.

O artigo está estruturado em duas seções, além da introdução e considerações finais. A primeira seção apresenta um panorama das comunidades extrativistas investigadas, sublinhando aspectos relacionados aos condicionantes físicos, infraestrutura de serviços e atividades econômicas que alteram a dinâmica socioespacial local. Já a segunda seção, explicita sobre os elementos que estruturam o cotidiano das

pescadoras, as áreas de extração, espécies capturadas, apetrechos e demandas provenientes do desenvolvimento da atividade. Nas considerações finais, serão apontadas a organização das extrativistas para o enfrentamento ao desmonte da pesca artesanal.

AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO CONTEXTO DA PAISAGEM COSTEIRA

A zona costeira brasileira testemunhou os primeiros núcleos de povoamento, uma vez que os colonizadores adentravam as novas terras por via marítima e fluvial. Em Sergipe, os rios do litoral Sul constituíram-se como caminhos utilizados na ocupação e como dispersores das atividades econômicas no interior do território. Nessa porção, são encontradas reservas de recursos naturais, pois abriga ecossistemas como manguezais, restingas, estuários, como também, atividades humanas e variadas formas de ocupação do solo.

Dentre as atividades desenvolvidas na porção meridional de Sergipe pode-se evidenciar o extrativismo ou economia extrativa, que corresponde a “uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural” (DRUMMOND, 1996, p.2). Ele é praticado por populações que possuem uma relação simbiótica com a natureza e, portanto, são dependentes da riqueza ecológica local.

Em conformidade com os apontamentos anteriores, a discussão estará centrada nas transformações socioespaciais nas comunidades extrativistas de Indiaroba, especificamente as de Terra Caída, Convento, Preguiça (de Cima e de Baixo) e Pontal (Figura 2), localizadas na porção leste do município.

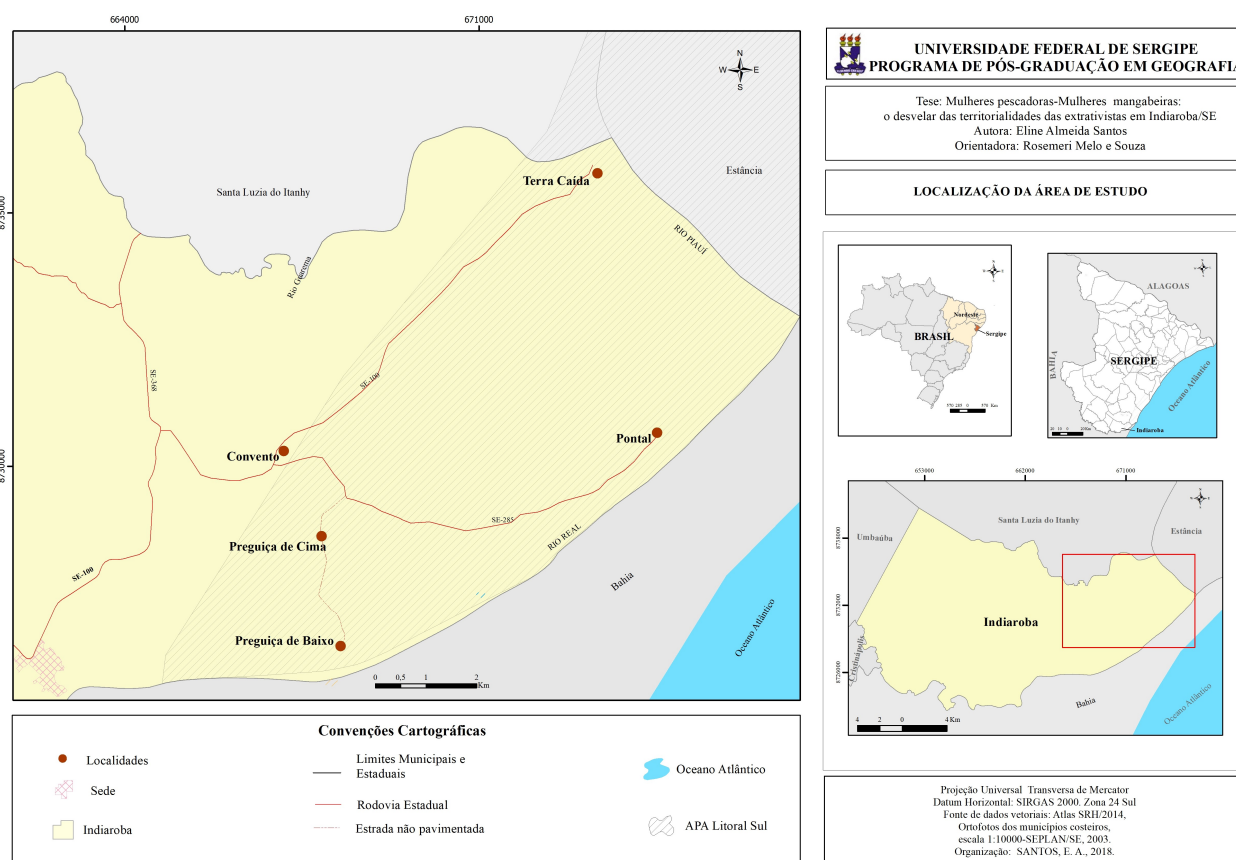


Figura 2-Localização da área de estudo

Fonte: Atlas SRH (2014).

Nessas comunidades, o extrativismo da mangaba e a pesca consistem como fontes primárias de renda, pois mais de 80% da população depende dessas atividades para a sobrevivência. Ademais, vêm passando por transformações socioambientais com efeitos sobre o seu modo de vida.

Indiaroba situa-se no extremo sul sergipano (11°31'10" S e 37°30'37" W), Nordeste brasileiro. Dista da capital Aracaju 100 Km, cujo acesso ocorre pelas rodovias BR 235, BR 101 e SE 318. Com uma área de, aproximadamente, 314 Km, o município possui características rurais e abriga uma população estimada no ano de 2019 de 17.957 habitantes, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Acerca da infraestrutura de serviços, o município dispõe de energia elétrica, serviço telefônico, agência postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), biblioteca, estádio de futebol, centro de convenções, unidades básicas de saúde e transporte rodoviário interurbano. Nas quatro comunidades que compõem o cenário investigado, são encontrados pequenos estabelecimentos comerciais que atendem às necessidades primárias dos seus habitantes; todavia, produtos especializados são encontrados no comércio instituído na sede de Indiaroba e/ou em Estância, município vizinho.

Os serviços de saneamento básico necessitam ser ampliados, em razão de existir uma deficiência no seu atendimento. Os dados relativos ao número de domicílios com água encanada e banheiro são os mais alarmantes, já que apenas 52,93% têm acesso a esses serviços (PNUD, 2010)³.

A deficiência no atendimento dos serviços de saneamento básico interfere na qualidade de vida da população do município, com a elevação dos riscos à saúde, à proteção dos mananciais (alteração no ciclo da água) e à preservação ambiental (extinção de espécies da flora e fauna, comprometimento da pesca etc.). À vista disso, torna-se urgente a adoção de políticas públicas efetivas voltadas para a manutenção e ampliação da infraestrutura de saneamento básico na zona rural de Indiaroba, principalmente na porção costeira devido a sua fragilidade ambiental.

No que se refere aos aspectos naturais, Indiaroba está inserida nas bacias hidrográficas dos rios Piauí e Real, revelando ao longo dos cursos fluviais que margeiam as comunidades extrativistas, os manguezais, formações florestais configuradas na faixa entremaré.

Para as comunidades ribeirinhas, o manguezal representa fonte de rendimentos e lazer; além disso, possui uma rica fauna (peixes, crustáceos e moluscos) que compõe a dieta alimentar dessas populações. Em termos ambientais, possui destacada relevância por atuar na bioestabilização do relevo, contribuindo para uma melhor proteção da paisagem costeira, seja na fixação de solos instáveis, diminuindo a erosão das margens dos canais; na proteção contra inundações, diminuindo a força das mesmas e o avanço das marés; bem como depósito de sedimentos; além de ser considerado berçário e refúgio para diversas espécies de animais (ALVES, 2006).

No complexo estuário-manguezal dos rios Piauí-Real, é realizada a pesca artesanal estuarina, compreendida como a de maior incidência entre os habitantes locais, situação que se assemelha a realidade sergipana, em que predomina entre os(as) pescadores(as) a prática dessa modalidade pesqueira. Para o seu desenvolvimento são utilizadas pequenas embarcações, do tipo canoa (barco) propelidas a remo ou a motor de rabeta. Acontece diariamente, com raras exceções para aqueles que realizam viagens de até dois dias (CEPENE, 2007).

Sobre a expressividade da pesca artesanal estuarina e marinha em Sergipe, dados revelam que no ano de 2014 gerou, aproximadamente, 50 milhões de reais para a receita estadual, indicando uma participação significativa na constituição da renda e de alimentos das populações locais. Deste montante, Indiaroba contribuiu com R\$ 1.949.371,99, apresentando a pesca estuarina a maior parcela da produção (ARAÚJO et al., 2016). Identifica-se no valor total da produção referida as espécies extraídas no mangue, espaço explorado predominantemente pelas mulheres.

3. Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil-PNUD (2010)

A participação das mulheres na pesca artesanal é expressiva, dado que segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (MPA, 2012), elas representavam 41,37% dos trabalhadores da pesca registrados no país. Quando partimos para uma análise regional, o Nordeste aparecia como a região que apresentava maior número de mulheres com 259.677 (29,92%) em oposição 230.262 (22, 10%) homens registrados. Indiaroba segue a configuração regional e estadual, visto que o percentual de mulher no RGP era superior aos de homens com 941 registros que corresponde a 61,99% do total.

Nas comunidades em evidência, nota-se que, devido aos problemas ambientais, os pescadores, sobretudo as pescadoras-marisqueiras, estão se deslocando para áreas mais distantes do seu local de residência.

Os problemas ambientais espelham os usos desordenados na área da bacia, considerando que ao longo dos rios é observado uma diversidade de ações (pesca predatória, lançamento de resíduos sólidos, desmatamento, uso de agrotóxico) que acarretam impactos negativos, a exemplo do assoreamento em pontos desses cursos d'água.

Aliado a esse processo, tem-se às transformações ocorridas na área de estudo, nas quais o Estado ocupa uma notória posição com a injeção de financiamentos a eixos estruturantes de ocupação do espaço, provenientes do PRODETUR, como a revitalização da rodovia SE-100, a construção de atracadouro em Terra Caída, do trecho da rodovia Convento-Pontal e da ponte Gilberto Amado, que liga o povoado Porto do Cavalo (Estância) ao povoado Terra Caída (Indiaroba).

A implantação de tais infraestruturas tem como finalidade interligar Sergipe a Bahia, reduzindo as distâncias entre Aracaju e Salvador, além de beneficiar empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários já existentes e criar possibilidades para surgimento de novos.

Para Vilar e Araújo (2010, p. 59) "o papel do Estado acentua a função indutora do povoamento, processo bastante visível em alguns pontos do litoral de Sergipe. Obviamente, a ação do Estado emerge como um dos elementos centrais de definição do valor de uma localidade". Assim, o Estado desempenha um papel fundamental no povoamento, na valorização de terras e nas transformações da paisagem costeira sergipana ao incentivar e implementar novas atividades e usos quase sempre sem levar em consideração a carga de suporte do ambiente.

Com base nos dados do censo (2010), observa-se que entre o ano de 2000 e 2010 o número de domicílios de uso ocasional em Indiaroba aumentou de 332 para 714 (um crescimento de 115%), reflexo sobretudo das intervenções estaduais através dos projetos de urbanização turística que têm possibilitado alguns efeitos negativos como o aumento da especulação imobiliária, das segundas residências, dos condomínios, dos loteamentos de terras, elevando uma estrutura fundiária concentrada que interfere na realização das atividades tradicionais e acirram os conflitos locais; do mesmo modo, o aumento dos preços no comércio local, do consumo e tráfico de drogas.

Como aspectos positivos nota-se, de forma ainda incipiente, a renda gerada com as atividades desenvolvidas nos restaurantes, pousadas, estacionamento e comércio de artesanato que surgem para atender a demanda crescente de turistas, em especial nos povoados Pontal e Terra Caída. Neste, por intermédio da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (ASPECTO), foram empreendidas ações de fomento ao turismo de base comunitária com estímulo ao turista a se hospedar na casa dos comunitários e a degustarem os pratos da culinária local, além da oferta de cursos de artesanato para a população interessada. Já Pontal, por estar localizado na divisa com a Bahia, tornou-se o melhor acesso para os turistas que desejam chegar a Mangue Seco (BA). A travessia ocorre pelo Rio Real mediante embarcações que transportam turistas, moradores locais do Mangue Seco e do Coqueiro (BA).

Com a finalidade de melhorar o atendimento ao turista, o governo do estado está elaborando um projeto⁴ de melhoria da infraestrutura do povoado Pontal, com a construção de uma orla contendo quiosques,

4. Em matéria intitulada "Secretaria de Turismo discute projeto de orla com a comunidade do Pontal de Indiaroba". Disponível em: <http://agencia.se.gov.br/noticias/turismo/secretaria-de-turismo-discute-projeto-de-orla-com-a-comunidade-do-pontal-de-indiaroba>. Acesso: out de 2017.

atracadouro e um local para o artesanato das mangabeiras, a partir de subsídios do PRODETUR.

Na análise do turismo, na porção costeira do município de Indiaroba, é mister compreender não apenas os benefícios que promove em termos econômicos, mas também a desestruturação que ocasiona nos ambientes naturais e nos modos de vida tradicionais ou tradicionalmente estabelecidos.

A carcinicultura é um outro tipo de atividade observada nas comunidades estudadas. Santos, Vilar e Oliveira (2016) afirmam que em Indiaroba a carcinicultura é desenvolvida em 16 propriedades, onde são cultivadas as espécies *Litopenaeus vannamei*, conhecida como camarão cinza. Deste total, apenas 06 propriedades possuem licenciamento, enquanto as demais aguardam as licenças através da ADEMA. Tal situação, contribui ainda mais para os problemas decorrentes desta atividade, em razão da irregularidade que pode levar ao desenvolvimento de práticas que não atendam às normatizações legais, como foi citado pelos entrevistados em todas as etapas da pesquisa. Eles relataram o caso da poluição provocada pelas ações de uma empresa de maricultura, localizada no município de Jandaíra (BA), que resultou na supressão da vegetação de mangue, da restinga e na mortandade de algumas espécies, sobretudo, o caranguejo.

Estudiosos (PROST, 2009; SANTOS; VILAR; OLIVEIRA, 2016) salientam os que a carcinicultura provoca efeitos negativos para o ambiente e para as populações tradicionais com o empobrecimento desses povos e a degradação ambiental provocada pela supressão da vegetação, contaminação da água e do solo pelo uso de insumos diversos (fungicidas e antibióticos) e pela introdução de espécies exóticas que acirram a competição e a predação, além da destruição de habitats (PROST, 2009).

O panorama explicitado desvela uma lógica cujo interesse de mercado superpõe aquela que funda o modo de vida dos povos tradicionais, acarretando alterações que podem provocar a dilapidação das suas identidades com o desenvolvimento de tarefas não condizentes com a sua maneira de ser e fazer.

MULHER NA PESCA ARTESANAL: UM ESBOÇO DO COTIDIANO DAS EXTRATIVISTAS SERGIPANAS

Barcellos (1995) apresenta o cotidiano como a vida de todos os dias, como um palco onde as tramas são construídas. Dessa maneira, o cotidiano refere-se a dimensão na qual o grupo vive experiências comuns, onde se manifestam os saberes tradicionais e onde, por meio da interação ambiente-grupo pesqueiro, o “ser pescador(a)” é construído.

A análise do cotidiano das mulheres na pesca possibilita a partir do gênero a compreensão da condição feminina no setor, permitindo a reconstituição das suas práticas no espaço pesqueiro, da organização da atividade, das lutas e resistências no que se referem as demandas existentes por conta das desigualdades construídas histórica e socialmente, desvelando as tessituras de gênero num espaço marcado pela divisão sexual do trabalho.

O gênero é uma categoria que atravessa os demais fatores de influência, uma vez que se refere às diferenças construídas socialmente nas relações entre homens e mulheres (SILVA; SILVA, 2014). Para as autoras, a visão acerca de gênero tem que ser desenvolvida nas dinâmicas cotidianas das comunidades, as quais são estabelecidas de acordo com uma divisão de espaços, tarefas e conhecimentos específicos de homens e de mulheres.

Em Indiaroba, o trabalho na pesca tem como unidade produtiva básica a família e está organizado mediante relações de gênero que sinalizam o modelo bipolar de organização deste, caracterizado pela divisão sexual do trabalho, na qual são atribuídos espaços e atividades sociais diferenciados para homens e mulheres.

A divisão sexual do trabalho aponta a hierarquização dos espaços, com base na diferenciação sexual, incutindo a lógica de que as características biológicas (naturais) são responsáveis pela existência de atividades masculinas e femininas (culturais). Assim, por sua condição biológica, o espaço da mulher é limitado à casa, família e maternidade; compete a ela o espaço privado, da reprodução. Em situação contrária, há a posição masculina com a ocupação do espaço público, das decisões. Vale salientar que a diferença do trabalho não tem relação com a diferença biológica, mas com a divisão sexual do trabalho que coloca a mulher num lugar de subordinação, de oposição (PISCITELLI, 2009).

A partir da análise das narrativas de 36 mulheres pescadoras, foi possível compreender que nas comunidades analisadas, o trabalho está organizado em dois eixos: terra e água. As mulheres, apesar de desenvolverem atividades nas águas (pesca no rio), desempenham mais atividades de terra (às margens de rios e no manguezal, extraindo moluscos e crustáceos; o extrativismo da mangaba e as tarefas domésticas). Os homens realizam atividades na terra (colheita de coco e extração do caranguejo); porém, predomina o trabalho na água (no rio e no mar). Nessa configuração, couberam às mulheres as atividades menos valorizadas pelo grupo, consideradas de ajuda, complementares e leves, construções que podem ser observadas nas narrativas de alguns interlocutores quando questionados sobre a diferença entre a pesca feminina e masculina.

"Rapaz, sim, né! Eu acho a diferença da mulher, porque a mulher só pesca aratu, pega um sirizinho, fácil né?" (Pescador, 54 anos, Pontal, 2016)

"É porque o homem tem mais pescaria que a mulher, né?! Porque tem tainha, tem camboa, a do homem, né?! Porque quando a mulher não pode ir, porque tá naqueles tempos, né?!" (Marisqueira, 48 anos, Convento, 2016)

No relato da marisqueira da comunidade Convento, o tempo aparece como um elemento importante para o entendimento da pesca feminina. Assim, é possível perceber que as mulheres possuem um ritmo e um tempo de trabalho diferenciado, marcados pelas tarefas domésticas e alterações fisiológicas, aspectos que exprimem uma forma distinta de apropriação da natureza e que criam sistemas de sentidos relacionados à força física, à complementaridade e ao fazer masculino, que corroboram com as relações desiguais de gênero, de poder, minando conquistas e não reconhecendo a contribuição feminina na produção e reprodução, uma vez que desempenham atividades consideradas "não trabalho", extensão do espaço privado.

A divisão sexual do trabalho como norma da configuração das atividades pesqueiras estabelece a categoria de pescador para nomear a figura masculina e a categoria marisqueira a feminina. Nesses aspectos, a atividade do homem-pescador é completa porque ele "é" a comunidade total, pois a identidade masculina constitui a identidade do grupo (WOORTMANN, 1992). O trabalho da mulher, por outro lado, é o trabalho invisível, que não aparece, que faz e desfaz (ALENCAR, 1993).

Apesar de a maioria das mulheres se autodefinirem como marisqueiras não significa afirmar que não se considerem pescadoras e que não desenvolvam a atividade no rio. "*Não, eu trabalho igual aos homens. É sim! Jogo tarrafa, jogo rede[...].tudo*". (Marisqueira, 53 anos, Preguiça de Baixo, 2016). Assim como existem homens que também desenvolvem atividades classificadas como femininas.

Alencar (1993) enfatiza que a participação da mulher na pesca é possível porque ela é detentora de um saber adquirido na sua prática. Ela faz parte do universo pesqueiro, de uma totalidade que a permite acompanhar e participar das atividades do grupo. Ela realiza a pesca, mas precisa superar as distinções estabelecidas pela ótica de gênero que o grupo faz para que possa se realizar como ser social.

A inserção da mulher na pesca tem início nos primeiros anos de vida quando essa passa acompanhar a mãe na labuta diária. Nesse sentido, a mãe tem um papel relevante na socialização da atividade, pois cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria (RAMALHO, 2006). No caso dos meninos, quando maiores passam a acompanhar o pai na atividade pesqueira.

No município de Indiaroba, os inquiridos informaram ainda que aprenderam observando vizinhos, parentes e amigos no desenvolvimento da atividade, o que corrobora com a ideia de que os saberes são construídos através dos ensinamentos transmitidos pelos anciões e pela observação do que o outro faz e, geralmente, não envolvem palavras, são resultantes de práticas cognitivas e culturais que englobam uma trama de relações, definindo e estruturando a atividade (DIEGUES, 2007).

As pescadoras-marisqueiras são mulheres, em sua maioria negra, com baixa escolaridade, que encaram uma rotina diária exaustiva (18 horas/dia), as dificuldades de acesso à colônia, à terra, à linha de crédito, aos direitos previdenciários, à educação e à saúde. Elas estão registradas nas Colônias Z-3 (Santa Luzia Itanhi), Z-4 (Estância) e Z-11 (Indiaroba). Entretanto, 28,6% (n=35) destas não possuem o registro de pescadoras profissionais, embora vivam exclusivamente da pesca. Por consequência, não conseguem alcançar alguns

benefícios como seguro- defeso.

O seguro-defeso tem sido uma das principais insatisfações entre as pescadoras (es) da localidade, devido às interrupções no pagamento. Elas(es) apontam que esta situação decorre da desarticulação dos órgãos responsáveis pela organização da pesca nacional, em que muitos tiveram os seus registros cancelados ou suspensos.

Nas comunidades investigadas a maré define o ritmo de trabalho, os apetrechos, as estratégias a serem utilizadas nos pontos de pesca e as espécies extraídas. Maldonado (1986) afirma que o tempo do pescador é medido pelos ciclos da natureza, pelo decorrer dos dias e noites no ambiente marítimo e pelo comportamento das espécies

Em grupo, formado através das relações de amizade e parentesco, elas exploram pontos de extração, próximos e/ou distantes da residência, em municípios vizinhos (SE e BA). Elas utilizam como meio de transporte a canoa, a carroça e o carro para chegar aos pontos distantes. Por conta da diminuição dos recursos explorados, há períodos que remam 5 horas para chegar as áreas de coleta.

Os pontos de coleta desvelam as territorialidades moldadas nas “relações diárias momentâneas que homens e mulheres mantêm entre si, com a natureza interior e com a natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2010, p.128).

Nas áreas de pesca, os principais animais capturados pelas pescadoras-marisqueiras são o aratu, o massumim, o siri, a ostra e o sururu. Elas adentram estas áreas utilizando roupas simples, geralmente calça, tênis e casaco. Para a captura das espécies, manipulam apetrechos e desenvolvem técnicas fundadas através dos saberes tradicionais, pontos observados no relato da marisqueira do Convento.

“[...] A gente sobe na gaiteira, bota o balde lá no chão e bota linha e pega umas folhas [...] esbagaça nas mãos [...] sacode e faz lururururu [...]. Aí quando o aratu tá bom já de pegar, eles vêm tudo, a gente avôa, eles pega na isca [...]. Quando ele garra na isca a gente joga no balde.” (Marisqueira, 38 anos, Convento, 2016)

Quanto ao acesso as áreas de extração, as mulheres pescadoras-marisqueiras têm enfrentado a expansão das “cercas”, com a proibição através de intimidação verbal e armada de adentrar antigos caminhos que utilizavam para o deslocamento nas áreas de coleta. Além das cercas, elas enfrentam a expansão urbana, o crescimento do turismo e a aquicultura, elementos decorrentes do processo de reestruturação do litoral sergipano, que contribuem para a restrição de pontos disponíveis a pesca, acentuando as disputas em torno dos recursos naturais que têm se tornado reduzidos.

Após a coleta ocorre o beneficiamento dos recursos pesqueiros, que pode ser realizado quando as pescadoras-marisqueiras chegam em sua residência e/ ou após a realização das tarefas domésticas. Individualmente ou com ajuda de vizinhos e da família, principalmente das filhas, elas lavam o marisco para depois cozinhá-lo em fogo de lenha, utilizando panela ou lata de tinta; em seguida, elas retiram o envoltório dos moluscos ou quebram (descarnam) os crustáceos e armazenam na geladeira.

“Venho pra casa, lavo, acendo o fogo de lenha, né! Pra botar pra cozinhar, pra depois tirar, pra depois é, colocar nas bolsinhas [sobre o beneficiamento do massumim]. (Marisqueira, 37 anos, Terra Caída, 2016).

A falta de estrutura, a frágil organização em termo de associativismo e a carência de cursos de capacitação aliada à baixa escolaridade contribuem para que o beneficiamento ocorra de forma rudimentar, em condições mínimas de higiene, o que pode comprometer a qualidade do marisco e justificar os baixos valores agregados aos produtos. Não existe um local específico para realizá-lo; por isso, os moluscos e crustáceos são manipulados em qualquer ponto, seja no interior e nas portas das residências e/ou nos quintais com a utilização de bacias, panelas e facas, sem o uso de luvas e toucas.

A comercialização dos recursos extraídos ocorre de maneira desorganizada, em razão de não existir infraestrutura que atenda a produção local com instrumentos que possam ser utilizados para a conservação e meios para transportá-lo a mercados mais distantes (MALDONADO, 1986). Dessa maneira, elas enfrentam

dificuldades para realizar a venda em feiras e mercados, principalmente em Estância e Indiaroba. Toda essa situação colabora para o fortalecimento do atravessador e fragiliza os rendimentos dessas mulheres, que preferem entregar a mercadoria a preços mais baixos do que perdê-la, recebendo um valor injusto pelo seu trabalho.

Elas repassam também os produtos para pessoas da comunidade, turistas (Aracaju), veranistas e proprietários de restaurantes a preços que variam a depender do período. O pagamento é realizado, em geral, à vista ou para alguma data definida durante a semana.

No grupo analisado, 50% das mulheres auferem uma renda mensal entre R\$300,00 a R\$ 600,00, que são destinados ao provisionamento da família, seja para o pagamento de despesas (energia e água), alimentação, materiais escolares para os filhos ou até mesmo para o pagamento da mensalidade da colônia e compra de insumos para o desenvolvimento da atividade, demonstrando a relevância da participação feminina para a composição do orçamento doméstico, para a garantia de bem-estar da família.

Os baixos rendimentos mensais revelam as desigualdades existentes no espaço pesqueiro, assinaladas pela hierarquização de gênero, que minimiza o peso econômico dos recursos advindos da atividade, via trabalho das mulheres. Elas enfrentam sérias demandas, em razão de vivenciarem a intersecção de identidade de gênero, classe, raça e idade que tencionam as suas lutas por espaço de representação.

Nessa conjuntura, as pescadoras-marisqueiras têm se articulado na formação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS) para a sua organização e fortalecimento sociopolítico, para sua luta acerca da minimização das desigualdades presentes do setor e para o fortalecimento da pesca artesanal em Sergipe, através da preservação e demarcação dos territórios pesqueiros, da seguridade dos seus direitos com a melhoria da qualidade de vida, isto é, de acesso aos direitos sociais e a condições dignas de trabalho.

A mobilização das mulheres pescadoras-marisqueiras traduz um passo imprescindível para a conquista da autonomia feminina e afirmação no território como pescadoras-marisqueiras, disputando o poder que lhes é negado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente a importância das comunidades tradicionais pesqueiras para a manutenção da biodiversidade local. Neste cenário, as mulheres desempenham um papel essencial para o grupo através da transmissão de saberes, construídos numa relação profunda com o meio. Elas aparecem como as guardiãs dos saberes, protagonistas da conservação responsáveis pela manutenção da atividade e reprodução social do grupo.

O litoral sergipano, sobretudo a porção sul, vem passando por um processo de reestruturação que tem como objetivo aproximar as capitais vizinhas (Aracaju e Salvador) e impulsionar atividades econômicas, a destacar o turismo.

Aliado ao processo de reestruturação, novos usos são implementados, provocando a espoliação dos ecossistemas costeiros manejados pelas populações tradicionais pesqueiras de Indiaroba. As mulheres extrativistas são as mais prejudicadas com a restrição da área de pesca, com a redução dos seus rendimentos, deslocando-se para pontos mais distantes e estando vulnerável a diversas formas de violência.

As representações em torno do gênero, hierarquizando os espaços e atividades com base no fator sexo, prejudicam o protagonismo feminino, pois tentam aprisioná-las na esfera reprodutiva, do cuidado e da subordinação. Na tentativa de rompimento desse processo, elas têm se organizado coletivamente e obtido algumas conquistas. Porém, enfrentam desafios em termo de continuidade do modo de vida.

Um caminho possível para minimizar as desigualdades de gênero e os problemas socioambientais locais é a criação de instrumentos que valorizem o modo de ser e viver dessas populações, que estimulem a inserção das mulheres nas esferas decisórias, os modos alternativos sustentáveis de organização e produção do espaço, assim como, fortalecimento das organizações comunitárias coletivas, com a criação de comitês e conselhos para a gestão participativa dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, A. F. de. **Povos das águas: Realidade e perspectivas na Amazônia**. PR/MCT/CNPq Museu Paraense Emílio Goeldi- Coleção Eduardo Galvão, Belém: Pará, 1993. p. 64-81.
- ALVES, J. do P. H. (Org.). **Rio Sergipe: importância, vulnerabilidade e preservação**. Aracaju, Se: ÓS Editora, 2006.
- ARAÚJO, A. R. R et al. **Boletim Estatístico da Pesca nos Litorais de Sergipe e Extremo Norte da Bahia** - 2014. – São Cristóvão: Editora UFS, 2016.
- BARCELLOS, J. A. S. Território do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. r. (Orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade/ UFRGS/ Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995, p. 40-48
- CEPENE. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Nordeste do Brasil** – 2005 – Tamandaré, PE, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/55957771/Boletim-2005-novo>>. Acesso: Acesso em: 10 jun. 2011.
- DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- DIEGUES, A. C. **Cultura marítima, conhecimento e manejo tradicionais na resex marinha do Arraial do Cabo**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2007.
- DRUMMOND, J. A. A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Nº 6, p. 115-137, jul. 1996. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/88>>. Acesso em: 02 ago. 2013.
- MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Annblume, 2007.
- MPA-Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP**. Brasília, 2012.
- MOTA, D. M. da et al. Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais...** Caxambu/MG, 2009. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/33-encontro-anual-da-anpocs/gt-28/gt41-3/2227-dalvamota-disputas/file>>. Acesso: nov. de 2015.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B. de; SZWAKO, J. E. (orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendls & Vertecchia, 2009.
- PROST, C. O falso consenso sobre a defesa do meio ambiente. In: MENDONÇA, F. de A. et al. (orgs). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina (ADEMADAN), 2009.
- RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. O litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista GEONORTE**, Manaus, Edição especial, v. 3, n. 4, p. 1128-1138, jan./jun., 2012.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C.; OLIVEIRA, A. C. C. de. O novo código florestal brasileiro, a carcinicultura e os impactos socioambientais no município de Indiaroba/SE. In: XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária. 2016. São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2016. Disponível em: <<http://enga.com.br/anais/index.php>>. Acesso: 21 jan. 2018.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. -2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, M. das G. S. N.; SILVA, J. M.(Orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. **Território, meio Ambiente e turismo no litoral sergipano**. Editora UFS, São Cristóvão, 2010.

WOORTMANN, E. F.- Da Complementaridade à Dependência: Espaço, Tempo e Gênero em Comunidades Pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18, 1992

PESCADORAS QUILOMBOLAS E O BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO: CONFLITOS, PERMANÊNCIAS E RE-EXISTÊNCIAS

*QUILOMBOLAS FISHERWOMAN AND BLEACHING OF THE TERRITORY: CONFLICTS,
PERMANENCES AND RE-EXISTENCES*

*PESCADORAS QUILOMBOLAS Y EL BLANQUEO DEL TERRITORIO: CONFLICTOS, PERMANENCIAS Y
RE-EXISTENCIAS*

CORDEIRO, Paula

RESUMO

Esse artigo visa demonstrar algumas estratégias do racismo estrutural para o branqueamento dos territórios pesqueiros quilombolas, bem como as permanências e re-existências nos territórios, a partir das narrativas que vem sendo propostas e construídas pelas, com e no meio das pescadoras quilombolas da Baía de Todos os Santos, extraídas através de relato etnográfico e de materiais audiovisuais existentes. Dessa forma, esse artigo parte das pescadoras quilombolas para dialogar sobre os territórios pesqueiros quilombolas da Bahia, ameaçados pelos projetos de desenvolvimento.

Palavras-chave: Pescadoras quilombolas. Branqueamento. Território pesqueiro quilombola. Conflitos. Re-existências.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate some structural racism strategies for the bleaching of quilombola fishing territories, as well as permanence and re-existence in territories, based on the narratives that have been used and built by them, with and without quilombolas fisherwoman from the Baía de Todos os Santos, extracted from ethnographic reports and existing audiovisual materials. Thus, this article is part of quilombola fishermen to talk about the quilombola fishing territories of Bahia, threatening by development projects.

Keywords: Quilombola fisherwoman. Bleaching. Quilombola fishing territory. Conflicts. Re-existences.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo demostrar algunas estrategias de razonamiento estructural para el blanqueo de los territorios pesquero quilombola, así como la permanencia y la reexistencia en los territorios, basadas en las narrativas que han sido utilizadas y construidas por ellas, con y entre pescadoras quilombolas de la Bahía de Todos los Santos, extraídos de informes etnográficos y materiales audiovisuales existentes. Por lo tanto, este artículo parte de las pescadoras quilombolas para hablar sobre los territorios de pesca quilombola de Bahía, amenazados por proyectos de desarrollo.

Palabras clave: Quilombola pescadora. Blanqueamiento. Territorio de pesca quilombola. Conflictos. Re-existencias.

INTRODUÇÃO

Certamente algumas (alguns) de nós nunca tenhamos visto uma água de barrela, aquela água com cinzas de madeira que se colocava na rouparia para branqueá-la. Água da qual boa parte das escravizadas negras lavavam a roupa dos colonizadores escravagistas. A água de barrela sobreviveu posteriormente aos danosos anos de escravização, servindo para a realização do ofício das lavadeiras ao qual se dedicou boa parte das mulheres negras, sendo progressivamente, mas não totalmente, substituída pelo conjunto máquina de lavar, sabão em pó e quando em vez, amaciante.

Dona Damiana, personagem de “Água de Barrela” da escritora Eliana Alves Cruz, sobre sua condição de lavadeira e em meio às comemorações dos seus cem anos, em 1988, “achava que o que se queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia: as roupas, as vidas, as pessoas... Todos mergulhados na água de barrela” (CRUZ, 2018, p.15).

Hoje, as pescadoras quilombolas da Bahia, mulheres negras, de ancestralidade tal qual a de dona Damiana, afirmam que há uma tentativa de branqueamento dos seus territórios. Seria algo como tentar mergulhar o território e, portanto, as pessoas na água de barrela. Aqueles que tentam branquear os territórios pesqueiros quilombolas os mergulham na água de barrela da expropriação territorial, do impedimento dos cultos religiosos, do estupro de mulheres, do espancamento de jovens e da negação e ataque à identidade pesqueira quilombola. Como afirma Alex Ratts (2004): “Num país em que ‘custa alto’ ser índio ou negro [...] a autoatribuição de identidade vem acompanhada de demandas pela manutenção ou recuperação de direitos, sobretudo do acesso à terra” (RATTS, 2004, p.79).

Esse artigo visa demonstrar algumas estratégias do racismo estrutural para o branqueamento dos territórios, bem como as permanências e re-existências nos territórios. Essas estratégias foram narradas pelas mulheres pescadoras quilombolas, articuladas em torno do Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanais e da Articulação Nacional das Pescadoras.

Esse trabalho é influenciado pela “Geografia das Existências” de Cátia Antônia da Silva que “busca possibilidades de método de pensar, que reconheça a dialética da dominação e da resistência e insurgência, como um processo que somente pode ser compreendido como totalidade.” (SILVA, 2014, p.21).

A MARÉ MANGUE MULHER

As pescadoras quilombolas relatam que desde pequenas são levadas para a maré por suas mães, avós, tias, primas e irmãs mais velhas. Da mesma forma acontece com os meninos, a atividade da pesca artesanal envolve a participação da família, das (dos) mais novas (os) até as (os) mais experientes. Dessa forma as mulheres vão aprendendo a como entrar e sair dos costeiros de pesca, dos manguezais. É, portanto, na relação do cotidiano (SANTOS, 2006) que as crianças se transformam em mulheres e em mestras de pesca¹.

Eliete Paraguaçu pescadora quilombola de Ilha de Maré diz que ensina seus filhos diretamente no manguezal: “Lá eles aprendem que quando a flor do cachimbo² cai em pé no mangue eles não podem pegar, porque ali vai nascer mangue. Aí eles já aprendem também a ter respeito pelo mangue, porque o mangue pra gente é sagrado.” (Entrevista em 2015).

Elionice Sacramento pescadora quilombola de Conceição de Salinas, ao falar da sua experiência relata que:

(...) as atividades produtivas muito nos ensinaram e aprendemos muito em cada trabalho realizado. Aprendemos o valor da vida, do território e de cada pessoa; aprendemos sobre as luas, sobre os cardumes de pescados, sobre os ventos; aprendemos sobre os tipos de mangues e sua importância, desde o tingimento das velas da embarcação até sua importância para reprodução das espécies; aprendemos tecer redes, capturar pescados, comercializar, beneficiar; aprendemos sobre comércio solidário e trocas. (SACRAMENTO, 2019, p. 23).

A pesca artesanal garante a soberania das mulheres. Em diversos momentos elas afirmam que não tem patrão, que não precisam se submeter e implorar por empregos ou subempregos. A dimensão da soberania é afirmada por uma jovem pescadora: “o mangue e a maré não vão me mandar alisar os cabelos, não vou precisar falar baixo. Quando eu estou mariscando posso cantar, conversar, sou livre”. Eliete Paraguaçu também fala sobre a liberdade experimentada pelas mulheres na pesca artesanal:

Tem dias que eu acho que a maré tá bem arrumada, bem maquiada, bem bonita. Tem dias que ela está mais chateada, como nós mulheres também. Então eu relaciono o mangue e a corôa muito com

1. Posto socialmente adquirido pelas pescadoras quando essas desenvolvem grandes habilidades na pesca.

2. Flor do mangue que faz o mangue brotar

a relação da mulher. Na pesca a gente se sente livre. Tem essa relação de se sentir liberta e livre. No mangue, as mulheres... elas cantam nas coroas, elas cantam no mangue. Então assim... é um momento de felicidade que ao mesmo tempo que está trabalhando, está ali feliz de estar conversando com o próprio mangue³.

Essa fala nos remete ainda sobre a possibilidade de a pesca artesanal conferir não apenas soberania laboral, mas também a capacidade das mulheres subverterem os esquemas de submissão impostos pelo patriarcado e pelo racismo.

Para essas mulheres, o território pesqueiro quilombola é o espaço de liberdade, necessário à reprodução cultural, religiosa, social, ancestral e econômica, sendo à base da organização social e da identidade cultural de grupos negros. Elionice Conceição Sacramento afirma que: "Para as pescadoras quilombolas da comunidade Conceição de Salinas, o território é vida e não é possível ter saúde longe dele. O território para nós é onde o pescado está e onde os ventos favorecem a pescaria." (SACRAMENTO, 2019, p. 134), ou como afirma Milton Santos:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como um território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p.14).

Elionice Sacramento traz uma dimensão importante para a definição do território pesqueiro quilombola. Se ele é um espaço de liberdade é também de confronto:

A vida é como um importante Costeiro de Pesca, ou melhor, como um Território Pesqueiro e Quilombola, rico, produtivo, diverso e complexo, guiado por lua, ventos, muitas marés e ancestralidade. Neste território tem gente, tem cultura, tem vegetação, tem água, (...) tem direitos garantidos, direitos negados, muitos direitos roubados (SACRAMENTO, 2019, P.15).

Nesse sentido Alex Ratts afirma que:

Por fim, o "jogo de espelhos" da identidade nos remete igualmente a um quadro complexo que se desdobra em situações e escalas variadas. Os encontros ou reencontros entre índios, negros e os outros, quase sempre tornam-se confrontos perceptíveis nos planos da linguagem, dos códigos simbólicos e da dimensão espacial. Não raramente emergem como conflitos territoriais e étnicos. Os outros aqui referidos o são sempre dentro de um quadro situacional, relacional ou contextual. (RATTS, 2004, p. 80).

Ao pensar com Alex Ratts e Elionice Sacramento conclui-se que o território pesqueiro quilombola está localizado no confronto entre modos de vida, entre disputas pela produção e reprodução de determinada porção do espaço. É na disputa, no confronto entre os poderes que o território ganha contornos e novos relevos. É a partir do enfrentamento a tentativa de apropriação privada de seus territórios que boa parte das comunidades (re) constroem sua identidade. Ou como nos diz Fanon: "Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro." (FANON, 2008, p.103).

Se os corpos das mulheres estão mergulhados nos manguezais, nas terras e nas águas, esse corpo sofre imediatamente com a tentativa de branqueamento dos territórios pesqueiros quilombolas. Necessário afirmar que este território, não é composto por dois territórios, ele é uno, indivisível para o modo de vida tradicional e é sobre ele que se dão os conflitos, as permanências e se constroem os horizontes de transformação.

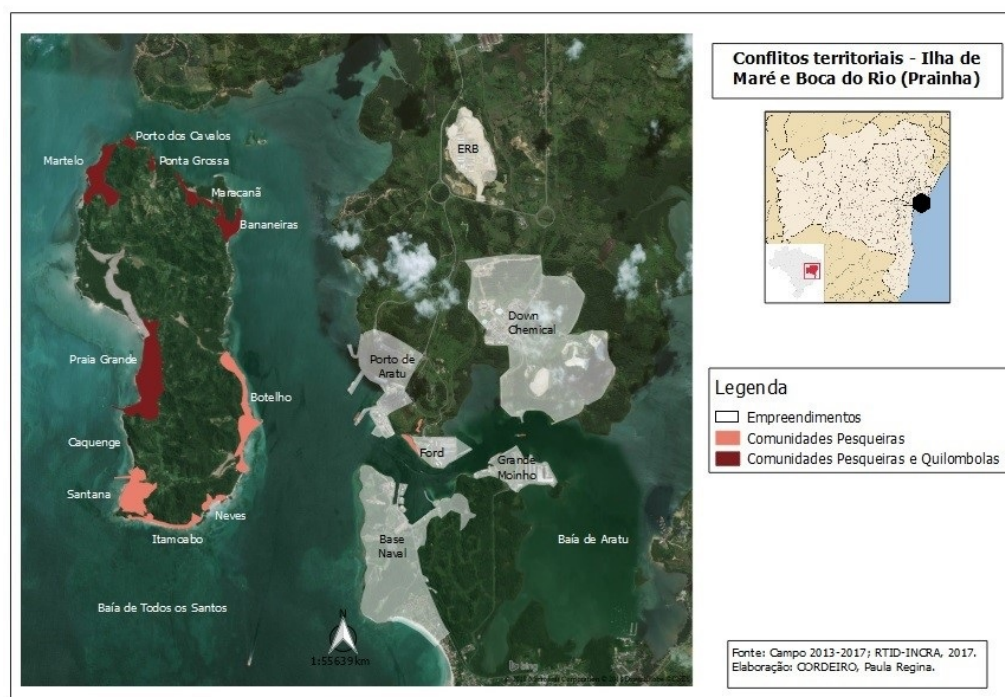
ÁGUA DE BARRELA PARA BRANQUEAR O TERRITÓRIO

Se a pesca artesanal possui, como vimos, centralidade no modo de vida das mulheres pescadoras quilombolas, então constata-se a sua importância para a manutenção do território pesqueiro e quilombola. Marizelha Lopes, pescadora quilombola de Ilha de Maré, afirma:

3. Trecho de fala retirado do documentário Mulheres das Águas, da FIOCRUZ, 2017.

Eles estão acabando com o manguezal, aqui na Baía de Todos os Santos a gente vive num campo minado. Por todo o lado tem empreendimentos que estão destruindo o nosso território. Aí tem a contaminação e destruição dos costeiros de pesca, do manguezal, sem falar na poluição química. Eu só sei mariscar e pescar. Se eles acabarem com tudo, eu vou viver onde? De que?

A Ilha de Maré (figura 1) está localizada a nordeste da Baía de Todos os Santos e pertence ao município de Salvador. Ao caminhar pelas areias, manguezais e ruas, fora percebido que ao redor da Ilha existe um complexo de empreendimentos químicos e da indústria naval. O Porto de Aratu é, sem dúvida o que mais ameaça o corpo e a vida das mulheres. Administrado pela CODEBA, o Porto está localizado próximo à entrada do Canal de Cotegipe, em frente a costa leste da Ilha de Maré.



Mapa 1 – Conflitos territoriais – Ilha de Maré

Fonte: Cordeiro (2017).

Dentro das instalações do Porto, está a Braskem, empresa química e petroquímica que movimenta grânéis líquidos. A mesma entrou em 2016 com pedido de licença ambiental para a ampliação e a construção de terminais na praia da Boca do Rio. Segundo as mulheres, a praia da Boca do Rio, chamada popularmente de Prainha, é uma das melhores para o lazer e a recreação; as famílias usam a praia como local de venda de seus produtos, completando ou gerando suas rendas. É a Prainha que existe uma placa proibindo a permanência de pessoas. Essa placa foi colocada ali pela Braskem e o impedimento é para que as famílias não tenham acesso ao lazer e para a obtenção de renda, seja com o pescado, seja com a comercialização.

O território como norma e território normado se confundem aqui na medida em que o Estado, agente regulador do território normado, abdica da gestão do território ao desrespeitar as normas constitucionais em favor do território enquanto norma, a saber, o território das redes, o território das empresas.

Além deste imbróglio, a presença do porto engendra outros impactos negativos para as mulheres em que pesem intensos fluxos, com transbordos de cargas que vazam na água e no ar, mas igualmente com o potencial de acidentes decorrente da atividade portuária e de navegação.

Um acidente ainda está registrado nas memórias das pescadoras quilombolas da Ilha por sua magnitude. Em 17 de dezembro de 2013, ocorreu uma explosão no navio Golden Miller no Porto de Aratu, cujo incêndio durou 24 h. A investigação conduzida pela Marinha não se concluiu por resultados esclarecedores; a perícia foi declarada impossibilitada por causa da destruição completa do compartimento dos compressores de

carga. Sem identificação da causa, as (os) pescadoras (os) quilombolas não tiveram direito a nenhuma reparação, ora os impactos foram tão elevados que tornou a atividade pesqueira impossível durante meses, incluindo aí o verão, período de temporada de turistas na Ilha em que pescado é vendido e casas alugadas. O prejuízo foi, portanto, muito alto.

Em nota à imprensa, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras artesanais (MPP) narra o que representou a explosão do navio para as comunidades de Ilha de Maré:

Mesmo após 24h do ocorrido, ainda era possível ver labaredas de fogo e imensas nuvens de fumaça. Num raio de aproximadamente 2 km podem ser observadas manchas de óleo contaminando as águas da Baía de Todos os Santos, matando peixes e mariscos e deixando um passivo ambiental de difícil e demorada recuperação. A explosão deste navio foi uma “tragédia anunciada” que tem como consequência o agravamento da contaminação da população local devido a inalação dos gases tóxicos e a contaminação das águas, manguezais, peixes, mariscos e crustáceos. A poluição dos pescados trará prejuízos econômicos substanciais para as comunidades, haja vista que a pesca artesanal é a sua principal atividade econômica. (Revista Fórum, 2013)

Observa-se também a ausência de informação divulgada às comunidades vizinhas, o que se explica como estratégia para tornar mais difícil a defesa dos interesses dos atingidos pelos impactos negativos do acidente, o que foi denunciado na época pelo Movimento. Ressalta-se que esse tipo de omissão não é exceção, como relatam Acselrad e Mello (2000) no derramamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara em 2000. Mais grave é o apoio do Estado na figura do órgão ambiental, Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEMA), que, após coletar amostras, negou a existência de contaminação:

[...] Foram inspecionados o local do acidente, próximo ao navio, os pontos onde estavam sendo realizada a limpeza (recolhimento de óleo), as praias atingidas pelo vazamento, na Ilha de Maré (Praia das Neves) e Ponta da Antena este último o local mais crítico registrado. Também foram vistoriadas as praias de INEMA e São Tomé de Paripe, entretanto não foi constatada presença de resíduos oleosos nestas localidades. Nessa oportunidade foram coletadas amostras de água para análise [...] (INEMA apud SOUSA, 2017, p. 71).

Apesar desta afirmação do INEMA, a seguradora do navio Golden Miller utilizou como argumentação a preexistente contaminação do local para contestar o processo judicial com fim a indenizar as comunidades do entorno. Contudo, quem vive na vizinhança e vive do uso social das riquezas naturais sentiu as principais consequências, conforme relatado pelas populações⁴:

- Restrições por conta da contaminação ambiental e de interdições realizadas pelos órgãos aos locais de pesca;
- Aumento do esforço da pesca, pela necessidade de se deslocar para locais distantes da comunidade para conseguir o pescado;
- Esvaziamento de turistas e visitantes;
- Não-assistência do Estado nos níveis federal, estadual e municipal ao problema ocorrido.
- Por fim, em que pese o acidente do Golden Miller mas também as próprias atividades portuárias com deslocamentos de produtos líquidos e sólidos, prejudiciais ao meio ambiente, são sofridos intensos problemas de saúde relatados na Ilha, tais como náuseas, vômitos, tonturas e fortes dores na cabeça, crianças com problemas de aquisição cognitiva em decorrência de problemas neurológicos, problemas no sistema respiratório e até casos de câncer seguidos de morte em crianças e jovens. A professora Neuza Miranda (Nutrição da UFBA) apresentou um estudo no qual se comprova os altos níveis de chumbo e cádmio, a partir da coleta de cabelos das crianças de Ilha de Maré.

Em carta, a associação comunitária denuncia a existência da grande contaminação química, associando a permissividade dessas em seu território como uma ação do racismo:

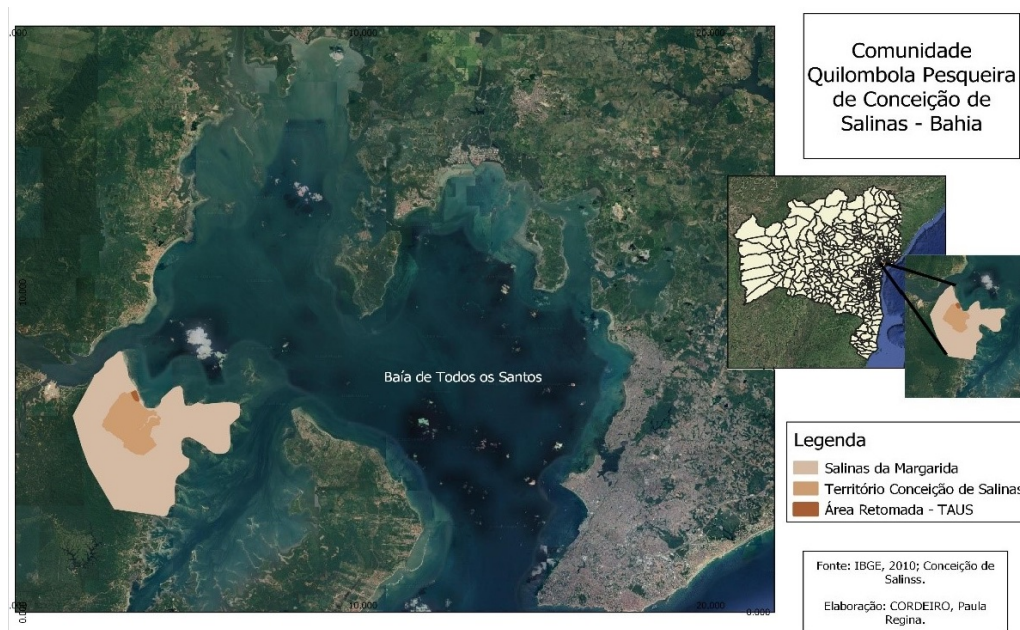
4. CORDEIRO, Paula; PROST, Catherine. Quilombolas e pescadores artesanais do Nordeste da Baía de Todos os Santos atingidos pela metrópole. In: OLIVEIRA, Anita; SILVA, Cátia Antonia da. **Metrópole e crise societária**: resistir para existir. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

Além da exclusão social que impõe desigualdade racial para os moradores, a comunidade é afetada por grave poluição química, gerada por poderosas indústrias internacionais instaladas nas proximidades da comunidade durante a ditadura militar. A comunidade está exposta à grave violência, sofrendo uma contaminação química crônica, com danos irreparáveis à saúde e ao modo de vida tradicional, com mortes e doenças, afetando especialmente crianças e idosos.

Ilha de Maré possui certificação emitida pela Fundação Cultural Palmares e o estudo⁵ para regularização fundiária concluído, mas desde 2017 não avança nas etapas de regularização fundiária. O Estado, tanto não regula os empreendimentos e permite a contaminação química sobre as moradoras e moradores de Ilha de Maré, quanto não avança nos processos de regularização fundiária e de preservação do território pesqueiro e quilombola. Dessa forma, o Estado age com orientação, a sua presença se dá em benefício da expulsão das famílias de pescadoras e quilombolas por destruição e poluição do manguezal, da maré e dos costeiros. Os relatos das mulheres retrata também a insegurança de realizar a atividade pesqueira nas proximidades dos empreendimentos. Em Ilha de Maré diversas mulheres já sofreram com assédio e até tentativas de estupro por conta da chegada dos “homens do porto”.

No território pesqueiro quilombola de Conceição de Salinas (mapa 2), localizada no município de Salinas da Margarida, há também conflitos com empreendimentos, aqui relacionados à carcinicultura e a indústria de turismo. Os estudos desenvolvidos por Elionice Sacramento apontam que:

Um ciclo de desenvolvimento econômico se estabeleceu em Salinas a partir de 1800, em uma lógica de produção pautada pelo lucro desenfreado e pela exploração da força de trabalho. Navegando lado a lado com o vento, como nos orienta o jovem mestre de pesca, vamos perceber a violência do capital econômico não só em muitos processos da história local, como nos demais municípios da Bahia (SACRAMENTO, 2019, p. 131).



Mapa 2 – Comunidade Quilombola Pesqueira de Conceição de Salinas

Fonte: Cordeiro (2017)

A carcinicultura se desenvolve a partir da compra de uma extensão de terras localizada na margem do manguezal. Em 1996, a Maricultura da Bahia S.A. implementa o projeto de criação de camarão em cativeiro. “Uma exploração marcada pelo sangue e lágrimas dos/as pescadores e pescadoras.” (SACRAMENTO, 2019, p.1231)

5. O procedimento para a regularização fundiária está descrito no Decreto 4.887/2003. Uma das etapas é a realização do estudo intitulado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, pelo Incra.

Porém, segundo Jeane Sacramento a investida do turismo caracteriza destaca-se como o principal conflito dentro do território, envolvendo ameaças as principais lideranças da comunidade.

Para as mulheres de Conceição de Salinas boa parte das terras nas quais os empreendimentos estão se instalando são fruto de grilagem, já que existiam famílias seculares habitando-as. O fato é que:

Por volta dos anos 2002, o loteamento Costa Dourada se instala no território da Comunidade Pesqueira e Quilombola Conceição e expropria uma importante área entre os fundos da Igreja, Ilhotas, Rios da Praia Grande, Campo. As terras de Igreja de Nossa Senhora foram loteadas, e até o terreno ao fundo, junto com o cemitério velho, foi loteado e vendido. Nesse mesmo período, constitui-se na comunidade uma Ocupação/Retomada que recebe o nome de Quilombo da Sapucaia. Trata-se da primeira experiência de retomada no Quilombo Conceição, um marco na história de nossa luta. (SACRAMENTO, 2019, p. 132-133).

Apesar de retomada, em 2005, o loteamento Costa Dourada intensifica a estratégia de expropriação fazendo cercamento em áreas de beira de praia e impedindo e/ou limitando acesso à Coroa do Garro. A partir dos 2012 diversos ataques foram realizados: três derrubadas de ranchos, queimada de material de pesca, destruição das plantações. Em 2016, a barraca do pescador Marcio foi incendiada em área do TAUS⁶.

Em 2017, há a implementação do loteamento imobiliário Parque das Margaridas, cujo um dos sócios é o atual prefeito de Salinas da Margarida. O loteamento tem desmatado grandes extensões de mata atlântica, além de contratar pessoas armadas para expulsar famílias de suas roças. Em 18 de agosto de 2017, homens armados invadiram a roça cultivada a quase 50 anos pela família do Sr. Antonio Gomes da Silva. Sacramento completa que as agressões não cessaram:

Em 2018, às vésperas das eleições presidenciais, a área do TAUS destinada para as mulheres fazer beneficiamento, foi invadida por um suposto dono que pichou uma arte feita pela comunidade em homenagem as mulheres pescadoras. O suposto proprietário escreveu *propriedade privada* e vem intimidando as mulheres que trabalham na área, inclusive ameaçando construir um muro. (SACRAMENTO, 2019, p. 133)

A situação vivenciada nos territórios pesqueiros quilombolas na Bahia revela a real face da modernidade e do desenvolvimento. Esses territórios são ricos em natureza. É sobre essa riqueza de natureza que agem os diversos empreendimentos, na tentativa de mercantilizar os territórios, transformando-os em recursos.

A propriedade privada da terra é fruto da organização do sistema-mundo moderno-colonial (QUIJANO, 2005). Para a constituição do mundo moderno-colonial vivenciado atualmente, foi necessário o estabelecimento de normatizações que visavam assegurar o poder político, econômico, social e cultural do europeu. Para tal empreitada, os europeus construíram um sistema baseado na hierarquização e subjugação dos povos cujos territórios deveriam ser redirecionados aos interesses dos colonizadores, nas palavras de Vandana Shiva:

o desaparecimento do saber local por meio de sua interação com o saber ocidental dominante acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. Primeiro fazem o saber local desaparecer simplesmente não o vendo, negando sua existência. (SHIVA, 2003, p.23).

À medida que o saber local consegue se restabelecer e re-existir ocorre a tentativa de descaracterizá-lo, subjugando-o novamente:

Quando o saber local aparece de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça negando-lhe o status de um saber sistemático e atribuindo-lhe os adjetivos de "primitivo" e anticientífico. Analogamente o sistema ocidental é considerado o único "científico e universal". Entretanto, os prefixos "científico" para os sistemas modernos e "anticientífico" para os sistemas tradicionais de saber tem pouca relação com saber e muita com poder (SHIVA, 2003, p. 23).

Com a pretensão de tornar-se universal, o atual sistema criou um imaginário de neutro, científico e moderno, segundo Shiva (2003):

6. Termo de Autorização de Uso Sustentável emitido após estudos pela Secretaria de Patrimônio da União.

(...) o sistema dominante também é um sistema local, com sua base social em determinada cultura, classe e gênero. Não é universal em sentido epistemológico. É apenas a versão globalizada de uma tradição local extremamente provinciana. Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores. (SHIVA, 2003, p. 22).

As ideias de moderno e de progresso afirmam que todas as sociedades têm um destino em comum: o desenvolvimento. E, para que o desenvolvimento seja alcançado é necessário que os territórios estejam disponíveis para o seu principal agente: o mercado.

O conflito destacado nas falas das pescadoras quilombolas anteriormente é parte do processo de expansão das fronteiras do capital. Essas fronteiras do capital necessitam romper, fragmentar, avançar sobre as fronteiras étnico-raciais, sejam elas dos povos indígenas, quilombolas, pescadores, fundos e fechos de pasto ou de outras comunidades tradicionais.

Aqui a raça não é apenas um dado, mas um fator importante para a compreensão do processo em curso. Renato Emerson dos Santos afirma que:

A raça é um critério básico de classificação da população mundial, fundamental para afirmação do sistema capitalista (QUIJANO, 2007). Sustentada (durante um tempo) ou superada (mais recentemente) pelo saber do campo da Biologia, é sua pertinência social em projetos de poder que sustenta sua permanência, a despeito de ter ou não ter lastro em saberes científicos. É neste sentido que mesmo com a negação da pertinência de diferenças biológicas entre seres humanos que permitam sua classificação em grupos raciais, no cotidiano das relações sociais a raça continua a ser um princípio regulador de comportamentos e relações: reconhecer a igualdade biológica não necessariamente impulsiona reconhecimento de igualdade social (SANTOS, 2017, p. 59).

A expulsão, a apropriação privada e a negação de direitos aos povos negros e indígenas estão na gênese da formação socioespacial brasileira e apesar das conquistas inscritas na Constituição Federal de 1988, a hierarquização das populações através da raça e etnia continua a transformar os territórios dessas populações em algo que merece ser conquistado, quando não colonizado. Carlos Moore, afirma que "(...) o fenótipo, desde os mais longínquos períodos, determina um papel orientador das ações de violência iniciadas por disputas de recursos e território entre populações visivelmente diferentes" (MOORE, 2012, p.130).

A operacionalização do racismo serve, portanto, para assegurar a propriedade e preservação monopolista das riquezas vitais da sociedade (MOORE, 2012). No caso do Brasil, inserido na divisão internacional do trabalho como um país exportador de commodities, os territórios com maiores riquezas naturais, possuem então as riquezas vitais da nossa sociedade. Em texto recente, Paulo Alentejano afirma que:

A tropicalidade (abundância de sol e água) dominante em nosso território garante a intensidade dos processos de fotossíntese, acelerando o metabolismo das plantas e seu processo de crescimento, o que favorece ainda mais à acumulação de capital na agricultura, por contribuir para reduzir a diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção (ALENTEJANO, 2015, p. 06).

As palavras de Alentejano reafirmam a compreensão de que os conflitos fundiários, com destaque para os conflitos nos territórios dos povos e comunidades tradicionais são uma necessidade de expansão do capital. O racismo, assim como o capital evolui constantemente (CESAIRE, 1971), se outrora fora a escravização, ou a Lei de Terras de 1850⁷, a atual necessidade da exploração intensa e mecanizada da natureza coloca mais uma vez a necessidade dos sujeitos hegemônicos em negar e exterminar o diferente. Dessa forma, ora afirmam as comunidades pesqueiras quilombolas como atrasadas, como impedimento ao desenvolvimento, necessitando serem estas superadas, ora tentam descaracterizá-las. Isso é percebido nas palavras de Jair Bolsonaro, atual presidente da República, que em 2017 demonstra suas impressões sobre uma comunidade quilombola em Eldorado (São Paulo): "O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriar eles servem mais" (BRASIL DE FATO, 2019)⁸.

7. A Lei de Terras de 1850 é conhecida por ter antecedido e preparado a propriedade privada para não absorver os africanos escravizados que seriam libertos em 1888, com a abolição formal da escravatura.

8. Ver matéria completa em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/07/quilombolas-que-foram-alvo-de-bolsonaro-criticam-arquivamento-de-processo-de-racismo/>.

Da mesma forma que as instituições nacionais da então recém República brasileira "(...) defendiam que o desenvolvimento e o crescimento da República – fundada em 1889 – estariam vinculados ao branqueamento da sua população." (CORREIA, 2017, p.117). Os capitalistas brasileiros e estrangeiros defendem que o desenvolvimento e o progresso da atual república só existirão quando a propriedade da terra seja assegurada a quem der lucro. Novamente reproduz-se as palavras de Jair Bolsonaro: Seu povo, seus irmãos, têm problemas. E o grande problema chama-se governo federal. Eles querem ser libertos, para ter liberdade para poder trabalhar dentro da sua comunidade, acho até que se quiser vender aquela área quilombola, que venda, opinião minha. Se quiser explorar, tirar por exemplo minério, ter maquinário, a exemplo do seu irmão fazendeiro do lado, se quiser, poder explorar de forma racional seus recursos naturais, igual ao fazendeiro do lado. (OGLOBO, 2018)⁹.

Não é de se espantar que um país que até a Constituição de 1945 possuía decretos e artigos que afirmavam a importância da imigração para o branqueamento da nação¹⁰ produza argumentos para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239). A ADI 3239 discute a constitucionalidade do Decreto Federal nº 4887/03¹¹, ajuizada em 2004 pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, contém 11 volumes e 1600 páginas.

A ADI quilombola questiona dois princípios fundamentais do Decreto, o primeiro é o critério de autoatribuição para a identificação de quilombos e o segundo é a existência de "critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades de quilombos" para medição e demarcação destas terras (art. 2º, § 3º). Após 14 anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a validade do Decreto 4.887/2003, a Ação Direta de Inconstitucionalidade 3239 foi julgada improcedente por oito ministros. O ministro e relator do caso Cezar Peluso (aposentado), foi o único voto pela total procedência da ação. Cezar Peluso afirma que não se poderia ignorar o crescimento de conflitos agrários e que o Decreto 4.887/2003, por representar a usurpação de direitos de propriedade privada, pode levar o incitamento à revolta.

A decisão do relator demonstra que não há compreensão dos quilombolas enquanto sujeitos de direitos, mas sim como usurpadores de direitos de propriedade privada. A questão que se coloca é entender que a propriedade da terra no Brasil sempre foi reconhecida para aqueles que detinham o poder político e econômico ao longo do tempo. Sem dúvida, essas pessoas não são negras, nem indígenas. O racismo opera aqui com seu caráter institucional. Nesse sentido, segundo Silvio Almeida:

O poder é elemento constitutivo das relações raciais, mas não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Ao tentar romper essa ordem da organização da propriedade privada, as pescadoras quilombolas ameaçam romper também a ordem racial do poder. É necessário remeter as palavras de Vandana Shiva, algumas linhas acima, contextualizando com a situação vivenciada atualmente. Se desde a introdução dos primeiros africanos escravizados no Brasil reinou a tentativa de apagamento cultural, através da aculturação ou do genocídio, a partir da abolição da escravidão a tentativa foi de apagar os sujeitos que foram subalternizados "simplesmente não o [os] vendo, negando sua [suas] existência [existências]" (SHIVA, 2003, p.23) e quando essas existências "aparece [aparecem] de fato no campo da visão globalizadora, fazem com que desapareça [desapareçam]" (SHIVA, 2003, p.23).

Assim, concorda-se com as palavras de Cidinha da Silva: "A incúria da branquitude não dá trégua, não larga o osso, não admite perder milímetros, gotas, milésimos de seus privilégios arraigados." (SILVA, 2016, p. 51). As pescadoras quilombolas afirmam que esse território fora abandonado pelos brancos, que queriam viver nas grandes cidades. Segundo contam suas (seus) antepassadas (os), elas (es) se firmaram nas beiras de rios,

9. Ver matéria completa em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-defende-que-areas-quilombolas-possam-ser-vendidas-22859321>.

10. "Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional." (DECRETO N.7.967, 1945)

11. Decreto que regulamenta o procedimento de titulação dos territórios quilombolas no Brasil.

de mangues e da maré porque ali podiam garantir a sobrevivência tanto da pesca, como da agricultura e do artesanato em momentos em que a “maré não esteja para peixe”.

Com a intensiva expansão sobre as fronteiras com abundância de natureza e com pessoas historicamente subalternizadas, expressões como “é muita terra para pouco índio” ou “pescador é um povo que trabalha quando quer”, os territórios tradicionais foram rapidamente considerados como vazios, aleatórios, necessitando de uma ordem modernizante, que ocupe esse território de forma a gerar lucro em benefício ao país, leia-se dos brancos, dos latifundiários, dos capitalistas. “E essa no entendimento deles, é a ordem natural das coisas. E que os negros continuem nos seus lugares, domesticados”. Sendo assim, o racismo não é só institucional, mas também estrutural, portanto, não há legislação que seja cumprida, nem mesmo em nome ao respeito dos chamados “valores democráticos”. Segundo Silvio Almeida:

(...) se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2018, p. 36).

Nas palavras de Cidinha da Silva:

O Brasil, real, branco e racista quando se manifesta é tão virulento que produz certa apoplexia. Ele se organiza à revelia da legislação, da constitucionalidade das ações afirmativas, das decisões do STF e rasteja circularmente pelo assoalho da casa-grande. Ele desconsidera tudo e todos em nome dos próprios interesses egoístas, autoritários, desumanos, dos privilégios quase de casta. Este Brasil se regozija em afirmar que se não for do jeito dele e se não for tudo para usufruto dele, não será de mais ninguém. (SILVA, 2016, p. 52).

Para Lélia Gonzalez:

Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilização, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 1988a). (GONZALEZ, 1988a, p.73).

Ainda assim, as pescadoras quilombolas re-existem nos territórios, defendem seu modo de vida, sua cosmologia. É a força dos pobres, da qual já falava Milton Santos. A força dos de baixo, a força da solidariedade, do cotidiano e da ancestralidade que mantém essas mulheres das águas em prontidão para a defesa de seus territórios.

Pescadoras quilombolas são fortalezas

“Não queremos mais aquilo que embranquece a negra maneira de ser

Não queremos mais o lento e constante apagamento da cor da terra molhada, suada, encantada...

Queremos os remendos dos panos, nas tramas dos anos sofridos, amados...

E acima de tudo,

Apassionadamente vividos.” (Eliana Alves Cruz)

Conceição Evaristo, através de suas escrituras afirma: “(...) por mais que uma voz hegemônica queira comandar, a água escapole entre os dedos. Você não segura. Não retém a força da água. Então o povo também encontra maneiras de se afirmar, de falar, de dizer” (EVARISTO, 2018) e se mesmo após 131 anos de

abolição da escravidão, a casa grande insiste em gritar que o poder é branco, o povo negro grita de volta afirmando que há disputa pelo poder e que não há e nunca houve aceitação da subalternidade. Como diz Cátia Antonia da Silva: "A dominação não pode dominar tudo" (SILVA, 2014, p.21).

As pescadoras quilombolas afirmam a todo momento a ancestralidade do território e que elas não estão sozinhas no *front* de batalha. Elionice Sacramento, por exemplo, afirma pertencer a raça de Filomena, descendendo "(...) das mulheres/entidades que me constituem e a partir das quais articulo meus lugares de fala, para evidenciar uma luta coletiva, pautada por marcadores de raça, gênero e geração." (SACRAMENTO, 2019)¹²

Ao ser recebida nos territórios pesqueiros quilombolas percebo que a ancestralidade é o que move a re-existências para a permanência. Ancestralidade de pertencer ao território e de ser o território. Quando um manguezal é cavado para a construção de tanques para a carcinicultura é como se um trator tivesse retirado um órgão importante do corpo dessas mulheres. Quando o pescado morre por contaminação química, não é só a renda que fica comprometida, mas também a autoestima das pescadoras quilombolas oscila.

O território é a vida, e é a partir da relação entre as pescadoras quilombolas com o território que elas se tornam fortaleza, não a fortaleza difundida pelo imaginário no qual as mulheres negras são felizes e fortes por natureza. Mas uma fortaleza que afirma a humanidade, uma fortaleza composta por alegrias, tristezas, solidão, solidariedade. Conceição Evaristo fala que a fortaleza reconhecida por nós é aquela "que criamos na resiliência, que nos agrega, que nos salva. Sem essa fortaleza, sem a criação de táticas de sobrevivência, a nossa ancestralidade morreria nos próprios porões dos navios (negreiros)." (EVARISTO, 2018).

Se o desenvolvimento decidiu branquear os territórios pesqueiros e quilombolas, as mulheres desses territórios decidiram que vão continuar escurecendo-os. Dessa forma, as mulheres, que já eram numerosas na maior parte das lideranças desses territórios, bem como nos movimentos de pescadores e pescadoras, resolveram criar em abril de 2006, a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). Importante passo na construção coletiva de estratégias de enfrentamento ao capitalismo patriarcal-racista dependente (GONZALEZ, 1988b).

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro no século XXI. **Encontro de Geógrafos da América Latina**. 2015.
- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CESAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Porto: Poveira, 1971
- CORDEIRO, Paula; PROST, Catherine. Quilombolas e pescadores artesanais do Nordeste da Baía de Todos os Santos atingidos pela metrópole. In: OLIVEIRA, Anita; SILVA, Cátia Antonia da. **Metrópole e crise societária: resistir para existir**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- CRUZ, Eliana Alves. **Água de barreira**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.
- EVARISTO, Conceição. **Entrevista com Julia Dias Carneiro – BBC NEWS/Brasil**, 9 de março. Rio de Janeiro, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afrolatinoamericano". **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988a, p. 69-82.

12. Citação retirada do resumo da dissertação, referenciada no final do artigo.

INEMA. IN: SOUSA, Priscilla Karen. **O papel da oceanografia na gestão portuária:** caso do Porto de Aratu e sua relação com as comunidades de Ilha de Maré. 2017. Monografia (Graduação em Oceanografia). Departamento de Oceanografia. Universidade Federal da Bahia, Bahia.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** 2. Ed. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Colección Sur Sur. p. 227-278.

RATTS, Alex. As etnias e os outros: as espacialidade dos encontros/confrontos. In: **Espaço e cultura.** UERJ, Rio de Janeiro, Nº 17-18, Jan/Dez de 2004. p.77-89

REVISTA FÓRUM. **Manifesto do MPP sobre explosão de navio no Porto de Aratu, Salvador, Bahia.** Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2014/01/06/41935/>. Acesso em 20. Ago. 2016

SACRAMENTO, Elionice. **Da diáspora negra ao território das águas:** ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas – BA. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília, Goiás.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Renato Emerson. O movimento negro brasileiro e sua luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. In: CRUZ, Valter do Carmo. **Geografia e Giro Descolonial:** Experiências, ideais e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Cátia Antonia da. Elementos epistemológicos e metodológicos para uma geografia das existências. In: SILVA, Cátia Antonia da (org). **Pesca artesanal e produção do espaço:** desafios para a reflexão geográfica. 2014SILVA, 2014, p.21).

SILVA, Cidinha da. **Sobre-viventes!** 1ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

OS SUJEITOS DO MAR NA ILHA GRANDE (RJ): A MOBILIZAÇÃO DA IDENTIDADE CAIÇARA

THE SUBJECTS OF THE SEA IN ILHA GRANDE (RJ): THE MOBILIZATION OF CAIÇARA IDENTITY

LOS SUJETOS DEL MAR EN ILHA GRANDE (RJ): LA MOVILIZACIÓN DE LA IDENTIDAD CAIÇARA

GOMES, Johana Maiy Alecrim Alves

RESUMO

A Ilha Grande, recorte espacial do presente trabalho, é a maior ilha do estado do Rio de Janeiro, sendo distrito do município de Angra dos Reis. Toda a sua extensão é composta de unidades de conservação, de diferentes categorias, que influenciam toda a sua dinâmica espacial. Diferentes conflitos ambientais existem no cenário da Ilha, já que existe uma diversidade de atores envolvidos com interesses muitas vezes antagônicos, além da sobreposição de esferas de gestão. Houve, em determinados momentos, a mobilização da identidade caiçara como ferramenta de enfrentamento e resistência frente ao processo de neoliberalização da natureza em curso na Ilha Grande, a partir de decisões arbitrárias, governamentais ou da iniciativa privada. O objetivo da pesquisa é analisar a importância da mobilização de identidades na luta pelo território inserida nos conflitos ambientais que acontecem na Ilha Grande. Quanto aos caminhos metodológicos, foi realizada pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Uma política ambiental que favorece o diálogo de saberes é urgente frente ao avanço neoliberal materializado na gestão privada de unidades de conservação, tendo a mobilização da identidade caiçara um papel central na luta contra os parâmetros legais que a expulsavam da terra ou contra a negação do seu saber.

Palavras-chave: Identidade. Caiçara. Neoliberalização da natureza.

ABSTRACT

Ilha Grande, the study area of the present work, is the largest island in the state of Rio de Janeiro, being a district of the municipality of Angra dos Reis. Its entire area has protected areas of different categories that influence all its spatial dynamics. Different environmental conflicts exist in the island, as there is a diversity of actors involved with antagonistic interests, and different management spheres. There was, at certain times, the mobilization of caiçara identity as a instrument of confrontation to the process of neoliberalization of nature that happens in Ilha Grande, based on arbitrary decisions, governmental or from private initiative. The objective of the research is to analyze the importance of the mobilization of identities in the fight for the territory inserted in the environmental conflicts that happen in Ilha Grande. Regarding the methodological paths, a bibliographic, documentary and field research were performed. An environmental policy that favors the dialogue of knowledge is urgent in context of the neoliberal advance materialized in the private management of protected areas, having the mobilization of caiçara identity the central role in the fight against the legal parameters that expelled it from the land or against the denial of its knowledge.

Keywords: Identity. Caiçara. Neoliberalization of nature.

RESUMEN

Ilha Grande, área de estudio del presente trabajo, es distrito del municipio de Angra dos Reis. Toda su área está compuesta por unidades de conservación de diferentes categorías que influyen en toda su dinámica espacial. Existen diferentes conflictos ambientales en el escenario de la isla, ya que existe una diversidad de actores involucrados con intereses antagónicos, así como esferas de gestión

superpuestas. Hubo, en ciertos momentos, la movilización de la identidad caíçara como una herramienta de confrontación y resistencia al proceso de neoliberalización de la naturaleza en curso en Ilha Grande, basado en decisiones arbitrarias, gubernamentales o privadas. El objetivo de la investigación es analizar la importancia de la movilización de identidades en la lucha por el territorio insertado en los conflictos ambientales que ocurren en Ilha Grande. En cuanto a la metodología, se realizaron investigaciones bibliográficas, documentales y de campo. Una política ambiental que favorezca el diálogo de saberes es urgente en vista del avance neoliberal materializado en el manejo privado de áreas protegidas, teniendo la movilización de la identidad el papel central en la lucha contra los parámetros legales que la expulsaron de la tierra o contra la negación de los propios saberes

Palabras clave: Identidade. Caiçara. Neoliberalización de la naturaleza.

INTRODUÇÃO

A maior ilha do estado do Rio de Janeiro tem o nome de Ilha Grande, recorte espacial do presente trabalho, distrito do município de Angra dos Reis. É a Ilha que nomeia a Baía da Ilha Grande, no sul do estado. A Baía, por sua vez, abrange o município de Paraty e uma parcela do município de Mangaratiba, além da já citada Angra dos Reis, e apresenta uma relevância natural, em função da biodiversidade da Mata Atlântica, e uma relevância também econômica já que conta com, por exemplo, usinas nucleares e terminais de petróleo, e também com a pesca e o turismo, além de significativa relevância sociocultural. Além dessas atividades, há a presença de diversas categorias de unidades de conservação.

A Ilha Grande é uma grande área legalmente protegida, ou seja, toda a extensão da Ilha está inserida em unidades de conservação. Há diferentes categorias, como podemos observar na Figura 1, e a dinâmica da Ilha é diretamente influenciada por essas áreas preservadas. Assim como em toda a Baía, diferentes conflitos ambientais acontecem na Ilha Grande, já que existe uma diversidade de atores envolvidos na apropriação material e simbólica desse espaço com interesses muitas vezes antagônicos, e além disso, há a sobreposição de esferas de gestão: as unidades de conservação são geridas pelo governo do estado, a partir do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), e o turismo é regulamentado pela autarquia municipal TurisAngra junto a à iniciativa privada. Dentro desse contexto, em diferentes momentos houve a mobilização da identidade caíçara como um instrumento de defesa do interesse de determinadas populações frente a decisões arbitrárias por parte do governo do estado e também frente ao avanço da iniciativa privada representada por empresários.

Antes da chegada da legislação ambiental, os sujeitos não precisavam definir-se como caiçaras, segundo Ferreira (2014, p.10), que diz que apenas após a criação da Reserva Biológica Praia do Sul em 1981, e a também com a chegada dos turistas, sobretudo a partir de 1990, é que foi necessária a afirmação da identidade caíçara por parte dos moradores. Segundo a autora (2014, p.88) "a identidade caíçara torna-se importante, então, ao reafirmar o direito ao lugar, principalmente perante as leis ambientais".

Até que ponto os sujeitos do mar da Baía da Ilha Grande precisam definir uma identidade como forma de resistência? Até que ponto a história social desses sujeitos é fundamental como estratégia de enfrentamento? O objetivo da pesquisa é discutir a mobilização de identidades caiçaras na luta pelo território inserida nos conflitos ambientais que acontecem na Ilha Grande, na medida em que se apresenta também o processo de neoliberalização da natureza a partir da instrumentalização desta para fins de exercício de poder, processo materializado na gestão privada de unidades de conservação. Em relação aos caminhos metodológicos, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre as temáticas abordadas, como a questão da proteção ambiental e populações tradicionais (DIEGUES, 1996) e também a discussão sobre território e identidade (HAESBAERT, 1999, 2002 e 2014 e CRUZ, 2007), apropriação neoliberal da natureza (PENNA-FIRME, 2015 e SOUZA, 2015), colonialidade (SANTOS, 2009), além de pesquisa documental centrada na seleção, revisão e análise de legislação, planos de manejo e jornais locais, e também pesquisas de campo realizadas entre 2016 e 2019 nas quais foram realizadas entrevistas abertas e semiestruturadas.

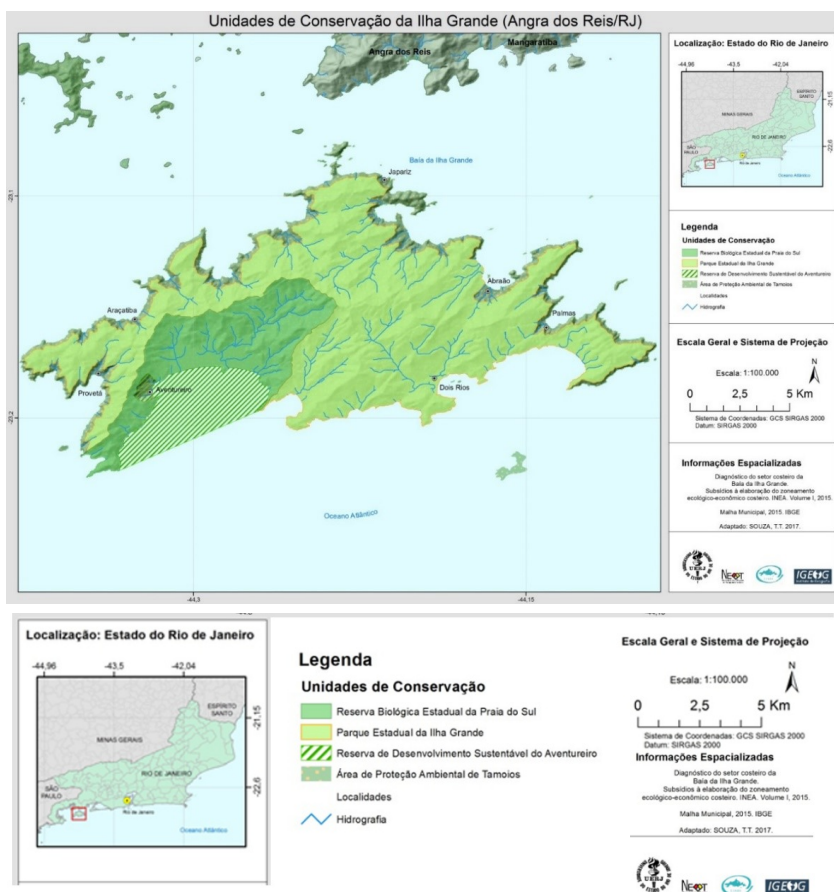


Figura 1- Unidades de Conservação da Ilha Grande

Fonte: Núcleo de Estudo e Pesquisa em Planejamento Territorial, UERJ, 2016

BREVE TRAJETÓRIA DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DA NATUREZA NA ILHA GRANDE

Existem evidências de que há ocupação na Ilha Grande há pelo menos 3 mil anos, a partir do acúmulo de material arqueológico deixado por grupos caçadores, pescadores e coletores (TENÓRIO, 2006, p. 24). Um grupo formado por escravos, indígenas e descendentes de europeus habita a Ilha e toda a região sul do estado há séculos. Este grupo foi adquirindo um modo de vida bem particular de ser, e segundo Diegues (2005), podem ser identificados como caiçaras. O autor se refere aos caiçaras como um grupo presente no litoral dos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro que foi adquirindo especificidades, com o desenvolvimento de suas técnicas determinado pela combinação de suas origens com a natureza local, a partir de um isolamento que “propiciou, ao mesmo tempo, sua independência e sua afirmação cultural e econômica” (DIEGUES, 2005, p. 22-23). Pessoas que deram origem a características sociais, culturais e linguísticas próprias, e que tiveram sua dinâmica de vida fortemente alterada na região sul do estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970 com a abertura de um trecho da BR-101 conhecido como Rio-Santos.

Segundo Feitosa e Silva (2015), já na década de 1950 percebe-se um processo de modificação significativo na região, com a chegada de indústrias em Angra dos Reis, o que passa a atrair trabalhadores, e é nesse contexto que podemos perceber também a emergência da atividade turística na região. Em 1966, a partir do Decreto nº 58.077, o município de Paraty se torna Monumento Nacional. Também nesta década ganha força o projeto – inserido no Plano Rodoviário Nacional – de construção de uma rodovia que ligaria o Rio de Janeiro até Santos. Entre os anos de 1966 e 1968 a empresa Sondotécnica realizou o estudo de viabilidade técnica e econômica, encomendado pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER). No estudo a rodovia era caracterizada como provedora de bem-estar social, importante para a segurança nacional e o principal, fomentadora do turismo, estando a abertura do trecho intimamente ligada ao início do potencial turístico da região. A Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) surge na década de 1960 e já em 1970 realizou o Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis), que reordenava o litoral sul-fluminense para estabelecimento do turismo. Junto a esse processo surgem as primeiras áreas protegidas. Foi criado o Parque Nacional da

Serra da Bocaina, através do Decreto Federal nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971, e através do Decreto Estadual nº 15.273, em 26 de junho de 1971 foi criado o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), e em 1982 a Área de Proteção Ambiental de Tamoios (APA TAMOIOS) foi estabelecida pelo Decreto Lei nº 9.452. Percebemos então que a década de 1970 marca a chegada de dois processos na porção sul do estado: a entrada do turismo e da legislação ambiental.

Por se tratar de um ambiente insular de mais difícil acesso e também em função do presídio Instituto Penal Cândido Mendes, que funcionava desde 1938, o turismo chega à Ilha Grande em ritmo mais lento quando comparado ao restante da região. Wunder (2006, p.142) aponta que em 1979 havia menos de cinco pousadas em toda a Ilha, e que em 1999 o número chega a quase 90 estabelecimentos. Ou seja, o processo seguiu a lógica do avanço do turismo na região, mas com alguns anos de atraso. Gomes (2006, p.248) afirma que o fim do presídio, em 1994, marca por definitivo a entrada dos discursos ambientalistas na Ilha, prevalecendo o discurso preservacionista, representado pelos órgãos ambientais e fundamentado no saber técnico, voltado para criação de leis gerais que a sociedade deve adotar, “impondo ao homem um modelo de relação com a natureza baseado nas leis da Ecologia e Economia, (...) e são subestimados os saberes locais e seus sistemas de manejo do ambiente” (GOMES, 2006, p. 249). Moradores mais antigos passam a reagir com estranheza à legislação ambiental, que entendem como uma regulamentação injusta imposta pelos órgãos aos nativos. A retirada de areia da praia para construções pequenas ou certos tipos de cultivo passam a ser proibidos e os conflitos se tornam frequentes.

Em síntese, a dinâmica espacial da Ilha Grande passa a ser determinada por essas duas vertentes: a proteção ambiental e o turismo. Diversas práticas tradicionais foram interrompidas em função dessa alteração: a legislação ambiental por vezes impediu determinadas práticas, e a entrada do turismo também fez com que diversos núcleos populacionais direcionassem suas atividades econômicas para esse setor. A inserção da Ilha no contexto de áreas protegidas foi responsável pela requalificação do local como lugar de gestão do meio ambiente, segundo Ferreira (2014), o que tornou necessária, como já mencionado, a afirmação da identidade caiçara como reafirmação do direito ao lugar, sobretudo perante a política ambiental.

É importante frisar que, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), as unidades de conservação podem ser de duas categorias: proteção integral ou uso sustentável. As primeiras não permitem habitação humana, enquanto as de uso sustentável são permissivas à ocupação. A Ilha Grande até 2014 tinha três de suas quatro áreas protegidas de caráter proibicionista: havia o Parque Estadual da Ilha Grande, a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro como unidades de conservação de proteção integral e a Área de Proteção Ambiental Tamoios como de uso sustentável. Isso significa que até 2014, três das quatro unidades de conservação da Ilha – habitada há mais de 3 mil anos – não permitiam ocupação humana, o que já é por si só uma contradição. Em 2014 o Parque Estadual Marinho do Aventureiro foi recategorizado em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma UC de uso sustentável, o que significou o fim da ilegalidade de 33 anos em que viveu a população caiçara do Aventureiro. Os conflitos relacionados as áreas protegidas são presentes não só na Ilha Grande, mas em todo o Brasil. De acordo com Diegues (1996, p. 20), a questão das áreas naturais protegidas levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico e não se reduz a uma simples questão de conservação do mundo natural. As unidades de conservação chegam à Ilha Grande junto a iniciativa turística com o argumento de que o atrativo da região sul do estado era a natureza, com destaque as praias, e que esse caráter deveria ser preservado para finalidades econômicas. O Relatório de Aproveitamento Turístico e Proteção Ambiental do Projeto Turis aponta que

A ligação RIO-SANTOS deve ser enfocada como uma facilidade turística. (...) Definida como preocupação central, em relação ao litoral RIO-SANTOS, a preservação de seus recursos naturais e o impacto da implantação da rodovia, partiu-se para o estudo das praias como elementos catalizadores da demanda turística, (...) elas constituem o elemento mais poderoso de atração, sendo que sua natureza e dimensões são condicionantes essenciais. (BRASIL, 1975)

Além das unidades de conservação impactarem diretamente o modo de vida e apropriação material e simbólica das praias da Ilha Grande pela população caiçara, também foi através delas que o Estado, acompanhado da iniciativa privada, tentou por diversas vezes interferir na dinâmica da Ilha através de medidas arbitrárias.

Em 2009 foi estabelecido pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o Decreto 41.921 que autorizava a instalação de novos empreendimentos em zona de conservação de vida silvestre da Área de Proteção Tamoios, enquanto

anteriormente só eram permitidas reformas e ampliações das construções já existentes. Segundo o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO, 2008), o turismo de base comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável dos recursos da Unidade de Conservação para fins recreativos e também educativos. Há em diferentes praias da Ilha Grande a presença de pequenos empreendimentos gerenciados por moradores antigos, como campings, restaurantes, pequenos serviços de taxi-boats, que seriam diretamente impactados pelo decreto. O turismo de base comunitária poderia então ser aos poucos substituído por um turismo empresarial através de um decreto impositivo do Estado do Rio de Janeiro, representado pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Organizações da Ilha Grande, como associações de moradores, encaminharam junto a Procuradoria Geral uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4370) do decreto, que foi deferida em 2017¹. Apesar de não ter sido efetivado – graças ao enfrentamento dos moradores – representou uma tentativa arbitrária de mudança no plano de manejo da APA que passava por cima dos interesses do conselho, ou seja, da sociedade civil. Em 2012 houve novamente uma decisão arbitrária com a tentativa de implantação de Zonas de Interesse Para Equipamentos Turísticos no zoneamento da APA Tamoios, que permitiria a construção de resorts e hotéis de luxo em 18 praias da Ilha Grande consideradas pelo INEA como degradadas². Em síntese, duas investidas mal sucedidas através da APA Tamoios, e em 2015 foi a vez do Parque Estadual (PEIG).

Entre os meses de agosto e setembro de 2015 foi apresentada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) a Lei nº 7.061/2015, que foi aprovada em caráter de urgência. Essa lei altera as Leis Estaduais nº 6.572/2013 e a nº 6.371/2010 e estabelece novas providências, tornando possível o estabelecimento de Parcerias Público Privadas para a gestão de unidades de conservação estaduais, além da limitação do número de visitantes e cobrança de taxa permanência. A Ilha Grande foi escolhida pelo governo estadual como projeto piloto, isto é, Projeto de Modelagem Estadual de Concessões e Parcerias Público Privadas (PPP) em Unidades de Conservação (UC), através do Edital de Chamamento nº 01/2016, INEA, 2016. Muitos questionamentos foram feitos pela população durante o ano de 2016 através de audiências públicas. Um projeto piloto com duração de 30 anos parecia muito longo, e, além disso, a população se questionava a respeito do destino dos lucros. A PPP seria apenas para o Parque Estadual, mas a Ilha não está totalmente inserida no Parque, o que causava dúvidas acerca da taxa de permanência. Os moradores estariam isentos da taxa, mas seus familiares residentes de outros municípios não. A população da Ilha também resistiu a essa investida, através de mobilização popular e também com a formação do Fórum Contra a Privatização da Baía da Ilha Grande, e hoje o processo encontra-se paralisado.

Fica evidente, a partir da exposição desses eventos, que conflitos ambientais são presentes na Ilha Grande. Quando um grupo tem a continuidade do seu modo de apropriação, uso e significação do território ameaçada há um conflito ambiental, segundo Acseirad (2004, p.21). O autor também nos aponta para a urgência de inserir a categoria da natureza na análise dos conflitos sociais,

Vista a complexidade do quadro que se afigura na reordenação contemporânea dos mecanismos de regulação dos recursos ambientais a nível mundial, coloca-se, tanto para pesquisadores como para formuladores de políticas, o desafio de encontrar instrumentos de análise apropriados ao entendimento desta rede intrincada de processos sócio-ecológicos e políticos que põem, inelutavelmente, a natureza no interior do campo dos conflitos sociais. (ACSEIRAD, 2004, p.9)

Dessa forma, a partir da complexidade do contexto nacional de apropriação privada de unidades de conservação e os consequentes conflitos, é necessário trabalhar com a categoria da natureza inserida no campo dos conflitos sociais.

1. MPF/RJ contesta decreto estadual sobre APA Tamoios. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-contesta-decreto-estadual-sobre-apa-tamoios>. Acesso em 10 jan. 2019.

2. Para saber mais sobre o tema, ver NELSON, P. Ilha Grande Ameaçada. Jornal O Eco – Jornal da Ilha Grande. n. 160, p. 3, Edição Especial, set 2012. Disponível em: <https://issuu.com/oecoilhagrande/docs/especial-set-2012>. Acesso em: 12 ago. 2019.

OS SUJEITOS DO MAR NO CONTEXTO DE NEOLIBERALIZAÇÃO DA NATUREZA

Cruz (2007, p.5) entende a identidade enquanto uma construção histórica de significados que acaba por direcionar a identificação de um grupo. Dessa forma, se é uma construção histórica, não há essencialismos no conceito de identidade, e sim dinamicidade e multiplicidade: as identidades não são fixadas e terminadas, e sim abertas, em processo, em mudança e transformação. Os vínculos de pertencimento podem existir em função das tradições, mas também pelas estratégias de rumos, rotas e projetos. As identidades são construídas pela diferença, e, sendo assim, são sempre relacionais. O caiçara é caiçara, então, porque existe aquele que não é caiçara, e, portanto, a identidade não é autorreferenciada. A afirmação da identidade é uma luta em busca do reconhecimento social da diferença, necessária para a manutenção das especificidades de certos grupos (CRUZ, 2007, p.7). Quando o espaço geográfico é parte fundamental dos processos de identificação territorial e os grupos sociais desenvolvem relações de apropriação — no campo das ideias e da realidade concreta — com esses espaços, há a formação de identidades territoriais. As identidades territoriais são as identidades em que os aspectos fundamentais de suas existências estão na referência a um território, as identidades em que o referencial simbólico parte do território (HAESBAERT, 1999, p.178). As ideias de Cruz (2007) dialogam com as ideias de Haesbaert (1999), que também entende as identidades como relacionais, formadas a partir do embate, diálogo ou conflito com o Outro (HAESBAERT, 1999, p. 175). Na Ilha Grande a identidade, criada a partir do território das praias, foi por diversas vezes uma estratégia para manutenção da existência material e simbólica de seus sujeitos do mar.

Na Praia do Aventureiro, localizada na parte sul da Ilha Grande, o povoado vivia sob a ilegalidade em função de uma unidade de conservação que não permitia a habitação dentro de seus limites. Quando a população do Aventureiro teve a continuidade de seus modos de apropriação impedidos pelo Estado a partir da criação de uma área protegida com caráter restritivo, a Reserva Biológica, há a formação de um conflito ambiental. Nove anos depois da criação da Reserva, em 1990, foi criado adjacente a ela o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA), com seus limites compreendendo toda a área costeira e das praias. O Parque mantém o caráter proibicionista da Reserva, permitindo atividade turística e recreativa, mas impedindo e proibindo atividades de pesca e extrativismo. Sendo assim, o Parque impede a continuidade de toda a apropriação material e simbólica da praia pela população do Aventureiro, que vivia da pesca e necessitava do extrativismo para a construção de suas casas e utensílios. Com a proibição da pesca, o turismo passou a ser a principal fonte de renda dos moradores, mas o turismo também enfrentava desafios, como a proibição frequente dos campings pela polícia militar (SILVA, 2016, p.9). Apenas em 2008 teve início o processo de retirada do Aventureiro dos limites da Reserva e do Parque, a partir de reuniões entre o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) com a população local, em busca da criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Em 2014 ela foi enfim criada, a partir da Lei nº 6793/14, do estado do Rio de Janeiro, que alterou os limites Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e extinguiu o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, que foi recategorizado em RDS, uma unidade de conservação do tipo uso sustentável, que, por fim, regularizou a situação dos moradores do Aventureiro.

De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma “área natural onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais”, que, enfim, permite a ocupação e habitação. Durante 33 anos a população do Aventureiro estava inserida em um contexto de conflito que fez com que a mobilização de identidades fosse necessária. Ao se afirmar enquanto caiçaras e, portanto, população tradicional protegida pelo Decreto Lei nº6.040/07³, o povo do Aventureiro conquistou a legitimidade da sua existência nos limites da RDS.

As identidades são também representações construídas a partir de contextos materiais que exigem estratégias de mobilização. A identidade é relacional na medida em que ela existe a partir da diferença e do embate com o outro, e o outro é, nesse caso, o Estado. Além disso, para enfrentar o projeto pouco transparente de parceria público-privada já

3. BRASIL, Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que entende comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, e classifica territórios tradicionais como os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais.

mencionado no trabalho, uma das estratégias de enfrentamento mais importantes foi a mobilização de identidades caiçaras. O Ministério Público pressionou o governo do estado a respeitar a participação das populações tradicionais no processo decisório⁴. Haesbaert (2014, p. 62), ao discutir a questão de populações tradicionais, aponta que o reconhecimento do direito ao território através da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) fez com que muitos grupos redescobrissem e reconstruíssem suas identidades, como uma forma de empoderamento e mobilização. É notável o papel central dessa mobilização na busca por uma efetiva participação nos processos decisórios que permeiam a Ilha, na busca por uma sociedade mais democrática, especialmente no contexto político que atravessa o país. O discurso neoliberal pode ser favorecido pelo descrédito direcionado às unidades de conservação e órgãos ambientais, o que pode facilitar a entrada de um turismo representado por grandes empresas, segregador de populações tradicionais hoje envolvidas com turismo de base comunitária.

Para Haesbaert, o Estado é o responsável pela divisão da terra a partir da organização administrativa, residencial e fundiária, e, na medida em que o Estado fixa os homens a determinada terra, acaba organizando seus corpos, sendo, portanto, uma entidade que destrói territorialidades previamente existentes e funda novas (HAESBAERT, 2004, p. 199). Assim, podemos entender que as sociedades tradicionais da Ilha Grande tiveram suas territorialidades deturpadas pela atuação do Estado. A discussão sobre a política ambiental é necessária uma vez que as interferências propostas pelo Estado acontecem a partir das unidades de conservação, como evidenciado ao longo do trabalho, nos casos de alteração do zoneamento da APA Tamoios ou concessão privada para o PEIG. O avanço da gestão privada em unidades de conservação e o crescimento do discurso neoliberal⁵ favorável a privatizações é uma ameaça à preservação social, cultural e também ambiental de populações tradicionais. No Brasil, autores como Penna-Firme (2015) e Souza (2015) vêm discutindo a apropriação do discurso ambientalista como forma de instrumentalização da natureza para fins de exercício do poder. O aumento significativo de gestão privada em áreas protegidas no Brasil torna necessário inserir a dimensão política da questão ambiental nos debates, discutir sobre quais intencionalidades estão por trás dos discursos conservacionistas.

Penna-Firme (2015, p.109) argumenta que muitas vezes as unidades de conservação acabam gerando impactos negativos sobre as populações locais, que são as verdadeiras responsáveis pela manutenção da conservação da área ao longo dos anos, afinal paisagens que se tornam unidades de conservação são o resultado de forças naturais com intencionalidades humanas. O autor chama de mercantilização da natureza o processo histórico pelo qual os seres vivos e os ambientes naturais em que vivem são manipulados e utilizados para benefícios particulares e acúmulo de capital (PENNA-FIRME, 2015, p. 110). A natureza é vista como capital, como recurso, e muitas áreas transformadas em parques geram lucros para quem controla a gestão desses territórios. Quando transformamos, segundo Penna-Firme (2015, p.111), a natureza em um conjunto de serviços e objetos para um mercado de consumo global, também criamos restrições para grupos específicos, como as populações caiçaras no caso da Ilha Grande. O acesso privatizado se torna privilégio de quem tem o poder de pagar pela entrada em determinados parques, além disso, há a alteração na reprodução cultural e material das pessoas que estavam ali antes da criação das áreas protegidas. A apropriação verde se refere ao processo de apropriação de territórios para fins ambientais, e é o que percebemos a partir da criação de unidades de conservação para fins exclusivamente relacionados ao turismo: muitas áreas protegidas do Brasil servem, portanto, como reservas de mercado para empreendimentos no futuro.

Penna-Firme (2015, p. 113), para discutir todo esse processo, utiliza também os termos de conservação neoliberal, mercantilização da natureza ou neoliberalização da natureza, considerando esse último mais adequado para apontar todo um conjunto de ações e também discursos utilizados por governos e instituições na formulação de legislações ambientais. Há a criação de conhecimentos técnico-científicos sobre a natureza, que serão os guias e caminhos para o processo de

4. Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República no Rio de Janeiro. MPF e MPRJ atuam em prol dos povos tradicionais da Ilha Grande. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-e-mprij-atuam-em-prol-dos-povos-tradicionais-da-ilha-grande> Acesso em 21 ago 2019.

5. SATRIANO, N. e COELHO, H. Bolsonaro diz querer fazer de Angra dos Reis, no RJ, uma "nova Cancun". O Globo, Rio de Janeiro. 08/05/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/08/bolsonaro-diz-querer-fazer-de-angra-dos-reis-no-rj-uma-nova-cancun.ghtml>. Acesso em 21 out 2019.

tomada de decisões sobre os recursos naturais, junto a difusão, a partir dos meios de comunicação de massa, do discurso em defesa da sustentabilidade. Forma-se um cenário que justifica uma governança global sobre os recursos naturais de todos os países, legitimando um aparato de regras universais que busca uma nova ordem socioambiental. Ordem essa que define o que é natureza e quem se beneficia dessa definição. Em síntese, Penna-Firme (2015, p. 117) entende que o estabelecimento de áreas segregadas para fins de conservação da natureza segue a lógica de mercado que reproduz desigualdades, e, segundo o autor, as populações tradicionais seguem tendo seus direitos violados e suas identidades culturais desprezadas, tudo em nome da sustentabilidade ambiental global.

Souza (2015, p. 27) ao discutir as contradições da política ambiental brasileira, questiona: “o que, afinal de contas, se deseja proteger, de que maneira e em proveito de quem?”. Para o autor, os limites ecológicos das áreas protegidas exemplificam a tentativa de viabilizar os interesses de valorização econômica do espaço combinada a retirada de alguns vistos como indesejáveis em certos espaços. No caso da Ilha Grande, os indesejáveis são muitas vezes as populações tradicionais, que são as verdadeiras responsáveis pela conservação do ambiente que é transformado em mercado.

CONCLUSÕES

A desconfiança e o desprestígio direcionado às unidades de conservação em função dos conflitos apresentados ao longo do trabalho podem favorecer a fácil entrada de um turismo empresarial para substituir o turismo de base comunitária, com consequente reordenação do espaço, encarecimento do solo, aumento do custo de vida, e possível expulsão da população que reside há séculos na Ilha. É importante apontar que as unidades de conservação também funcionaram durante as últimas décadas como a última fronteira a conter o avanço da especulação imobiliária em diversas localidades. Contexto que por si só é contraditório: ao passo em que dificultam a reprodução social de determinadas pessoas, são também o instrumento garantidor dessa reprodução, em certa medida. Porém, como evidenciado, na última década a Ilha Grande vem sendo alvo do avanço do controle do empresariado através dos dispositivos legais ambientais, e, dessa forma, a mobilização da identidade caiçara foi e é uma importante estratégia política na medida em que populações tradicionais contam com dispositivos legais que colaboram para a manutenção do seu direito à terra, como o já mencionado Decreto Lei nº6.040/07. Além disso, e sobretudo por isso, a identidade pode existir também enquanto estratégia de estreitamento de laços entre a comunidade local, o que reforça o poder de enfrentamento ao processo de neoliberalização da natureza em curso a nível nacional. A dicotomia entre povos e parques tão discutida por Diegues (1996) se reflete em diversos casos no contexto brasileiro no conflito entre unidades de conservação e populações tradicionais, e no contexto político que atravessamos é perceptível o aprofundamento de tais problemáticas. Essa dicotomia entre povos e parques é importada do modelo norte-americano de proteção ambiental, e é também, sobretudo, consequência da separação moderno-colonial entre ser-humano e natureza, consequência da tradição moderno-colonial de supressão de saberes locais e consequência da herança moderno-colonial de importação de epistemologias outras, que não cabem para a realidade brasileira e latino-americana (SANTOS, 2009). Ela reforça e aprofunda as desigualdades, e não as diferenças.

As identidades funcionam como um reforço a diferença na busca pela diminuição da desigualdade, e é necessário, mais do que nunca, repensar as estratégias e estabelecer vínculos. Na tentativa de retomar e reforçar grandes ideias de dois grandes geógrafos brasileiros, é importante lembrar que devemos encontrar uma nova “relação da sociedade com a natureza, onde a justiça social e a sustentabilidade ecológica se façam por meio da liberdade, onde todos tenham direitos iguais para afirmarem a sua diferença” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.45), e que, portanto, precisamos “descobrir o caminho intermediário entre um território-mundo de valores universais que defendam a dignidade humana (...) e os múltiplos territórios singulares”. (HAESBAERT, 1999, p. 188).

É importante refletir sobre o papel das identidades dos sujeitos criadas a partir e em busca da diferença. E é urgente repensar a política ambiental brasileira a partir das nossas especificidades e conhecimentos outros, para além do científico, que, como evidenciado ao longo do trabalho, por vezes funciona como instrumento de segregação e apropriação para interesses particulares.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BRASIL, **Decreto nº 6040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- BRASIL, **Lei Estadual nº 7061**, de 25 de setembro de 2015. Altera as leis nº 6.572, de 31 de outubro de 2013 e nº 6.371, de 27 de dezembro de 2012 e dá outras providências.
- BRASIL, **Lei Estadual nº 6793** de 28 de maio de 2014. O Parque Estadual Marinho do Aventureiro, criado pelo Decreto Estadual 15.983, de 27 de novembro de 1990, fica recategorizado como Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- BRASIL, **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
- BRASIL, **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- BRASIL. **Relatório de Aproveitamento Turístico e Proteção Ambiental – Projeto Turis**. Brasília: EMBRATUR. 1975.
- CRUZ, V. C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: Frederico Guilherme Bandeira Araújo; Rogério Haesbaert. (Org.). **Identidades e Territórios: questões e Olhares Contemporâneos**. 1 ed. Rio de Janeiro: ACCESS, v. 1, p. 93-122. 2007.
- DIEGUES, A. C. S. **Enciclopédia Caiçara** Vol. 2 - Falares Caiçaras. São Paulo, Hucitec: Nupaub-USP. v. 1. 260p. 2005.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec: Nupaub-USP. 1996
- FEITOSA, A; SILVA, I. M. Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense. In: CPDA/UFRJ. **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)** – Relatório Final. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ. 2015.
- FERREIRA, H.C.H. Turismo Comunitário, Tradicionalidade e Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Defesa do Território Nativo: Aventureiro-Ilha Grande/RJ. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 8(2), pp.361-379, maio/ago. 2014.
- FIGUEIRA, C. M. B.; SOUZA, M. A. Parceria Público Privada ou Privatização de Unidades de Conservação: o caso da Ilha Grande, município de Angra dos Reis (RJ). In: **Seminário de Sociologia e Direito**, 2016, Niterói. Anais do VI S&D - UFF. Niterói - RJ: PPGSD – UFF. 2016.
- GOMES, M. M. A natureza sob vigilâncias: Etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ. 2006.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, cap.7, p. 169-190. 1999.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF e São Paulo: Contexto. 2002.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.
- ICMBIO, **Princípios e diretrizes do Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação**. 2018.
- INEA. **Edital de chamamento público para o procedimento de manifestação de interesse nº 001/2016**. Relativo ao projeto PPP Ilha Grande. 2016.
- PENNA-FIRME, R. Mercados “Verdes” e a apropriação de terras para finalidades de conservação da natureza. **Ciência Geográfica** - Bauru - XIX - Vol. XIX - (1): Janeiro/Dezembro. 2015

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (Des)Caminhos do meio Ambiente**. São Paulo. Contexto, 1989.

PRADO, R. M. Depois que entrou o Imbamba: percepções de questões ambientais na Ilha Grande, In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ. 2006.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez. 2009

SILVA, J. P. **Sob Uma Ótica Aventureira: Um Estudo Sobre O Turismo Da Vila Do Aventureiro, Ilha Grande – RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso, Niterói, 2016.

SOUZA, M. L. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**. Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

TENÓRIO, M. C. Povoamento pré-histórico da Ilha Grande. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ, 2006.

WUNDER, S. Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In: PRADO, Rosane (org.). **Ilha Grande: do sambaqui ao turismo**. Rio de Janeiro: Garamon/EDUERJ. 2006.

A PESCA GEOGRAFICIZANDO OS LUGARES

FISHING BY GEOGRAPHIZING THE PLACES

LA PESCA GEOGRAFICIZANDO LOS LUGARES

SAID, Abbul Mahmebb - SILVA, José Carlos da

RESUMO

Diante da diversidade da modalidade de pesca marítima existente, algumas possuem papel importante na estruturação dos lugares e acabam por constituir formas diversas de organização da vida social e cultural ao longo da linha costeira onde se situam as zonas de pesca. A cidade de Paraty, localizada no extremo sul do litoral fluminense do Rio de Janeiro engloba uma diversidade de comunidades tradicionais caiçaras as quais muitas tem na pesca um dos principais elementos da reprodução social dos sujeitos. Essas localidades de pesca possuem espacialidade dinâmica que imprimem uma construção de identidades e expressam a geograficidade e historicidade dos sujeitos e dos lugares. No entanto, diversas comunidades vivem um cotidiano de relações conflituosas com agentes dos órgãos ambientais pelo fato de estarem inseridas em áreas de preservação e com grandes embarcações de pesca, devido ao uso abusivo da biodiversidade pela sobrepesca, gerando impactos na cultura e na pesca artesanal. Destas comunidades destacamos as localizadas na Enseada da Cajaíba e dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga aonde as relações da pesca e o processo de modernização implica em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um novo componente promissor, mas também como possibilidade de novas assimetrias no cotidiano dos sujeitos. A questão central incide no modelo de unidade de conservação implantada que impõe uma série de restrições, gerando constantes conflitos nas relações socioambientais dos povos e comunidades tradicionais de Cajaíba. A compreensão da historicidade da pesca em Paraty geograficizando os lugares, na perspectiva da organização social e econômica dos caiçaras são os principais objetivos do presente ensaio.

Palavras-chave: Caiçaras. Pesca artesanal. Geograficidades. Historicidades.

ABSTRACT

Give the diversity of the existing sea fishing modality, some play an important role in structuring the places and end up constituting different forms of organization of social and cultural life along the coastline where the fishing zones are located. The city of Paraty, located in the extreme south of Rio de Janeiro's coast, encompasses a diversity of traditional Caiçaras communities, many of which have in fishing one of the main elements of the subjects' social reproduction. These fishing localities have dynamic spatiality that imprint an identity construction and express the geography and historicity of the subjects and places. However, several communities live a daily conflicting relationship with agents of the environmental agencies because they are inserted in preservation areas and with large fishing vessels, due to the abusive use of biodiversity by overfishing, causing impacts on culture and artisanal fishing. These communities include those located in Cajaíba Cove and within the boundaries of the Cairuçu Environmental Protection Area and the Juatinga State Ecological Reserve where fishing relations and the modernization process imply new knowledge and techniques where tourism enters as a new promising component, but also as a possibility of new asymmetries in the daily lives of the subjects. The central issue is the model of a protected area that imposes a series of restrictions, generating constant conflicts in the social and environmental relations of the traditional peoples and communities of Cajaíba. Understanding the historicity of fishing in Paraty by geographizing places from the perspective of the social and economic organization of the caiçaras are the main objectives of this essay.

Keywords: Caiçaras. Artisanal fishing. Geographies. Historicities.

RESUMEN

Delante la diversidad de la modalidad de la pesca marítima existente, algunas poseen papel importante en la estructuración de los lugares y acabam por constituir formas diversas de organización de la vida social y cultural a lo largo de la línea costera donde se sitúan las zonas de pesca. La ciudad de Paraty, localizada en el extremo sul del litoral fluminense del Rio de Janeiro engloba una diversidad de comunidades tradicionales caiçaras las cuales muchas tienen en la pesca uno de los principales elementos de la reproducción social del sujetos. Esas localidades de pesca poseen espacialidad dinámica que imprimen una construcción de identidades y expresan la geograficidad y historicidad de los sujetos y de los lugares. Sin embargo, diversas comunidades viven un cotidiano de relaciones conflictuosas con los agentes de los organismos ambientales del hecho que estén insertadas en áreas de preservación y con grandes embarcaciones de pesca, debido el uso abusivo de la biodiversidad por la sobrepesca, gerando impactos en la cultura y en la pesca artesanal. Destas comunidades destacamos las localizadas en la Enseada de la Cajaíba y dentro de los límites de la Área de Protección del Medio Ambiente de lo Cairuçu y de la Reserva Ecológica Estadual de la Juatinga donde las relaciones de la pesca y lo proceso de la modernización implica en nuevos saberes y técnicas donde el turismo entra como un nuevo componente prometededor, más también como posibilidad de nuevas asimetrías en lo cotidiano de los sujetos. La cuestión central incide en el modelo de unidad de conservación implantada que impone una serie de restricciones, gerando constantes conflictos en las relaciones ecosociales de los pueblos y comunidades tradicionales de Cajaíba. La comprensión de la historicidad de la pesca en Paraty geografizando los lugares, na perspectiva de la organización social y económica de los caiçaras son los principales objetivos del presente ensayo.

Palabras clave: Caiçaras. Pesca artesanal. Geograficidades. Historicidades.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa apresentar alguns aspectos sobre a pesca em Paraty versando sobre a espacialidade/geograficidade e historicidade da pesca nas localidades onde estão situadas diversas comunidades caiçaras aonde os sujeitos viviam em tempos pretéritos da roça caiçara e da pesca artesanal principalmente. O ensaio apresenta, portanto, questões relacionadas à áreas de proteção/preservação ambiental e seus impactos na pesca, sua importância e limites. Diante da diversidade da modalidade de pesca marítima existente (DIEGUES, 1983; 2004), algumas possuem papel importante na estruturação dos lugares e acabam por constituir formas diversas de organização da vida social e cultural ao longo da linha costeira onde se situam as zonas de pesca. As localidades ou zonas de pesca possuem espacialidade dinâmica que imprimem uma construção de identidades (HALL, 2015), tornando fundamental compreender o sentido da ação social dos pescadores e pescadoras artesanais (SILVA, 2014), atividade que expressa a geograficidade e historicidade dos sujeitos e dos lugares (DARDEL, 2011). Essas localidades se situam em Paraty, localizada no extremo sul do litoral fluminense do estado do Rio de Janeiro.

O ensaio enfatizou metodologia da história oral (ALBERTI, 2013) - memória e narrativa, que consistiu em abordagens específicas sobre o tema da pesca artesanal em Paraty, com recorte mais temático junto aos pescadores e pescadoras da Enseada da Cajaíba. Também valorizou o cotidiano e espaços do fazer e do acontecer solidário (SANTOS, 2017) nas comunidades além de valorizar as narrativas caiçaras, suas tradições e memórias dos acontecimentos (CANDAU, 2018) nos/dos espaços vividos (SERPA, 2019). Cada comunidade ou grupos sociais se organizam de forma diferente e atuam em determinados tipos de pescaria, o que permite diferenciar os tipos de pescados que resultam dessas formas organizativas e tipos de técnicas e saberes praticados. Nesse sentido, Paraty engloba uma diversidade de comunidades tradicionais caiçaras, das quais muitas tem na pesca um dos principais elementos da reprodução social apresentando uma gama diversa de tipos de pescados e técnicas de pesca. Os sujeitos inseridos nessas comunidades representam o mundo dos seus próprios saberes, suas crenças, suas geograficidades e historicidades cotidianas ao estarem

diretamente conectados às ancestralidades, às tradições, oralidades, narrativas caiçaras, ao tempo da natureza, ao tempo dos corpos e uma intrínseca aproximação da natureza terrestre e marítima em um entrecruzamento de saberes e diversidade sociocultural e socioambiental.

No entanto, esses povos e comunidades caiçaras vivem um cotidiano de relações conflituosas com agentes dos órgãos ambientais pelo fato de estarem inseridas em áreas de preservação, conflitos com agentes da Capitania dos Portos em função das diversas modalidades de carteiras de habilitação marítima expedidas (e as não expedidas) e os usos que se faz das embarcações em diversas épocas do ano de acordo com a sazonalidade da pesca e do turismo, além dos conflitos com grandes embarcações de pesca, estas últimas devido ao uso abusivo da biodiversidade pela sobrepesca, gerando impactos na cultura e na pesca artesanal. Justificamos que priorizamos nesse ensaio, a partir dos conceitos e categorias de análise dos autores que embasaram a escrita, principalmente as narrativas caiçaras. Não é intenção invisibilizar os autores, mas sim desenvolver o ensaio caracterizando as narrativas caiçaras e as informações como dados primários. Desta forma, as discussões permeiam os limites e possibilidades da pesca artesanal, das geografidades e historicidades e o formato de existencialidade dos sujeitos narradas por eles próprios onde breves considerações sobre a história de Paraty e a historicidade da pesca se tornam temas pertinentes. A questão central incide no modelo de unidades de conservação implantadas que impõe uma série de restrições, gerando constantes conflitos nas relações socioambientais dos povos e comunidades tradicionais de Cajuíba. Portanto, a busca pela compreensão da historicidade da pesca em Paraty geografizando os lugares, na perspectiva da organização social e econômica dos caiçaras são os principais objetivos do ensaio.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE PARATY E A HISTORICIDADE DA PESCA

Paraty em sua composição social e urbana passou por ciclos econômicos da cana de açúcar e do café, foi rota de passagem e embarque de ouro vindos de Minas Gerais pelo antigo caminho de Cunha e com o declínio desses ciclos a cidade ficou no esquecimento durante muitos anos até o momento da construção da rodovia Rio-Santos entre os anos 60 e 70 que reanimou diversas comunidades que se encontravam ao longo da linha de costa e seu interior de acordo com as narrativas caiçaras. Muitas foram as comunidades que se organizaram e se estabeleceram em diferentes quadrantes de Paraty estando durante muito tempo isoladas do campo urbano e desenvolvendo formas de vida próprias em estreita relação com a natureza. As principais atividades de subsistência dessas comunidades estavam centradas na produção agrícola (roça caiçara) e na pesca artesanal. Nesse sentido, nas localidades e na própria cidade de Paraty não houve transformações urbanas que envolvesse a construção de grandes empreendimentos industriais ou outros equipamentos de grande porte que pudessem atrair os sujeitos de forma que as comunidades permanecessem em seu isolamento quase total em relação à cidade, embora houvessem relações de trocas/venda/compra de produtos, geralmente excedentes da produção agrícola vindas das localidades isoladas de Paraty.

Em relação à equipamentos ou empresas produtoras/causadoras de impacto ambiental, diferente das Baías de Guanabara e Sepetiba, os quadrantes geográficos de Paraty não apresentam ainda de forma efetiva a instalação de grandes empreendimentos industriais causadores de poluição, porém, em Angra dos Reis a Usina Nuclear está em pleno funcionamento assim como alguns portos, marinas e outros empreendimentos, o que por si só já constituem elementos de forte presença do Estado ou de empresas privadas que comprometem o equilíbrio ambiental de toda a área da Baía de Ilha Grande e adjacências, o que acaba por comprometer também de forma direta, toda a Enseada de Paraty e consequentemente a Enseada da Cajuíba. Importante informar que nessa região há algumas correntes marítimas que se dispersam pela Baía de Ilha Grande e representa perigo de contaminação às áreas mais sensíveis a presença de óleo por exemplo. Paraty, no entanto, possui algumas marinas e

postos de combustíveis às margens da enseada, algumas muito próximas de áreas de mangue, o que compromete de forma muito direta toda a fauna marinha dessas localidades, considerando a vulnerabilidade desse tipo de ecossistemas e considerando ainda todo o esgoto da cidade que é lançado nos córregos e rios da região que vão desaguar na Baía de Paraty. Como as águas circulam constantemente em função das vazantes e enchentes da maré, provavelmente há trocas de resíduos e sedimentos que se dispersam por toda a zona costeira que vai de Paraty até Angra e continua seguindo a linha de costa, impulsionadas também pelas correntes marítimas apontadas acima. Algumas correntes marítimas podem tanto levar como trazer resíduos, óleo e outros sedimentos da região de Angra dos Reis e mais adiante na Baía de Sepetiba onde a presença de empresas de maior porte e maior envergadura na potencialização de poluentes estão presentes.

Além disso, cada vez mais a Baía de Ilha Grande vem recebendo enormes navios em seu entorno, aumentando de forma contundente e sistematicamente as áreas de fundeio e automaticamente as áreas de exclusão de pesca. A presença desses navios nas adjacências de Ilha Grande pode estar diretamente ligados à dinâmica de exploração do Pré-sal, portanto, se tornando área de transbordo de petróleo ou pode estar ligado à extração de minérios que ocorrem na outra extremidade da Baía, atingindo de forma mais direta e impactante a Baía de Sepetiba, afetando sobremaneira as relações de pesca nessas localidades segundo os relatos dos próprios pescadores da Ilha da Madeira, Jaguanum e Itacuruçá, além dos relatos dos pescadores de Tarituba, Angra dos Reis, Barra Grande, Paraty e Trindade sobre a presença cada vez maior de grandes embarcações em seus lugares de pesca tradicionais. Também na Baía de Ilha Grande algumas plataformas continentais já se encontram fundeadas em algumas épocas do ano, geralmente permanecendo por algumas semanas e depois desaparecem, sendo provavelmente deslocadas para outras áreas, mas ainda não se sabe, por parte dos pescadores, com qual objetivo.

As relações da pesca e o processo de modernização implicam em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um componente promissor, porém, também como possibilidade de novas assimetrias/contradições no cotidiano dos sujeitos e seus lugares. Desta forma, diante de vasta diversidade cultural das comunidades caiçaras é preciso a compreensão e leitura de mundo que se apresenta no processo de reprodução social a partir do estreito e íntimo contato com o mar e com a terra onde se caracterizam e se destacam um conjunto de conhecimentos dos ecossistemas naturais em que vivem. Também é preciso reconhecer a contribuição dessas comunidades para a conservação dos ambientes marinhos, costeiros e terrestres onde se situam e onde imergiram costumes e leituras de mundo que se diferenciam de outros grupos sociais residentes em outras áreas e nichos ecológicos.

Assim, na concepção da produção social do espaço nessas comunidades é preciso identificar e ler outras relações no mundo dos saberes tradicionais e novas assimetrias que estão presentes no cotidiano dos sujeitos. Essa leitura se dá no campo das subjetividades e objetividades onde as comunidades mantêm um entrecruzamento de conhecimentos, saberes tradicionais e informações que vão dar vazão às demandas socioculturais e socioambientais dos sujeitos. Esses saberes tradicionais se movimentam no tempo e no espaço e são horizontais, expressando um relevante acervo de conhecimentos e trocas de saberes através de uma geografia da pesca nos lugares, ou seja, a pesca geografizando os lugares. Esses conhecimentos e saberes específicos de cada comunidade e seus modos de vida, portanto, não ficam restritos às comunidades somente; esses saberes se movimentam, se cruzam, se conectam, se imprimem em diferentes temporalidades e espacialidades. O mar é, por excelência, o espaço onde se inter cruzam as embarcações, as ideias, os saberes, as trocas, anseios, conflitos, demandas e todo um conjunto de ações coletivas e ações conflituosas com agentes do Estado, constituindo dessa forma toda a dinâmica das geografidades e historicidades tradicionais caiçaras e toda a dimensão de sua espacialidade e existencialidade. Essa espacialidade ou

as geograficidades vão incidir principalmente na cidade de Paraty em relação à descarga do pescado e vão incidir nas demais comunidades em relação às trocas mútuas de saberes, serviços, relações familiares e das ações conjuntas da própria pesca artesanal que exprimem a existencialidade dos sujeitos e seus modos de vida.

É também nesse campo objetivo e subjetivo onde os mesmos praticam um conjunto de ações coletivas e se reproduzem socialmente e as ações se dão entre dois campos de saberes; o campo dos saberes tradicionais na perspectiva das comunidades tradicionais e o campo dos saberes das formas urbanas, do Estado e suas autarquias na perspectiva da ocidentalização do mundo. A partir dos anos 1980, o crescimento da frota industrial de pesca e a criação de órgãos ambientais já apontavam para os problemas da sobrepesca e as assimetrias e contradições acabam por “se enfrentarem” gerando embates/conflitos e tensões sociais que se intensificam frente as historicidades e geograficidades tradicionais caiçaras em diferentes temporalidades. As localidades de pesca e sua espacialidade no discurso caiçara e a construção da identidade caiçara estão imbricadas na relação dos sujeitos com a natureza onde o tempo das ações nos espaços vividos segue o ritmo do tempo da natureza, diferente do tempo cronológico que compõe o modelo urbano-industrial. Por outro lado, as técnicas e assimetrias, tensões e contradições, acabam por se fundirem nos encontros pelo mar, pelas zonas de pesca e nas comunidades onde as trocas mútuas ocorrem, seja na venda do peixe ou dos petrechos de pesca produzidos por uns e vendidos ou trocados por/com outros, seja nas disputas de sentidos com o Estado, os órgãos ambientais e a sobrepesca, produzindo geograficidades e historicidades entre o tempo das ações dos sujeitos nos espaços vividos, mas nem sempre de forma harmoniosa.

GEOGRAFICIDADES E HISTORICIDADES: O TEMPO DAS AÇÕES NOS ESPAÇOS VIVIDOS

A compreensão das geograficidades e historicidades dos sujeitos e o tempo das ações em seus espaços de reprodução sociocultural podem ser entendidas sob a ótica da fenomenologia no campo da Geografia humanística. Para melhor situar nosso objeto de análise neste ensaio, as análises de Dardel (2011), podem nos apontar um caminho bastante interessante aonde as geograficidades e historicidades, na visão desse autor, podem ser apreendidas e compreendidas através da fenomenologia, da percepção das vivências e existencialidades dos sujeitos em seu cotidiano, na compreensão do tempo dos corpos, o tempo das ações sociais e o tempo da própria natureza, num intrincado jogo de tempos. No entanto, são esses tempos diferentes do tempo cronológico do sistema urbano industrial. As temporalidades são as próprias historicidades dos sujeitos que imbricam as geograficidades, os modos de vida, e os tempos de cada ação em um movimento dialético constante. Esse cotidiano compreende as formações sociais, seus núcleos e as múltiplas relações entre os grupos através de seus trajetos e deslocamentos no espaço. Compreender a história de vida, o tempo dos corpos, a produção da memória e identidade, os mitos, simbologias, as crenças, os trajetos e percursos, portanto, as geograficidades e historicidades destes grupos, dos sujeitos; requer compreender a formação de seus núcleos ou agrupamentos populacionais nos mais diferentes quadrantes espaciais.

Cumpramos apontar de imediato que a produção dessas geograficidades e historicidades se inscrevem no campo das disputas de sentidos e nem sempre de forma harmoniosa, pois os conflitos se evidenciam quando há o choque de diferentes interesses num mesmo campo de ação ou da fração do espaço disputado. A questão da sobrepesca pode ser alçada como um dos elementos que desencadearam conflitos em diferentes escalas desde que se constituiu o processo de modernização que trouxe profundas mudanças nas relações da pesca artesanal com a pesca industrial. Para situarmos essa discussão cumpre retomar um pouco da história do desenvolvimento da pesca a partir da implementação de política governamental, assunto bastante debatido e discutido no Nutemc/FFP/UERJ em diferentes reuniões de pesquisa sobre a pesca artesanal.

De acordo com Catia Antonia da Silva¹, a partir dos anos 1960, foi implementado no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca, cuja finalidade era a modernização dos petrechos e das embarcações, buscando produção em grandes quantidades de pescado e redução do esforço manual. Nos anos 1980, já se via o crescimento da frota industrial de pesca e nessa mesma década os órgãos ambientais criados já apontavam para os problemas da sobrepesca. Atualmente, nas Baías de Sepetiba e de Ilha Grande (RJ), os pescadores artesanais que compõem as comunidades tradicionais pesqueiras caiçaras têm apontado vários conflitos com as grandes embarcações que atuam nessas Baías. Segundo eles, em somente um único lance de rede, a pesca industrial retira toneladas de peixes e crustáceos em geral, reduzindo dessa forma drasticamente os estoques marinhos que seriam em parte pescados, por meio de técnicas artesanais e de baixo impacto ambiental, pelas comunidades pesqueiras por um longo período do ano. A sobrepesca não dá chance para que o recurso marinho possa ser reestabelecido no tempo que a natureza necessita e dessa forma não se permite que o recurso seja distribuído (pescado) de forma mais igualitária entre os pescadores artesanais, o que gera como resultado os conflitos entre as modalidades de pesca e os sujeitos envolvidos.

Essas comunidades de pescadores artesanais produzem em pequena escala e em períodos sazonais, respeitando-se o tempo da natureza e sua dinâmica natural, o que permite a recomposição da biodiversidade marinha sem comprometer os estoques marinhos, diferente do que ocorre com a pesca industrial, esta sim, desencadeando uma série de desequilíbrios na fauna marinha. Algumas comunidades apresentam uma diversidade de técnicas e tipos de pescaria com embarcações específicas para cada modalidade de pesca. Entre as modalidades de pesca existem a pesca de cerco flutuante, a pesca de rede de espera, do cerco da tainha ou parati com a pesca de poita, a pesca de covo, de linha, a pesca de corvina etc. Para a pesca de linha é preciso estar bem próximo da linha de costa e tanto em terra como em canoas ou pequenos barcos de fibra é possível a realização dessa modalidade, obtendo assim o baiacu, michole, cocoroca boca de fogo ou comum, fogueira, linguado, corvina, carapau etc. Para a pesca de covo é preciso uma canoa ou barco pequeno de fibra para o deslocamento próximo a costeira para jogar o covo em áreas de costa onde existem lajes e tocas, e peixes como as garoupas, o casaco de ferro, o fogueira e outras espécies típicas de costeira são pescados. Na pesca de poita é preciso uma canoa se possível motorizada ou um barco de fibra com motor para maiores deslocamentos dentro da enseada ou para outras zonas de pesca que exigem maiores deslocamentos. Nessa modalidade de pesca é possível cercar cardumes de parati, tainhas, corvinas e roncador além de outras espécies. Para a pesca do cerco flutuante bastam duas canoas com quatro tripulantes de modo que a rede é puxada do fundo para os bordos das canoas até o sacador da rede onde se encontram os peixes malhados como a sororoca, peixe espada, corvina, bonito banana, bonito comum, robalo, piragica, baiacu, linguado, lula, xerelete entre outros; para o cerco da sardinha maromba uma traineira pequena é suficiente, não necessariamente com motorização para puxar a rede do fundo; para a pesca da corvina em maior quantidade e tamanho é necessário uma embarcação maior e redes de filamentos mais resistentes para ser usada em locais de maiores profundidades e mais distantes da linha de costa, ou seja, mais para o largo da enseada. Por fim, a pesca da lula é feita também de linha com o zangareio sem nenhum tipo de isca e pode ser realizado com uma canoa ou bote de fibra a remo, sendo esse tipo de pescaria realizada bem próximo da linha de costa. O arrasto de camarão é feito com uma baleeira ou barco maior com as redes de arrasto apropriadas para camarão e pode ser realizada ao longo da enseada. Também a pesca de camarão com rede de espera ou caceia é realizada em ambientes de menor profundidade e geralmente em áreas de contato com o mangue, muitas vezes um contato via correntes marítimas

1. Em reunião do Nutemc ocorrida no dia 16/01/2019 para discutir o trabalho de campo que ocorreria entre os dias 23 e 26/01/2019 na cidade de Paraty. O trabalho de campo teve como principal atividade levantar informações sobre a pesca em Paraty sob a perspectiva da pesca artesanal e sua relação com os órgãos de regulação do Estado.

que facilitam o deslocamento dos camarões em fundo de lama e valas de mar. Também em áreas de mangue propriamente dito como nos fundos de baías e enseadas existe a captura do caranguejo, guaiamum, guaiá entre outras espécies de caranguejos e demais mariscos. Em outras localidades existe o cultivo de ostras, polvo e mexilhão, constituindo cada lugar as suas peculiaridades/especificidades no mundo da pesca.

Cada modalidade de pesca exige técnicas e tipos de pescaria e de petrechos diferentes, todas elas respeitando-se o tempo da natureza e a sazonalidade das espécies pescadas, ou seja, em cada época do ano há a presença de certos tipos de peixes que podem ser pescados. Da mesma forma os petrechos podem ser produzidos/fabricados por determinados conhecedores da arte de fazer dos petrechos e isso permite uma maior circulação tanto das técnicas como dos sujeitos entre as comunidades de forma a efetuar as trocas de petrechos e pescados constituindo as geografias da pesca. Essas geografias dos petrechos e dos pescados se configuram em uma dinâmica comercial e de trocas bastante promissora e mais igualitária entre as comunidades, uma vez que os conhecimentos circulam e se cruzam, se intercalam e se mesclam produzindo novas formas de saber e novas técnicas de pesca apreendidas de outras comunidades e suas formas de organização. As rotas de comércio, portanto, não estão amarradas aos ditames de Paraty, dos atravessadores e do mercado de peixe da cidade de forma exclusiva e imperativa. Engana-se quem pensa que todo o pescado capturado pelas comunidades tradicionais vai direto para Paraty. Muitos nem chegam a Paraty e são distribuídos/vendidos/trocados entre as diversas ilhas e comunidades que existem ao longo da linha de costa e trajetos pelo mar que levaria à Paraty. Junto com essa rota do comércio entre as comunidades também circulam esse conjunto de saberes tradicionais, sendo mesclados e fundidos em cada lugar à sua maneira produzindo novas formas de saber, estas tendo novos processos de circulação e produção de novas técnicas em um emaranhado de saberes e geografias dialéticas. Mas também circulam os desafetos, as assimetrias e os conflitos, principalmente aqueles causados pela intervenção do Estado ou pelas empresas de pesca industrial que invisibilizam as culturas e modos de vida tradicionais quando projetam nesse circuito espacial marítimo as formas de pescaria com características de grande mercado produtor, ou seja, a sobrepesca.

Nesse sentido, cumpre destacar que o conjunto de saberes destes sujeitos, muitas vezes não é levado em consideração, o que dá origem aos conflitos quando os grandes barcos de pesca ocupam os lugares tradicionais de pesca dos caiçaras e em pouco tempo recolhem grandes quantidades de pescado, diminuindo drasticamente os cardumes. Também em terra os caiçaras enfrentam problemas em relação ao Estado, este como agente modernizador que impõe a demarcação de áreas protegidas e delimita ações que impedem a reprodução social e cultural dos sujeitos, invisibilizando seus saberes e modos de vida praticados e transmitidos de geração em geração. Se antigamente muito dessas organizações sociais se prestavam ao roçado caiçara e a pesca, atualmente estão proibidos de praticarem a atividade agrícola e se prestam mais à pesca, acarretando prejuízos à sua cultura e costumes. Para Cavalieri (2003), o conhecimento tradicional dessas comunidades se reproduz enquanto prática social quando se assenta no território conquistado e transmitido pelas gerações anteriores, sendo essa a condição para a sua existência. Quando o Estado intervém com a criação dos espaços protegidos de forma vertical, os conflitos se acirram, as geograficidades e historicidades sofrem profundas mudanças e se evidenciam os desequilíbrios sociais².

O mesmo ocorre com a pesca artesanal e a sobrepesca, denotando as relações na sociedade de classes que são tensas, conflituosas e as classes opostas entram em processo direto de disputas de

2. O termo desequilíbrios sociais é aqui empregado para distinguir um certo equilíbrio social que existe nas geograficidades e historicidades dos sujeitos quando são respeitados seus modos de vida e seus múltiplos tempos e temporalidades. Quando há intervenção de outros agentes nessa dinâmica de reprodução da vida, se tornam evidentes os conflitos e desequilíbrios nas formas de reprodução sociocultural dos sujeitos. O tempo dos corpos e da natureza entra em conflito com o tempo social e cronológico da dinâmica urbano-industrial gerando os desequilíbrios sociais.

sentidos e de ações, também nas disputas entre o tempo cronológico e de mercado e o tempo dos sujeitos, de seus corpos, da natureza. Enquanto o urbano exige o tempo cronológico na realização das trocas e produção de mercadorias e da vida urbana, intensa e mercadológica, os modos de vida caiçara vivem o tempo lento do sujeito, sua interação com a natureza e a relação dos corpos com o ambiente que envolve o tempo cosmológico, a lua e suas fases, o vento e suas direções, a maré, sua coloração e densidade, as nuvens, sua altura, seus formatos/desenhos e suas colorações, o tempo das ações sociais nos espaços vividos. No processo de implantação de unidades de conservação nessas áreas, os órgãos ambientais com a atuação dos agentes de meio ambiente acabam por efetivar uma luta de classes que trazem como consequência impactos na pesca e na cultura caiçara. Essa luta de classes, os embates de tempos e o sistema de valores atribuídos ao meio natural no caso de Cajaíba, portanto, se manifestam do ponto de vista do controle efetivo do território quando da implantação da APA Cairuçu e posteriormente da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. Antes dessas delimitações dos espaços vividos para dar lugar aos espaços de preservação, para os sujeitos não existiam as dicotomias entre o homem e a natureza, entre a cultura e a natureza, “dicotomia essa que não tem servido senão para produzir fragmentações profundas de sentido e de ação” (SILVA, 2014. p. 15).

ÓRGÃOS AMBIENTAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E IMPACTOS NA PESCA E CULTURA CAIÇARA

A Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA-Cairuçu) - administrada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) - e a REEJ - administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) - são Unidades de Conservação (UCs) localizadas no município de Paraty. Unidades de Conservação da natureza são áreas com características naturais importantes e limites definidos, criadas e administradas para assegurar a preservação da natureza e o bem-estar das populações locais. A APA, criada em 27 de dezembro de 1983³, pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983, foi criada com o expresse objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando-a com a utilização de seus recursos naturais, de acordo com os preceitos conservacionistas⁴. Já a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga - REEJ teve sua criação através da Lei nº 1859/91 de 1º de outubro de 1991 e efetivada pelo Decreto Estadual nº 17.981 de 30 de outubro de 1992. A REEJ foi criada com o objetivo de preservar o ecossistema local, composto por remanescentes florestais da mata atlântica, restingas manguezais e costões rochosos e está inserida na APA Cairuçu, portanto, configurando sobreposição de unidades de conservação. Nos anos 2000, através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC⁵ que viria a definir as políticas de preservação de acordo com as legislações pertinentes, sendo que no conjunto destas políticas os conflitos aparecem e rebatem diretamente com os saberes e culturas tradicionais. O SNUC torna obsoleto a estrutura institucional e legal da REEJ, além de obrigar a reestruturação legal da Reserva e exigir a obrigatoriedade de reconhecer as comunidades tradicionais, fato que não ocorria antes dos anos 2000 em outros diplomas legais.

3. De acordo com o sítio <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/> acessado em 28 de novembro de 2019.

4. Esses preceitos, porém, visam a proteção integral dos ecossistemas, o que pressupõe a intocabilidade dessas áreas, ou seja, gera contradição com o “expresse objetivo” de fomentar a cultura caiçara. Além disso, geralmente as UCs visam manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações, o que gera também parte dos conflitos, afetando sobremaneira as geografias e historicidades tradicionais caiçaras.

5. De acordo com informações extraídas de: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc> Acesso em 28 de novembro de 2019.

No entanto, as narrativas caiçaras apontam que a atuação dos órgãos ambientais quando da implantação da APA e posteriormente da REEJ demonstram o esvaziamento das comunidades a partir do momento que foram instituídos atos proibitórios onde “nossas famílias nasceram e foram criadas, plantando, pescando, cuidando do lugar, da natureza, séculos antes das discussões sobre preservação”. As narrativas indicam que a obrigatoriedade de reconhecimento de seus povos e suas tradições não pareceu nesse primeiro momento ser uma política levada a cabo pelos agentes de meio ambiente. As narrativas expressam que várias embarcações foram abordadas pelos agentes de meio ambiente e impedidos de pescarem em localidades mais distantes da costa, o que contraria as próprias tradições pesqueiras dos sujeitos, visto que seus pesqueiros invisíveis se localizam em locais de conhecimento específico dos sujeitos. Dessa forma, as intervenções dos agentes de meio ambiente acabam por trazerem impactos na pesca e na cultura caiçara ao inibirem a realização dessas atividades nessas localidades, o mesmo não ocorrendo quando da atuação das grandes embarcações nessas mesmas localidades, o que gera conflitos com a pesca artesanal e tradicional.

Também em terra os agentes ambientais tentam inibir as atividades de cunho tradicional quando se trata dos sujeitos executando serviços de reforma de seus barcos. As narrativas caiçaras apontam ainda que o processo de construção ou reforma dos barcos era uma atividade muito comum nas praias de Cajaíba, mas atualmente se tornou algo proibido, constrangedor e caro para os caiçaras. De acordo com as narrativas o último barco⁶ que subiu a praia do Calhaus em 2015 para ser reformado teve problemas para a realização do feito, pois o INEA embargou tal procedimento que seria realizado dentro da propriedade do caiçara após a embarcação subir a praia. O órgão ambiental através dos seus agentes informou que o dono da embarcação não tinha autorização para executar a ação de conserto da mesma e que para realizar o conserto o responsável pela embarcação deveria levar a mesma para Paraty e executar o conserto no estaleiro da cidade.

Cumpram-se apontar que para tal feito o dono do barco deve pagar a diária da embarcação no estaleiro e ainda pagar a mão de obra do conserto, fato constrangedor e caro ao sujeito caiçara, detentor dos conhecimentos para tal realização, agora impedido de exercer suas atribuições de cunho secular e ancestral. Ou seja, antes o próprio dono executava os devidos consertos e reformas ou até a construção de seu próprio barco com o conhecimento de técnicas adquiridas durante a vida muitas vezes passadas de pais para filhos através da memória, história oral e das atividades cotidianas, independente dos processos de modernização da contemporaneidade. Com a nova política ambiental nessas comunidades o dono do barco não poderá mais executar o que realizou a vida toda e a situação se agrava mais ainda para aqueles que se destacavam nessas proezas e tinham nessas ocasiões as possibilidades de realização dos serviços como meio de subsistência associados com as atividades de pesca. Tais fatos acumulados, segundo as narrativas, fazem com que os sujeitos não consigam mais trabalhar em suas tradicionais atividades, o que abre ameaças de perda dos seus lugares de ações coletivas.

Nesse sentido, os conflitos se evidenciam cada vez mais devido as atuações dos órgãos ambientais a partir da implantação de unidades de conservação e desde então as comunidades seguem resistindo a uma legislação ambiental que, sob a ótica dos sujeitos, parece ser aplicada seletivamente. O que acaba por restringir a realização/concretização material dos modos de vida e dos costumes, desconsiderando as geografidades e historicidades tradicionais e o papel que os sujeitos cumprem para a conservação e manutenção da biodiversidade. Nesse sentido, como as políticas de proteção ambiental podem ao mesmo tempo garantir a proteção das culturas dos povos e comunidades tradicionais pesqueiras impedindo a ocorrência de conflitos e impactos negativos

6. Note-se que hora utilizamos a nomenclatura “barco”, ora “embarcação”. Os dois termos são válidos, mas no linguajar caiçara o nome barco é frequentemente utilizado e na linguagem dos agentes ambientais o nome embarcação consta do vocabulário burocrático do Estado.

nessas culturas frente às atuações dos agentes ambientais e os atos proibitórios? Em se tratando de conflitos, como minimizar ou eliminar os mesmos, visto que as ações dos órgãos ambientais desde a criação das unidades de conservação foram de atuação contra os povos e comunidades tradicionais e desde então só vem gerando conflitos? São questões e problemas de difícil solução a curto prazo e que se tornam cada vez mais prioritárias de resolução para evitar maiores impactos além dos já causados em função dessas políticas de intervenção de forma vertical. Ademais, com os processos de modernização, técnica e turismo, os sujeitos vão se reinventando e adquirindo novas formas de conhecimento e apropriações dos sistemas urbanos e técnicos. Para a efetivação de seus direitos e manutenção de suas formas de vida não se pode prescindir de uma relação mais harmoniosa com o Estado e os agentes de meio ambiente, no entanto, essas relações evidenciam novas assimetrias que podem levar a um desmantelamento das culturas já estabelecidas. Agora correndo o risco de desaparecerem para sempre dadas as possibilidades de efetividade dos impactos na pesca e na cultura caiçara.

RELAÇÕES DA PESCA E A MODERNIZAÇÃO, TÉCNICA E TURISMO

As relações da pesca e o processo de modernização implica em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um novo componente promissor, mas também de possibilidade de novas assimetrias/contradições no cotidiano dos sujeitos. As assimetrias se tornam cada vez mais presentes na vida dos sujeitos à medida que o Estado continua mantendo as políticas de invisibilidades das comunidades. Ao mesmo tempo os processos de modernização apresentam dois lados bastante diferentes e antagônicos entre si. Por um lado, as técnicas e os novos petrechos e/ou ferramentas de trabalho como os celulares, ajudam na comunicação à grandes distâncias e implementam novas relações de trocas dos produtos entre as comunidades a medida que as informações transitam de forma mais rápida e consistente. O comércio de artesanatos, pescados e petrechos de pesca ganham dinamismo e notoriedade, porém, os processos de modernização também trazem problemas de difícil solução uma vez que as médias e grandes empresas de pesca industrial agora possuem em suas embarcações os sonares eletrônicos que conseguem localizar os cardumes a longas distâncias e em questão de algumas horas ocupam os lugares tradicionais de pesca dos caiçaras. Com suas enormes redes de arrasto, todo o fundo marítimo das enseadas é “varrido” de forma descomunal arrastando e malhando tudo o que encontra pela frente, deixando atrás de si um rastro de destruição da fauna marinha.

Como consequência há uma drástica redução no conjunto dos cardumes e diminuição das atividades de pesca artesanal, o que acarreta diminuição na comercialização de produtos oriundos da pesca artesanal, pois os mesmos não conseguem competir à altura com grandes embarcações de pesca; e as famílias ficam sem atividades de renda por impacto causado pela sobrepesca. Assim, as comunidades tradicionais vêm sofrendo os maiores impactos sendo o elo mais frágil da sociedade, ao mesmo tempo que são a ponta das cadeias produtivas da pesca de baixo impacto na natureza nessas localidades de difícil acesso. Com a inserção da sobrepesca nessas localidades o cardume não tem mais o tempo da natureza para sua recuperação/reprodução e manutenção de forma mais equilibrada e consequentemente há uma drástica diminuição do pescado. Também o fato de estar proibido a coleta de troncos na mata para o fabrico da tradicional canoa caiçara, implica ainda mais na expropriação da vida caiçara.

Assim, toda uma cadeia comercial dependente da pesca passa a sofrer maiores impactos, os pescadores e pescadoras artesanais, as marisqueiras, beneficiadoras (es), comerciantes, fabricantes de gelo, canoeiros, artesãos etc., deixam de exercer suas atividades da forma como exerciam e a pesca artesanal vai declinando. Por outro lado, a invisibilidade de pescadoras e pescadores artesanais perante o impacto da atuação dos agentes ambientais e a incidência dessas ações e eventos de

interdições/proibições sobre a realização de suas atividades tradicionais, seu trabalho, reprodução física, social e cultural, não sendo publicitado o drama vivenciado pelas famílias afetadas, torna cada vez mais difícil a manutenção de sua própria existencialidade. Mediante essas ações do Estado, a organização desses povos e comunidades tradicionais, dada a impossibilidade de manutenção de suas atividades pesqueiras e outras relacionadas, há a possibilidade cada vez mais presente de um processo muito rápido de desterritorialização - na concepção de Haesbaert (2016) - em massa nos territórios/lugares de vida dos povos e comunidades tradicionais costeiros.

O turismo entra como um novo agente promissor nessas localidades, porém, mais uma vez a intervenção do Estado se dá de forma negativa para essas comunidades uma vez que o próprio Estado não emite as carteiras de pescador em tempo hábil e outras carteiras são exigidas por parte da Capitania dos Portos para que os sujeitos possam transportar os turistas. Nesse sentido, as carteiras de pescador para quem já tem não serve para o transporte de turismo e quem tem a carteira de turismo não pode exercer a atividade de pesca em baixa temporada de turismo, quem não tem nenhuma das carteiras ainda fica impossibilitado de realizar as duas atividades em seus tempos mais propícios para tal como forma de complementar a renda das famílias. Ou seja, mesmo o turismo como agente promissor apresenta novas assimetrias, conflitos e ameaças aos modos de vida desses povos e comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar/reafirmar que de todos os lados os sujeitos são expropriados de suas atividades por parte do Estado e a dificuldade de acesso a políticas públicas para atendimento às demandas desses povos e comunidades tradicionais vêm agravando sua própria existência enquanto sujeitos da ação. Reiteramos a efetivação do processo de desequilíbrio social nessas comunidades, fruto da intervenção verticalizada do Estado. Mesmo com a modernização e as novas técnicas de pesca, ainda assim os sujeitos estão sendo expropriados de suas atividades tradicionais e não conseguem acompanhar o ritmo de desenvolvimento do grande sistema mercadológico de cunho capitalista, típico da sociedade urbano-industrial contemporânea que gera fragmentação, expropriação e desigualdades sociais. Evidente está que os modelos atuais de implantação de unidades de conservação vêm trazendo impactos negativos nos modos de vida dos sujeitos e no caso específico da pesca é preciso implementar novos marcos regulatórios dos petrechos e tipos de embarcações que estejam em consonância com a realidade ambiental dos sujeitos. Também é preciso de forma mais eficaz valorizar os saberes e modos de vida desses sujeitos, dando visibilidade às suas ações e formatos de organização social visando a preservação de suas culturas. Nesse sentido, os órgãos ambientais em face de seus agentes necessitam de orientações diferentes das atuais formas de abordagem aos sujeitos.

Outras/novas histórias e geografias prescindem de renovação conceitual e novas epistemes histórico-geográficas precisam assentar no campo teórico-metodológico para serem criadas/produzidas/instaladas novas perspectivas e formulações que possam efetivamente auxiliar na compreensão e restauração de uma fragmentação sociocultural que já a muitos anos vêm destruindo as heranças culturais dos povos e comunidades tradicionais. Para a História e a Geografia fica a responsabilidade de focalizar com o devido grau de importância e pertinência, os processos de modernização e os progressos das/nas ferramentas e técnicas de análise que possam dar suporte ao ajustamento sociocultural na perspectiva dos sujeitos da ação. Necessário se faz então evitar os julgamentos de valores e as intervenções verticalizadas ou manipulações nas narrativas dos sujeitos, tendo o cuidado de tratar os mesmos como categoria chave em futuras pesquisas, porém, tomando-se o devido cuidado de não invisibilizar os sujeitos e o sentido de suas ações. Hoje nega-se o outro para manter o *status quo*, para manter a exclusão e fragmentação das geografidades e historicidades tradicionais caíças.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. - 3. ed. rev. atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CANDAU, Joel. **Memória e identidade**; tradução Maria Letícia Ferreira. - 1 ed. 4 reimpr. - São Paulo: Contexto, 2018.
- CAVALIERI, Lucia. **A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2003.
- DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade/ Rogério Haesbaert da Costa. - 10ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Diálogo de saberes entre tradição e modernidade**: ordens e desordens. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008. p. 18. Disponível em:
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/lucia%20helena%20de%20oliveira%20cunha.pdf Acesso em 23/11/2019.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **A mudança como modelo cultural**: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: Enciclopédia caiçara, v. 1/Antônio Carlos Sant'Anna Diegues (Org) - São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueiras. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- FRANCESCO, Ana Alves de. **O território em disputa**: o caso dos caiçaras da Cajaíba. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Apa de Cairucu**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-de-cairucu?highlight=WyJhcGEiLCJjYWlydVx1MDBIN3UiLCJhcGEgY2FpcnVcdTAwZTd1llo=> Acesso em 28/11/2019.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Cairucu**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/> Acesso em 28/11/2019.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Protegidas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc> Acesso em 28/11/2019.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4 ed. 9. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. - São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, Catia Antonia da. **O pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro**. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS EM PRAIAS DA BAÍA DA ILHA GRANDE: ANGRA DOS REIS E PARATY (RJ)

SOLID WASTE POLLUTION ON BEACHES OF ILHA GRANDE BAY: ANGRA DOS REIS AND PARATY (RJ)

CONTAMINACIÓN DE RESIDUOS EN PLAYAS DE ILHA GRANDE BAY: ANGRA DOS REIS Y PARATY (RJ)

MACEDO, Andrea Viana

SILVA, André Luiz Carvalho da

MADUREIRA, Emanuelle

DINIZ, Lorena

PINHEIRO, Ana Beatriz

RESUMO

Este estudo objetivou caracterizar a distribuição, composição e origem dos resíduos sólidos nas praias da Baía da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Almejou-se também identificar a relação entre o lixo nas praias com a dinâmica e os diferentes usos. Os monitoramentos foram realizados no verão e no inverno, em 11 locais distribuídos por sete praias. Os plásticos representam o material predominante na maioria das praias estudadas; seguido por restos de construção, isopor, madeira modificada, guimbas de cigarros e metais diversos, em menor quantidade. Nas praias abrigadas (insulares e continentais) verificou-se a predominância de lixo local; com maior quantidade no inverno, possivelmente devido à redução na limpeza da faixa de areia nessa estação. Nas praias oceânicas (Lopes Mendes e Dois Rios), a maior quantidade de lixo no verão está associada ao aumento de banhistas e a maior estabilidade do perfil da praia, nessa época do ano. A presença de lixo não local, bastante desgastado, aponta para a fonte marinha nessas praias; alguns materiais encontrados (boias, coletes e inseticidas) não são descartados por banhistas, mas sim por embarcações, trazidos para a praia por correntes marinhas.

Palavras-chave: Lixo marinho. Praias. Processos costeiros. Ilha Grande. Paraty.

ABSTRACT

This study aimed to characterize the distribution, composition and origin of solid waste on the beaches of Ilha Grande Bay, in the Rio de Janeiro state. The aim was also to identify the relationship between garbage on the beaches and the dynamics and different uses. Monitoring was carried out in summer and winter, in 11 locations on seven beaches. Plastics represent the predominant material on most of the beaches studied; followed by construction waste, styrofoam, modified wood, cigarette butts and various metals, in lesser quantities. On the sheltered beaches (island and continental) there was a predominance of local waste; with greater quantity in winter, possibly due to the reduction in the cleaning of the sand strip in this season. On the ocean beaches (Lopes Mendes and Dois Rios), the highest amount of garbage in the summer is associated with the increase in bathers and the greater stability of the beach profile, at this time of the year. The presence of non-local waste, which is very worn, points to the marine source on these beaches; some materials found (buoys, vests and insecticides) are not discarded by bathers, but by boats, brought to the beach by sea currents.

Keywords: Marine debris. Beaches. Coastal processes. Ilha Grande. Paraty.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo caracterizar la distribución, composición y origen de los residuos sólidos en las playas de Baía da Ilha Grande, en el estado de Río de Janeiro. El objetivo también fue identificar la relación entre la basura en las

playas y la dinámica y los diferentes usos. El monitoreo se llevó a cabo en verano e invierno, en 11 lugares en siete playas. Los plásticos representan el material predominante en la mayoría de las playas estudiadas; seguido de desechos de construcción, espuma de poliestireno, madera modificada, colillas de cigarrillos y varios metales, en cantidades menores. En las playas protegidas (islas y continentales) predominaba la basura local; con mayor cantidad en invierno, posiblemente debido a la reducción en la limpieza de la franja de arena en esta temporada. En las playas oceánicas (Lopes Mendes y Dois Ríos), la mayor cantidad de basura en el verano está asociada con el aumento de bañistas y la mayor estabilidad del perfil de la playa, en esta época del año. La presencia de residuos no locales, muy desgastados, apunta a la fuente marina en estas playas; Algunos materiales encontrados (boyas, chalecos e insecticidas) no son descartados por los bañistas, sino por los botes, traídos a la playa por las corrientes marinas.

Palabras clave: Basura marina. Playas. Procesos costeiros. Ilha Grande. Paraty.

INTRODUÇÃO

Os litorais da Ilha Grande em Angra dos Reis e de Paraty, no sul do estado do Rio de Janeiro (Figura 1), vem apresentando uma série de problemas socioambientais relacionados à poluição por lixo, como consequência do incremento do turismo, do aumento na circulação de embarcações de pequeno e médio porte na Baía da Ilha Grande e por conta das atividades relacionadas à indústria do petróleo na região. Os problemas relacionados ao turismo são maiores na alta temporada e, principalmente, durante os feriados, festas de fim de ano e carnaval, quando o número de visitantes aumenta consideravelmente nessas áreas (PRADO, 2003). A Baía da Ilha Grande (Figura 1) está inserida num trecho do litoral brasileiro pertencente à Bacia de Santos (MOHRIAK, 2003), que abriga uma das principais áreas de expansão das atividades petrolíferas no país. Além disso, a presença do Porto de Itaguaí na Baía de Sepetiba, do Terminal Petrolífero da Baía da Ilha Grande (TEBIG), juntamente com as Usinas Nucleares Angra 1 e 2, colocam a região da Baía da Ilha Grande e áreas adjacentes num cenário de elevado crescimento industrial e econômico. Essa situação é preocupante, principalmente quando se considera a rica biodiversidade do litoral sul fluminense e a importância das atividades ligadas ao turismo e a pesca para a população nessas áreas. Na Ilha Grande, em especial, o incremento do turismo nas últimas décadas (COSTA e ALVES, 2012) e os impactos associados às atividades decorrentes desse aumento (PRADO, 2003), tem preocupado moradores e frequentadores da região. Este cenário evidencia a necessidade de desenvolvimento de pesquisas voltadas para a preservação desses ambientes, que abrigam um conjunto de ecossistemas (INEA, 2013) de elevada complexidade e importância no litoral sul fluminense.

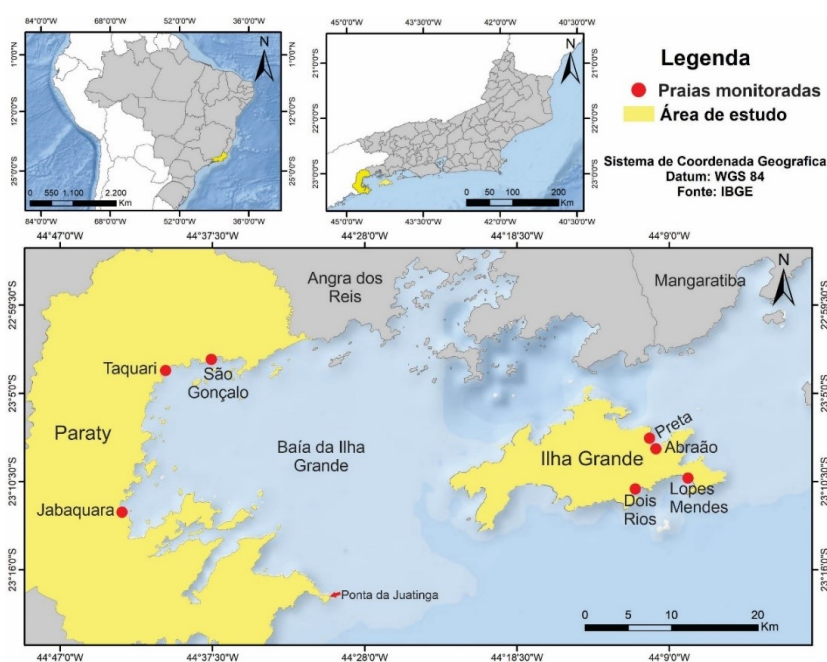


Figura 1 - Mapa de localização das praias estudadas na Baía da Ilha Grande.

Fonte: Autores, 2020.

Os impactos causados por diferentes formas de poluição podem comprometer o equilíbrio dos ecossistemas marinhos e costeiros, além de oferecer risco para a saúde dos frequentadores e prejudicar diversas atividades essenciais à economia local (SANTOS et al., 2008; FARIAS, 2012). A preocupação com os resíduos sólidos tem aumentado cada vez mais e vem ganhando espaço na mídia, nas pesquisas científicas e em programas de educação ambiental. Coe e Rogers (1997) definem lixo como sendo qualquer resíduo sólido de origem humana que foi inserido no ambiente marinho pela ação antrópica. Somerville et al. (2003), consideram que os resíduos sólidos podem ser oriundos de quatro fontes principais: (1) turismo e atividades recreativas, (2) atividades pesqueiras, (3) esgoto e (4) navegação. Essas fontes de resíduos sólidos refletem diretamente à relação entre o aumento da produção e do consumo mundial e a falta de preocupação com o descarte destes materiais produzidos em diferentes escalas e pelas diversas sociedades. Entre os resíduos sólidos, os materiais plásticos estão entre os mais abundantes encontrados nos ambientes costeiros e marinhos (COE e ROGERS, 1997; BAPTISTA NETO e FONSECA, 2011; SANTANA NETO et al., 2016; CORRÊA et al., 2019; entre outros). A maleabilidade, a durabilidade e o baixo custo explicam a grande utilização em nível global de produtos fabricados com materiais plásticos; no entanto, estes materiais oferecem sérios riscos ao meio ambiente (LAIST, 1987; PRUTER, 1987). A proporção de resíduos plásticos nos oceanos aumenta com a distância das áreas de origem, pois são mais facilmente transportados que os materiais mais densos, como vidros e metais; também, porque possuem um tempo maior de decomposição, quando comparado a outros materiais de baixa densidade, como papel e tecidos (RYAN et al., 2009). Os detritos plásticos flutuantes têm se tornado um problema global crescente, pois são transportados pelas correntes oceânicas, alcançando até mesmo as ilhas mais remotas (RÍOS et al., 2018).

Neste sentido, o presente estudo objetivou caracterizar a distribuição e a composição dos resíduos sólidos encontrados em algumas praias, com características distintas, localizadas na Baía da Ilha Grande (Figura 1), para que se possa conhecer a fonte e a relação desses materiais com a dinâmica e os usos costeiros. Este conhecimento é fundamental na elaboração de medidas voltadas para o manejo adequado de resíduos sólidos e para o gerenciamento das diferentes formas de uso e ocupação do litoral.

ÁREA DE ESTUDO

As praias de Abraão (Figura 2A, B), Preta (Figura 2C), Dois Rios (Figura 2D) e Lopes Mendes (Figura 2E), na Ilha Grande (Angra dos Reis), e São Gonçalo (Figura 2F), Taquari (Figura 2G) e Jabaquara (Figura 2H), em Paraty, foram escolhidas para o monitoramento da poluição por resíduos sólidos na Baía da Ilha Grande (Figura 1). Na Ilha Grande, as praias de Abraão e Preta estão voltadas para o continente (Figura 1), portanto, geograficamente abrigadas; as praias de Dois Rios e Lopes Mendes se encontram voltadas para o oceano Atlântico (Figura 1) e são expostas a incidência direta de ondas, conforme Gralato (2016) e Silva et al. (2020). Em Paraty, as praias de São Gonçalo, Taquari e Jabaquara, encontram-se localizadas no interior da Baía da Ilha Grande, no setor oeste da mesma (Figura 1) e, por este motivo, podem ser consideradas de mais baixa dinâmica e abrigadas em relação à incidência direta das ondas de tempestades (PINHEIRO, 2018).

A geomorfologia da região é caracterizada pelo domínio da Serra do Mar, com uma linha de costa bastante recortada, bordejada por um extenso domínio montanhoso escarpado e marcada por costões rochosos que se intercalam com estreitas planícies costeiras (MUEHE e LINS DE BARROS, 2016). As praias na Baía da Ilha Grande variam em extensão, com o predomínio de pequenas praias encaixadas entre os costões; até alguns poucos quilômetros, como é o caso das praias de Lopes Mendes e São Gonçalo (Figura 2E, F). Em muitos casos, o litoral é cortado por pequenos rios e canais, que trazem sedimentos das encostas e depositam nas praias (CARVALHO et al., 2011; GRALATO, 2016; PINHEIRO, 2018; SILVA et al., 2020). Esses canais são alimentados por um regime de chuvas tropicais, concentradas nos meses de verão, com pluviosidade anual superior a 2000 mm (SALGADO et al., 2007). Os ventos na Baía da Ilha Grande são provenientes do subquadrante nor-noroeste e nor-nordeste, sob condições de tempo bom; ventos provenientes de sudoeste e sul-sudoeste predominam durante a ocorrência de tempestades (SOUZA JUNIOR et al., 2012).

As profundidades na Baía da Ilha Grande variam bastante: chegam até o máximo de 40 m na área do canal que separa a porção oeste do mar aberto; as regiões mais rasas, geralmente inferiores a 10 m, correspondem a enseada de Paraty, na porção oeste da área de estudo (MAHIQUES, 1987). A amplitude máxima da maré na Baía da Ilha Grande é de cerca de 1,4 m (DHN), o que tende a causar variações horizontais expressivas na linha d'água ao longo do dia, principalmente em praias que exibem um perfil de baixo gradiente.



Figura 2: Praias estudadas na Baía da Ilha Grande.

Fonte: A, B, C, D, E, André Silva (2015); F, G, H, Ana B. Pinheiro (2016).

As condições de mar mudam de forma rápida em resposta a passagem de frentes frias vindas do Sul, responsáveis pela formação de ondas de tempestade. Dependendo da localização, as praias na Baía da Ilha Grande apresentam diferentes níveis de exposição à incidência de ondas de tempestade (GODOI et al., 2011; GRALATO, 2016; PINHEIRO, 2018; SILVA et al., 2020). A propagação de ondas e, consequentemente, a direção do transporte de sedimentos ao longo das praias no interior da Baía da Ilha Grande é influenciada pela presença das ilhas e do relevo que limita a embocadura a oeste da Ilha Grande. Como consequência, a Ponta de Juatinga, em Paraty (Figura 1), provoca um efeito de sombra na porção oeste da baía; o mesmo efeito ocorre na porção leste, onde a Ilha Grande serve como uma barreira protegendo o litoral (MUEHE e LIMA, 2006). As ondas provenientes de sul e sudeste tendem a entrar com maior facilidade na baía, submetendo algumas praias a variações morfológicas em resposta às mudanças nas condições de mar (GODOI et al., 2011; MUEHE e LIMA, 2006). Durante a ocorrência de ressacas, as ondas tendem a atingir regiões que são normalmente protegidas, podendo causar inundações e impactos nas estruturas costeiras, principalmente quando associadas à maré alta de sizígia (GODOI et al., 2011; PINHEIRO, 2018; SILVA et al., 2020).

MATERIAIS E MÉTODO

Foram realizados monitoramentos nas estações de verão e inverno, que representam, respectivamente, os momentos em que as praias são mais frequentadas e mais suscetíveis às ressacas. Um total de 11 locais foram selecionados e distribuídos ao longo de sete praias na Baía da Ilha Grande (Figura 3), sendo: Abraão (2), Preta (1), Dois Rios (2) e Lopes Mendes (3), na Ilha Grande; e São Gonçalo (1), Taquari (1) e Jabaquara (1), em Paraty.

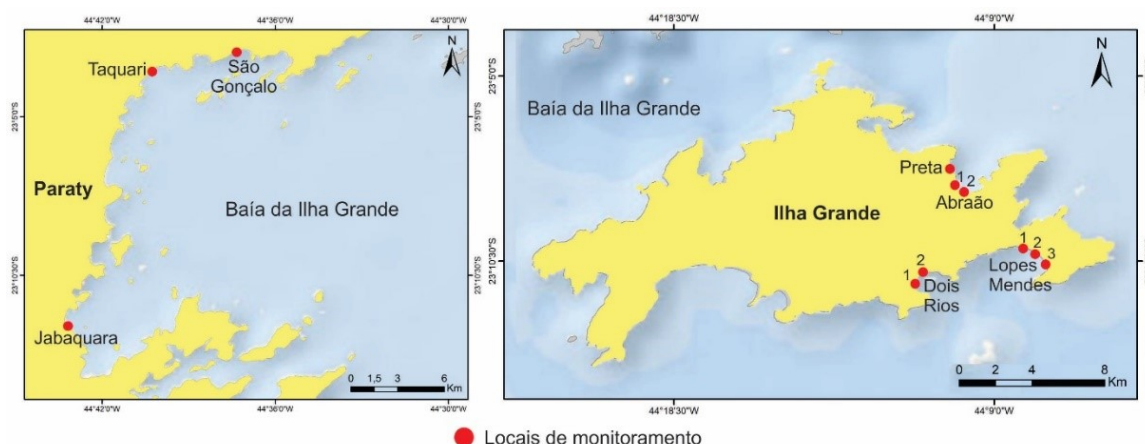


Figura 3: Áreas selecionadas para o monitoramento do lixo nas praias estudadas.

Fonte: Autores, 2020.

Os locais de monitoramento foram selecionados com base na localização e extensão do arco praial, nas diferentes formas de uso e ocupação de cada praia estudada; envolvendo praias insulares e continentais, abrigadas e de mar aberto. Em cada local foi demarcada uma área de 25x50 metros na faixa de areia emersa da praia (pós-praia) para a contagem e classificação dos macro resíduos sólidos, seguindo a mesma metodologia adotada em diversos estudos (WILLOUGHBY, 1986; BAPTISTA NETO e FONSECA, 2011; CORRÊA et al., 2019). Os resíduos sólidos encontrados nas praias foram identificados, quantificados e fotografados, para posterior verificação do estado de preservação dos materiais, necessário para compreender a relação entre a origem (local ou marinha) e a distribuição destes sob a influência dos processos costeiros (PRUTER, 1987). Os resultados foram processados no software Microsoft Excel para a confecção de gráficos e tabelas, contendo a quantidade, o tipo de material encontrado e demais informações.

RESULTADOS

Os resultados são apresentados a seguir com base na dinâmica das praias selecionadas para o monitoramento. As praias localizadas na Baía da Ilha Grande apresentam diferentes níveis de exposição à incidência de ondas e aos eventos de tempestade, dependendo da localização e orientação das mesmas. As condições de mar na área de estudo mudam rapidamente em resposta à passagem eventual de frentes frias, causando grandes agitações na superfície oceânica com a aproximação de ondas de tempestade, que atingem diretamente as praias localizadas na face sul da Ilha Grande, como Lopes Mendes e Dois Rios (GRALATO, 2016; SILVA et al., 2020). As praias abrigadas, localizadas na borda norte da Ilha Grande e voltadas para o continente, como Abraão e Preta, são menos dinâmicas em comparação com as praias voltadas para o oceano (GRALATO, 2016; SILVA et al., 2020). As praias de São Gonçalo, Taquari e Jabaquara, em Paraty, estão abrigadas no setor oeste da Baía da Ilha Grande e são, consequentemente, as de mais baixa energia (PINHEIRO, 2018), selecionadas para este estudo.

PRAIAS DA ILHA GRANDE VOLTADAS PARA O CONTINENTE (SETOR NORTE)

A praia do Abraão, com 1.200 m de extensão, foi subdividida em dois setores (Figuras 2A, B e 3). Os monitoramentos realizados durante as estações de inverno de 2015 e verão de 2016 mostram que o setor sudeste (P2, Figura 3) da praia do Abraão foi o que apresentou maior quantidade de resíduos sólidos, com destaque para o inverno (Tabela 1, Figura 4). Na área do P2, a quantidade de resíduos sólidos encontrados no pós-praia correspondeu a 282 itens no inverno e 217 no verão; com destaque para os materiais de construção descartados na faixa de areia (53% no verão), guimbas de cigarros (37% no inverno), metais (20% no inverno) e plásticos diversos (13% no verão) e madeira modificada (18% no verão), entre outros (Tabela 1, Figuras 5 e 6). Essa área é repleta de restaurantes, pousadas, entre outros estabelecimentos; alguns localizados sobre a faixa de areia da praia, que também é utilizada como área externa dos estabelecimentos, com cadeiras, mesas e barracas (Figura 2B). O setor noroeste da praia do Abraão (P1, Figura 3) apresentou uma quantidade de resíduos sólidos menor, cerca da metade quando comparado à área do P2 (Tabela 1, Figura 4). A quantidade de resíduos sólidos encontrados no pós-praia foi muito parecida entre as estações, com 104 itens no inverno e 108 no verão; com o predomínio de plásticos diversos (40-63%, respectivamente), além de outros materiais em menor quantidade (Tabela 1, Figuras 5 e 6). Essa área tem sido utilizada como estacionamento de pequenos barcos e lanchas, que chegam a ocupar toda a extensão da praia (Figura 2A).

Tabela 1: Quantidade e composição dos resíduos sólidos nas praias estudadas na Baía da Ilha Grande. * Ausência de dados.

Praias	Ilha Grande																Paraty						Total		
	Abraão				Preta		Dois Rios				Lopes Mendes				São Gonçalo		Taquari		Jabaquara						
	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	In.	Ver.	In.	Ver.	Inv.	Ver.	Inv.	Ver.	GERAL
	P1	P2	P1	P2	P1	P1	P1	P2	P1	P2	P1	P2	P3	P1	P2	P3	P1	P1	P1	P1	P1	P1			
Plástico	42	16	68	29	13	18	35	18	65	118	25	163	175	25	385	100	97	65	24	*	71	34	679	907	1586
Vidro	1	20	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	2	0	1	*	6	0	33	3	36
Papel/papelão	5	21	3	6	0	1	0	0	0	3	0	5	0	3	3	0	14	1	3	*	14	3	62	23	85
Madeira modificada	20	21	5	40	5	1	15	8	0	3	3	15	25	8	10	10	1	1	0	*	1	2	114	80	194
Metais diversos	10	55	10	5	3	1	0	0	0	0	0	5	8	0	3	3	22	12	1	*	7	0	111	34	145
Matéria orgânica	5	8	0	3	0	0	0	0	23	13	10	5	8	18	13	160	5	3	2	*	5	2	48	235	283
Borracha	2	0	1	1	2	0	0	0	5	8	0	8	5	0	3	3	0	0	0	*	2	0	19	21	40
Isopor	3	0	11	14	0	0	30	8	40	5	5	30	13	0	5	3	7	16	1	*	21	2	118	96	214
Tecido	4	0	1	2	1	3	0	0	3	0	3	3	3	0	0	0	3	0	1	*	9	2	27	11	38
Nylon	1	0	3	0	0	0	3	0	0	3	3	5	23	0	5	0	3	0	1	*	0	0	39	11	50
Corda	2	3	4	1	0	0	5	5	3	0	0	10	30	0	8	5	1	0	1	*	2	1	59	22	81
Cigarro	0	103	1	0	5	14	0	0	0	8	0	0	0	8	0	0	20	12	0	*	2	3	130	46	176
Restos de construção	6	32	0	114	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	102	183	0	*	5	4	145	304	449
Fralda descartável	0	0	0	0	1	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0	1	3	4
Espuma	3	0	0	0	0	0	0	0	3	3	0	3	3	3	0	0	0	4	1	*	0	0	10	13	23
Pilha	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0	2	0	2
Carvão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	0	*	0	0	4	2	6
Couro	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0	1	0	1
Lâmina de barbear	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	*	0	0	1	0	1
Total por perfil	104	282	108	217	31	38	88	39	145	167	49	252	296	65	435	284	281	299	36	*	145	53	1603	1811	3414

Fonte: Autores, 2020.

Encaixada entre promontórios rochosos e com apenas 300 metros de extensão, a praia Preta (Figura 2C) foi a que apresentou a menor quantidade de resíduos sólidos, com um total de 69 itens (inverno e verão), ligeiramente superior no verão, com apenas 38 unidades (Tabela 1, Figura 4). Resíduos sólidos representados por plásticos diversos (47% no verão) e guimbas de cigarros (37% no verão) foram os materiais mais encontrados na areia da praia (Tabela 1, Figuras 5 e 6). Apesar de estar localizada próxima a praia de Abraão, a praia Preta se encontra dentro do Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG) e, por este motivo, não dispõe de construções voltadas para turismo na ilha, como restaurantes e pousadas.

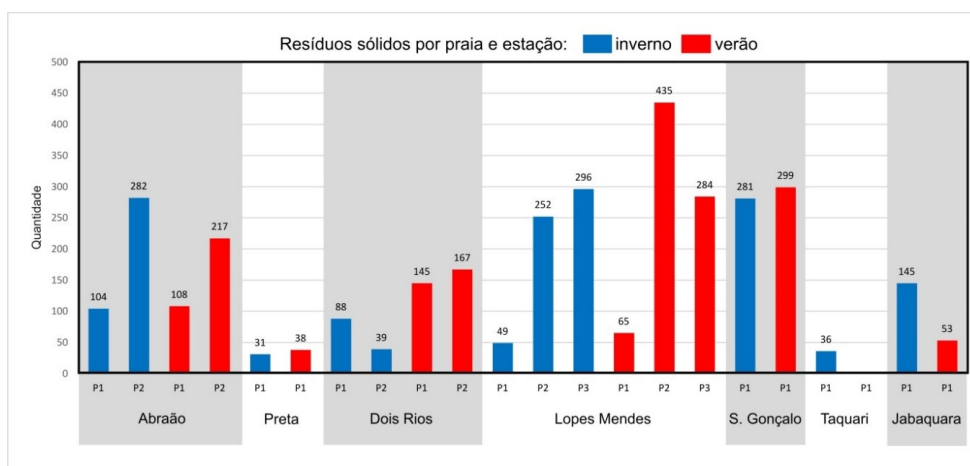


Figura 4: Distribuição dos resíduos sólidos nas praias estudadas nas estações de verão e inverno. Em Taquari não foi realizado monitoramento no verão.

Fonte: Autores, 2020.

PRAIAS DA ILHA GRANDE VOLTADAS PARA O OCEANO (SETOR SUL)

Entre as praias oceânicas selecionadas para o monitoramento (Figura 2D e E) verificou-se uma maior concentração de resíduos sólidos em Lopes Mendes. Essa praia exibe um arco praial extenso, com 2.430 metros, motivo pelo qual a mesma foi subdividida em três setores para o monitoramento dos resíduos sólidos. O meio do arco praial (área do P2) e o setor sudeste (P3) apresentaram as maiores quantidades de resíduos sólidos (Tabela 1, Figura 4): na área do P2 foram contabilizados 252 itens no inverno e 435 no verão; no P3 esse total correspondeu a 296 itens no inverno e 284 no verão (Tabela 1, Figura 4). Essa quantidade é bem superior ao que foi encontrado na área do P1, que apresentou apenas 49 e 65 itens nas estações de inverno e verão, respectivamente (Tabela 1, Figura 4). Dentre os materiais encontrados, os plásticos são predominantes, com 61 e 65%; seguido por isopor, cordas, nylon e madeira modificada, em menor quantidade (Tabela 1, Figuras 5 e 6). Apesar do maior fluxo de turistas no setor noroeste (P1), o lixo produzido pelos banhistas é diariamente recolhido pelos ambulantes que trabalham no local, o que não ocorre nas demais áreas (P2 e P3).

No litoral de Dois Rios (Figura 2D), com 1.200 metros de extensão, a concentração de resíduos sólidos foi menor, quando comparado à Lopes Mendes (Tabela 1 e Figura 4). No inverno foram encontrados apenas 88 e 39 itens, nas áreas do P1 e P2, respectivamente; contrastando com os 145 e 167 materiais contabilizados no verão; mais do que o dobro (2,5 vezes) em relação ao inverno nas mesmas áreas (Tabela 1 e Figura 4). Em Dois Rios no verão existe um fluxo maior de turistas e um comércio incipiente e que, provavelmente, estejam contribuindo com o descarte irregular de lixo na praia. Alguns materiais encontrados na areia, com destaque para as embalagens plásticas (71% no verão) (Tabela 1, Figuras 5 e 6), exibem um aspecto de novos, possivelmente descartados no local por banhistas.

PRAIAS DE PARATY (SETOR OESTE DA BAÍA)

Os resultados mostraram a presença de resíduos sólidos em todas as praias monitoradas no setor oeste da Baía da Ilha Grande, com destaque para São Gonçalo (Figura 2F), em ambas as estações (Tabela 1 e Figura 4). Essa praia é a maior em extensão, com 2.800 metros, e se trata de uma das mais frequentadas por turistas o ano inteiro; possui quiosques na faixa de areia, onde são colocadas cadeiras, mesas e barracas. Nessa praia foram encontrados um total 580 itens, sendo 281 no inverno e 299 no verão (Tabela 1 e Figura 4). O tipo de resíduo sólido mais encontrado nessa praia corresponde a restos de construção (61% no verão) e plástico diversos (34% no inverno) (Tabela 1, Figuras 5 e 6). Os materiais encontrados na areia da praia estão, na maioria, em bom estado de conservação, o que sugere que estes tenham sido deixados na areia pelos próprios frequentadores.

A praia de Taquari (Figura 2G), com 1.900m de extensão, está localizada dentro de uma propriedade privada. Essa praia está associada a uma barreira arenosa em pontal, formada paralelamente ao rio Taquari, que exibe uma variação expressiva na morfologia, como resultado da interação entre a dinâmica na foz do rio e a ação dos processos costeiros (PINHEIRO, 2018). Nela foi encontrado um total de 36 itens (no inverno), sendo plástico o material predominante, com 67% (Tabela 1, Figuras 4, 5 e 6). No verão, o monitoramento não foi realizado, pois o acesso à praia não foi liberado. Os resíduos encontrados nessa praia apresentaram aspecto desgastado, sugerindo que os mesmos sejam provenientes de fonte marinha.



Figura 5: Resíduos sólidos identificados nas praias estudadas.

Fonte: Autores 2020.

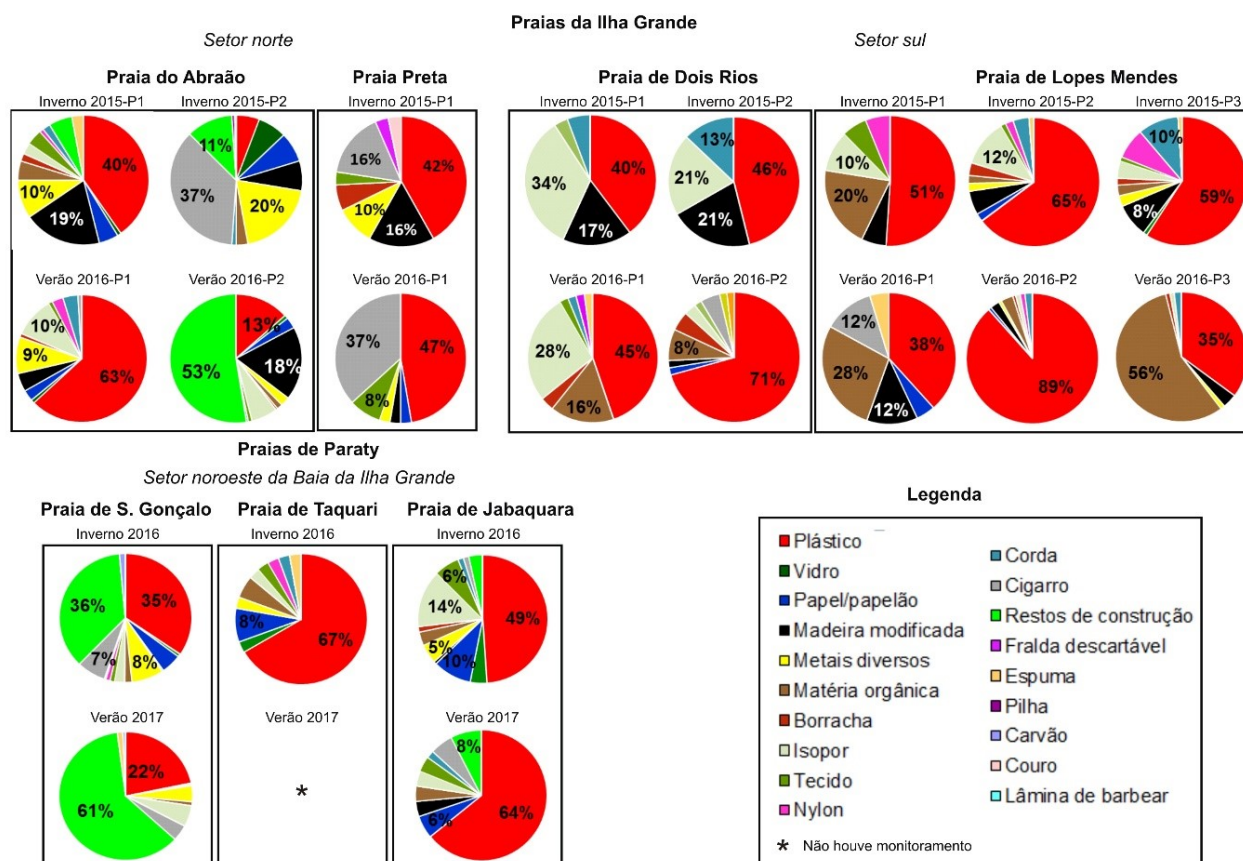


Figura 6: Tipos de resíduos sólidos encontrados nas praias estudadas nas estações de verão e inverno. *Dado inexistente.

Fonte: Autores, 2020.

A praia de Jabaquara (Figura 2H), com 1.230m de extensão, está localizada próximo ao centro histórico e é uma das mais frequentadas; possui quiosques, pousadas e restaurantes. Nessa praia foi encontrado um total de 198 itens, sendo 145 no inverno e 53 no verão (Tabela 1 e Figura 4); com predominância de resíduos sólidos compostos por plásticos diversos, representando 49% dos materiais encontrados no inverno e 64% no verão (Tabela 1, Figuras 5 e 6). A maior concentração de resíduos sólidos na praia de Jabaquara no verão pode ser consequência do maior número de frequentadores nessa estação. Cabe destacar que o monitoramento foi realizado no setor norte da praia, afastado do local onde se encontra concentrada a infraestrutura turística (quiosques e pousadas). O lixo encontrado na faixa de areia da praia de Jabaquara, em bom estado de preservação, sugere que esses materiais foram deixados pelos frequentadores, como observado na praia de São Gonçalo.

DISCUSSÃO

O plástico foi o material residual mais representativo nas praias estudadas na Baía da Ilha Grande, correspondendo a 46% (1586 itens) de todo o lixo encontrado em ambas as estações (Tabela 1 Figuras 6 e 7). A predominância de lixo composto por plástico nas praias tem sido apontada em diversos estudos no Brasil, conforme verificado em alguns locais nos litorais de Niterói (BAPTISTA NETO e FONSECA, 2011; ARAÚJO et al., 2014), de Maricá (CORRÊA et al., 2019), de São Paulo (FERNANDINO et al., 2016), de Santa Catarina (STELMACK et al., 2018), do Espírito Santo (NEVES et al., 2011), da Bahia (SANTANA NETO et al., 2016); e do mundo, inclusive em áreas remotas (RÍOS et al., 2018; SULOCHANAN et al., 2019; SUARIA et al., 2020). A lenta decomposição dos materiais plásticos e a baixa densidade (flutuabilidade), aliada à sua ampla utilização a nível global, são os fatores mais diretamente responsáveis pelo crescente aumento desse material nos

oceanos e praias de todo o mundo. Os plásticos mais leves são facilmente transportados por correntes costeiras e por isso podem ser deslocados por longas distâncias (RYAN et al., 2009), alcançando até mesmo as áreas mais remotas, como relatado por Ríos et al. (2018) em relação as ilhas do Atlântico Norte e por Suaria et al. (2020) na Antártica. Entre as praias estudadas na Baía da Ilha Grande, Lopes Mendes foi a que apresentou a maior concentração de plásticos (com 89%), seguida por Dois Rios (71%), ambas no verão (Figuras 6 e 7). Esses valores são superiores ao que foi verificado por Baptista Neto e Fonseca (2011) na Baía de Guanabara (70%), onde os autores destacam a importância dos rios e do escoamento superficial urbano como principais responsáveis pelo aporte de lixo. Em Lopes Mendes e Dois Rios essa contribuição, ao que tudo indica, é predominantemente marinha, pois os riachos na face sul da ilha não drenam áreas urbanizadas; além, da grande quantidade de lixo não local, bastante desgastado. A poluição causada por lixo plástico representa um risco emergente e tem sido discutida como um marco da influência humana no registro geológico (Antropoceno) (ZALASIEWICZ, et al., 2016). A predominância de plásticos nas praias estudadas representa uma ameaça às atividades turísticas, a pesca e aos ecossistemas litorâneos, podendo causar danos à fauna marinha e aves, além de contribuir para a degradação desses ambientes.

Entre os demais tipos de lixo encontrados, destacam-se: materiais de construção (com 449 itens), isopor (214), madeira modificada (194), guimbas de cigarro (176) e metais diversos (145) (Tabela 1, Figuras 5, 6 e 7); corroborando com resultados encontrados por Baptista Neto e Fonseca (2011) na Baía de Guanabara. Restos de construção aparecem descartados na areia da praia, principalmente em Abraão e São Gonçalo (Tabela 1, Figuras 5, 6 e 7). Esses materiais, tal como os demais, resultam de atividades relacionadas à crescente demanda turística local e a ineficiência do poder público na remoção do lixo. Na Ilha Grande, em especial, esse problema está também associado a falta de estrutura adequada para armazenar e transportar a grande quantidade de lixo produzido por um número cada vez maior de frequentadores (PRADO, 2003). Especial atenção deve ser dada ao isopor (Figura 7), devido a sua facilidade em fragmentar-se em partículas menores e pela capacidade que estas possuem em dispersar substâncias perigosas, transportadas para longas distâncias por correntes oceânicas e ventos (JANG et al., 2016).

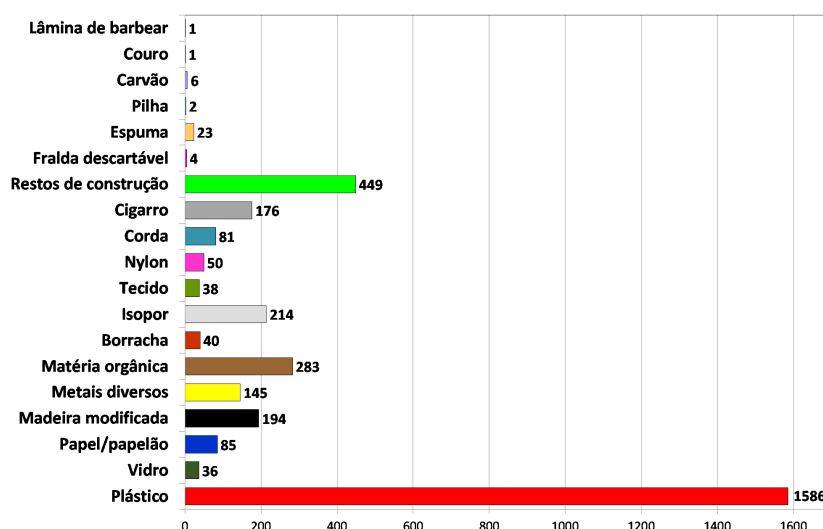


Figura 7: Composição do total de resíduos sólidos nas praias estudadas.

Fonte: Autores, 2020.

As variações sazonais desempenham um importante papel na deposição de resíduos sólidos nas praias. Os resultados inicialmente apontam para um equilíbrio na quantidade total de resíduos sólidos nas praias estudadas no inverno (1603) e verão (1811) (Tabela 1, Figura 4). No entanto, quando se considera as praias no mesmo contexto geográfico (praias expostas insulares, praias abrigadas insulares e praias abrigadas continentais) há diferenças significativas na quantidade de resíduos sólidos entre as estações. Nas praias

abrigadas, tanto insulares (Abraão e Preta) quanto continentais (em Paraty), verificou-se uma maior quantidade de resíduos sólidos no inverno, respectivamente, 15% e 21% a mais do que no verão (Tabela 1, Figura 4). Esse resultado contrasta com o que foi verificado por Baptista Neto e Fonseca (2011) em algumas praias na Baía de Guanabara, onde a maior quantidade de lixo foi encontrado no verão. Para os autores, nesse período (verão) a quantidade de resíduos sólidos nas praias pode triplicar em relação ao inverno, devido a maior contribuição dos rios e do escoamento superficial urbano no período de maior ocorrência de chuvas (BAPTISTA NETO e FONSECA, 2011). O maior acúmulo de resíduos sólidos nas praias abrigadas na Baía da Ilha Grande durante o inverno pode estar relacionado com a redução na limpeza da faixa de areia nesta estação, devido à diminuição da frequência de banhistas. A limpeza da praia é regularmente realizada por proprietários e funcionários dos quiosques nos meses de verão e feriados. O acúmulo de lixo aumenta consideravelmente devido ao aumento do turismo no verão, quando chegam turistas de diversas partes do Brasil e do mundo. Na Ilha Grande, durante a alta temporada, entre dezembro e março, a quantidade de resíduos sólidos chega a dobrar (PRADO, 2003). Deve-se considerar também que essas praias abrigadas, apesar da baixa dinâmica, são eventualmente atingidas por ondas de tempestade (principalmente no inverno), geralmente inferiores a 1 metro na face norte da Ilha Grande (SILVA et al., 2020) e de 0,5 metro no litoral abrigado de Paraty (PINHEIRO, 2018). Essas ondas, quando ocorrem simultaneamente a elevação da maré de sizígia, podem alcançar toda a faixa de areia da praia. Uma linha de deixa pode ser formada com materiais diversos, incluindo lixo, como verificado na praia de Itaipuaçu, em Maricá, por Rosa e Silva (2016). Em algumas áreas, topograficamente mais baixas, essas ondas podem transpor a praia (overwash) e depositar lixo sobre e na retaguarda da mesma, como ocorre em Taquari e São Gonçalo (PINHEIRO, 2018).

Nas praias da Ilha Grande voltadas para o oceano (Lopes Mendes e Dois Rios) verificou-se um aumento de 51% na quantidade de resíduos sólidos no verão, em comparação com o inverno (Figura 4). Esse aumento pode estar diretamente associado ao maior número de banhistas no verão, algo comum nessa época do ano; quando também predominam condições de mar calmo e maior estabilidade do perfil da praia. É importante destacar que nas praias localizadas na borda sul da Ilha Grande não há coleta regular de lixo, diferentemente do que ocorre na face norte. O lixo deixado por banhistas é, em parte, recolhido apenas naquelas áreas onde existem ambulantes trabalhando, como no P1 de Lopes Mendes (Figura 4). Nas demais áreas, tanto em Lopes Mendes quanto em Dois Rios, o lixo se encontra em grande parte desgastado pela dinâmica de ondas e marés, e parece ser proveniente de fonte marinha. Alguns materiais encontrados nas praias (como boia, inseticida, desodorante – Figura 5) não são descartados por frequentadores locais, mas sim por embarcações ou mesmo oriundos de fontes mais distantes, trazidos para a ilha por correntes marinhas. Esse tipo de resíduo sólido é, de certa forma, estranho ao ambiente de praia, considerado por Santos et al. (2008) como lixo “não local”, proveniente do ambiente marinho. Esses materiais apresentam-se degradados, devido ao prolongado tempo de permanência no ambiente praias e a exposição aos processos subaéreos (chuva, insolação, vento, etc.); e ao retrabalhamento sofrido por ondas de maior energia, com grande capacidade para remobilizar esses materiais, conforme verificado em Itaipuaçu por Rosa e Silva (2016) e no arco praias de Jaconé-Squarema por Corrêa et al. (2019). Ondas de tempestade atuam com maior eficiência no inverno (CARTER, 1988). Nas praias de Lopes Mendes e Dois Rios, durante a ocorrência de tempestades mais intensas, essas ondas ocupam toda a faixa de areia, expõem raízes e derrubam árvores na retaguarda das mesmas; remobilizam os sedimentos da praia e os deposita na porção submarina; essas areias retornam posteriormente quando do retorno às condições de tempo bom (GRALATO, 2016; SILVA et al., 2020). O mesmo tende a não ocorrer com os resíduos sólidos presentes nas praias com elevada dinâmica (grande variabilidade morfológica), que flutuam e são levados pelas correntes marinhas para outras áreas.

CONCLUSÕES

Entre os resíduos sólidos encontrados nas praias da Baía da Ilha Grande predominaram plásticos diversos e materiais de construção descartados na faixa de areia, em ambas as estações. A predominância do

lixo plástico nas praias estudadas está diretamente associada ao crescente aumento desse material nos oceanos e praias de todo o mundo, ao elevado tempo de decomposição, a baixa densidade e à sua ampla utilização. A poluição causada por lixo plástico nas praias da Baía da Ilha Grande representa uma ameaça às atividades turísticas, a pesca e aos ecossistemas litorâneos, além de contribuir para a degradação desses ambientes.

Nas praias voltadas para mar aberto, mais suscetíveis as ondas de tempestades, o lixo encontrado (não local e bastante desgastado) aponta para o importante papel das correntes marinhas e da dinâmica de ondas como principal fonte de resíduos sólidos para a Ilha Grande, com destaque para o inverno. Os resíduos sólidos encontrados nas praias abrigadas (tanto insulares, quanto continentais), de baixa energia e mais estáveis, evidenciam a necessidade de medidas voltadas para uma melhor destinação do lixo produzido localmente, com especial atenção aos meses de verão, relacionados à alta temporada do turismo.

"O presente estudo integra resultados obtidos ao longo de um monitoramento desenvolvido pelo Grupo de Estudos Costeiros (GECOST), junto ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFP-UERJ. Agradecemos ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA-RJ) por autorizar o desenvolvimento desta pesquisa (Nº 29/2015). Agradecemos também ao Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS-UERJ) pelo apoio durante os trabalhos de campo. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelas bolsas de mestrado concedidas às estudantes Andrea Macedo (E-26/202.613/2018) e Emanuelle Madureira (E-26/202.612/2018)."

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F.; SILVA, M.; CASTRO, R.; SALES, A.; PERES, F.; TIMBÓ, M. Projeto "Praia limpa é a minha praia": uma contribuição para a preservação dos ambientes aquáticos. **Revista Interagir**: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 17/18/19, p. 81-89, janeiro-dezembro. 2014.
- BAPTISTA NETO, J. A. B.; DA FONSECA, E. M. Seasonal, spatial and compositional variation of beach debris along of the eastern margin of Guanabara Bay (RJ) in the period of 1999–2008. *Journal of Integ. Coastal Zone Management*, v. 11, p. 31–39, fev. 2011.
- CARTER, R. W. G. **Coastal Environments**: An Introduction to the Physical, Ecological and Cultural Systems of Coastlines. Londres: Academic Press, 1988.
- CARVALHO, C.; ANJOS, R. M.; VEIGA, R.; & MACARIO, K. Application of radiometric analysis in the study of provenance and transport processes of Brazilian coastal sediments. **Journal of Environmental Radioactivity**, v. 102, n.2, p. 185–192. 2011.
- COE, J. M.; ANDERSSON, S.; ROGERS, D. B. Marine debris in the Caribbean Region. In: COE, J.M., ROGERS, D.B. Eds., **Marine Debris**: Sources, Impacts and Solutions. New York: Springer, 1997. p. 25–34.
- CORRÊA, L. F.; SILVA, A. L. C.; PINHEIRO, A. B.; PINTO, V. C. S.; MACEDO, A. V.; MADUREIRA, E. A. L. Distribuição e fonte de resíduos sólidos ao longo do arco praial de Jacaré-Squarema (RJ). **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), v. 15, n. 1, p. 57-79, janeiro-junho. 2019.
- COSTA, N. M. C.; ALVES, L. R. S. A hospitalidade no (eco)turismo da enseada de Abraão – Ilha Grande (RJ): reflexos sobre o meio ambiente local. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 389-412, julho-dezembro. 2012.
- FARIAS, C. R. S. M.; JARDIM, T. D. M. **Rio+20**: oceanos, mares e zonas costeiras. Boletim Legislativo, Brasília, n. 17, p. 1-6, maio. 2012. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-68publicações/tema-se-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentável/rio-20-oceanos-ares-e-zonas-costeiras>>> Consultado em: 09/07/2016, 2012.
- FERNANDINO, G.; ELLIFF, C.; SILVA, I.; BRITO, T.; BITTENCOURT, A. Plastic fragments as a major component

of marine litter: a case study in Salvador, Bahia, Brazil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 16, n. 3, p. 281–287, novembro. 2016.

GRALATO, J. C. A. **Dinâmica de praia e vulnerabilidade às ondas de tempestades do litoral oriental da Ilha Grande (Angra dos Reis - RJ)**. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016. 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

GODOI, V. A.; CALADO, L.; WATANABE, B. W.; YAGINUMA, L.; PEREIRA, M. B. Evento extremo de ondas na baía da ilha grande: um estudo de caso. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 5, n. 2, p. 287-44, julho-dezembro. 2011.

INEA. **Parque Estadual da Ilha Grande**: plano de manejo (fase 2) / resumo executivo. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-98. 2013. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/PEIG-RM.pdf>. Consultado em: 29/02/2020.

JANG, M.; SHIM, W.J.; HAN, G.M.; RANI, M.; SONG, Y.K.; HONG, S.H. Styrofoam Debris as a Source of Hazardous Additives for Marine Organisms. **Environmental science & technology**. 50, 4951-4960. 2016

LAIST, D. W. Overview of the biological effects of lost and discarded plastic debris in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin**, v.18, n. 6B, p. 319-326, junho. 1987.

MAHIQUES, M. M. **Considerações sobre os sedimentos de superfície de fundo da Baía da Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987. 158p. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Física).

MOHRIAK, W. U. **Bacias Sedimentares da Margem Continental Brasileira**. Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil, Brasília: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2003. p. 87-94.

MUEHE, D.; LIMA, C. F. **Erosão e progradação do litoral brasileiro**. Brasília: MMA, 2006.

MUEHE, D.; LINS-DE-BARROS, F. M. The Beaches of Rio de Janeiro. In: Short AD, Klein AHF. **Brazilian Beach Systems**, Dordrecht: Springer, 2016. p. 363–396.

NEVES, R. C.; SANTOS, L. A. S.; OLIVEIRA, K. S. S.; NOGUEIRA, I. C. M.; LOUREIRO, D. V.; FRANCO, T.; FARIAS, P. M.; BOURGUINON, S. N.; CATABRIGA, G. M.; BONI, G. C.; QUARESMA, V. S. Análise qualitativa da distribuição de lixo na praia da Barrinha (Vila Velha-ES). **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 11, n. 1, p. 57-64, agosto. 2011.

PINHEIRO, A. B. **Geomorfologia de praias e sensibilidade ambiental do litoral de Paraty (RJ) a potenciais eventos de derramamento de óleo**. Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018. 141p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PRADO, R. M. Tensão no Paraíso: Aspectos da Intensificação do Turismo na Ilha Grande. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1-9. 2003.

PRUTER, A. T. Sources, quantities and distribution of persistent plastics in the marine environment. **Marine Pollution Bulletin**, v.18, n. 6B, p. 305-310, junho. 1987.

RÍOS, N.; FRIAS, J. P. G. L.; RODRÍGUEZ, Y.; CARRIÇO, R.; GARCIA, S. M.; JULIANO, M.; & PHAM, C. K. Spatio-temporal variability of beached macro-litter on remote islands of the North Atlantic. **Marine Pollution Bulletin**, v. 133, p. 304–311, maio. 2018.

ROSA, K. S.; SILVA, A. L. C. A influência dos processos costeiros na origem e distribuição do lixo na praia de Itaipuaçu (Maricá, RJ). In: XI SINAGEO, 2016, Maringá (PR). **Anais do IX Sinageo**, Maringá, PR, 2016, p. 1-6.

RYAN, P. G.; MOORE, C. J.; VAN FRANEKER, J. A.; MOLONEY, C. L. Monitoring the abundance of plastic debris in the marine environment. **Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences**, v. 364, p. 1999–2012, junho. 2009.

SALGADO, C. M.; PEIXOTO, M. N. O.; & MOURA, J. R. S. Caracterização espaço-temporal da chuva como subsídio à análise de episódios de enchentes no município de Angra dos Reis, RJ. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 7-26, julho-dezembro. 2007.

SANTANA NETO, S. P.; SILVA, I. R.; BITTENCOURT, A. C. S. P. Distribuição do lixo marinho e sua interação

com a dinâmica de ondas e deriva litorânea no litoral norte do estado da Bahia, Brasil. **Geociências**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 231-246. 2016.

SANTOS, I.R.; BAPTISTA NETO, J. A.; WALLNER-KERSANACH, M. Resíduos Sólidos. In: BAPTISTA NETO, J. A., WALLNER-KERSANACH, M., PATCHINEELAM, S. M. **Poluição marinha**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008. p. 309-330.

SILVA, A. L. C. da; GRALATO, J. da C. A.; BRUM, T. C. F.; SILVESTRE, C. P.; BAPTISTA, E. C. da S.; PINHEIRO, A. B. Dinâmica de praia e susceptibilidade às ondas de tempestades no litoral da Ilha Grande (Angra dos Reis -RJ). **Journal of Human and Environment of Tropical Bays**, v. 1, p. 9-44, janeiro. 2020.

SOMERVILLE, S. E.; MILLER, K. L.; MAIR, J. M. Assessment of the aesthetic quality of a selection of beaches in the Firth of Forth, Scotland. **Marine Pollution Bulletin**, v.46, n. 9, p. 1184–1190. 2003.

SOUZA JUNIOR, M. D.; MONTEIRO, L. C.; PEREIRA, V. C. R. **Relatório técnico**: Determinação dos Aspectos Meteorológicos e Hidrodinâmicos Governantes na Baía da Ilha Grande, Rio de Janeiro. 2012.

STELMACK, Ê. O.; VOOS VIEIRA, C.; CREMER, M. J.; & KROLL, C. Lixo marinho em ambientes costeiros: o caso da Praia Grande no município de São Francisco do Sul/SC. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 11–28, janeiro-abril. 2018.

SULOCHANAN, B.; VEENA, S.; RATHEESH, L.; PADUA, S.; ROHIT, P.; KALADHARAN, P.; & KRIPA, V. Temporal and spatial variability of beach litter in Mangaluru, India. **Marine Pollution Bulletin**, v. 149, p. 1-13, agosto. 2019.

SUARIA, G., PEROLD, V., LEE, J. R., LEBOUARD, F., ALIANI, S., & RYAN, P. G. Floating macro- and microplastics around the Southern Ocean: Results from the Antarctic Circumnavigation Expedition. **Environment International**, v. 136, p. 1-8, janeiro. 2020.

WILLOUGHBY, N. G. Man-made Litter on the Shores of the Thousand Island Archipelago, Java. **Marine Pollution Bulletin**, v. 17, n. 5, p. 224-228. 1986.

ZALASIEWICZ, J.; WATERS, C. N.; IVAR DO SUL, J. A.; CORCORAN, P. L.; BARNOSKY, A. D. CEARRETA, A.; EDGEORTH, M.; GATUSZKA, A.; JEANDEL, C.; LEINFELDER, R.; MCNEILL, J. R., STEFFEN, W.; SUMMERHAIES, C.; WAGREICH, M.; WILLIAMS, M.; WOLFE, A. P.; YONAN, Y. The geological cycle of plastics and their use as a stratigraphic indicator of the Anthropocene. **Anthropocene**, v. 13, p. 4–17, janeiro. 2016.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESPACIAL DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE/RS

SOCIOECONOMIC AND SPACE CHARACTERIZATION OF THE FISHING COMMUNITIES OF SAO JOSÉ DO NORTE / RS

CARACTERIZACIÓN SOCIOECONÓMICA Y ESPACIAL DE LAS COMUNIDADES DE PESCA DE SAO JOSÉ DO NORTE / RS

MARTIN, Maristel Coelho San

RESUMO

Esta pesquisa visou caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais de 13 comunidades pesqueiras da zona rural, do município de São José do Norte, buscando compreender como ocorre a dinâmica da produção do seu espaço, quais os recursos e serviços essas comunidades possuem, e qual a diferenciação espacial entre elas. A metodologia empregada pautou-se na revisão bibliográfica, coleta de dados em secretarias municipais, colônia de pescadores Z2 e pelos dados adquiridos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e dos Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS) 2017. Como resultado obtemos que a comunidade da 5ª Secção da Barra é a que mais se destaca na quantidade de habitantes, pescadores, serviços e infraestruturas, porém, eleva-se no número de pessoas com registro no cadastro único e que vivem em situação de pobreza. Já as comunidades do Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco e São Caetano possuem uma quantidade menor de infraestrutura tornando-se dependente uma das outras, mas buscam sua reprodução social por outros meios. E as comunidades do Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhamé, Retiro e Estreito, são as mais fragilizadas devido os poucos recursos de modo geral.

Palavras-chave: Comunidades pesqueiras. São José do Norte. Caracterização. Produção do Espaço.

ABSTRACT

This research aimed to characterize the socioeconomic and spatial conditions of 13 fishing communities in the rural area, in the municipality of São José do Norte, seeking to understand how the dynamics of the production of their space occur, what resources and services these communities have, and what is the differentiation space between them. The methodology employed was based on bibliographic review, data collection from municipal departments, Z2 fishermen colony and data acquired from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Register of Addresses for Statistical Purposes (CNEFE) and Strategic Maps for Citizenship Policies (MOPS) 2017. As a result, we obtained that the community of the 5th Section of Barra is the one that most stands out in the number of inhabitants, fishermen, services and infrastructures, however, it increases in the number of people with registration in the register single and living in poverty. The communities of Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco and São Caetano have a smaller amount of infrastructure becoming dependent on one another, but seek their social reproduction by other means. And the communities of Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhamé, Retiro and Estreito, are the most fragile due to the few resources in general.

Keywords: Fishing communities. Sao Jose do Norte. Description. Space Production.

RESUMEN

Esta investigación tuvo como objetivo caracterizar las condiciones socioeconómicas y espaciales de 13 comunidades pesqueras en el área rural, en el municipio de São José do Norte, buscando comprender cómo se produce la dinámica de la producción de su espacio, qué recursos y servicios tienen estas comunidades y cuál es la diferenciación espacio entre ellos. La metodología empleada se basó en la revisión bibliográfica, la recopilación de datos de los departamentos municipales, la colonia de pesca Z2 y los datos adquiridos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), el Registro Nacional

de Direcciones para Fines Estadísticos (CNEFE) y Mapas Estratégicos para Políticas de Ciudadanía (MOPS) 2017. Como resultado, obtuvimos que la comunidad de la 5ta Sección de Barra es la que más se destaca en el número de habitantes, pescadores, servicios e infraestructuras, sin embargo, aumenta en el número de personas inscritas en el registro soltero y viviendo en la pobreza. Las comunidades de Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco y São Caetano tienen una menor cantidad de infraestructura que se vuelve dependiente entre sí, pero buscan su reproducción social por otros medios. Y las comunidades de Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhame, Retiro y Estreito, son las más frágiles debido a los pocos recursos en general.

Palabras clave: Comunidades de pescadores. Sao Jose do Norte. Caracterización Producción espacial.

INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade social em comunidades pesqueiras vem se destacando cada vez mais nas últimas décadas. Isso ocorre, pois além dos diversos problemas referentes à poluição ambiental, conflitos e disputas de territórios e a questão da sobrepesca, há também uma forte ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade e do espaço em que estão inseridas. Dessa forma, é possível notarmos um enfraquecimento das potencialidades dessas comunidades, em virtude dos problemas causados pela escassez de oportunidades e a falta de serviços e infraestruturas.

Kaztman e Filgueira (2006) utilizam os conceitos de ativos e de estruturas de oportunidades para caracterizar a vulnerabilidade, explanando que os ativos são um conjunto de recursos materiais e imateriais, das quais indivíduos e famílias buscam apropriarem-se para melhorar suas condições de vida e enfrentarem as dificuldades.

Já as estruturas de oportunidades são disponibilizadas pelo Estado, mercado e sociedade, ou seja, são “fontes para o acesso aos ativos” (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006, p. 72). Dessa forma, podemos dizer que os ativos são: as condições de saúde, a qualificação, as competências e as habilidades; e as estruturas de oportunidades são: as habitações, postos de saúde, escolas, financiamento à produção, entre outros.

A dificuldade de se encontrar dados específicos sobre as comunidades pesqueiras de São José do Norte, sobretudo da zona rural, é notória. Dessa forma, torna-se necessário conhecer o contexto em que estão inseridas para que possibilite a aplicação de políticas públicas, visando melhorar as condições de vida e desenvolvimento das mesmas. Diante do exposto, esta pesquisa visa caracterizar as condições socioeconômicas e espaciais de 13 comunidades pesqueiras da zona rural, do município de São José do Norte, buscando compreender como ocorre a dinâmica da produção do seu espaço, quais os recursos e serviços essas comunidades possuem, e qual a diferenciação espacial entre elas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia empregada pautou-se em uma revisão bibliográfica pertinente ao assunto. Devido à baixa produção de pesquisas com dados detalhados dessas comunidades, além da dificuldade de acesso às localidades, optou-se por utilizar os dados por setores censitários do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) e dos Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS-2017). Foi possível ainda coletar alguns dados e informações relevantes nas secretarias municipais e na colônia dos Pescadores.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

São José do Norte está localizado no litoral oriental da Laguna dos Patos no extremo sul do Brasil. Constitui-se de uma população de 25.503 pessoas e uma densidade demográfica de 22,81 hab./km² conforme (IBGE, 2010). Sua principal economia é a monocultura da cebola, pecuária, pesca, reflorestamento e extração de madeira.

Este município está dividido em três distritos, o qual o primeiro possui sede na cidade e inclui as seguintes localidades: Medengue, Mercilda, Miguelita, Parobé, Passinho, Pontal da Barra, Praia do Mar Grosso, Arroio do Inhamé, Ponta Rasa, Barranco, Vila Nova, Canastreiro, Capão dos Bois, Capão das Cariocas, Capela, Capivaras, Cocuruto, Fazenda Tamandaré, Jacinto Ignácio, Lagoão, Quinta Secção da Barra, Retiro, Retovado, Rincão do Barbosa, Tesoureiro, Três Capões, Várzea. Já o segundo distrito possui sede na vila do Estreito abrangendo as localidades Campo de Honra, Gravatá, Saraiva e São Caetano. E o terceiro distrito possui sede na vila do Bojuru abrangendo as localidades Capão d'Areia, Capão do Meio, Divisa, Cavallhada, Curral Velho, Farol da Conceição, Garupeira, Paorá, Ronda, Contrato, Turpim e Barra Falsa.

Para essa pesquisa escolhemos as comunidades Quinta Secção da Barra, Povoação da Barra, Cocuruto, Pontal da Barra, Retiro, Passinho, Capivaras, Várzea, Arroio do Inhamé, Ponta Rasa e Barranco. Todos esses situados no Distrito Sede do município. Já no segundo distrito escolhemos as comunidades do Estreito e a do São Caetano.

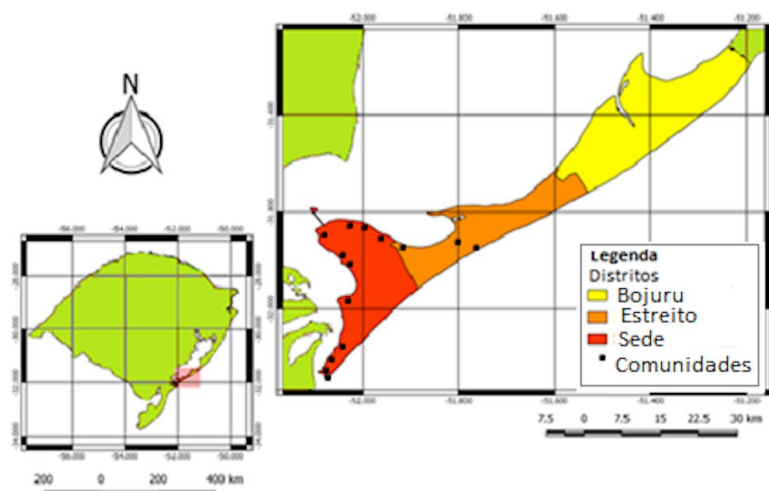


Figura1 - Divisão distrital de São José do Norte

SRC Selecionado (EPSG 31982 - EPSG 4019) SIRGAS 2000/UTM zone 22S. Data: 22 de setembro de 2019.

BREVE HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO ATUAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE

A ocupação da península de São José do Norte ocorreu a partir de conflitos e estratégias de ocupação europeia. Conforme Bunse (1981, p. 13), desde a chegada dos portugueses, o litoral sul foi pouco explorado devido à sua configuração. Além disso, a primeira inclusão oficial na região foi um posto de vigilância na chamada "Barranca do Norte" que além de assegurar a posse do território, serviu de controle de vendas ilegais de gado, dando início ao primeiro povoado.

A partir de 1734, os portugueses já haviam fixado 27 fazendas de gado nesse território, sendo que, as terras foram divididas por meio de sesmarias, porém, as localizadas ao sul foram concedidas para antigos tropeiros e militares (PESAVENTO, 1985, p. 15). Já em 1738, foi criada a Fazenda Real Bojuru, a qual era voltada para a criação de gado, dando nome à localidade. Como forma de incentivo à ocupação deste local, a coroa portuguesa lançou um edital com oferecimento de terras na localidade para recrutamento de habitantes e famílias providas do arquipélago dos Açores, que tivessem habilidades com navegação, pesca e agricultura.

De acordo com Alves e Torres (1996, p. 07) os primeiros açorianos fixaram-se na localidade do Estreito em 1753, formando um aldeamento. Acrescenta-se a isso que essa localidade já habitavam indígenas, militares portugueses e africanos, o qual ocasionaram um intercâmbio de etnias e uma população miscigenada. Ainda no Estreito, foi construída a primeira capela de Nossa Senhora das Candeias, em referência à iluminação das águas e orientação dos barcos na escuridão da noite realizada por candelabros.

Após um tempo, a capela passou a ser chamada Nossa Senhora da Conceição, e até 1812, foi a matriz da península, contudo, com a diminuição da população nesse local, a matriz foi transferida para a nova sede, com o nome de capela da Nossa Senhora dos Navegantes, onde atualmente é a cidade de São José do Norte. Cabe salientarmos que a antiga capela do Estreito foi soterrada por uma tempestade de areia e reconstruída em 1846, e em 1872 transferida para Bojuru, dando origem a vila de Bojuru, mas mantendo o nome Capela Nossa Senhora da Conceição do Estreito. É importante enfatizarmos que, segundo Mattos (1999) foi da cultura açoriana e do êxito no trabalho do campo no Estreito que surgiu e prosperou às margens do canal, o povoado de São José do Norte. (MATTOS, 1999, p. 26).

Conforme Amaral (1999, p.278) além do trigo, era cultivado: milho, feijão, lentilha, mandioca, centeio, alpiste, vinhas, legumes e verduras. Os açorianos também incorporaram técnicas de outras etnias locais para a pesca artesanal e criação do gado, sendo que, no final do século XX a península já possuía a fama de uma colônia de pescadores, devido sua quantidade expressiva dos mesmos. Com a decadência da produção do trigo, ao longo dos anos, o cultivo da cebola e a pesca passaram a serem as principais economias do município.

No entanto, segundo Fontoura (2009) a partir de 1977, São Paulo e Santa Catarina passaram a liderar a atividade produtiva da cebola por meio de tecnologias de produção. Dessa forma, o atraso tecnológico e a falta de infraestrutura para a produção mecanizada que caracterizam São José do Norte, fizeram com que os produtores nortenses diminuíssem sua remuneração, estagnando a economia do município (FONTOURA, 2009, p. 31). A saída encontrada para minorar a penúria no campo foi o deslocamento de famílias inteiras para o núcleo urbano de São José do Norte (ADOMILLI, 2009, p. 97).

Somente em 2006, São José do Norte passa a investir no setor florestal, através da empresa FLOPAL (Florestadora Palmares Ltda), o qual conduziu o aumento do número de postos de trabalho. Entretanto, parte da mão de obra existente era mal remunerada e pouco especializada, devido à baixa escolaridade da população local, o que ocasionou um exército de mão de obra de reserva, expandindo a periferia urbana e aumentando a extensão de algumas das comunidades pesqueiras mais próximas da cidade, uma vez que, muitos cidadãos desempregados viram a pesca como alternativa de sobrevivência. Conforme Adomilli (2009) para as famílias que abandonavam o campo, a insegurança pelos resultados da colheita era substituída pelo retorno imediato das pescarias por meio da atividade de proeiros, “sendo pescadores sem a posse dos instrumentos de trabalho e de um território de pesca” (ADOMILLI, 2009, p. 107).

Apesar dos problemas enfrentados referentes à infraestrutura, concorrência e o novo período de estagnação econômica do município, pós-implantação do setor florestal, essa atividade ainda está sendo desenvolvida até os dias atuais pela empresa AMBAR Florestal. Em 2013, surgiu uma nova expectativa de desenvolvimento econômico para a região, com a instalação de um Pólo Naval que promoveu um número significativo de empregos, superando 19.000 trabalhadores de forma direta no Polo como um todo. O aumento do número de comércios e o setor imobiliário também se destacaram no período, mas não suprimiram a demanda tanto de trabalhadores a procura de serviços quanto o déficit habitacional.

Nesse contexto, a prefeitura de São José do Norte em parceria com outros órgãos públicos e privados buscou alternativas para adequar o município de acordo com as exigências da nova fase de acumulação de capital e do novo processo de desenvolvimento local. Para tanto, foram realizadas obras de infraestrutura em diversos pontos da cidade e algumas na zona rural, além de realizar um aperfeiçoamento do atendimento de saúde e educação, visando o aprimoramento da cidade. Contudo, as atividades do Polo Naval foram interrompidas em 2018 e reativadas em 2019, porém, manteve o município novamente com a economia estagnada.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

No decorrer do desenvolvimento do homem, o mesmo emprega variados tipos de técnicas de produção e produção no espaço, das quais algumas características serão comuns a todas as épocas ou a épocas específicas. Dessa forma, a relação entre o meio de produção e o espaço possui uma complexidade, visto que,

não se limita a produção de bens, mas sim transcorrem ao mesmo tempo, diversas dimensões. Segundo Lefebvre (2000, p. 5), o espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, tendo relações com a propriedade, com as trocas, com as instituições, a cultura e o saber.

Portanto, o espaço geográfico é um produto social e histórico que se produz e reproduz conforme as ações necessárias para a reprodução da sociedade e do desenvolvimento e acumulação do capital (MARTIN, 2019, p.11). Ele é ao mesmo tempo produto, produtor, condição, meio e suporte de relações sociais e econômicas. À vista disso, podemos dizer que as comunidades pesqueiras são também um produto que se transforma e se desenvolve constantemente, uma vez que, a atividade pesqueira é uma modalidade de uso do espaço, a qual sua interação com uma série de processos espaciais interfere nas atividades de produção e reprodução desses espaços pesqueiros.

Segundo Diegues (2001) é nesses espaços que se encontram a forma de morar e de ocupar esse território, mesmo que de forma comunal, onde o grupo social exercem suas atividades culturais, políticas e econômicas se reproduzindo socialmente. Este autor ainda argumenta que “para os pescadores a terra é um objeto passível de apropriação e divisão, ao passo que para o mar isso objetivamente não acontece” (DIEGUES, 1998, p. 83). Diante do exposto, podemos dizer que no espaço terrestre prevalece à atividade de uso como moradia e comércio de pescados.

Entretanto, é no meio aquático que os pescadores realizam as ações de domínio e poder, por meio da apropriação da natureza, ou seja, a partir dessa apropriação os pescadores constroem seu conhecimento para a lida da pesca e, ao mesmo tempo, sua territorialidade no meio aquático. Além disso, identificam os locais de pesca e suas características tendo algumas formas de controle sobre ele, e identificando também manifestações dos fenômenos naturais. Assim, a demarcação de territórios pesqueiros torna-se uma necessidade, uma vez que, essa delimitação criaria espaços reservados para pesca artesanal preservando em parte os recursos da natureza e contribuiria com a reprodução social desses pescadores.

Ao analisarmos a atividade pesqueira cabe frisarmos que a mesma esta dividida em pesca de subsistência, artesanal, industrial, amadora, ilegal e predatória. A pesca de subsistência visa apenas à extração do pescado para alimentação, sem fins comerciais, utilizando instrumentos mais simples previstos em legislação específica (art. 8º, inciso II, “c” da Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009 – Lei da Pesca), e técnicas rudimentares. Já a pesca artesanal é praticada por meio de extração do pescado em pequena escala, a qual utiliza técnicas artesanais e ferramentas mais dotadas de tecnologia do que a pesca de subsistência, objetivando o comércio e a alimentação, e ainda inclui nesse conceito trabalhos de confecção e de reparos em petrechos de pesca conforme a lei já citada.

Nesse caso, cabe salientarmos que, o pescador artesanal realiza a atividade em família ou de forma autônoma, sendo os donos do meio de produção ou possuem acesso a esses meios, através de acordos e divisão, em partes, da produção. Além disso, a partir da pesca “retiram a maior parte de sua renda, ainda que sazonalmente possam exercer atividades complementares” (DIEGUES, 1995, p. 108). Quanto à pesca industrial, ela utiliza equipamentos mais sofisticados que permitem uma produção em maior escala, sendo que os pescadores industriais realizam a atividade, como empregados, não chegando a ser o dono dos meios de produção.

Na pesca industrial os referenciais de composição nos botes de trabalho são os interesses da empresa e não os laços sociais e afetivos dos pescadores. Nesse contexto, as relações são indiferentes, com as exigências maiores de especialização técnica. O pescador assalariado ressent-se principalmente da dissociação do produto de seu trabalho e do seu distanciamento dos processos decisórios relativos à pesca. Regra geral ocorre que os pescadores apenas participam da captura, ficando o desembarque, o processamento e a distribuição do pescado ao encargo das equipes de terra (MALDONADO, 1986, p. 26)

Cabe frisarmos que, conforme aumenta a aplicação das políticas de expansão da indústria pesqueira aumentam-se os subsídios para a pesca industrial, onde os mesmos não possuem aplicabilidade na pesca artesanal. Consequentemente, os pescadores artesanais são cada vez mais prejudicados e esquecidos, visto que, não são atendidos o suficiente com políticas que supram suas reais necessidades. No entanto, é na base

familiar do pescador artesanal que são construídos os conhecimentos e compartilhado as experiências dessa atividade por meio dos pescadores mais antigos, que se difere dos padrões da pesca industrial.

Nesse contexto, Ramalho (2006) menciona que os pescadores artesanais possuem uma liberdade de não serem reféns de horários de trabalho como os pescadores industriais, pois “seus horários são determinados pelos ritmos e movimentos das marés e cardumes, assim como o entendimento das peculiaridades do recurso natural” (RAMALHO, 2006, p. 51). Diegues reforça as palavras de Ramalho explanando que o pescador artesanal possui uma liberdade que anda junto com a experiência adquirida em anos de prática da atividade pesqueira. Salienta que “a sabedoria não diz respeito ao manuseio de um apetrecho de pesca, mas onde e quando utilizá-lo” (DIEGUES, 1983, p. 195).

Quanto à pesca amadora tem como finalidade o esporte e o lazer segundo (art. 8º, inciso II, “b” da Lei da Pesca, e regulamentada pela INI MPA/MMA nº 9/2012). Já a pesca ilegal é praticada em desacordo com regulamentos e as leis podendo ser encontrados exemplos na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. E a pesca predatória é considerada assim quando é retirada uma quantidade superior de pescados do meio aquático além da capacidade de reposição, sendo apresentados exemplos na mesma lei citada anteriormente.

Apesar da importância econômica e cultural a pesca artesanal tem enfrentado diversos problemas que tem refletido em sua atividade. Ao utilizarmos o exemplo da Laguna dos Patos, podemos dizer que a poluição ambiental, as dragagens realizadas nos canais da mesma, as obras de prolongamento nos Molhes da Barra, que alteraram a hidrodinâmica local, a sobrepesca e a falta de políticas públicas no setor pesqueiro, são apontadas pelos pescadores das comunidades como principais fatores que tem impactado diretamente na vida e no trabalho do pescador de São José do Norte e da região. Kalikoski e Vasconcellos (2013) enfatizam essa situação mencionando que:

As informações disponíveis também indicam que o ecossistema estuarino está mudando para uma condição mais límnic em resposta a mudanças ambientais, e pode se tornar menos produtivo e, consequentemente, menos favorável para a pesca artesanal nas próximas décadas. Esse cenário aponta para um aumento contínuo na vulnerabilidade dos pescadores. (KALIKOSKI e VASCONCELLOS, 2013, p. 156).

Consequentemente, a atividade pesqueira passa por uma desvalorização em que muitos pescadores mais novos e até mesmo seus filhos, buscam postos de trabalho mais atrativos economicamente e que possam ofertar uma estabilidade financeira. Em contra partida, ainda há muitos pescadores que lutam pelos seus direitos e melhorias se mantendo na atividade, devido à cultura atrelada aos laços familiares ou pela falta de outras oportunidades de trabalho em outros setores, que possam se enquadrar. Outro fator que tem refletido de forma negativa na vida dos pescadores é as condições estruturais das comunidades pesqueiras que além de estarem distantes da cidade, não dispõe de muitos serviços e recursos que possibilitem seu desenvolvimento, agravando a vulnerabilidade social.

Nesse sentido, podemos dizer que a maior parte da faixa litorânea de São José do Norte é ocupada por pescadores artesanais que tem a atividade pesqueira como principal meio de sobrevivência e reprodução social. Além disso, utilizam embarcações simples, como canoas, ou motorizadas de pequeno e médio porte, conforme prescritas no artigo 10 da LEI Nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Brasil, 2009), o qual define as de pequeno porte quando possui arqueação bruta - AB igual ou menor que 20 e as de médio porte quando possui arqueação bruta - AB maior que 20 e menor que 100. Com relação às organizações de representatividade da pesca, a cidade conta com a Colônia Z2, a Associação de Agricultores, Pescadores e Moradores de São Caetano, Centro Comunitário de Pescadores e de Agricultores da Localidade da Várzea (CECOV), Centro Comunitário de Agricultores e Pescadores das Capivaras (CENTROCAP), Cooperativa de Pescadores Artesanais de São José do Norte (COOPANORTE) e Grupo Comunitário do Barranco.

Ressaltamos que, somente na Z2 houve 739 pescadores sócios em 2010, e atualmente conta com 1150 associados. Já as demais associações/cooperativas totalizam 317 associados. Cabe frisarmos que, apesar de alguns pescadores mencionarem que são associados a alguma cooperativa e a Z2 não há registro específico do número total de pescadores nessa condição.

CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS

Com relação à saúde, apenas as comunidades da 5ª Secção da Barra e Capivaras possuem postos de saúde (Estratégia de Saúde da Família - ESF), sendo que as demais são atendidas por uma Unidade móvel terrestre pouco equipada. Cabe ressaltar que não há como saber a quantidade de pessoas atendidas pela mesma, pois não existe um mapeamento preciso com informações detalhadas de cada localidade. Segundo Costa (2014, p. 13) estima-se que a população total do interior não coberta por ESF seja em torno de 5.220 pessoas.

Quanto à educação, apenas a comunidade da 5ª Secção da Barra possui escola de ensino médio e fundamental. As comunidades do Retiro, Capivaras, Várzea, Passinho, Cocuruto, Estreito, São Caetano e Barranco possuem apenas escolas de ensino fundamental e as comunidades do Barranco, São Caetano e Estreito possuem pré-escola. Enfatizarmos que, a maior parte da população dessas comunidades possui o ensino fundamental incompleto.

A seguir, apresentaremos as informações referentes ao número de endereços e domicílios, assim como, os dados que expõe a situação de vulnerabilidade socioeconômica das comunidades. Ressaltamos que para obtermos esses dados utilizamos as informações dos setores censitários em que as comunidades pesqueiras estão inseridas, por isso, agregamos algumas dessas por serem pertencentes ao mesmo setor. Apresentaremos ainda a infraestrutura das comunidades e os tipos de ocupação do solo conforme é exibido pelo Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE) de acordo com as características de cada lote e já apresentando o total de estabelecimentos repetidos.

5ª SECÇÃO DA BARRA/POVOAÇÃO DA BARRA

Ambas as comunidades estão situadas a aproximadamente 13 km da cidade, possuindo um total de 596 endereços e 548 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas dois domicílios não apresentam energia elétrica e 189 possui abastecimento de água de outra forma, e cinco não possui banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestrutura a 5ª Secção da Barra conta com uma empresa de construção civil, um comércio de matérias de construção, um depósito de materiais de construção, um depósito de lenha, três lojas de confecções, quatro igrejas, uma barbearia, um depósito, 16 galpões de redes, um posto de compra e venda de pescados, quatro bares com mercearia acoplados, uma lancheria, um açougue e mercearia, um posto de saúde, um bazar, uma ferragem com bar, uma padaria, a sede da comunidade com campo de futebol, um estaleiro e oficina de sonda, uma oficina mecânica, um depósito de gás, uma mercearia e duas escolas.

Já a Povoação da Barra conta com três Igrejas, uma escola e um depósito de redes. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a 5ª Secção da Barra possui 113 pescadores, 27 canoas e 34 barcos e a Povoação da Barra possui 36 pescadores, cinco canoas e 21 barcos. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola e a criação de bovinos.

Ainda com relação à pesca podemos perceber que a 5ª Secção da Barra apresenta mais infraestrutura pesqueira do que a Povoação da Barra, apresentando também barcos mais voltados para a pesca industrial. Salientamos que na primeira comunidade citada há cerca de 50 pescadores proeiros. Já a Povoação da Barra possui 15 proeiros.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 640 famílias e 1957 pessoas no Cadastro Único, sendo que 187 encontram-se em situação de extrema pobreza, 137 em situação de pobreza e 243 famílias possuem renda baixa. Destacamos que, apenas 73 famílias possuem renda per capita acima de ½ salário mínimo e 261 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 1546 e apenas 23 são analfabetas.

Ao compararmos o número de residentes em 2010 com o número de pessoas registradas no cadastro único veremos que ambas as comunidades cresceram sua população, uma vez que, a diferença entre esses

números é de 411 pessoas a mais. Em contrapartida, a 5ª Secção da Barra oferece uma boa estrutura de comércios e serviços básicos como escolas e posto de saúde. Entretanto, ainda se tem um elevado grau de moradores que sobrevivem no nível da pobreza.

COCURUTO/PONTAL DA BARRA

Estas comunidades estão situadas a aproximadamente 5 km da cidade, possuindo um total de 255 endereços e 245 domicílios (CNEFE-IBGE, 2010). É importante enfatizar que apenas um domicílio não apresenta energia elétrica e todos os demais possuem abastecimento de água e banheiro exclusivo dos moradores. Com relação aos serviços e infraestrutura, o Cocuruto conta com a Sede da comunidade, um estaleiro, três depósitos, um bar, uma oficina mecânica, três galpões de pesca e dois mini mercados.

Já o Pontal da Barra possui 13 chácaras, uma igreja, uma escola, sete sítios de criação de animais de grande e pequeno porte, quatro sítios, um bar e mercearia. Dessa forma, podemos considerar que ambas as comunidades apresentam pouca infraestrutura tanto na pesca quanto com relação à educação e a saúde, pois a comunidade do Cocuruto depende de parte da estrutura do Pontal da Barra e outras localidades, além de não haver posto de saúde em ambas as comunidades. É possível perceber também uma redução do número de pescadores ao longo dos últimos anos, visto que, muitos eram moradores da antiga Vila Nova, localizada onde atualmente esta a empresa Estaleiros do Brasil (EBR).

Esses pescadores que foram removidos, hoje se encontram espalhados pela área central da cidade. De acordo com Kalikoski e Vasconcellos (2013), o Pontal da Barra possui 53 pescadores, 29 canoas e 24 barcos e o Cocuruto possui 14 pescadores, o qual todos são proeiros. Conforme (MOPS, 2017), foram registradas 59 famílias e 178 pessoas no Cadastro Único, sendo que 11 encontram-se em situação de extrema pobreza, 13 em situação de pobreza e 28 famílias possuem renda baixa, em ambas as comunidades.

Salientamos também que, apenas sete famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 22 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Neste contexto, podemos verificar que do total de 59 famílias, 52 vivem em situação de pobreza. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 697 e apenas nove são analfabetas.

RETIRO

Esta localizado a 4 km da cidade, possui 58 endereços e 50 domicílios de acordo com (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas um domicílio não apresenta energia elétrica e um possui abastecimento de água de outra forma, e dois não possui banheiro exclusivo do morador. A comunidade local conta com uma escola, uma igreja, um Centro de Tradição Gaúcha, um campo de futebol de sete, uma casa noturna, cinco depósitos de ferramentas para agricultura e 27 galpões de pesca e um galpão de pesca com garagem inclusa.

Desse modo, percebemos que a comunidade possui pouca infraestrutura na pesca, assim como baixa oferta de outros tipos de serviço, se destacando mais a agropecuária. É importante ressaltarmos que, essa localidade possui um expressivo cultivo da cebola, pois existem 35 galpões de estocagem e 10 estabelecimentos voltados para esse cultivo, sendo que apenas um cultiva cebola e feijão, um cultiva cebola e realiza a criação de gado e um possui produção de fumo. Além disso, há criação de camarão em cativeiro na localidade.

Conforme Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade possui apenas 18 pescadores, 15 canoas e sete barcos. De acordo com (MOPS, 2017), foram registradas 41 famílias e 130 pessoas no Cadastro Único, sendo que 12 encontram-se em situação de extrema pobreza, sete em situação de pobreza e 18 famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 21 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Segundo (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 93 e apenas uma é analfabeta. Ao compararmos o número de pessoas em 2010 com o número das mesmas com registro no

cadastro único, é possível visualizarmos que a população local aumentou. Contudo, quase que o total dessa população vive em situação de pobreza.

CAPIVARAS

Localizada a 19 km da cidade, essa comunidade possui 195 endereços e um total de 142 domicílios, conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Já os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma somam nove, todos possuem energia elétrica e apenas sete não possuem banheiro exclusivo do morador. Sua estrutura local conta com a Sede do clube esportivo Capivarense, um salão, uma escola, um posto de saúde, uma padaria, um bar, uma mercearia, dois mercados e duas igrejas.

Com relação ao cultivo e criação de animais, existem três estabelecimentos voltados para agropecuária e dois estabelecimentos somente de pecuária. Já com relação à pesca, a comunidade conta com cinco trapiches e um galpão, sendo todos exclusivos para o comércio de pescados. Aliás, 32 residências possuem galpão para redes de pescado e ainda há 35 depósitos de redes de uso da comunidade.

Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade possui 85 pescadores, 25 canoas e 37 barcos. Sendo que o número de proeiros fica em torno de 26. De acordo com (MOPS, 2017), foram registradas 38 famílias e 120 pessoas no Cadastro Único, sendo que sete encontram-se em situação de extrema pobreza, seis em situação de pobreza e 22 famílias possuem renda baixa.

Salientamos também que, apenas três famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 14 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 320 e apenas nove são analfabetas. Essa comunidade apresenta uma boa infraestrutura para pesca, contando ainda com posto de saúde e escola, porém o número de pessoas que vivem na pobreza é alto.

PASSINHO, VÁRZEA, PONTA DO MATO E ARROIO DO INHAME

Essas comunidades distam respectivamente 17 km, 27 km, 33 km e 22 km da cidade, e todas fazem parte do mesmo setor censitário. Com relação à ocupação, a comunidade da Várzea é a mais extensa, a do Passinho e a do Arroio do Inhame são de tamanho médio, enquanto a da Ponta do Mato é a menor. Isso porque, a última mencionada possui um pequeno povoado, a qual muitas famílias de pescadores de outras localidades migram para esse lugar, durante a safra do camarão e da tainha, improvisando pequenos barracos temporários.

Segundo (CNEFE-IBGE, 2010), esse setor apresenta 435 endereços e 404 domicílios. Quanto os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma totalizam 11, todos possuem energia elétrica e apenas quatro não possuem banheiro exclusivo do morador. Sobre a infraestrutura local, a comunidade do Passinho dispõe de uma igreja, uma padaria, um fliperama, uma garagem, uma escola, a sede do clube esportivo, seis galpões de pesca comunitário e quatro associados em quatro residências de pescadores.

Já a Várzea possui um estabelecimento de criação de gado e cultivo de arroz, um estabelecimento de criação de gado e cultivo de cebola, 20 galpões voltados para agricultura, uma chácara, duas cocheiras de cavalos, quatro depósitos de ferramentas, um depósito de embarcações, uma escola, um bar de veraneio, um depósito de materiais de serviço da empresa Ambar Florestal, seis áreas de extração dessa empresa, 11 galpões de pesca da comunidade, uma pequena fábrica de gelo e o Centro comunitário de Pescadores e Agricultores da Localidade da Várzea (CECOV). Em contra partida, a Ponta do Mato possui apenas três galpões de pesca, enquanto a comunidade do Arroio do Inhame conta com um galpão de pesca, o escritório de supervisão da empresa Ambar Florestal, dois depósitos de ferramentas e uma garagem. Apesar das comunidades do Passinho e Várzea apresentarem grande quantidade de moradores e pescadores, há pouca infraestrutura, uma vez que, das quatro comunidades mencionadas, apenas o Passinho apresenta uma pequena escola de ensino fundamental e não há posto de saúde em nenhuma comunidade.

Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), a comunidade do Passinho possui 71 pescadores, 37 canoas e 41 barcos. Já a Várzea possui 73 pescadores, 48 canoas e 48 barcos e o Arroio do Inhamé possui 22 pescadores, 15 canoas e 14 barcos. Conforme (MOPS, 2017), foram registradas 31 famílias e 101 pessoas no Cadastro Único, sendo que oito encontram-se em situação de extrema pobreza, nove em situação de pobreza e 13 famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 17 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 335, sendo que apenas duas são analfabetas.

BARRANCO/SÃO CAETANO

Ambas as comunidades estão situadas aproximadamente 13 km da cidade, possuindo um total de 522 e 491 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Destacamos que apenas 13 domicílios não apresentam energia elétrica, todos possuem abastecimento de água e todos possuem banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestruturas do Barranco, há 18 chácaras voltadas para agricultura e pecuária, 19 chácaras desenvolvem apenas pecuária, 68 apenas agricultura, cinco depósitos para agricultura, duas escolas, uma borracharia, um clube de futebol, uma igreja, uma oficina mecânica, um restaurante, quatro sobrados destinados a aluguel de veraneio, salão comunitário e um comércio exclusivo de bebidas.

Já no São Caetano há uma igreja, um bar, uma mercearia, 17 comércios de cebola, 42 estabelecimentos de plantio de cebola, uma sede social esportiva, três estabelecimentos com criação de gado, um estabelecimento de plantio de legumes e um depósito. Cabe enfatizarmos que em 2014 foi construído um camping com um quiosque e um restaurante com frutos do mar em prol do desenvolvimento turístico e econômico local. De acordo com informações obtidas por meio de moradores da comunidade, esses três possuem funcionamento somente no período do verão.

Essa área ainda apresenta um playground e um espaço para esportes. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), o Barranco possui 50 pescadores, 27 canoas e 27 barcos e o São Caetano possui 85 pescadores, 59 canoas e 46 barcos. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola, milho, fumo, criação de bovinos.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 31 famílias e 229 pessoas no Cadastro Único, sendo que 11 encontram-se em situação de extrema pobreza, 10 em situação de pobreza e seis famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas quatro famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 19 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 923 e apenas 10 são analfabetas.

ESTREITO/BARRA DO ESTREITO

Situadas a aproximadamente 34 km da cidade, possuindo um total de 295 endereços e 236 domicílios conforme (CNEFE-IBGE, 2010). Já os domicílios que possuem abastecimento de água de outra forma somam 17 e todos possuem energia elétrica e possuem banheiro exclusivo do morador. Quanto aos serviços e infraestruturas há nas localidades três comércios de gado, 16 comércios de cebola e um de cebola e fumo, duas igrejas, uma oficina mecânica, um comércio de gás, 56 estabelecimentos de plantio de cebola, três estabelecimentos com cultivo de cebola e criação de gado, um estabelecimento de plantio de milho e um depósito.

Nesse contexto, podemos colocar que sua infraestrutura é reduzida, pois além de não oferecer os serviços básicos, o pouco que apresenta está situado de forma dispersa. Segundo Kalikoski e Vasconcellos (2013), ambas as áreas possui 11 pescadores. Além da atividade pesqueira, são realizadas em ambas as comunidades o cultivo da cebola, milho, fumo, criação de bovinos em grande e média escala.

De acordo com (MOPS, 2017), em ambas as comunidades, foram registradas 89 famílias e 236 pessoas no Cadastro Único, sendo que 35 encontram-se em situação de extrema pobreza, 27 em situação de pobreza e

seis famílias possuem renda baixa. Salientamos também que, apenas seis famílias possuem renda per capita acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e 41 são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Conforme (IBGE, 2010) o número de pessoas residentes na localidade totalizam 431 e apenas 12 são analfabetas.

CONCLUSÕES

Com base nos dados expostos, podemos perceber que a comunidade da 5ª Secção da Barra é a que mais se destaca com um alto número de moradores e o oferecimento de uma infraestrutura básica melhor do que as demais comunidades. No entanto, essa também se destaca nos elevados números de habitantes com registro no cadastro único e que vivem na pobreza. A comunidade ainda se sobressai pelo número de pescadores e a infraestrutura pesqueira.

Já as comunidades do Passinho, Capivaras, Várzea, Barranco e São Caetano, apesar de possuir um número de infraestruturas reduzido, e dependente de diversos serviços umas das outras, procuram meios de se reproduzir socialmente. Entretanto, as comunidades do Cocuruto, Povoação da Barra, Pontal da Barra, Ponta Rasa, Arroio do Inhamé, Retiro e Estreito, são as mais fragilizadas, pois apresentam poucos recursos tanto em infraestrutura de pesca quanto serviços. É importante ressaltar que todas essas comunidades apresentam famílias que vivem em situação de pobreza.

Diante desse contexto, podemos perceber a necessidade de se aplicar mais políticas públicas que visem à garantia dos direitos dos pescadores, além de promover uma melhor infraestrutura e oportunidades de desenvolvimento social, cultural e econômico nessas comunidades. Uma das ações primordiais para esse desenvolvimento é a demarcação de seus territórios pesqueiros, como há a demarcação de povos indígenas entre outros, visando à garantia e a preservação desses territórios, assim como sua reprodução física e cultural. A partir disso, cabe aos órgãos gestores contribuir para o desenvolvimento local por meio da implantação de infraestruturas, qualificações, melhor qualidade de vida, melhor escoamento e condições de estocagem do produto local, e inclusão produtiva.

REFERÊNCIAS

- ADOMILLI, G.K. Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira. **MÉTIS: história & cultura** – v. 8, n. 16, p. 97-119, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/953> Acesso em: 24 de novembro de 2019.
- ALVES, F. das N. e TORRES, L. H. **Ensaio de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: Editora da FURG, 1996.
- AMARAL, I. L. do. A sociedade de Nossa Senhora da Conceição do Estreito e Contribuição Açoriana na Formação Cultural do Rio Grande de São Pedro. In: JACCOTTET, A. M. de M. (org.). **A largueza histórica do Estreito**. Pelotas: Editora Universitária, 1999.
- BRASIL, **Lei Nº 11.959**, DE 29 de junho de 2009A. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm. Acesso: 10 de março de 2020.
- BRASIL, **Lei Nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L9605.htm. Acesso: 10 de março de 2020.
- BRASIL. **Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 9**, de 13 de junho de 2012. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca amadora em todo o território nacional. Disponível em: https://www.pescamadora.com.br/wp-content/uploads/Lei-da-Pesca-in_inter_mpa_mma_09_2012_pescaamadoranacional.pdf Acesso: 10 de março de 2020.
- BRASIL.Ministério de Desenvolvimento Social. **Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS)**, 2010.

Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=431560> Acesso em: 26 de outubro de 2019.

BUNSE, H. A. W. **São José do norte:** Aspectos linguístico-etnográficos do antigo município. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

COSTA, M.D. **Melhoria da atenção à saúde dos usuários hipertensos e diabéticos da Unidade Móvel Terrestre de São José do Norte - RS.** Pelotas: UFPEL, 2014. Especialização em saúde da família EaD.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo, Hucitec, 2 ed., 1998.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares:** leituras em sócio antropologia marítima. São Paulo: NAPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C. **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil.** MMA. São Paulo: Ed USP, 2001.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar.** São Paulo: Ática, 1983.

FONTOURA, L. F. M. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte. **CaderNAU** – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, Rio Grande, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4715/2946> Acesso em: 06 de março 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CNEFE Cadastro Nacional de Endereços para fins estatísticos,** 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/cnefe/> Acesso em: 23 de outubro de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse por setores,** 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/> Acesso em: 22 de outubro de 2019.

KALIKOSKI, D. C. e VASCONCELLOS, M. **Estudo das Condições Técnicas, Econômicas e Ambientais da Pesca de Pequena Escala no Estuário da Lagoa dos Patos, Brasil:** Uma metodologia de avaliação, Roma, Itália, 2013. FAO, Circular de Pesca e Aquicultura No. 1075. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i25890.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2019.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (Aveo). In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2006.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace.** 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar.** Editora Ática. São Paulo. 1986.

MARTIN, M. C. S. **Análise da Dinâmica de Produção do Espaço Urbano nas Áreas de Assentamentos Urbanos Informais do Município do Rio Grande/RS no Período entre 2005-2018.** Rio Grande: FURG, 2019. Dissertação de Mestrado em Geografia.

MATTOS, M. B. de. Estreito: glória sob as areias. In: JACCOTTET, A. M. de M. (org.). **A largueza histórica do Estreito.** Pelotas: Editora Universitária, 1999.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar:** um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucano. São Paulo: Pólis: Campinas, SP: Ceres, 2006.

RAMALHO, C. W. N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. In: **Revista de Antropologia,** USP, São Paulo, vol. 54, n. 1, p. 315-352, jan./jun., 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.38598> Acesso: 21 de setembro de 2019.

CAMINHOS PARA COOPERAÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO DE USUÁRIOS DE RECURSOS COMUNS EM ÁREAS PROTEGIDAS

*WAYS FOR COOPERATION: AN EXPERIENCE OF INCLUSION OF USERS OF COMMONS
RESOURCES IN PROTECTED AREAS*

*CAMINOS A LA COOPERACIÓN: UNA EXPERIENCIA DE INCLUSIÓN DE USUARIOS DE RECURSOS
COMUNES EN ÁREAS PROTEGIDAS*

CHAMY, Paula

BAHIA, Natalia

RESUMO

A criação de áreas protegidas de uso restrito em territórios tradicionalmente ocupados por comunidades de pescadores de pequena escala no Brasil originou muitos conflitos de natureza socioambiental. Um desses conflitos ocorre entre o poder público, por priorizar a conservação dos recursos naturais, e os integrantes de comunidades culturalmente diferenciadas, em razão das restrições impostas ao uso do território. Esse trabalho tem por objetivo apresentar os caminhos trilhados pelas autoras para a construção de consenso entre uma associação local e o poder público por meio de estratégias de cooperação para a formalização da prestação de serviço turístico embarcado. A metodologia adotada baseou-se na hibridização do conhecimento local e conhecimento técnico-científico por meio do ciclo de aprendizagem ativa. Foram realizadas, durante cinco anos de atuação conjunta, etapas que incluíram desde oficinas de capacitação até viabilização da participação dos associados em eventos científicos. Os resultados mostram que, mesmo em um cenário de disputas históricas, é possível construir cooperação e aumentar as relações de confiança entre diferentes atores (associados, autoras, gestores), desde que se garanta a inclusão das partes em todas as etapas desse processo e haja avanços nos instrumentos legais que atendam as especificidades das comunidades locais.

Palavras-chave: Participação. Caiçaras. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

The establishment of no-take protected areas over territories traditionally occupied by small-scale fishing communities has led to many socio-environmental conflicts in Brazil. One of these conflicts occurs between the public power, which prioritize the conservation of natural resources, and the members of culturally differentiated communities due to the restrictions imposed on the use of the territory. This paper aims to present the efforts of the authors to build consensus between a community-based association and the public power through cooperation strategies to legalize regulate the boat trip services. The methodology adopted was based on the combining local and technical-scientific knowledge and active learning cycle. Many collective actions have already been carried out in the last five years, from training workshops to enabling community members to participate in scientific events. The results show that it is possible to build cooperation and increase the relationships of trust between different actors (associates, authors, managers) even dealing with a scenario of historical disputes. For that, the effective inclusion the commons in all stages of this process and, improvements in public policies and legal instruments that meet the specific demands of local communities are necessary.

Keywords: Participation, Caiçaras, Local development.

RESUMEN

La creación de áreas protegidas de uso restringido en territorios tradicionalmente ocupados por comunidades pesqueras en pequeña escala ha provocado muchos conflictos socioambientales en Brasil. Uno de estos conflictos ocurre entre el poder público, por priorizar la conservación de los recursos naturales, y los miembros de comunidades culturalmente diferenciadas, debido a las restricciones impuestas al uso del territorio. Este documento tiene como objetivo presentar los caminos tomados por las autoras para construir un consenso entre una asociación local y el poder público a través de estrategias de cooperación para formalizar la provisión de servicios turísticos integrados. La metodología adoptada se basó en la hibridación del conocimiento local y el conocimiento técnico-científico a través del ciclo de aprendizaje activo. Durante cinco años de acción conjunta, se tomaron medidas, desde talleres de capacitación hasta permitir a los miembros participar en eventos científicos. Los resultados muestran que, incluso en un escenario de disputas históricas, es posible construir una cooperación y aumentar las relaciones de confianza entre los diferentes actores (asociados, autores, gerentes), siempre y cuando la inclusión de las partes en todas las etapas de este proceso esté garantizada y exista avances en instrumentos legales que satisfacen las necesidades específicas de las comunidades locales.

Palabras clave: Participación. Caiçaras. Desarrollo local.

INTRODUÇÃO

As áreas protegidas são consideradas importantes instrumentos para contenção dos avanços da degradação do meio ambiente natural e da crise climática, bem como para a conservação da biodiversidade e dos ecossistemas essenciais para manutenção da qualidade de vida no planeta (YOUNG e MEDEIROS, 2018).

Nos últimos anos a participação de comunidades locais (muitas delas apoiadas por movimentos sociais, universidades, organizações não governamentais e parceiros diversos) tem sido inserida na gestão de áreas protegidas a fim de minimizar conflitos socioambientais decorrentes de restrições impostas aos modos de vida e uso dos territórios historicamente ocupados por essas populações.

Para promover a inclusão social, órgãos ambientais têm adotado diretrizes para estimular a autonomia das populações residentes no entorno e interior de áreas protegidas e aumentar a geração de emprego e renda, especialmente com atividades voltadas ao turismo (e.g. BRASIL, 2005; 2006). Ainda assim, não é sempre que essas diretrizes consideram os saberes e condições locais dos envolvidos e, muitas vezes, as vozes dos comunitários são sobrepostas pelos agentes dos órgãos públicos.

Mesmo com o esforço de parte dos gestores ambientais para reconhecer e legalizar os empreendimentos comunitários, bem como inclui-los no planejamento da gestão das áreas protegidas, tal processo enfrenta inúmeros desafios decorrentes de uma larga tradição de exclusão dos povos originários e comunidades tradicionais da América Latina. Uma das exclusões se materializa em trabalhos informais e que, para serem formalmente reconhecidos, requerem entre outras exigências, qualificação profissional e tempo de experiência comprovados.

Populações vulneráveis (e.g. indígenas, caiçaras, trabalhadores rurais, entre outras), em meio a cíclicos avanços e retrocessos na construção da democracia nacional, sofrem grandes pressões para que os territórios por elas ocupados sejam conservados para futuras valorizações econômicas (e.g. expansão imobiliária) ou ocupações de projetos de grandes vultos (e.g. concessão de serviços e gestão em unidades de conservação para empresas privadas, mineração, pesca industrial, construção de hidrelétricas e extensão de redes de comunicação).

Sob a lógica de mercado que persegue o crescimento econômico como prioridade, a visitação em áreas protegidas é apontada como elemento fundamental na dinamização econômica desses espaços (YOUNG e MEDEIROS, 2018). A terceirização de prestação de serviços por meio de grandes concessões em áreas protegidas tem sido proposta como solução para conservação e gestão ambiental (e.g. Lei nº 16.260/2016 da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Instrução Normativa do ICMBio nº 2/2017). Tal medida ao invés de incluir, pode marginalizar as populações locais, fomentar ainda maiores conflitos entre essas

populações, órgãos governamentais e empresas, bem como contribuir para a degradação ambiental, a semelhança do que ocorreu em diferentes comunidades africanas que tiveram seus territórios ancestrais cedidos para a iniciativa privada (GARDNER, 2012; GEZON, 2014).

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar os caminhos trilhados pelas autoras e os comunitários membros de uma associação local para promoção de desenvolvimento socioeconômico e inclusão cultural. Trata-se de um caso onde a reflexão coletiva protagoniza inovações sociais para gerar alternativas às ações unidirecionais dos órgãos públicos. Por meio da construção de estratégias de cooperação e respeito a diferentes matrizes de conhecimento (saber local, técnico, acadêmico) foi possível estruturar opções para regulamentar um serviço turístico prestado por uma associação local junto aos gestores de uma área protegida de uso restrito.

Assim, são apresentados no artigo: i) contextualização da comunidade local e sua trajetória de conflitos e resistência aos avanços do capital; ii) detalhamento do processo de construção de estratégias de cooperação e de apropriação coletiva do conhecimento local; iii) estratégias inovadoras de co-criação social; iv) desafios e avanços obtidos nessa trajetória. Por último são apontadas algumas conclusões sobre a iniciativa, cientes de que se trata de um processo socioambiental, que é dinâmico e pode ter diferentes desmembramentos no futuro.

TRINDADE: ESPAÇOS REDEFINIDOS AO LONGO DO TEMPO

O território da comunidade caiçara da Trindade estende-se da Ponta da Galeta até a Ponta da Trindade (conhecida como Cabeça do Índio), no município de Paraty, estado do Rio de Janeiro (RJ) (Figura 1). A história dessa comunidade é marcada por episódios de resistência para permanência no território tradicionalmente utilizado que tem usos diversos.

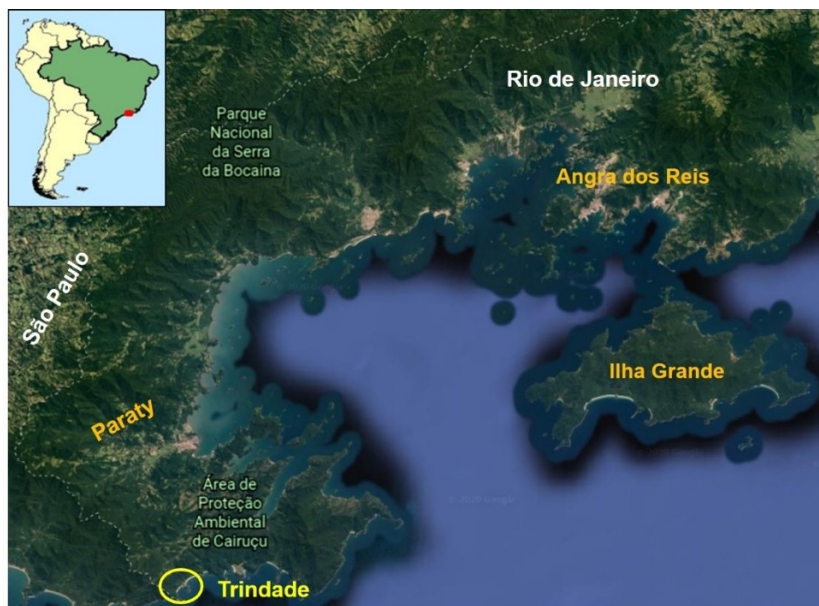


Figura 1: Localização da comunidade caiçara da Trindade

Fonte: Google Earth

Diferentes graus de violência contra os comunitários têm ocorrido desde o século passado, entre elas: tentativas de ocupação da área por grileiros foram observadas a partir da década de 1950; expropriação dos trindadeiros por holding de empresas brasileiras e internacionais na década de 1970; proibição de uso dos recursos naturais importantes à sobrevivência dos comunitários por órgãos ambientais a partir de 1980 (LHOTTE, 1982; PLANTE e BRETON, 2005). Recentemente violento episódio de homicídio de um jovem comunitário por seguranças da empresa, que responde pela propriedade de áreas em Trindade, comoveu o

território e evidenciou a perpetuação das injustiças que nele ocorrem.

Após o projeto imobiliário almejado para a localidade não ter sido implementado devido, entre outros fatores, a mobilização comunitária e a parceria da população local com a Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro - organização formada por profissionais e estudantes universitários que rotineiramente visitavam a região e apoiaram o caso na esfera judicial-, um acordo entre os trindadeiros e a empresa Trindade Desenvolvimento Territorial (TDT) foi celebrado em 1982, amenizando os 10 anos de resistência comunitária. O documento, no entanto, concedeu o domínio de muitas áreas tradicionalmente ocupadas por caiçaras para a TDT, o que resultou em uma reorganização espacial na comunidade (LHOTTE, 1982; PLANTE e BRETON, 2005).

O acordo considerou a parcela do território da Trindade englobada pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), unidade de conservação federal de uso restrito estabelecida em 1971, sem prévios estudos de contextualização socioambiental da região e as alterações espaciais ocorridas, com exclusão das áreas adquiridas pela multinacional (PLANTE e BRETON, 2005). Em 1983, com o intuito de proteger o ambiente natural, as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema e minimizar os efeitos negativos das usinas nucleares construídas em Angra dos Reis, foi criada uma unidade de conservação federal de uso sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Cairuçu, que abrange todo o território da comunidade.

Após um passivo de mais de quatro décadas, a equipe gestora do PNSB, realizou ações com a intenção de efetivamente implementar estruturas físicas e gerenciais em Trindade em 2008, tais como: embargo a estação de tratamento de esgoto e camping comunitário, estudo de detalhamento cartográfico do memorial descritivo do decreto de criação da área, retirada quiosques e bares de uma praia, operações de fiscalização na alta temporada e em feriados, entre outras. Essas medidas reacenderam o histórico conflito territorial da Trindade e vêm determinando rearranjos espaciais nas áreas afetadas pela sobreposição do PSNB e da comunidade local (CONTI e ANTUNES, 2012; BAHIA et al., 2013; BOCKSTAEL et al., 2016).

A TRANSFORMAÇÃO DOS MODOS DE VIDA CAIÇARA

A economia da Trindade até a década de 1960, quando a área estava geograficamente isolada, baseava-se principalmente em uma economia cíclica dependente da dinâmica da natureza. Roças de alimento diversificados, criação de pequenos animais, pesca de pequena escala e produção artesanal de objetos utilitários integravam o modo de vida, com escambo dos excedentes em outras comunidades e cidades próximas.

Em meados da década de 1970, com a abertura da rodovia BR-101 (Rio-Santos), houve um aumento do turismo na vila, o que alterou significativamente os modos de vida existentes até então. A presença de duas áreas protegidas sobrepostas à comunidade local (Figuras 1 e 2) associada às inúmeras restrições aos modos de vida caiçara - em especial de extração de recursos naturais -, destruição de antigas roças pelos jagunços contratados pela multinacional e o aumento do turismo transformaram a economia local, até então quase totalmente dependente da exploração dos recursos naturais de uso comum (PLANTE e BRETON, 2005).

Outro vetor do crescimento desordenado do turismo na vila ocorreu a partir da década de 1990 com a chegada da telefonia à Trindade e a pavimentação do único acesso regular à vila - rodovia PRT-101, conhecida localmente como Morro do Deus-Me-Livre (CONTI e ANTUNES, 2012). Foi nesse período que um grupo de pescadores, ao identificar oportunidades com a realização de atividades turísticas, iniciou o serviço de transporte embarcado dos turistas entre as praias de Fora e do Meio até a Piscina Natural do Caixa d'Áço. Parte dessas áreas, incluindo a Baía do Caixa d'Áço - área marinha de grande beleza cênica - está situada no interior do PNSB (Figura 2).



Figura 2: Área da comunidade caiçara de Trindade sobreposta ao Parque Nacional da Serra da Bocaina

Fonte: Parque Nacional da Serra da Bocaina/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

O transporte embarcado era inicialmente realizado de maneira individualizada, mas com o passar dos anos, os pescadores-barqueiros se organizaram para ordenar a travessia e atender as exigências da Capitania dos Portos para realização da atividade. Foi criada assim, em 1996, a Associação dos Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade (ABAT), mas sua formalização se deu em 2007 quando o estatuto da associação foi efetivamente registrado em cartório. Os principais objetivos da ABAT são: i) organizar e estabelecer regras coletivas para gestão da pesca artesanal e ii) organizar o turismo de base comunitária na localidade em consonância com as instituições competentes.

A pesca artesanal, além de ser a base da cultura caiçara e contribuir para coesão comunitária (BUSSOLOTI, 2010; HANAZAKI et al., 2013), é uma atividade fundamental para os pescadores-barqueiros. O passeio de barco, que antes complementava a renda obtida com a pesca, passou a compor substantivamente a renda dos membros associados. A atividade embarcada viabiliza o deslocamento de turistas tanto no interior do PNSB como possibilita a travessia para outras praias nas proximidades (BAHIA et al., 2017). Trata-se, portanto, da realização de uma atividade cultural local ampliada para atender a demanda turística.

A FORMALIZAÇÃO DO PASSEIO DE BARCO NA BAÍA DO CAIXA D'ÁÇO

A Baía do Caixa d'Aço, outrora utilizada apenas para a pesca artesanal e lazer dos caiçaras, é considerada atualmente um dos pontos de maior atratividade turística de Paraty. O ordenamento turístico na Baía do Caixa d'Aço, diante dos inúmeros impactos sociais e ambientais decorrentes da expansão do turismo desordenado na região, se tornou uma das prioridades da equipe gestora do PSNB em 2008 (BAHIA et al., 2013).

A formalização de atividades de apoio à visitação em parques nacionais (também denominada de uso público), como é o caso dos roteiros de passeio de barco oferecidos pela ABAT, é necessária para garantir a permanência do serviço no interior das áreas protegidas e exige conformidade com os objetivos da área protegida.

Em 2010, os analistas ambientais do PSNB elaboraram uma carta de intenção com aspectos da atividade embarcada a serem aprimorados pelos pescadores-barqueiros e estabelecimento de responsabilidades para a ABAT e para o PSNB. Esse documento, entretanto, não foi assinado. Ao analisar os

compromissos que deveriam ser assumidos pela ABAT, os associados concluíram que não haveria possibilidade de arcar com todas as exigências feitas pela equipe gestora da área protegida. Além disso, não houve diálogo para a construção das co-responsabilidades, etapa fundamental para que as partes possam entender plenamente as limitações e exigências institucionais a que estão submetidas.

Os inúmeros conflitos entre a população local e o PNSB, em razão das ações de comando e controle realizadas em Trindade a partir de 2008, foram fatores que contribuíram decisivamente para que a carta de intenção não fosse levada a termo (BAHIA et al., 2013). Tais ações evidenciaram a ausência de horizontalidade nos diálogos entre o poder público e comunitários, culminando na judicialização e criminalização de algumas atividades exercidas.

Após dois anos da primeira tentativa de formalização da atividade embarcada, concomitantemente ao processo de revisão do plano de manejo do PNSB que tratava especificamente da área da Trindade, foi constituído um grupo de trabalho (GT) com membros do PNSB e da ABAT, com participação de analistas ambientais do ICMBio de outros setores, demais atores locais e universidades.

As diretrizes de funcionamento do grupo de trabalho e o plano de ação para formalização do passeio de barco foram definidos durante os encontros realizados no primeiro semestre de 2013, o que incluiu etapas como: a capacitação dos prestadores de serviços, alternativas para a formalização da atividade embarcada dentro do PNSB, definição e controle do número máximo de pessoas no atrativo, trajeto e forma da atividade embarcada, responsabilidades e contrapartidas da ABAT e do PNSB, entre outras (Bahia et al., 2017). Muitas ações definidas para conseguir a autorização da atividade turística foram realizadas pelos associados da ABAT com o apoio de universidades parceiras, técnicos especializados, movimento social e financiadores entre 2012 e 2014 (e.g. BOCKSTAEL et al., 2016; BAHIA et al., 2017).

O estudo de viabilidade econômica da atividade e investimentos elaborados pelo ICMBio, atendendo considerações feitas pelo conselho gestor, fundamenta a autorização dada para exploração comercial de produtos e serviços em áreas protegidas. De acordo com a legislação nacional (Lei Federal nº 8.666/1993), das três formas de delegação de serviços público para terceiros (autorização, permissão ou concessão), associações locais somente se enquadram na obtenção de um título precário de autorização.

O termo de autorização é o instrumento jurídico frágil por ser ato discricionário e unilateral da administração pública e estar sujeito à suspensão a qualquer tempo. Por outro lado, a emissão da autorização pelo órgão ambiental não necessita de abertura de concorrência por meio de um processo licitatório, que inviabiliza a manutenção dos empreendimentos comunitários por não possibilitar a participação em igualdade de condições com grandes empresas (RODRIGUES, 2009; MATEUS e RAIMUNDO, 2015).

Em paralelo à formalização do passeio de barco, o plano para concessão de serviços para implantação de estruturas gerenciais e para recepção dos visitantes e as ações de ordenamento do turismo (especialmente, aquelas relacionadas ao controle do número de visitantes na Piscina Natural do Caixa d'Áço) foi proposto pelo PNSB e acarretou incertezas quanto a permanência do empreendimento comunitário no interior da área protegida (BAHIA et al., 2018), sendo necessário desenvolver ações para a construção coletiva de um instrumento de autorização para a atividade turística realizada pelos associados da ABAT.

ESTRATÉGIAS INOVADORAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL (PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

Baseado na demanda dos pescadores-barqueiros para o cumprimento das etapas estipuladas pelo plano de ação acordado entre os representantes da ABAT e PSNB, foi adotado como estrutura metodológica dessa intervenção: o ciclo de aprendizagem ativa (planejamento-monitoramento-avaliação), a hibridização do conhecimento local e conhecimento técnico-científico e o desenvolvimento de espaços de aprendizagem coletiva (BAREFOOT COLLECTIVE, 2009). As atividades desenvolvidas junto à associação local entre os anos de 2015 e 2019 estão detalhadas a seguir (Tabela 1).

O princípio norteador dessa iniciativa conjunta foi a construção de diálogo entre comunitários e órgãos públicos para trilhar caminhos de negociação inovadores e alicerçados no respeito entre as partes. Esse princípio é um contraponto ao contexto regional de conflitos socioambientais históricos, criminalização dos modos de vida tradicionais e aproveitamento da situação de vulnerabilidade das comunidades locais para a captação de recursos para projetos que perpetuam os conflitos.

a) Estudo de Viabilidade Econômica

Foram realizadas quatro oficinas de dois dias consecutivos cada (totalizando oito encontros) entre os meses de agosto e outubro/2015 para a elaboração participativa do estudo de viabilidade econômica do empreendimento comunitário sob a perspectiva da economia solidária.

Tabela 1: Linhas de ação adotadas e seus respectivos período de realização.

Linhas de Ação	Período				
	2015	2016	2017	2018	2019
Estudo de Viabilidade Econômica*	X				
Estudo da legislação que incide sobre populações locais e atividade turística no interior de áreas protegidas*	X	X			
Fortalecimento Institucional	X	X	X	X	X
Participação nas reuniões do Conselho Consultivo do PNSB e GT de Formalização do Passeio de Barco na Baía do Caixa d'Aço	X	X	X	X	X
* Oficinas de capacitação realizadas no âmbito do projeto "Passeio de barco na Baía do Caixa d'Aço (Trindade, Paraty/RJ): oportunidades para o desenvolvimento local e a conservação ambiental", planejado e executado coletivamente entre autoras e associados, com o apoio financeiro do Fundo Socioambiental Casa.					

b) Estudo da Legislação Vigente

Foram realizadas quatro oficinas de dois dias consecutivos cada (totalizando oito encontros) entre os meses de outubro/2015 e maio/2016 para refletir e buscar alternativas para a manutenção do empreendimento comunitário a partir do entendimento da legislação vigente relacionada à temática da prestação de serviços turísticos em geral, bem como a realização de atividades turísticas por comunidades locais no interior de unidades de conservação (BAHIA et al., 2017).

c) Fortalecimento Institucional

O fortalecimento da ABAT, por extrapolar o contexto institucional e abarcar o aprendizado de cada associado que compõe o coletivo, utilizou uma gama de estratégias de ação em quatro anos de atuação, variando desde a regularização da documentação e situação fiscal da associação, mobilização dos pescadores-barqueiros para envolver-se nas reuniões internas e oficinas de capacitação até mesmo a participação dos associados em eventos científicos para defender e buscar alternativas que aprimorem o processo de formalização da atividade embarcada.

d) Participação nas arenas de tomada de decisão

Outra estratégia empregada foi a participação das autoras, bem como a mobilização dos pescadores-barqueiros a envolver-se e atuarem ativamente nos espaços de diálogo com o PNSB, sendo eles: o Conselho Consultivo do PNSB e o GT de Formalização do Passeio de Barco na Baía do Caixa d'Aço (BAHIA et al., 2017).

Ressaltamos aqui a construção da proposta de portaria para autorização do empreendimento comunitário (ou seja, um documento oficial de ato administrativo destinado a estabelecer normas para execução da atividade embarcada) entre os meses de agosto e dezembro/2018. Para tanto, foram realizadas seis reuniões do GT de Formalização do Passeio de Barco na Baía do Caixa d'Áço, além de reuniões internas da associação e inúmeras rodas de conversas entre as autoras e os associados durante suas atividades cotidianas. Além de assessorarem os membros da ABAT na construção do documento, as autoras foram mediadoras de questões que necessitavam facilitação de diálogo e sistematização da exposição de ideias em reuniões com os gestores ambientais.

CONSTRUÇÃO DO DOCUMENTO PARA OPERACIONALIZAR A COOPERAÇÃO ENTRE PODER PÚBLICO E COMUNITÁRIOS

A elaboração do termo de autorização do empreendimento comunitário gerou e, ainda gera, bastante insegurança por parte dos pescadores-barqueiros em relação à continuidade da atividade exercida devido a sua fragilidade jurídica e a não garantia de exclusividade na realização do passeio de barco pela ABAT.

Na tentativa de sanar tal apreensão, no final do primeiro semestre de 2018, os associados questionaram o gestor do PNSB sobre a aplicação da lei no 13.668/2018. De acordo com o terceiro parágrafo do artigo 14-C, fica dispensado o chamamento público para celebração de parcerias com associações representativas das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação para a exploração de atividades relacionadas ao uso público. Após a realização de consulta jurídica, o ICMBio considerou inválida a aplicação desse instrumento para a formalização do passeio de barco realizado pela associação no interior do PNSB.

Em meio ao contexto nacional de profundas incertezas políticas e econômicas e um histórico de pressão sobre a manutenção da atividade embarcada, seguida de lentidão e descontinuidade no processo de formalização, a equipe do PSNB pediu que uma minuta fosse do termo de autorização fosse enviada até dezembro de 2018, período de tempo exíguo para promover reuniões internas suficientes para a construção do termo de autorização com todos os detalhes que integram o documento.

Os pescadores-barqueiros solicitaram assessoria técnica das autoras para uma reunião dos membros da associação a fim de analisarem os diversos fatores incidentes sobre a atividade, a conjuntura política e os aspectos positivos e negativos dos possíveis caminhos a serem seguidos. Nessa reunião, após deliberação, os associados coletivamente decidiram pela continuidade do processo de negociação. Para a tomada de importantes decisões coletivas, os associados da ABAT têm valorizado a assessoria externa e atendido a diversas demandas externas, incluindo as dos gestores públicos. Entender com profundidade os diversos interesses e cenários possíveis para a continuidade da atividade tem auxiliado a associação a evitar divisões internas e estabelecer arranjos internos que prezam pelo benefício do grupo.

Após a escolha pela continuidade da negociação e análise do documento proposto pelo ICMBio na reunião que ocorreu em novembro de 2018, com a participação de quase a totalidade de associados, duas oficinas e inúmeras rodas de conversas foram realizadas pelas autoras. Nessas ocasiões os pescadores-barqueiros verificaram modelos de documentos semelhantes, analisaram e debateram o termo de autorização, todos os itens do documento apresentando alternativas para aqueles que não contemplavam seus objetivos.

Em dezembro de 2018, uma reunião com os gestores do PNSB e os associados foi feita para que os últimos pudessem apresentar suas contribuições ao documento. Durante aproximadamente cinco horas os itens da minuta foram discutidos, as divergências apresentadas e solucionadas por meio do diálogo, demonstrando que os passos realizados anteriormente propiciaram aos associados o amadurecimento e a apropriação de conhecimento necessário para ocorrer um debate horizontal sobre o assunto. Algumas questões referentes às corresponsabilidades da associação e do PNSB acarretaram controvérsias entre os participantes do grupo de trabalho e necessitam ajustes e maior detalhamento.

Tal desentendimento decorre do fato da definição das contrapartidas de uma instituição prestadora de serviços em uma área protegida federal estar fundamentada no estudo de viabilidade econômica da atividade a ser formalizada, o que desconsidera aspectos relacionais que contemplem as diferentes visões de mundo e formas de apropriação do espaço diante da diversidade cultural dos atores envolvidos (PASCUA et al., 2017).

No primeiro trimestre de 2019, o documento elaborado pelos participantes foi enviado para análise da Divisão de Ordenamento e Autorização para Visitação (DOVIS) da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) do ICMBio em Brasília, setor recentemente estabelecido pela Portaria ICMBio nº 1.162/2018. Os analistas ambientais do setor optaram pela padronização da prestação de serviços em todas as unidades de conservação federais como etapa preliminar, o que retardou a construção do documento de formalização do passeio de barco na Baía do Caixa d'Áço por alguns meses.

Em dezembro de 2019, a portaria 770/2019 do ICMBio que dispõe de normas e procedimentos administrativos para autorização da prestação de serviços de transporte aquaviário de passageiros foi finalmente publicada. As discussões realizadas entre representantes do PNSB e ICMBio, bem como o documento proposto em 2018 terão que sofrer adaptações para atender o modelo estabelecido por essa portaria para que a atividade embarcada realizada pela ABAT seja formalizada.

A descontinuidade das ações por limitações institucionais, manifestadas por meio do distanciamento das reuniões do grupo de trabalho devido à existência de outras demandas do PNSB, e a morosidade na conclusão do processo de formalização do empreendimento comunitário fomentaram incertezas quanto aos acordos já estabelecidos entre a associação e o poder público.

DESAFIOS PARA COOPERAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO LOCAL E PODER PÚBLICO EM ÁREAS PROTEGIDAS

a) Diferentes percepções sobre o passeio de barco na Baía do Caixa d'Áço

A construção de diálogo e consenso entre os interesses da conservação ambiental e as demandas de usos de recursos pela sociedade é ainda um grande desafio. O PSNB, como outras áreas protegidas estabelecidas antes da década de 1990, não considerou a existência de populações locais no momento de sua criação, tendo que reconhecer e lidar com as necessidades de desenvolvimento dessas populações durante sua consolidação. Esse lapso temporal entre a criação e a efetiva implantação do PNSB acarretou inúmeros conflitos e disputas pelo domínio da área e controle dos recursos naturais.

O estabelecimento de uma comunicação clara e transparente associada a construção de relações de confiança entre pescadores-associados e gestores ambientais, bem como a compreensão sobre o funcionamento do processo de delegação de serviços e divulgação de informações errôneas (ou mesmo de contrainformação) foram desafios enfrentados pelos participantes do grupo de trabalho para a formalização da atividade embarcada realizada pela ABAT. A Tabela 2 resume as diferentes perspectivas de entendimento do processo de formalização do empreendimento comunitário captadas nos diálogos realizadas entre os associados e os gestores ambientais.

Há que se considerar ainda que as demandas comunitárias cotidianas e seus processos de aprendizagem coletivos possuem tempos e espaços diferenciados, tendo diversas variáveis que influenciam nesse processo, tais como: tempo disponível para buscar informação, acesso aos centros produtores de conhecimento, interesse na construção do diálogo com instituições consideradas inimigas, assessoria, capacitação para lidar com burocracia (e.g. regularizar documentação da associação), entre outros. Todos esses fatores estão intimamente relacionados aos modos de vida e aspectos culturais que determinam a singularidade das comunidades locais. Essas especificidades, na maioria dos casos, não são observadas pela burocracia inerente ao governo e pelos prazos de projetos e relatórios institucionais.

Tabela 2: Diferentes percepções da comunidade local e gestores ambientais sobre os assuntos relacionados à formalização da atividade embarcada.

<i>Área ou atividade</i>	<i>Comunitários (ABAT)</i>	<i>Gestores Públicos (PNSB)</i>
Trindade	Território de uma comunidade tradicional caiçara.	Localidade de grande beleza cênica que teve parte do território inserido no PNSB e parte na sua zona de amortecimento.
Praia do Meio	Área tradicionalmente utilizada pelos trindadeiros, que passou para o domínio da TDT após a assinatura do acordo em 1982. A TDT cedeu a área para uso coletivo dos trindadeiros.	Espaço público* inserido em uma área protegida de uso restrito.
Baía do Caixa d’Aço, incluindo a Piscina Natural	Área tradicionalmente utilizada pelos trindadeiros para lazer e pesca artesanal, e mais recentemente, turismo.	Espaço público* inserido em uma área protegida de uso restrito.
Passeio de Barco na Baía do Caixa d’Aço	Atividade que compõe o modo de vida da comunidade caiçara da Trindade. Sua extensão para turistas gera renda para muitas famílias nativas.	Uma das atividades a ser ofertada aos visitantes do PNSB. Os associados da ABAT são vistos como prestadores de serviço
* Segundo Rodrigues (2009), trata-se de um bem comum submetido à instância de administração estatal.		

b) Uso público em áreas protegidas: um instrumento inclusivo?

O projeto básico para concessão de estruturas e serviços de apoio a visitação (não incluindo o passeio de barco na Baía do Caixa d’Aço em seu escopo) foi apresentado pelos gestores ambientais na reunião do conselho consultivo que ocorreu em novembro de 2016 no município de Paraty. Inúmeras críticas foram feitas à proposta divulgada e foi requisitada manifestação dos conselheiros e demais participantes por escrito para sugestões ao projeto.

As autoras organizaram oficinas com os membros da ABAT para discussão dos itens do projeto. Essas discussões fundamentaram um ofício protocolado junto ao PNSB e contribuiu para que os gestores ambientais elaborassem nova estratégia para consolidação da área protegida, anunciada em diferentes reuniões do conselho consultivo realizadas em 2018.

A atual proposição incorporou a formalização de empreendimentos comunitários coletivos, bem como um projeto para concessão de serviços de apoio a visitação e estruturas gerenciais ainda em preparação. Especificamente para a área de Trindade, vem sendo delineada a construção de uma praça de interface entre a vila e o PNSB e um píer na Piscina Natural do Caixa d’Aço com recursos de compensação ambiental já disponibilizados pelo ICMBio para esse fim.

Embora diferentes medidas para a inclusão de comunidades locais venham sendo adotadas, o planejamento do uso público em áreas de proteção de uso restrito, segundo o SNUC, adota a conservação da biodiversidade e a experiência do visitante como critérios para avaliação e monitoramento dessas atividades. Essas diretrizes não priorizam o desenvolvimento local, critério fundamental quando se trata da formalização de empreendimentos comunitários.

A assimetria de relevância entre esses três critérios compromete tanto a participação das comunidades locais na gestão das áreas protegidas como a construção de futuras iniciativas de cooperação entre populações locais e órgãos ambientais (BOCKSTAEL et al., 2016).

A inclusão social em áreas protegidas não pode ser tratada meramente como um aspecto econômico de geração de emprego e renda para as populações locais, sendo imprescindível considerar características plurais oriundas da identidade cultural, autonomia e senso de pertencimento. Fomentar somente as atividades relacionadas ao turismo no meio natural não soluciona os conflitos históricos em áreas protegidas. O turismo acontece, muitas vezes, de forma desordenada e trata como exótico a diversidade cultural existente, causando inúmeros impactos negativos nas comunidades locais e introduzindo valores e costumes que desqualificam a cultura local.

Além disso, algumas atividades extrativistas (por exemplo, a pesca de pequena escala) fazem parte do patrimônio biocultural dessas populações, não podendo ser negligenciadas pelos gestores ou, simplesmente substituídas pelas oportunidades econômicas geradas pelo turismo nas áreas protegidas remediando as restrições impostas aos modos de vida tradicionais pela legislação ambiental.

Alternativas diversificadas que fortaleçam e valorizem a cultura local necessitam de maior incentivo. De outro modo, essas populações se tornariam simplesmente prestadores de serviços em suas áreas de origem e, na retaguarda de um conceito humanitário, a reprodução das tão criticadas exclusões e injustiças socioambientais seriam perpetuadas.

CONCLUSÕES

O uso público tanto nacional como internacionalmente, tem conquistado grande relevância em relação a valorização social, consolidação das áreas protegidas, bem como para a conservação do ambiente natural. Além disso, o desenvolvimento do uso público pode proporcionar geração de expressivos recursos econômicos para auxiliar a gestão ambiental e a conservação dos ecossistemas, independentemente da alocação de outros investimentos. Concomitantemente tem potencial de beneficiar economicamente as populações residentes no interior e/ou entorno desses espaços e melhorar as condições de vida das comunidades locais.

O processo de construção de um documento de cooperação entre o PNSB e a ABAT mostrou que, mesmo em um cenário de disputas históricas na região, o processo de construção de cooperação entre os diferentes atores (associados, autoras, gestores) possibilitou a melhoria do diálogo entre o poder público e a associação, bem como o reconhecimento do trabalho da ABAT pelo PNSB e comunidades costeiras de outras regiões.

A assessoria técnica para a associação comunitária foi fundamental para que houvesse apropriação e troca de conhecimento, fortalecimento interno da associação, mediação de conflitos, facilitação e organização de reuniões internas e externas, melhoria do entendimento de documentos legais por parte dos associados, iniciativas de criação social para enfrentamento de demandas, melhor comunicação com os gestores do PNSB. Houve um aumento de interdependência dos associados para a tomada de decisões alicerçadas em relações não-hierárquicas voltadas para os objetivos da ABAT.

O aprendizado mútuo das consultoras e dos associados levou ao desenvolvimento individual e coletivo de todos os envolvidos, podendo esse modelo de interação ser reproduzido em outros locais e instâncias. Infelizmente, poucas agências de fomento disponibilizam recursos para pequenas associações, o que obsta a prestação contínua da assessoria, muitas vezes, realizada de modo voluntário.

A partir dessa experiência foi possível também fazer uma reflexão sobre a interface das políticas de uso público e gestão compartilhada para lidar com atividades turísticas em territórios historicamente utilizados por comunidades locais.

A cooperação entre os diversos atores pode garantir benefícios para a conservação, melhoria do conhecimento com a troca de saberes, fortalecimento de aspectos culturais, reconhecimento do patrimônio material e imaterial existente nos territórios. Para tanto são necessários avanços tanto em: i) instrumentos legais que considerem a vulnerabilidade e assegurem a permanência das comunidades locais em seus territórios, quanto no ii) entendimento do conceito de uso público que considerem valores relacionais como, senso de pertencimento e identidade.

Outro fator que interrompe os processos de parcerias entre gestores ambientais e comunitários é a insegurança da condução de políticas públicas. A alternância de dirigentes governamentais que não primam pela continuidade de ações inclusivas, como ocorreu na última eleição, obsta a condução de iniciativas participativas e voltadas para a conservação com desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, N. C. F. et al. Implementation of a national park over traditional lands of the Trindade community in Paraty, Brazil. In: **Protected Areas and Place Making Conference Proceedings**. Foz do Iguaçu. Piracicaba: ESALQ, 2013. p. 46-51.
- BAHIA, N. C. F. et al. Formalização do Passeio de Barco na Baía do Caixa D'Aço (Trindade, Paraty, RJ): uma Iniciativa de Inclusão Social para Conservação. In: Simon, A.; Filho, W. M. Repensando os Paradigmas Institucionais da Conservação. **Anais do VIII Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão Social e III Encontro Latino-Americano de Áreas Protegidas e Inclusão Social**. Niterói, 2017. p. 738-755.
- BAHIA, N. C. F. et al. Staying Afloat. **Samudra Report**, n. 78, p. 39-41. 2018.
- BAREFOOT COLLECTIVE. Barefoot guide to working with organisations and social change. **Community Development Resource Association (CDRA)**. 2009.
- BOCKSTAEL, E. et alli. Participation in protected area management planning in coastal Brazil. **Environmental Science & Policy**, vol. 60, p. 1-10, 2016.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 61p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria de Áreas Protegidas. **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Série Áreas Protegidas, 3. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 44p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente/Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de Base Comunitária em UCs federais: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. 19p.
- BUSSOLOTI, J. M. **Fortalecimento do Mosaico Bocaina**: estruturação, comunicação e levantamento de práticas sustentáveis no território do Mosaico. Relatório Técnico de Progresso para o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC-Brasil). Conselho do Mosaico Bocaina e Caminhos de Cunha. Cunha. 2010. 89p.
- CONTI, B. R.; ANTUNES, D. DE C. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). **Interações**, vol. 13, n. 2, p. 213-223, 2012.
- GARDNER, B. Tourism and the politics of the global land grab in Tanzania. **Peasant Studies**, v. 39, n. 2, p. 377-402, 2012.
- GEZON, L. L. Who wins and who loses? Unpacking the "local people" concept in ecotourism: a longitudinal study of community equity in Ankarana, Madagascar. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 22, p. 821-838, 2014.
- HANAZAKI, N. et al. Livelihood Diversity, Food Security and Resilience among the Caiçara of Coastal Brazil. **Human Ecology**, v. 41, p. 153-164, 2013.
- LHOTTE, C. **Trindade para os trindadeiros**. 1982. 278f. Dissertação (Mestrado): Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1982.
- MATHEUS, F. S.; RAIMUNDO, S. O Envolvimento das Comunidades Locais nas Políticas de Uso Público em Áreas Protegidas no Estado de São Paulo. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos**, Juiz de Fora, vol.5, n. 3, p. 45-54, set./dez. 2015.
- PASCUA, U. et al. Valuing nature's contributions to people: the IPBES approach. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 26, p.7-16, 2017.

PLANTE, S.; BRETON, Y. Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Enciclopédia Caiçara**. Vol. III. O Olhar Estrangeiro. São Paulo: Editora Hucitec, 2005, p. 21-74.

RODRIGUES, C. G. de O. **Uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. 358f. Tese (Doutorado): Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Org.). **Quanto vale o verde**: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p.

MAPEAMENTO DO USO E COBERTURA DA TERRA NO ENTORNO DA BAÍA DE SEPETIBA EM APOIO À IDENTIFICAÇÃO DE PRESSÕES SOBRE OS MANGUEZAIS

MAPPING OF LAND USE AND COVERAGE AROUND SEPETIBA BAY IN SUPPORT OF IDENTIFICATION OF MANGROVE PRESSURES

MAPEO DE USO DE LA TIERRA Y COBERTURA ALREDEDOR DE SEPETIBA BAY EM APOYO DE LA IDENTIFICACIÓN DE LAS PRESIONES DE MANGROVE

OLIVEIRA, Ana Carolina

RUBATINO, Isabela

ALMEIDA, Paula Maria

CRUZ, Carla Madureira

RESUMO

O panorama da Baía de Sepetiba pode ser descrito, dentre outras coisas, pelo rico mosaico de ambientes que a constituem. Nesse contexto, os manguezais remanescentes da região atuam na conectividade e equilíbrio ecológico, e influenciam nas diversas atividades humanas desenvolvidas na região. Diante disso, o presente trabalho buscou analisar as pressões antrópicas a partir das dinâmicas de uso e ocupação no entorno dos manguezais da Baía de Sepetiba, com base no mapeamento de usos e cobertura. Para o mapeamento das áreas foram utilizadas imagens de alta resolução espacial (10m) do satélite Sentinel-2 da Agência Espacial Europeia (ESA) de julho de 2018. Essas imagens foram classificadas através da abordagem Análise de Imagens Baseada em Objetos Geográficos (Geobia). Tal mapeamento foi feito numa escala de 1:25.000. Como produto final, foram feitas análises do estado atual e da pressão do entorno dos mangues considerando o grau de transformação antrópica por faixas de áreas de influência (raios) estabelecidas a partir dos limites dos fragmentos florestais de mangue, onde foi constatado um maior índice de transformação na faixa de 1 km, onde se destacou atividade urbano industrial, impactando a funcionalidade dos ecossistemas costeiros.

Palavras-chave: Manguezal. Baía de Sepetiba. Mapeamento.

ABSTRACT

The panorama of Sepetiba Bay can be described, among other things, by the rich mosaic of environments that constitute it. In this context, the remaining mangroves in the region act in connectivity and ecological balance, and influence the various human activities developed in the region. Given this, the present work aimed to analyze the anthropic pressures from the dynamics of use and occupation surrounding the mangroves of Sepetiba Bay, based on the mapping of land use and land cover. For the mapping of the areas were used high spatial resolution images (10m) of the European Space Agency (ESA) Sentinel-2 satellite. These images were classified by Geographic Object Based Approach (Geobia). This mapping was done on a scale of 1: 25,000, which was elaborated in two stages. The first one, the classes were defined to map the land cover, followed by another step aimed at identifying the types of land use. As a final product, we analyzed the state and pressure of the surrounding mangroves considering the anthropic transformation of the surroundings, both in general terms and through the analysis of zones of influence (rays) from the mangrove forest fragments.

Keywords: Mangrove, Sepetiba bay, Mapping.

RESUMEN

El panorama de la bahía de Sepetiba se puede describir, entre otras cosas, por el rico mosaico de ambientes que lo constituyen. En este contexto, los manglares restantes en la región actúan en conectividad y equilibrio ecológico, e

influyen en las diversas actividades humanas desarrolladas en la región. Ante esto, el presente trabajo tuvo como objetivo analizar las presiones antrópicas a partir de la dinámica de uso y ocupación que rodea los manglares de la Bahía de Sepetiba, con base en el mapeo del uso de la tierra y la cobertura de la tierra. Para el mapeo de las áreas se utilizaron imágenes de alta resolución espacial (10m) del satélite Sentinel-2 de la Agencia Espacial Europea (ESA). Estas imágenes fueron clasificadas por Enfoque Basado en Objetos Geográficos (Geobia). Este mapeo se realizó en una escala de 1:25,000, que se elaboró en dos etapas. El primero, las clases se definieron para mapear la cobertura del suelo, seguido de otro paso destinado a identificar los tipos de uso del suelo. Como producto final, analizamos el estado y la presión de los manglares circundantes considerando la transformación antrópica del entorno, tanto en términos generales como a través del análisis de zonas de influencia (rayos) de los fragmentos de bosque de manglar.

Palabras clave: Manglar, Bahía Sepetiba, Mapeo.

INTRODUÇÃO

O país possui atualmente aproximadamente 209 milhões de habitantes em um território de cerca de 8.515.767 km² (IBGE, 2018). Com um crescimento populacional de 0,82% entre 2017 e 2018, de acordo com o último censo demográfico, 26,6% da população reside em municípios da zona costeira (IBGE, 2011 & IBGE, 2018). Tal número é fruto de fatores históricos ligados à ocupação do território brasileiro que, seguindo a tendência mundial, ocorreu predominantemente nas áreas litorâneas. Esses processos têm como consequência uma severa “pressão antrópica” ao longo da costa brasileira, causando diversas mudanças na paisagem no decorrer do tempo.

Os sistemas costeiros destacam-se como os principais centros de transformação e degradação derivadas da imensa e crescente atenção que vem recebendo (ALMEIDA, 2010, p.4-5). A multiplicidade de usos, sobretudo nos ambientes marinho-costeiros, tem levado a um progressivo aumento dos impactos socioambientais subsequentes às atividades neles desenvolvidas, consequência muitas vezes de diferentes métodos de apropriação dos recursos naturais (JOVENTINO; JOHNSON; LIANZA, 2013 & PRATES ET AL, 2012).

Um dos principais ecossistemas costeiros brasileiros que sofrem com esses processos, os manguezais, ambientes de transição entre o mar e o continente, embora sejam reconhecidamente relevantes para o equilíbrio da biodiversidade marinha, encontram muitos problemas no quesito conservação. Isso ocorre principalmente em decorrência do julgamento negativo que se faz desses ecossistemas sob os olhos da sociedade em virtude do mau cheiro, ausência humana e insalubridade própria desses ambientes. Daí cria-se a ideia de que seriam dispensáveis, tornando-se alvo de interesses socioeconômicos e políticos (ALMEIDA, 2010).

Os manguezais são encontrados ao longo de praticamente todo o litoral brasileiro, abrangendo cerca de 1.225.444 hectares, distribuindo-se desde o norte do Amapá até Santa Catarina (SCHAEFFER-NOVELLI, 1989), como pode ser observado na Figura 1.

Tomando como foco o Rio de Janeiro (estado litorâneo com a presença de três grandes baías ao longo de sua extensão), os fragmentos remanescentes de manguezais, típicos de regiões abrigadas, sofrem com a intensificação e o avanço das atividades predatórias à conservação (SOARES, 1997). As baías e os ecossistemas a ela associados, principalmente os mangues, despontam na mira de interesses socioeconômicos e ecológicos para o estado do Rio de Janeiro, tais como: aspectos culturais e sociais associados aos povos tradicionais (atividades de subsistência, como pesca e maricultura), turismo (barcos de passeio e mergulho livre), empreendedorismo imobiliário (áreas habitacionais, áreas comerciais, hotéis, resorts) e grandes empreendimentos industriais (JOVENTINO; JOHNSON; LIANZA, 2013, p.60-61).

O impacto social visto neste cenário abarca inúmeras conexões de diferentes atores com o mangue ou deste com os atores, com foco aqui em alguns grupos contra hegemônicos como é o caso das comunidades tradicionais (pescadores artesanais, caiçaras, ribeirinhos, marisqueiros e quilombolas) (JOVENTINO ET AL, 2013, p. 219).

Nesse contexto, as baías de Ilha Grande e de Sepetiba localizadas ao sul do estado, vem sofrendo constantes mudanças no quadro da relação homem-ambiente devido à expansão urbana e industrial na direção sul (ALMEIDA, 2010). Na Baía de Sepetiba (Figura 2), em particular, esse avanço tem se intensificado nas últimas duas décadas pela sua proximidade com a região metropolitana e frente à expansão urbana no sentido Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, de forma a alterar drasticamente a dinâmica dos ecossistemas e das espécies das cadeias tróficas marinhas nativas.

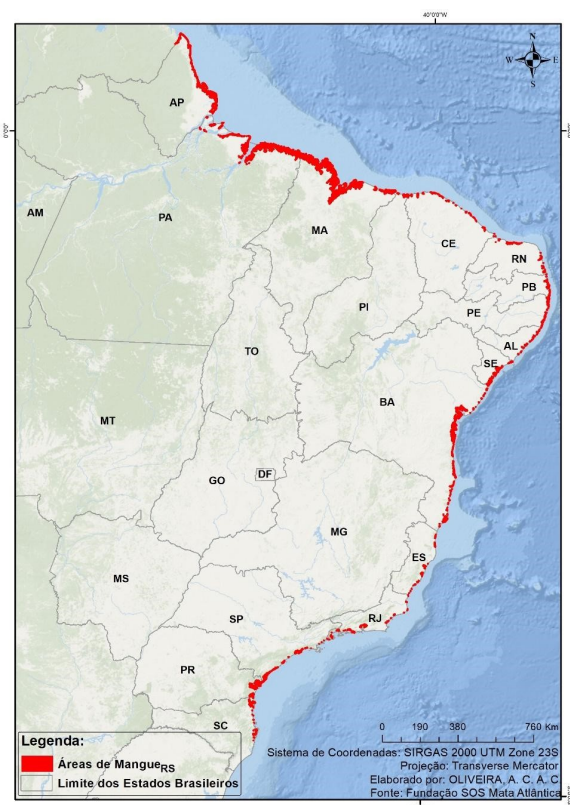


Figura 1 - Ocorrência de manguezais no litoral brasileiro

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica

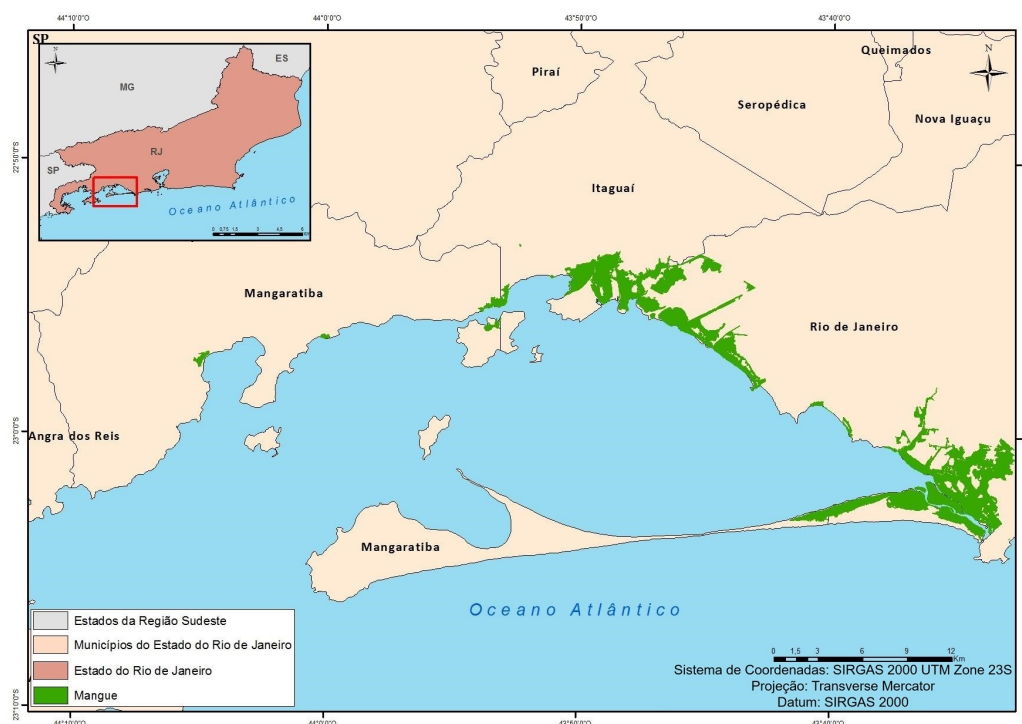


Figura 2 - Localização da Baía de Sepetiba

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Diante disso, vê-se a necessidade da realização de estudos voltados para a identificação e caracterização das formas de uso e ocupação por meio de mapeamentos mais detalhados destas áreas, de modo a auxiliar na gestão da região costeira. Assim, pautado no aumento das atividades próximas aos manguezais, o presente trabalho tem por finalidade analisar as pressões antrópicas a partir das dinâmicas de uso e ocupação no entorno dos manguezais da Baía de Sepetiba, com base no mapeamento da cobertura e usos da terra.

MATERIAIS E MÉTODOS

Apoiada nas tecnologias e ferramentas do sensoriamento remoto e geoprocessamento, gerou-se uma classificação da cobertura e uso da terra em apoio a análises da área de influência dos remanescentes do manguezal localizados na Baía de Sepetiba, definida por faixas de aproximação de 500m, 1 km e 5 km de distância. Foi desenvolvida ainda uma análise da influência do uso e ocupação no entorno dos fragmentos de mangue através da aplicação do Índice de Transformação Antrópica (ITA), que possibilita inferir o grau de pressão antrópica através da atribuição de pesos às classes definidas no mapeamento (DA COSTA RODRIGUES, 2014).

O processo teve início com a aquisição das imagens de satélite da constelação Sentinel-2 em órbita desde 2015. Para abranger toda a área de análise foram necessárias duas cenas do sensor Sentinel-2, sendo essas imagens com bandas que variam entre 10m, 20m e 60m de resolução espacial (Tabela1), obtidas via Plataforma *Science for a Changing World* (USGS) em julho de 2018, de forma gratuita.

Tabela 1: Relação das bandas espectrais Sentinel-2

Resolução	Nº da Banda	Nome da Banda
10 m	B02	Blue (azul)
	B03	Green (verde)
	B04	Red (vermelho)
	B08	NIR (Infravermelho Próximo)
20 m	B05	Red Edge 1
	B06	Red Edge 2
	B07	Red Edge 3
	B08A	Red Edge 4
	B11	SWIR 1
	B12	SWIR 2
60 m	B01	Aerossol
	B09	Water Vapor (vapor d'água)
	B10	Círus

Fonte: ESA - Sentinel Online

Conforme o fluxograma apresentado na figura 3, a primeira etapa foi constituída pela organização das imagens no *software* ArcMap (versão 10.5.1), objetivando a composição das bandas espectrais por meio da ferramenta *Composite Bands*. As imagens selecionadas já se encontravam corrigidas geometricamente e com correção atmosférica.

A partir do *Composite Band*, as imagens foram mosaicadas, utilizando a ferramenta "*Mosaic*", que possibilitou a geração de uma única imagem englobando não só a Baía de Sepetiba, mas também sua vizinha, a Baía de Ilha Grande, a fim de fazer uma contextualização do panorama de toda região, tendo em vista que são conectadas pelo canal de comunicação com o oceano na porção oeste da baía de Sepetiba. Esta imagem foi exportada e trabalhada no *software* *Ecognition Developer*, onde passou pelos processos de recorte da área de interesse, seguido da criação de uma estrutura em formato de árvore de processos, com base numa metodologia de modelagem de conhecimento segundo Classificação Baseada em Objetos (GEOBIA).

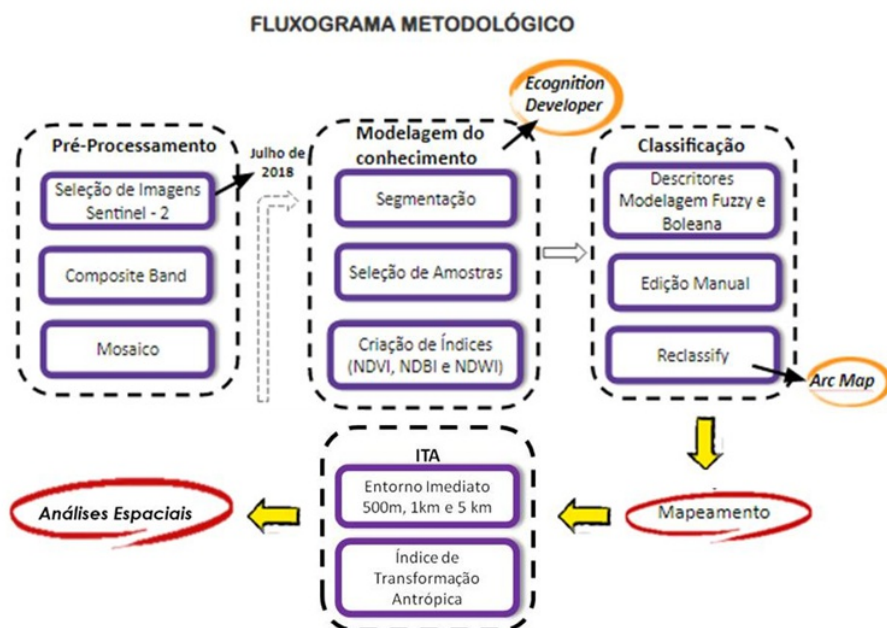


Figura 3 - Fluxograma metodológico

As etapas que se seguiram foram de: segmentação da imagem, via testes em três níveis de segmentação de modo a diferenciar os objetos de estudo, e posteriormente a criação de três índices de análise: Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), Índice por Diferença Normalizada para Áreas Construídas (NDBI) e Índice da Diferença Normalizada de Água (NDWI) (PONZONI; SHIMABUKURO, 2007 & ZHA; GAO, 2003 & MCFEETERS, 1996). Concluída essa parte, iniciou-se a etapa de seleção de amostras para cada classe definida: água, vegetação, mangue, apicum e outros.

Com a figura 4, verifica-se que a classificação das áreas foi realizada a partir de diferentes abordagens dependendo da classe de interesse. Algumas destas como 'vegetação' e 'não vegetação', foram mapeadas com o uso descritores de modelagem dos tipos Fuzzy e Booleano, utilizando tantos os índices criados quanto as bandas espectrais. Para o caso de outras classes, principalmente aquelas com resposta espectral semelhante ou distribuição mais específica, foram efetuadas algumas edições manuais.

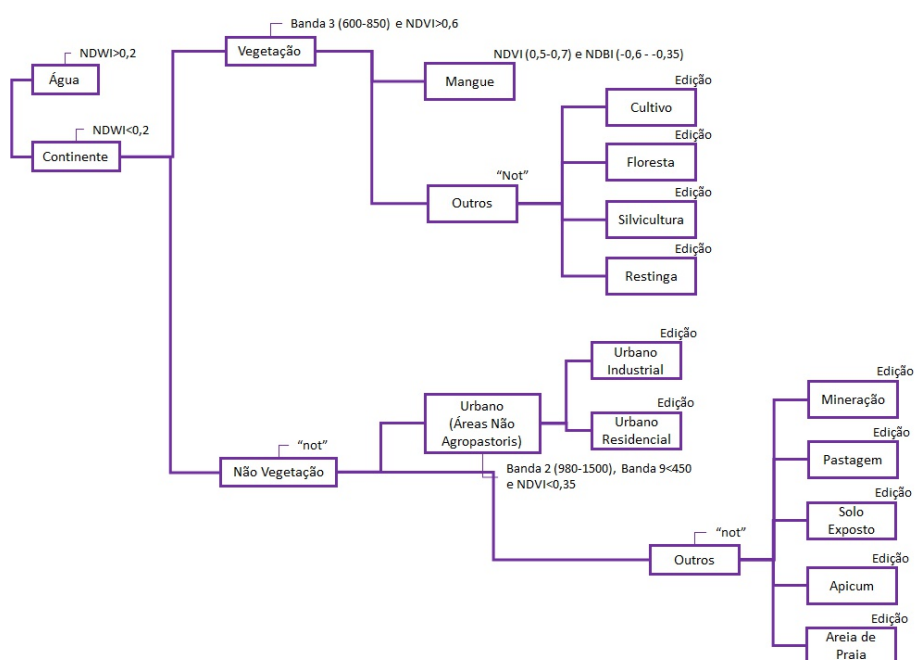


Figura 4 - Estrutura Hierárquica das Classes e parâmetros utilizados

Após finalizada a classificação, um novo arquivo foi exportado para o *software* ArcGIS, onde passou pela ferramenta "*Reclassify*" para identificação descritiva das classes definidas. Realizado esse processo, um *layout* do mapa foi gerado já contendo as classes definidas.

Cabe destacar que o mapeamento das classes mais abrangentes (ANF, NNF, AAG e ANA), realizado para do o estado no âmbito do mapeamento de uso e cobertura do estado do Rio de Janeiro, foi avaliado através da comparação, a partir de pontos aleatórios, das classes do mapa produzido com o que se identificou nas imagens presentes no Google Earth e fotos do Google Street View. As análises do mapeamento apontaram para uma exatidão total de 93,9% e um Índice Kappa de 0,929, considerado um resultado ótimo, fazendo com que o mapeamento tenha uma alta precisão temática.

Tabela 2: Caracterização das classes de mapeamento

Classe	Subclasse	Imagem Sentinel - 10
Área Natural Florestada (ANF)	Floresta	
	Mangue	
	Restinga	
Área Natural Não Florestada (NNF)	Apicum	
	Solo Exposto	
	Areia de Praia	
Área Antrópica Agrícola (AAG)	Cultivo	
	Pastagem	
	Silvicultura	

Classe	Subclasse	Imagem Sentinel - 10
Área Antrópica Não Agrícola (ANA)	Urbano Residência I	
	Urbano Industrial	
	Mineração	
Área Antrópica Não Agrícola (ANA)	Urbano Residência I	
	Urbano Industrial	
	Mineração	

Com a classificação e as faixas estabelecidas para 500m, 1km e 5km no entorno imediato dos remanescentes de mangue, pode-se identificar as atividades empregadas no entorno imediato em diferentes níveis de distanciamento. Ao final, de posse do quantitativo das áreas de cada classe para as três faixas, calculou-se o Índice de Transformação Antrópica (ITA) (SCHWENK & CRUZ, 2008).

O ITA é calculado como base nos valores de área (%) adquiridos para cada classe do mapa de cobertura e uso da terra, de acordo com a equação apresentada na equação a seguir.

$$ITA = \sum (\% uso \times peso) / 100$$

Nessa operação, a variável *uso* é definida pela área em valores percentuais das classes mapeadas em cada faixa do entorno, enquanto a variável *peso* é definida através de consulta consensual a experts de modo a representar o grau de transformação antrópica estabelecida pela cobertura identificada. (SCHWENK e CRUZ, 2008; NOGUEIRA et al., 2001). O grau de transformação antrópica definido pelo peso pode variar numa escala que vai de 1 a 10, onde 1 representa pressões antrópicas menores, e 10 sugere maiores pressões (Tabela 3). A seguir, calculou-se o ITA para as três faixas de entorno.

Os valores obtidos para o índice podem ser classificados de acordo com o estabelecido por Cruz et al. (1998), em:

Tabela 3: Classificação do Índice de Transformação Antrópica

Pouco degradada	0-2,5
Regular	2,5-5
Degradada	5-7,5
Muito Degradada	7,5-10

Para o presente trabalho os pesos adotados para identificação da transformação antrópica de cada classe são apresentados na Tabela 4, a seguir:

Tabela 4: Pesos associados por classe:

Classe	Pesos
Água	1
Apicuns	1
Areia de praia	1
Cultivo	7
Floresta	1
Mineração	10
Pastagem	5
Restinga	1
Silvicultura	4
Solo exposto	6
Urbano Industrial	9
Urbano Residencial	8

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro produto deste estudo é o mapa de cobertura e uso da terra (Figura 5), no qual se destacam as 5 classes geradas para a área, que são: Água, Apicuns, Mangue, Urbano e outros, sendo esta última relacionada a todas as outras classes não interessantes no âmbito dessa análise.

Analizando o mapa é possível notar uma maior concentração de fragmentos de mangue na Baía de Sepetiba, quando comparado aos encontrados na Baía de Ilha Grande. Em vista disso, e pelo fato desta Baía se situar próximo da área de expansão da cidade do Rio de Janeiro, considerou-se que esta área se encontre mais vulnerável às pressões ocasionadas pelo avanço urbano, demandando especial atenção. Detalhou-se desta forma, as classes do mapeamento de uso e cobertura no entorno dos remanescentes presentes nesta área.

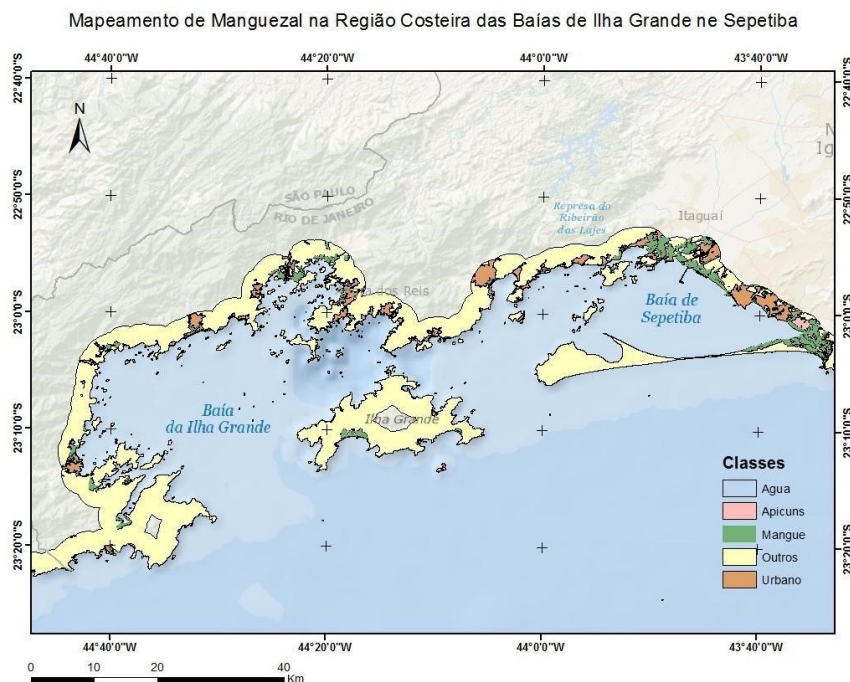


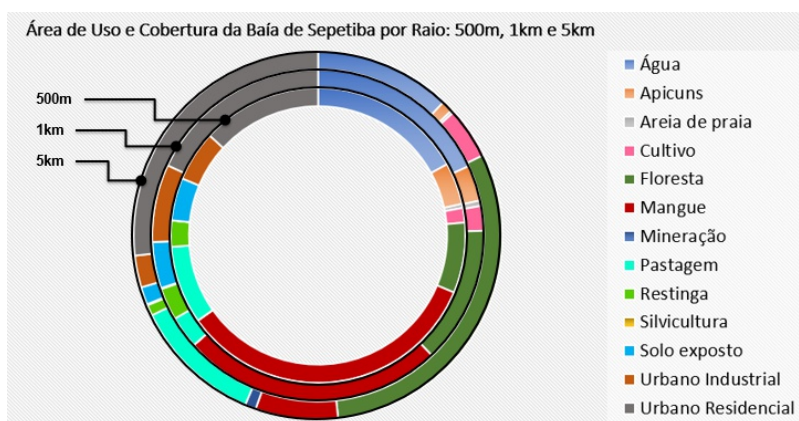
Figura 5 - Mapa da Cobertura da Terra da Baía de Sepetiba e Ilha Grande

Fonte: Elaborado pelos autores

MAPEAMENTO DE USO E COBERTURA – RAIOS DE 5KM, 1KM E 500M

Para a análise do entorno imediato dos remanescentes de mangue em Sepetiba foi definido um raio de 5km a partir da classe 'Mangue', a partir do qual foram definidas três faixas diferentes para análise com os raios de 5km, 1km e 500m (Gráfico 1). Esta estratégia possibilitou a compreensão das variações da ocupação na área, quantificando-se as classes encontradas à medida que se aproxima da linha de costa. Essa nova divisão de classes foi determinante para o cálculo do ITA.

Gráfico 1 - Áreas por Classe de Uso e Cobertura da Terra



A primeira análise realizada foi para a faixa maior de entorno, definida pelo raio de 5km, apresentada na Figura 6.

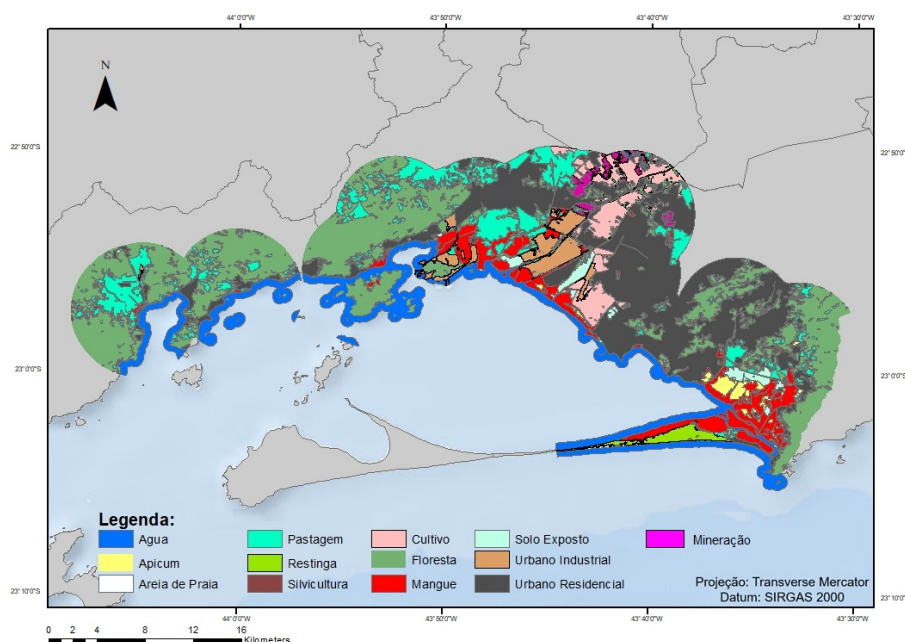


Figura 6 - Mapa da Cobertura da Terra da Baía de Sepetiba com raio de 5km no entorno dos manguezais

Fonte: Elaborado pelos autores

Avaliando esse primeiro perímetro, dada as limitações da resolução espacial de 10m do Sentinel-2, não foi possível identificar a presença da classe 'Mangue' na área conhecida como ponta da Restinga da Marambaia, localizada a oeste da Baía de Sepetiba. Por esta razão, tais áreas não foram consideradas no cálculo e na avaliação das pressões sobre o mangue.

No que se refere às outras classes, notou-se que as áreas identificadas como 'Áreas urbano de uso residencial' e 'Áreas urbanas de uso industrial' são as que predominam ao entorno do mangue na faixa de 5 km. Outra classe identificada e muito importante na consideração do grau de antropização sobre os ecossistemas costeiros é a de Mineração, tendo em vista o desenvolvimento desse tipo de atividade nas margens a oeste da baía. Contudo, destaca-se que a classe 'Áreas urbana de uso industrial' não englobou a classe 'Mineração', devido a existência de outros tipos de práticas na região, como a de extração de areia.

Ao analisarmos os resultados obtidos para o raio de 1 km (Figura 7), verifica-se que a classe 'Mineração' já não aparece. Por outro lado, constata-se uma redução de quase 2% em relação à classe 'Cultivo'. Observa-se ainda que se mantém o predomínio das classes 'Áreas urbano de uso residencial' e o 'Áreas urbanas de uso industrial' no entorno dos fragmentos de Mangue nesta faixa.

Por fim, identificou-se que as classes com maior representatividade na faixa de 500m dos manguezais foram: 'Áreas urbanas de uso residencial', 'Pastagem', 'Floresta' e 'Áreas urbanas de uso industrial', respectivamente (Figura 8). Ou seja, mesmo para um raio menor, identificou-se que se mantém a grande influência dessas classes no entorno da floresta de mangue. Por outro lado, apesar da classe floresta ter ganhado destaque nessa faixa, ela possui menor representatividade se comparada com sua presença nas faixas de 5km e de 1 km.

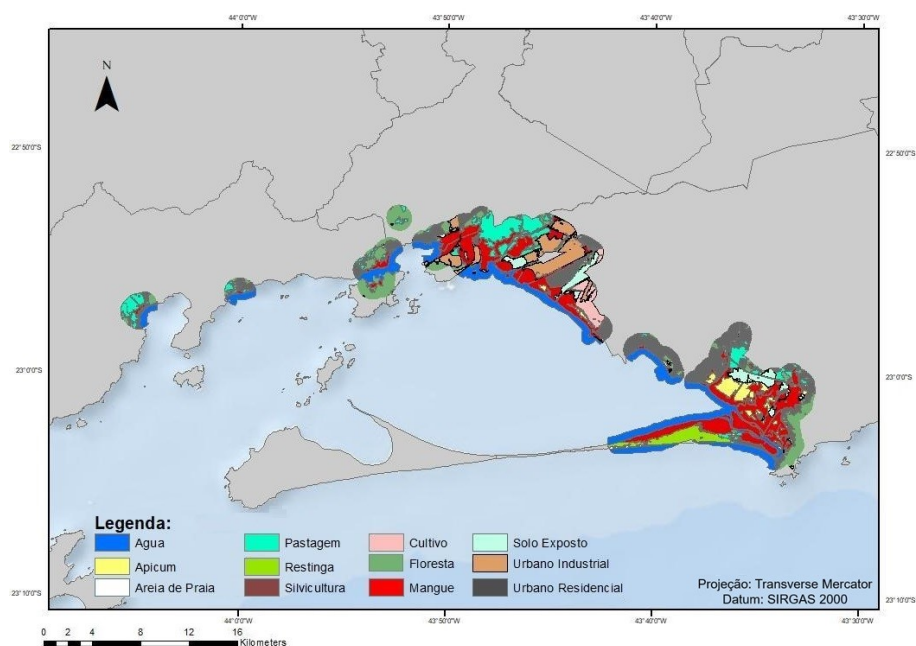


Figura 7 - Mapa da Cobertura da Terra da Baía de Sepetiba com raio de 1km no entorno dos manguezais

Fonte: Elaborado pelos autores

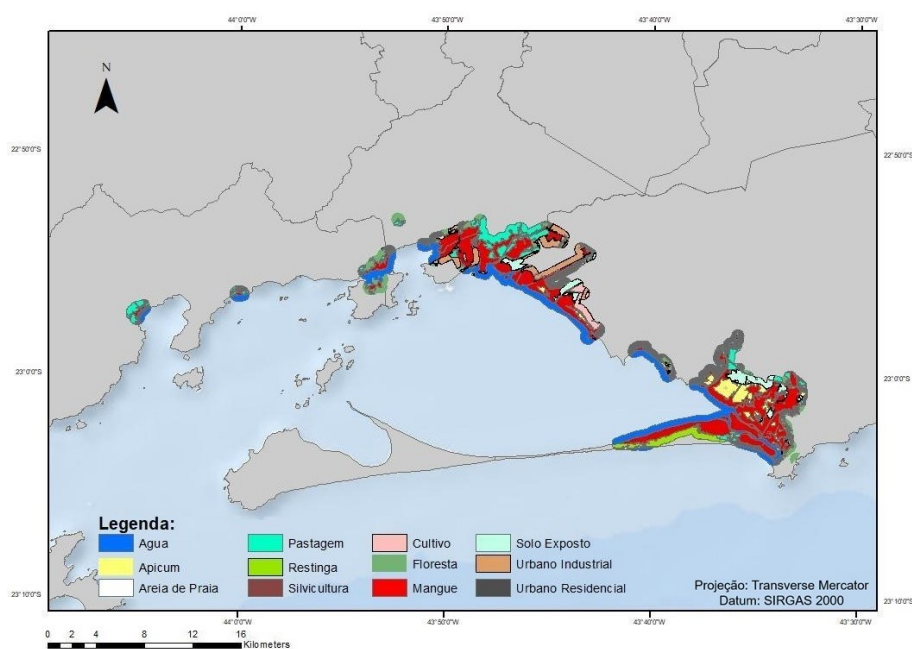


Figura 8 - Mapa da Cobertura da Terra da Baía de Sepetiba com raio de 500m no entorno dos manguezais

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerando os resultados apresentados nessas análises para a identificação das pressões sobre os manguezais, verificou-se o aparecimento de novas classes predominantemente antrópicas conforme nos aproximamos da linha de costa. Os valores referentes a cada uma das classes e para cada faixa analisada pode ser observado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5: Índices das classes por raio gerado

Classe	(%) Área 500m	(%) Área 1km	(%) Área 5km
Água	25,681	22,238	12,960
Apicuns	6,948	4,269	1,098
Areia de praia	0,651	0,642	0,248
Cultivo	2,427	2,952	4,898
Floresta	11,666	16,385	32,827
Mineração	0,000	0,000	1,043
Pastagem	12,933	12,608	12,292
Restinga	4,345	3,839	1,020
Silvicultura	0,028	0,111	0,099
Solo exposto	7,066	5,531	1,662
Urbano Industrial	8,361	9,281	3,013
Urbano Residencial	19,895	22,144	28,839

No que se refere ao cálculo do ITA, os resultados relativos aos raios analisados (500m, 1km e 5km) a partir da área de mangue (Tabela 6), dentre as classes com maior peso na escala de antropização, destacam-se as classes 'Áreas urbanas de uso industrial' e 'Áreas urbanas de uso residencial'.

Tabela 6 - Resultados obtidos no cálculo do ITA

(%) Área 500m	(%) Área 1km	(%) Área 5km
4,1	4,3	4,2
Regular	Regular	Regular

Tal resultado apresentado na tabela 6 aponta um grau de antropização um pouco mais elevado para a faixa de 1 km, em que se verificou um maior índice de transformação, onde se destacou o desenvolvimento de atividades do tipo urbano industrial, o que pode influenciar diretamente na funcionalidade dos ecossistemas costeiros, como no caso dos manguezais em questão.

Entretanto, mesmo diante de tais constatações, os valores apontados indicam que não há diferenças significativas para o ITA nas faixas analisadas. Isto se dá, provavelmente, pela manutenção das proporções das classes que exercem maior pressão sobre os fragmentos. De qualquer forma, a área como um todo apresenta um Grau de Transformação Antrópica classificado como regular, indicando que ações de mitigação podem ainda serem exercidas de modo a buscar uma redução das pressões sobre o ecossistema.

CONCLUSÕES

No que se refere às atividades antrópicas com maior presença nas bordas dos fragmentos de mangue na Baía, indicando maior interferência sobre o mesmo, foram: 'Áreas urbanas de uso industrial', 'Áreas urbanas de uso residencial', 'Cultivo' e 'Pastagem', respectivamente.

Quanto às faixas de proximidade do mangue analisadas, o resultado mostra que a maior diferença se localiza entre os raios de 500m e 1km, sendo a faixa de 1 km a que apresenta um indicador de transformação antrópica suavemente maior. Quando esse raio passa a ser de 5 km, apesar do aparecimento da classe Mineração, onde o esperado seria uma maior influência na pressão antrópica por ser uma atividade extrativista, o ITA não apresenta um grande aumento. Isso demonstra uma certa similaridade entre os resultados obtidos, com valores não tão destoantes. Por outro lado, foi constatado uma pressão maior para os raios mais próximos ao mangue, e a medida que se distancia destas tais pressões sobre o ecossistema diminuem. Importante salientar a presença das classes 'Urbano Industrial' e 'Urbano Residencial' nas três faixas com valores significativos com relação ao nível de influência sobre essas áreas, considerando os pesos

estabelecidos para a legenda.

Nesse sentido, seguindo a proposta inicial de mapear o entorno da baía de Sepetiba, bem como analisar as pressões antrópicas a partir das dinâmicas de uso e ocupação no entorno dos manguezais presentes na região, o presente trabalho mostrou a potencialidade para o desenvolvimento de estudos futuros voltados para a elaboração de uma avaliação temporal de tais dinâmicas, de maneira que auxilie no entendimento nas atividades de antropização da área ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. M. M. **Análise espaço-temporal da área ocupada por florestas de mangue em Guaratiba (Rio de Janeiro, RJ) de 1985 até 2006 e sua relação com as variações climáticas**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- CRUZ, C. B. M.; TEIXEIRA, A. J. A.; BARROS, R. S.; ARGENTO, M. S. F.; MAYR, L. M.; MENEZES, P. M. L. Carga antrópica da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. **Anais... IX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Santos, Brasil, 1998
- DA COSTA RODRIGUES, L. et al. Análise multitemporal e índice de transformação antrópica da bacia do rio Queima-Pé-Tangará da Serra/MT, Brasil. **Análise**, v. 838, 2014, p. 848. Disponível em <<https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2012/cd/p148.pdf>> Acessado em setembro 2019.
- DIEGUES, A. C. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, P.F.; WEBER, J. (org.). **Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez. 1997, p. 407-432.
- IBGE. **Manual técnico de uso da terra**. IBGE, 2006.
- IBGE. **Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil**. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro. 2011.
- IBGE. **IBGE divulga as Estimativas de População dos municípios para 2018**. Agência IBGE Notícias, Rio de Janeiro, 29 out. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para2018>. Acesso em: 03 nov. 2019.
- JOVENTINO, F. K. P.; JOHNSON, R. M. F.; LIANZA, S.. **Pesca artesanal na Baía de Ilha Grande, no Rio de Janeiro**: conflitos com unidades de conservação e novas possibilidades de gestão compartilhada. 2013. 235f. Tese (Doutorado em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente. Instituto de Engenharia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- MCFEETERS, S.K. The use of the Normalized Difference Water Index (NDWI) in the delineation of open water features. **International Journal of Remote Sensing**, v. 17, n. 7, p. 1425-1432, 1996.
- NOGUEIRA, C. R.; CRUZ, C. B. M.; AGAREZ, F. V.; VICENS, R. S. Classificação de bacias hidrográficas em tabuleiros costeiros através de indicadores provenientes de sensoriamento remoto – estudo de caso em Linhares e Sooretama, ES. In: **Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 2001, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: 2001. p. 955-958.
- PONZONI, F. J.; SHIMABUKURO, Y. E. **Sensoriamento Remoto no Estudo da Vegetação**, São José dos Campos, SP: A. Silva Vieira Ed. p.111-118, 2007.
- PRATES, A.P.; GONÇALVES, M.A.; ROSA, M.. **Panorama da Conservação dos ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil**. 2 ed. rev. ampliada - Ministério do Meio Ambiente. Brasília, MMA. 2012.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. **Perfil dos ecossistemas litorâneos brasileiros, com especial ênfase sobre o ecossistema manguezal**. Publicação Especial, Instituto Oceanográfico, São Paulo. 1989;. 7: 1-16.

SCHWENK, L. M.; CRUZ, C. B. M. Conflitos socioeconômico ambientais relativos ao avanço do cultivo da soja em áreas de influência dos eixos de integração e desenvolvimento no Estado de Mato Grosso. **Acta Sci. Agron.**, v. 30, n. 4, p. 501-511, 2008.

SOARES, M. L. G.. **Estudo da biomassa aérea de manguezais do sudeste do Brasil - análise de modelos.** Tese de Doutorado. Instituto Oceanográfico. Universidade de São Paulo. 2 vol.560, 1997.

ZHA, Y.; GAO, J.; NI, S. Use of normalized difference built-up index in automatically mapping urban areas from TM imagery. **International Journal of Remote Sensing**. v. 24, n. 3, 2003, p. 583-659.

A CONSIDERÁVEL NECESSIDADE DA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE COMO SUBSÍDIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ)

THE CONSIDERABLE NEED TO BUILD SUSTAINABILITY INDICATORS AS A SUBSIDY FOR SUSTAINABLE LOCAL DEVELOPMENT: THE CASE OF SEPETIBA BAY (RJ)

LA NECESIDAD CONSIDERABLE DE CONSTRUIR INDICADORES DE SOSTENIBILIDAD COMO SUBSIDIO PARA EL DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE: EL CASO DE SEPETIBA BAY (RJ)

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar a necessidade de construir indicadores de sustentabilidade para subsidiar o desenvolvimento local na Baía de Sepetiba. A Baía de Sepetiba é uma área onde 8070 pescadores exercem seu trabalho. A falta de políticas públicas para a gestão que beneficiem esses trabalhadores reflete no desinteresse de construir indicadores que evidenciem o quadro atual para junto às comunidades pesqueiras chegar ao modelo de desenvolvimento desejado. Assim, uma simulação de algumas evidências é feita, a partir do modelo PER, para que indicadores possam ser construídos e analisados para viabilizar ações.

Palavras-chave: Indicadores. Desenvolvimento. Sustentável. Pescadores artesanais.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the need to build sustainability indicators to support local development in Sepetiba Bay. Sepetiba Bay is an area where 8070 fishermen work. The lack of public management policies that benefit these workers reflects the lack of interest in building indicators that highlight the current situation for the fishing communities to reach the desired development model. Thus, a simulation of some evidence is made, from the PER model, so that indicators can be built and analyzed to enable actions.

Keywords: Indicators. Development. Sustainable. Artisanal fishers.

RESUMEN

Este documento tiene como objetivo analizar la necesidad de crear indicadores de sostenibilidad para apoyar el desarrollo local en la Bahía de Sepetiba. La bahía de Sepetiba es un área donde trabajan 8070 pescadores. La falta de políticas de gestión pública que beneficien a estos trabajadores refleja la falta de interés en crear indicadores que resalten el marco actual para que las comunidades pesqueras alcancen el modelo de desarrollo deseado. Por lo tanto, se realiza una simulación de alguna evidencia, a partir del modelo PER, para que los indicadores se puedan crear y analizar para permitir acciones.

Palabras clave: Indicadores. Desarrollo. Sostenible. Pescadores artesanales.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar através de evidências a necessidade de construir indicadores de sustentabilidade, que subsidiem o desenvolvimento local na Baía de Sepetiba, localizada no litoral do estado do Rio de Janeiro com área aproximada de 450 Km² abrangendo os municípios do Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba (Figura 1). Em todo o litoral da baía existem 8.070 pescadores artesanais que exercem seu trabalho por arrasto, cercada e rede (PACS, 2008).

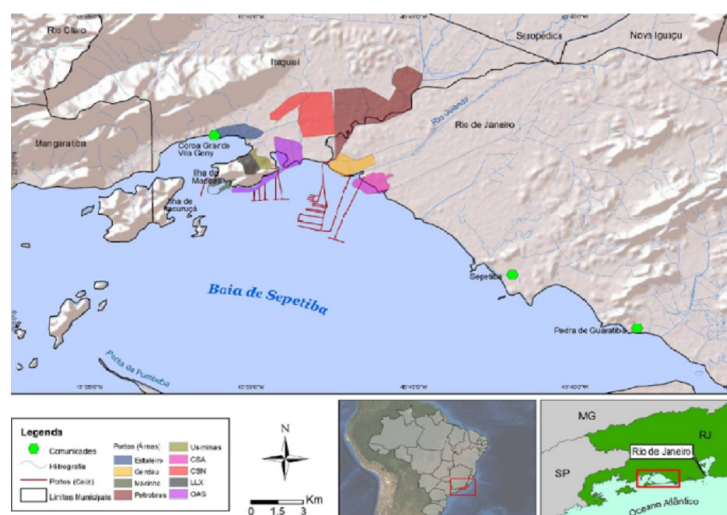


Figura 1- Mapa da Baía de Sepetiba com complexo portuário.

Fonte: Lopes, 2013.

O Brasil vem experimentando desde 2008 o uso de terminais privados, através do Decreto 6.620/ 2008 que os regulamentaram, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico. Na Baía de Sepetiba, neste mesmo ano inicia a instalação do primeiro porto, o da Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA. A partir daí, legitimada pelo Decreto 8.033 de 2013, as empresas Gerdau, LLX, CSN, Petrobrás, Usiminas e o estaleiro da Marinha começam a se instalarem no Porto de Itaguaí com seus terminais privados (Figura 1).

O artigo está organizado em dois tópicos centrais. Após a introdução temos uma breve compreensão do conceito de desenvolvimento sustentável. É preciso discutir este conceito, pois é o ponto de chegada do que se pretende com os indicadores de sustentabilidade. Os indicadores de sustentabilidade se bem sistematizados podem contribuir para políticas públicas e gestão, que subsidiem o desenvolvimento local sustentável.

No tópico seguinte, discutimos a importância da construção de indicadores de sustentabilidade e auxílio dos modelos de sistematização para compreender sua relação. Elegemos o modelo PER – Pressão – Estado – Reposta, como o modelo capaz de auxiliar a análise de indicadores se construídos a partir das evidências observadas na área de estudo. Nas considerações finais reafirmamos a necessidade de construir indicadores de sustentabilidade para a área de estudo, pois há evidências de carência de desenvolvimento local sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA BREVE COMPREENSÃO

O avanço tecnológico principalmente nos transportes e nas comunicações desencadeou a rapidez da circulação de pessoas, informações e capitais, fato que contribui também para a reorganização social. Segundo Dowbor (1998), é o paradigma da reordenação dos espaços através da formação de blocos, da fragilização do Estado-nação, das novas funções exercidas pelas cidades e a reconstrução do espaço local. Segundo Guidens (2005, p.23) é a contradição da globalização, “que não somente puxa para cima, mas também empurra para baixo, criando novas pressões por autonomia local”.

Para Buarque (2002), a contradição que a globalização causa no espaço é a imposição dos padrões de produção, que se refletem na sociedade, criando padrões de consumo e novas relações sociais de trabalho. É o que nos mostra Liu (2018) com o novo padrão de alimentação dos chineses ao consumir a carne bovina brasileira. É possível perceber a integração global em Liu (2018) pelos padrões de consumo e relações de trabalho que interferem diretamente no ambiente, em escalas completamente distantes (Brasil e China). Desse modo, a articulação do local ao global pode ser entendida como uma homogeneização de padrões de produção pressupondo que a globalização recria determinadas singularidades locais, como forma de se organizar socialmente.

Clark e Dikson (2003) relatam que é desafiante compreender a complexidade da interação dos sistemas sociedade e natureza. Assim, a tecnologia e a ciência devem estar mobilizadas para criar iniciativas de desenvolvimento sustentável. A preocupação é crescente, sobretudo em países periféricos, como os da América Latina que buscam um modelo de desenvolvimento para conciliar o local ao regional, ao nacional e ao global. O modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade contemporânea não vem levando em conta a degradação ambiental, apropriando-se do espaço para se organizar socialmente e economicamente, dominando a natureza, transformando-a conforme o seu interesse. Essas intervenções têm causado uma série de alterações no meio ambiente, decorrente do pensamento de nossa espécie considerar-se, erroneamente, um ser não natural.

Na atual conjuntura do planeta, que começou a criar mecanismos para o controle da degradação ambiental, um modelo de desenvolvimento requer sustentabilidade, para melhora da qualidade de vida da sociedade, que para Franco (2007) é o grande tema atual, na qual as sociedades humanas são o próprio desenvolvimento. Ultramari (2003) discorre a difícil aplicabilidade em busca da sustentabilidade, tratando-a como um fim e o desenvolvimento como um processo, que ganha conotação de progresso, seja industrial, comercial, e domínio técnico-científico sobre o ambiente.

Refletindo essa ideia, deve-se considerar se o desenvolvimento é apenas econômico. A afirmação de Franco (2002, p. 50) de que “todo desenvolvimento é desenvolvimento social”, conduz ao entendimento que o desenvolvimento econômico reflete na sociedade. Surge, assim, a abordagem de sustentável, que leva à conotação de equilíbrio. Para o desenvolvimento sustentável, sabe-se que a abordagem teve primórdios com o termo ecodesenvolvimento, na Conferência de Estocolmo, em 1972, quando Maurice Strong tentou relacionar os conceitos de desenvolvimento com meio ambiente (FREITAS, 2004). Spangenberg (2011) discute o conceito de desenvolvimento sustentável como conceito de desenvolvimento global, onde prioritariamente a satisfação humana deva ser atendida. O autor nos mostra a importância da complexidade da discussão ressaltando a importância de ter o conceito de sustentabilidade como ciência para que a discussão seja cada vez mais ampliada e não discutida de forma fragmentada por outras ciências, como era quando tópico transversal.

O termo desenvolvimento sustentável, bastante sugestivo leva a uma nova ideologia de reprodução do capital, ou seja, apenas para mitigar os problemas causados pelo modelo de desenvolvimento, que busca o crescimento econômico. O conceito de desenvolvimento sustentável surge na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1987, apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente no Relatório Nosso Futuro Comum “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades” (CMMD, 1991, p. 46).

Não há uma definição precisa sobre o desenvolvimento sustentável, pois existem variados conceitos expressados através do posicionamento de seus definidores e interpretes, suas ideologias carregadas de crenças individuais (SILVA e MENDES, 2005). Assim, para Motta (1996), o desenvolvimento sustentável surge como a capacidade de gerar bens e serviços ambientais. Constanza (1991) disserta que o conceito deve ser atrelado ao modelo econômico, com mudança mais gradativa no ambiente. Pronk e Ul Haq (1992) destacam que só há desenvolvimento sustentável quando surge oportunidade igual para todas as pessoas, a partir do crescimento econômico.

A definição mais conhecida é a do relatório “Nosso Futuro Comum”. Na atualidade, percebe-se que as variadas definições de desenvolvimento sustentável, em sua maioria, vão de encontro à ideia de melhoria de qualidade de vida associada à questão ambiental. Para iniciar o processo de desenvolvimento sustentável, a participação da sociedade civil é fundamental. Dessa forma, para efetivá-lo as especificidades do local devem ser consideradas (DAHL, 1997).

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: O QUE SE PRETENDE COM INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

Para uma melhor compreensão do desenvolvimento local sustentável deve-se considerar a sociedade civil local, geralmente organizada por instituições e poder público. Supondo-se que é conhecedora de sua realidade, facilitando assim, a implementação de soluções. Dessa forma, o desenvolvimento em uma sociedade só será possível se houver uma interação social entre os atores locais, ou seja, entre instituições públicas e privadas, órgãos de representação popular, lideranças locais, entre outros.

Assim, entende-se que para haver desenvolvimento local sustentável, é necessário que ocorra um fortalecimento do capital humano e do capital social. As potencialidades locais devem ser desenvolvidas, descobrindo vocações, com o auxílio de novas técnicas. A geração da capacidade de inovação nas pessoas contribui para o desenvolvimento local, que Buarque (2002) conceitua como processo de mudança dentro da sociedade local, na qual levará ao dinamismo econômico e contribuirá para a elevação da qualidade de vida. No âmbito desse conceito remete-se a seguinte questão: a qualidade de vida é o objetivo principal do desenvolvimento local sustentável?

Segundo Buarque (2002) para ocorrer desenvolvimento local sustentável é necessário que haja o processo de mudança social, elevando-se as oportunidades sociais, que serão calcadas em três pilares conectados, porém, com funções distintas no processo do desenvolvimento: a qualidade de vida, o dinamismo econômico e a conservação do meio ambiente. Esses pilares constituem uma base de um franco compromisso com o futuro, uma solidariedade para com as próximas gerações.

No entanto a resolução de conflitos e a redefinição de processos democráticos são alvos fortemente efetivados na sociedade, com a consolidação de redes solidárias, na qual cria condições favoráveis para políticas democráticas. Assim, fica claro que na medida em que a política estiver democratizada, as redes estarão mais bem distribuídas e, conseqüentemente, haverá mais desenvolvimento humano. Portanto, a democracia leva ao desenvolvimento, a partir da cooperação, mobilizando a sociedade e notavelmente alavancando o processo de sustentabilidade (FRANCO, 2007).

Atualmente, existem diversas estratégias de apoio ou indução do desenvolvimento local sustentável. A existência de diversas comunidades, com suas diferentes especificidades e objetivos abre um leque de propostas metodológicas, dando oportunidade de escolha para aquela que será mais compatível com a realidade onde se deseja impulsionar o desenvolvimento. Essas metodologias precisam incorporar a participação social e a negociação política; utilizar um tratamento multidisciplinar e uma abordagem sistêmica, priorizar e selecionar ações que serão fundamentais para o futuro (ações estratégicas para o desenvolvimento), levando-se em conta as potencialidades existentes no local e as vocações a serem descobertas, sem esquecer-se de contemplar as necessidades imediatas da sociedade (BUARQUE, 2002).

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: A IMPORTÂNCIA PARA A APLICABILIDADE DA GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O uso dos indicadores de sustentabilidade tem conquistado cada vez mais espaço nas pesquisas e trabalhos acadêmicos, dando grande suporte a avaliações em estudos de áreas, processos ou fenômenos, globais, nacionais ou locais, contribuindo para o enriquecimento de diagnósticos e para as tomadas de decisões, no âmbito do planejamento e da gestão. Garret e Latawiec (2018) ressaltam a importância da seleção de indicadores, tanto para políticas quanto para investigação científica. Para as autoras os indicadores têm protagonismo na ciência da sustentabilidade. Dessa forma, a seleção de bons indicadores de sustentabilidade melhora o conhecimento sobre os sistemas socioecológicos com finalidade a si própria, além de ser essencial na esfera da política e da gestão.

A necessidade de tomada de decisões e formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável em um determinado local requer conhecimentos sobre o mesmo. Dessa forma, o uso de

indicadores de sustentabilidade, ao revelar características da área em estudo, auxilia a identificar problemas e potencialidades locais, servindo de base para a elaboração de projetos, ações, planos e programas, além de contribuir para seu monitoramento, como nos mostra Latawiec et al (2018) com a aplicabilidade dos indicadores de sustentabilidade na pecuária brasileira. Tal aplicabilidade e importância em cenário acadêmico e político remete a seguinte reflexão: “o que são indicadores?”.

A Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2002), define indicador como um parâmetro que informa sobre o estado de um fenômeno, enquanto McQueen e Noak (1988) definem como medida, na qual resume informações sobre determinado fenômeno. Para Gallopin (1996), indicadores são variáveis que caracterizam o sistema. A Fundação Fórum Ambiental documentou o trabalho de Palenzuela (1999), na qual ressalta que é uma variável que informa um fenômeno.

No que tange o desenvolvimento sustentável, a CDS – Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU publicou em 1996, “Indicators of sustainable development: framework and methodologies”, mais conhecido como o Livro Azul. Esse livro apresenta um conjunto de 134 indicadores, elaborado por especialistas, instituições acadêmicas, governos e organizações não governamentais, e tem o objetivo de cumprir as ações dispostas na Agenda 21. O Livro Azul serviu de referência para que o IBGE, em 2004 publicou “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável”, abordando também as quatro dimensões (ambiental, social, econômica e institucional), servindo como parâmetro à elaboração de diversos trabalhos.

A partir da avaliação dos indicadores é possível especular se há ou não progresso em direção ao desenvolvimento local sustentável. Segundo Bellen (2005, p. 76):

“Para transformar o conceito de desenvolvimento sustentável em prática deve-se compreender melhor os processos humanos e naturais que estão relacionados aos problemas ambientais, econômicos e sociais”.

Essa compreensão auxiliará a propor e construir melhores indicadores para expressar a realidade, desde que seja transparente e legítimo. Todavia, os indicadores possuem também limitações, como perda de informação no processo de agregação de dados. No entanto, mesmo com limitações são muito utilizados por simplificar e esclarecer informações. A ausência de critérios para a seleção de indicadores pode levar a construir indicadores ruins.

MODELOS PARA SISTEMATIZAÇÃO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE: ESTRATÉGIAS PARA COMPREENDER A REALIDADE

Como o conjunto de indicadores de sustentabilidade é selecionado para atender interesses de grupos específicos, segundo Cunha (2007), os métodos para avaliação também atendem interesses, de acordo com o propósito do que se pretende avaliar. Considerando-se que os objetivos das avaliações são variados, encontram-se diferentes referenciais metodológicos, alguns resultantes de outros, cabendo assim, uma síntese desses principais modelos de apoio para análise de indicadores, que são os seguintes:

MODELO PRESSÃO-ESTADO-RESPOSTA (PER)

O modelo PER teve como precursor o modelo Pressão-Resposta, sugerido por Frien e Rapport, 1979, apud Palenzuela, 1999. Ele apresentava apenas dois componentes: pressão e resposta. Baseava-se na ideia de que a ação antrópica e natural eram as causas dos impactos negativos no ambiente. Assim, a sociedade reagia com ações para a proteção ambiental.

O modelo PER foi abordado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, em 1993, sendo na atualidade um dos mais utilizado no mundo.

A relação causa e efeito é claramente a ideia central deste referencial metodológico (Figura 2). A interferência das ações humanas prejudica o ambiente, alterando a sua qualidade, e a sociedade responderá através de políticas ambientais, econômicas e setoriais. Nesse modelo os indicadores estão ordenados em três

componentes (FILHO et al, 2005; ROSSETTO et al, 2004):

a) Indicadores de pressão – são as ações sofridas pelo ambiente, que são geradas pelas atividades humanas, como o crescimento populacional ou a emissão de gases poluentes.

b) Indicadores de estado – mensuram a situação ou estado do ambiente físico-natural decorrente das ações humanas, além de refletirem a qualidade ambiental em escala temporal.

c) Indicadores de respostas – expressam respostas ou ações que mitigam e previnem impactos negativos. Essas ações devem espelhar a vontade da sociedade.

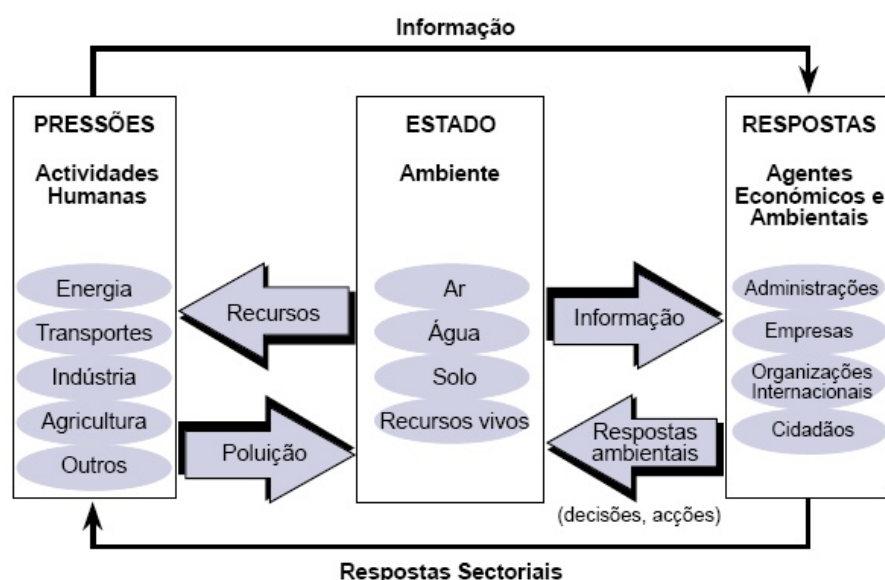


Figura 2: Estrutura conceitual do modelo PER.

Fonte: Direção Geral do Ambiente (2000).

Esse modelo é um dos mais aceitos para o desenvolvimento de indicadores. É possível comprovar este fato pelo número de trabalhos desenvolvidos e pelas referências, nas quais diversos autores o utilizam. Essa aceitação é para Cunha (2007), devido a sua simplicidade e facilidade de uso e pela possibilidade de uso em diferentes níveis, escalas e atividades humanas. Palenzuela (1999) também aponta que o modelo pode ser aplicado por quem toma decisões e pela comunidade científica, sendo simples e claro na descrição dos problemas. No que tange ao planejamento, Santos (2004, p. 67-68) deixa claro sua preferência ao afirmar que “esse modelo é bastante atraente, pois estabelece uma forma clara e sistemática de organizar um conjunto grande de indicadores”.

O modelo PER possui algumas derivações, como o modelo Pressão-Estado-Impacto-Resposta (PEIR) que foi desenvolvido pelo governo do Canadá, sendo divulgado posteriormente pela OCDE (FILHO e et al, 2005). Atualmente, ele é utilizado como referencial do Relatório Geo Cidades (PNUMA, 2004), tendo sido aplicado em cidades como: Rio de Janeiro, Manaus e São Paulo, permitindo um esclarecimento da dinâmica urbana (FILHO et al, 2005). O componente “impacto” é uma referência aos efeitos do estado do ambiente sobre a qualidade de vida, os ecossistemas e a economia, principalmente em áreas fortemente urbanizadas (Figura 3).

O modelo PERE - Pressão-Estado-Resposta-Efeitos, assim como o PEIR, difere do PER apenas pelo acréscimo de um componente, os “efeitos”. Esse componente avalia as relações existentes entre a pressão, o estado e as respostas (Filho et al, 2005). Proposto pela Agência Europeia de Meio Ambiente o modelo Força Motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta (FPEIR) busca a análise explicitando toda a cadeia causal, a partir do modelo PER. Esse modelo tem apontado a preferência pela abordagem mais desagregada, sendo a mais indicada para a análise da realidade ambiental.

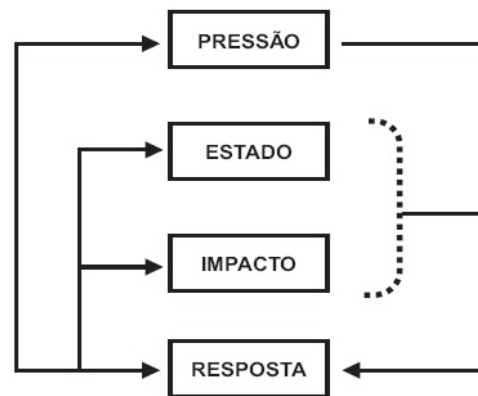


Figura 3: Estrutura conceitual do modelo PEIR.

Fonte: PNUMA (2002).

Existem outros modelos conceituais que seguem uma ideia de organização diferente destes mencionados, como o Triângulo de Daly, o esquema Bossel, o modelo Monet da Suíça, o Sistema Sócio-Ecológico, da Cepal. Diversos autores, como Buarque (2002), Kronemberger (2005) e Palanzuela (1999) e utilizam modelos para avaliar impactos e construir propostas de desenvolvimento sustentável a partir de indicadores de sustentabilidade. Com base no sucesso das avaliações e de evidências observadas, selecionamos alguns possíveis indicadores de sustentabilidade necessários para a Baía de Sepetiba (Figura 4), para subsidiar a construção de um projeto de desenvolvimento local sustentável, a partir de ações e gestão governamental.

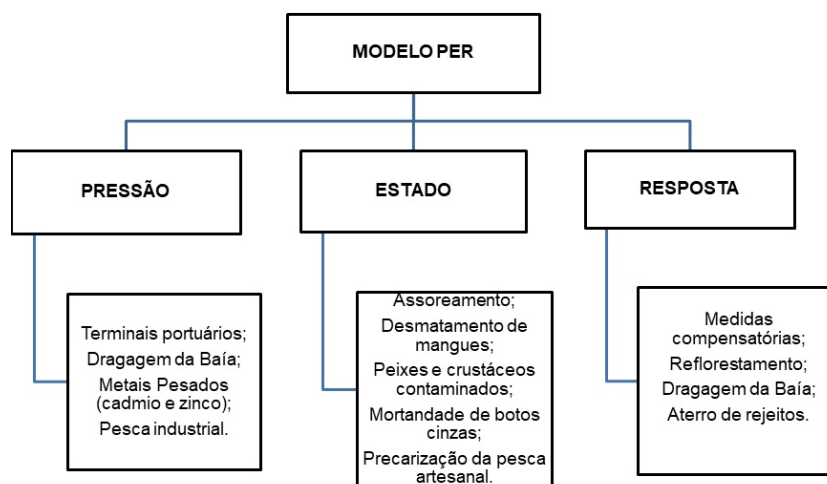


Figura 4- Modelo PER para a Baía de Sepetiba.

Fonte: Vinhas (2018).

Contudo sabemos que alguns dados necessitam ser aprofundados, buscando uma periodização e uma melhor sistematização, todavia o que pretendemos é demonstrar neste ensaio é como os dados no modelo PER viabiliza discussões que devem ser ampliadas e discutidas nas comunidades, principalmente de pescadores artesanais.

Os modelos podem ser utilizados em diferentes escalas, considerando a necessidade e a viabilidade do seu uso, permitindo assim, uma facilitação na sistematização das informações dos indicadores, para uma melhor compreensão do evento. Agol, Latawiec e Strassburg (2014) ao discutir a construção de indicadores de sustentabilidade para avaliação de impactos entendem que estes devem ser acompanhados de ações para o monitoramento do estado, assim como a pressão exercida no sistema socioecológico. Com base no estudo para o caso indonésio os autores afirmam que tal monitoramento é eficaz para as tomadas decisões que viabilizam as respostas condizentes. Os autores seguem uma metodologia de trabalho com indicadores de

sustentabilidade que viabilizam as ações no ambiente, e que vão de encontro ao que o modelo PER sugere.

Para análise dos dados que selecionamos para construção de indicadores de sustentabilidade, o ponto de partida é o problema da montanha de rejeitos com metais pesados, que a falida Companhia Mercantil Ingá deixou na década de 1980 (Figura 5).



Figura 5- Montanha de rejeitos da falida Cia. Ingá.

Fonte: Horn (2009).

Durante anos sucessivos vazamentos para a Baía possibilitaram o comprometimento da qualidade da água, como mostra gráfico da extinta FEEMA (2006). No que tange à concentração por metais pesados nos sedimentos da Baía de Sepetiba, o zinco e o cádmio apresentaram os maiores índices em todos os pontos de coleta (FEEMA, 2006). Dessa forma, em algumas estações os níveis apresentaram-se bem mais elevados que outras para o zinco (Figura 6). Todavia, quase todas as estações de coletas apresentaram resultados acima do ISQG¹ (Canadian Sediment Guidelines), que para a Baía de Sepetiba é de 124 mg/ g, com medianas bem elevadas a partir de 2001.

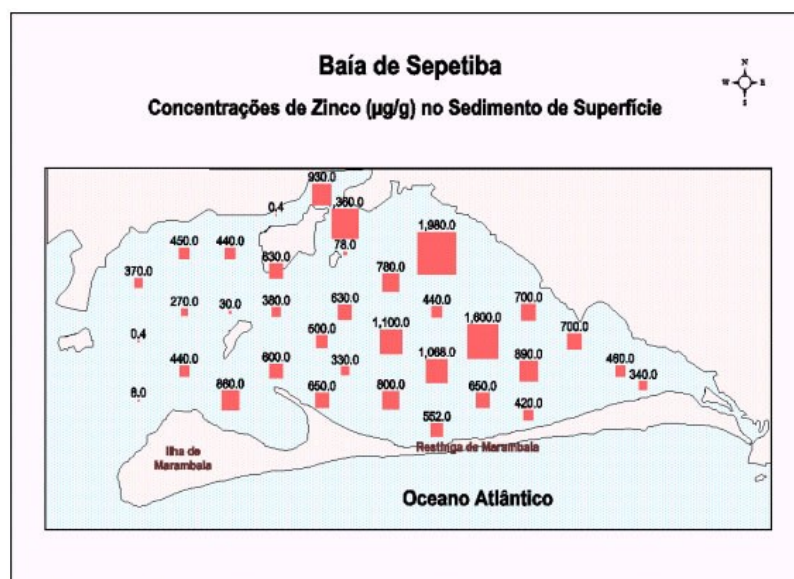


Figura 6 – Monitoramento de pontos contaminados por zinco na Baía de Sepetiba.

Fonte: FEEMA (2006).

1. Medida de referência internacional para ambientes aquáticos, como lagoas e baías.

Para Agol, Latawiec e Strassburg (2014) a qualidade da água é um indicador que requer monitoramento e avaliação sistemática. O pensamento dos autores nos direciona a criticar as instituições governamentais que realizaram este único estudo sobre qualidade da água na Baía de Sepetiba. Através da figura 4 percebe-se que nos anos de monitoramento os valores são maiores no interior da Baía, sobretudo mais próximos à localização da falida Ingá e da construção do porto da TKCSA, onde o zinco é remobilizado para a construção do retroporto. Os pescadores que exercem atividade nesse local pescam em área completamente contaminada. Dessa forma, os metais pesados são indicadores de pressão na Baía de Sepetiba, onde estão diretamente relacionados aos indicadores do estado, que precariza a pesca, pois muitos pescadores migram para outra atividade, quando seu pescado é comprometido em qualidade e quantidade.

As construções dos terminais portuários provocam a remobilização de sedimentos contaminados, que comprometem o pescado e a qualidade da água. Devido o tráfego de navios constantes na Baía de Sepetiba há a necessidade de constantes dragagens que contribuem para o comprometimento do pescado. Apesar de existirem políticas que podem ser entendidas como indicadores de respostas deve haver ações e discussão desses indicadores com as comunidades.

Neste pequeno ensaio com sugestivos indicadores de sustentabilidade percebemos a relação de cada um deles, sabendo que é viável o aprofundamento de cada indicador de sustentabilidade para promover ações e políticas que construam um projeto de desenvolvimento local sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da breve discussão de alguns indicadores selecionados logo se percebe a necessidade de aprofundar a discussão pensando o contexto, isto é, a escala, os atores envolvidos e os gestores. É preciso ter a consciência que o sentido da sustentabilidade tem que estar voltado para resolver o problema, como nos mostra LIU et al (2018). Todavia, como nos mostra Kates et al (2001) o desenvolvimento sustentável tem obstáculos a serem vencidos para chegar na sua aplicação. As comunidades de pesca artesanal são as mais afetadas pelas evidências apresentadas, necessitando de ações para minimizar os impactos em seu trabalho, no que tange a saúde e poder aquisitivo, pois dependem diretamente dos recursos naturais da Baía de Sepetiba.

Nesse sentido, os modelos de construção de indicadores de sustentabilidade colaboram muito associados a uma metodologia para o desenvolvimento local. É importante ter uma equipe técnica para agir em conjunto com a comunidade e escolher a melhor metodologia a ser implantada, com etapas a serem trabalhadas, como propõe a Agenda 21, que pode ser local. Agol, Latawiec e Strassburg (2014) nos mostra que os indicadores devem ser selecionados cuidadosamente para que o estudo tenha a avaliação desejada, isto é, com qualidade.

É urgente pensar a sustentabilidade sobre o viés do sistema socioecológico como propõe Ostrom (2009). Nesse sentido, a construção dos terminais portuários na Baía de Sepetiba não deve ser pensada apenas como uma pressão. É preciso pensar de forma complexa estes terminais que servem, na maioria, para exportação de minérios de ferro. Este minério vem de outras localidades, como o quadrilátero ferrífero em Minas Gerais e são exportados para a China, Estados Unidos e Europa.

Daí a importância de pensar a globalização, que intensifica o comércio como consequência na Baía, que não tem minério, mas tem cerca de 8070 pescadores que vivem do recurso deste ambiente. É relevante pensar a construção dos indicadores de sustentabilidade de forma complexa, a partir das evidências observadas na área de estudo, com apoio técnico e interdisciplinar, além da comunidade que possui os saberes, que caracterizam suas singularidades, determinando o modelo de desenvolvimento que desejam.

REFERÊNCIAS

- AGOL, Dorice. LATAWIEC, Agnieszka. STRASSBURG, Bernardo B.N. Evaluating impacts of development and conservation projects using sustainability indicators: Opportunities and challenges. **Environmental Impact Assessment Review**. Volume 48, September 2014, Pages 1-9.
- BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 76.
- BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- CLARK, Willian C.. Dikson Nancy M. Sustainability science: The emerging research program. **PNAS**, jul de 2003, v. 100, n 14.
- CMMD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE. **Relatório Nosso Futuro Comum**. Nova York: 1991, p. 46. Disponível em: <<http://72.14.205.104/search?q=cache:wLDNHZRomh8J:revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/953/733+%22defini%C3%A7%C3%B5es+de+desenvolvimento+sustent%C3%A1vel%22&hl=pt-R&ct=clnk&cd=4&gl=br>>. Acesso em: 23 mar. 2007.
- CONSTANZA, R. **Ecological economics: the science and management of sustainability**. New York Columbia Press, 1991.
- CUNHA, F. L. S. J. da. **O uso de indicadores de sustentabilidade na avaliação dos impactos das atividades econômicas e na tomada de decisões**. Disponível em: <<http://www.uel.br/cesecopar/1ECOPAR/ART1ECO013.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2007.
- DAHL, Arthur L. The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN, B.; BILHARS, S. (Eds). **Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. Chichester: John Wiley& Sons Ltd., 1997.
- DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, 446p.
- FILHO, Severino Soares Agra et al. Análise e proposição de um modelo de indicadores de sustentabilidade ambiental. Salvador: **Bahia Análise & Dados**, v 14, n 4, mar. 2005.
- FRANCO, Augusto de. **O triângulo da sustentabilidade**. Disponível em: <<http://augustodefranco.locaweb.com.br>>. Acesso em: 21 abr. 2007.
- FRANCO, Augusto de. **Pobreza & desenvolvimento local**. Brasília: AED - Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002, p. 2-50, 335p.
- FREITAS, Maurício de. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA DO MEIO AMBIENTE – FEEMA. **Diagnóstico de Qualidade de Água e Sedimentos – Baía de Sepetiba**. Rio de Janeiro: FEEMA, 2006.
- GALLOPIN, G. C. **Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators**. A system approach. *Environmental Modelling & Assessment*, 1996.
- GARRET, Rachael. LATAWIEC, Agnieszka. What Are Sustainability Indicators For? IN: Agol, Dorice. LATAWIEC, Agnieszka. **Sustainability Indicators in Practice**. Publicado em 2015. Disponível em <http://www.degruyter.com/view/product/465479>. Acesso em 27 de março de 2018.
- GUIDENS, Antony. **Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 23.
- KATES, Robert W. et al. Sustainability Science. American Association for the Advancement of Science. **New Series**, Vol. 292, No. 5517 (Apr. 27, 2001), pp. 641-642
- KRONEMBERGER, D.M. P. et al. Indicadores de Sustentabilidade em Pequenas Bacias Hidrográficas: Uma

aplicação do “Barômetro da Sustentabilidade” à Bacia do Jurumirim (Angra dos Reis/ RJ). **Sociedade & Natureza**, 17 (33). 2005.

LATAWIEC, Agnieszka et al. Sustainability Indicators In Brazilian Cattle Ranchin. IN: Agol, Dorice. LATAWIEC, Agnieszka. **Sustainability Indicators in Practice**. Publicado em 2015. Disponível em <http://www.degruyter.com/view/product/465479>. Acesso em 27 de março de 2018.

LIU, J. et al. **Systems integration for global sustainability**. University of California. Disponível em <https://escholarship.org/uc/item/27f002c7>. Acesso em 27 de março de 2018.

MCQUEEN, D; NOAK, H. **Health promotion indicators**: current status, issues and problems. Health Promotion, 1988.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. “Indicadores ambientais no Brasil: aspectos ecológicos, de eficiência e distributivos”. **Texto para discussão** nº 403. Rio de Janeiro, fevereiro de 1996.

OCDE. **Rumo ao Desenvolvimento Sustentável**. Indicadores Ambientais. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2002.

OSTROM, Elinor. A General Framework for analyzing sustainability of social-ecological system. American Association for the Advancement of Science. **Science** 395, 419 (2009).

PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. **Impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro**. PACS: Rio de Janeiro, 2008.

PALENZUELA, Salvador Rueda. **Modelos de Indicadores para ciudades más sostenibles**. Departament de Medi Ambient de la Generalitat de Catalunya. Barcelona: Fundacion Fòrum Ambiental, 1999.

PRONK, J.; UL HAQ, M. **Sustainable development**: from concept to action. The Hague Report. New York: United Nations Development Programme, 1992.

ROSSETO, Adriana Marques et al.. Avaliação integrada da Sustentabilidade de Cidades. **Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário**. UFSC. Florianópolis: COBRAC, 2004.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. “Planejamento Ambiental: teoria e prática”. São Paulo: Oficina de textos, 2004, p. 67-68.

SILVA, C. L. da. MENDES, J. T. Grassi. **Reflexões sobre o Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Editora vozes, 2005.

SPANGENBERG, Joachim H.. Sustainability science: a review, an analysis and some empirical lessons. **Environmental Conservation** 38 (3): 275–287 C Foundation for Environmental Conservation 2011.

ULTRAMARI, Clóvis. A respeito do conceito de sustentabilidade. In: **curso de monografias premiadas**, 4. Curitiba: Iparde/ IEL-PR, 2003.

A ATIVIDADE PESQUEIRA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS NA LAGOA DE PARNAGUÁ-PIAUÍ-NORDESTE DO BRASIL

FISHING ACTIVITY AND ENVIRONMENTAL IMPACTS ON THE PARNAGUÁ-PIAUÍ-NORTHEASTERN LAGOON OF BRAZIL

ACTIVIDAD PESQUERA E IMPACTO AMBIENTALES EN LA LAGUNA PARNAGUÁ-PIAUÍ-NOROESTE DE BRASIL

PEREIRA, Jaine Carvalho da Silva

SILVA, Marcília Martins da

ARAGÃO, Miria

RESUMO

A atividade pesqueira, desde os primórdios da vida em sociedade até os dias atuais, tem grande importância cultural, social, econômica e simbólica no tocante a relação sociedade e ambiente. A Lagoa de Parnaguá situa-se no extremo sul do Estado do Piauí e apresenta no âmbito atual a combinação de fatores antrópicos e ambientais afetando diretamente na atividade pesqueira. Deste modo, o presente trabalho teve como objetivo compreender a percepção dos pescadores com relação os impactos ambientais na Lagoa de Parnaguá. Foi utilizada uma metodologia qualitativa-quantitativa, com a utilização da observação direta, entrevista e questionários. Os resultados demonstraram uma atividade pesqueira de pequena escala com a caracterização de pescadores-lavradores. Os pescadores perceberam mudanças na atividade pesqueira principalmente relacionada com a escassez hídrica no município, bem como, da necessidade de apoio dos governantes na realização dos projetos de revitalização da Lagoa de Parnaguá.

Palavras-chave: Pesca. Escassez. Impactos ambientais.

ABSTRACT

Fishing activity, from the dawn of life in society to the present day, has great cultural, social, economic and symbolic importance in relation to society and environment. The Lagoa de Parnaguá is located in the extreme south of the state of Piauí and presents at present the combination of anthropogenic and environmental factors directly affecting the fishing activity. Thus, the present work aimed to understand the perception of fishermen regarding the environmental impacts in the Parnaguá Lagoon. A qualitative and quantitative methodology was used, using direct observation, interview and questionnaires. The results demonstrated a small scale fishing activity with the characterization of fishermen-farmers. Fishermen noticed changes in fishing activity mainly related to water scarcity in the municipality, as well as need the support of the rulers in carrying out the revitalization projects of Parnaguá Lagoa.

Keywords: Fishing. Shortage. Environmental impacts.

RESUMEN

La actividad pesquera, desde el comienzo de la vida en la sociedad hasta la actualidad, tiene una gran importancia cultural, social, económica y simbólica en cuanto a la relación entre la sociedad y el medio ambiente. La Laguna de Parnaguá se encuentra en el extremo sur del estado de Piauí y presenta en el ámbito actual la combinación de factores antrópicos y ambientales que afectan directamente a la actividad pesquera. Así, el presente trabajo tenía como objetivo entender la percepción de los pescadores en relación con los impactos ambientales en la Laguna de Parnaguá. Se utilizó una metodología cualitativa-cuantitativa, utilizando la observación directa, la entrevista y los cuestionarios. Los resultados mostraron una actividad pesquera a pequeña escala con la caracterización de los pescadores-agricultores. Los pescadores notaron cambios en la actividad pesquera principalmente relacionados con la escasez de agua en el municipio, así como la necesidad de apoyo de los gobernantes en la realización de los proyectos de revitalización de la

Laguna de Parnaguá.

Palabras clave: Pesca. Escassez. Impacto ambiental.

INTRODUÇÃO

A água é essencial para a manutenção da vida no planeta e é utilizada para diversas finalidades humanas tais como consumo humano e animal, atividades agrícolas, industriais, pesca, dentre outros usos e simbologias. Vestígios históricos indicam que o ser humano buscou, sobremaneira, estar próximo aos recursos hídricos, exercendo atividades que garantiram a sua sobrevivência, como a atividade de pesca.

No Brasil a pesca se faz presente desde antes de sua descoberta (europeia), uma vez que, há registros de que tribos indígenas pescavam para garantir a alimentação. Não obstante, a atividade pesqueira é de grande importância ainda na atualidade, porém alguns fatores interferem diretamente na mesma.

Um desses fatores é a crise hídrica mundial desencadeada a partir da revolução industrial, a qual impulsionou o êxodo rural. Massas populacionais desabrigadas procuraram outros locais para morar aumentando o número de pessoas nas cidades e por consequência houve uma falta de infraestrutura proporcionando maiores índices de poluição e falta de saneamento básico. Esses problemas sociais agravaram ainda mais a escassez hídrica (LIMA et al., 2017).

Bem como, a escassez de água no mundo é alçada em virtude da desigualdade social e da falta de manejo e usos sustentáveis dos recursos naturais. As diferenças registradas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento chocam e evidenciam a crise mundial dos recursos hídricos que está diretamente ligada às desigualdades. No nordeste brasileiro, essa escassez, afeta diretamente a agricultura, a indústria, bem como, a atividade pesqueira, que é importante para a economia e principal meio de sobrevivência para as famílias comunidades ribeirinhas. A água é o meio de sobrevivência de povos e de uma diversidade de peixes e animais aquáticos que necessitam de um ambiente preservado para a conservação da biodiversidade.

Deste modo, os impactos ambientais podem ser ocasionados por ações antrópicas, ou seja, pela ação humana sob o meio ambiente, tais como, a pesca predatória com a utilização de apetrechos inadequados e ou ações ambientais como os fatores naturais, como os períodos de longa estiagem.

A Lagoa de Parnaguá situa-se no extremo sul do Estado do Piauí e a combinação de fatores antrópicos e ambientais vem afetando diretamente a atividade pesqueira na referida lagoa, bem como, pode acarretar na sua extinção. Portanto, o intuito desse trabalho foi o de apresentar a percepção dos pescadores da referida lagoa sobre a situação vivenciada pelos mesmos no ambiente de suas existências.

DESENVOLVIMENTO

O município de Parnaguá está localizado no sul do Piauí nas coordenadas 10°13'39" de latitude Sul e 44°38'21" de longitude oeste, com 334 metros de altitude (Figura 1). A área do município é de 3.314 km² e a população em 2010 foi de 10.276 habitantes, com uma economia voltada para serviços públicos, pecuária e agricultura de subsistência (IBGE, 2016).

A vegetação é típica de cerrado, com fragmentos de caatinga, possui clima, segundo a classificação de Köppen, do tipo Aw, tropical semiárido, quente e subúmido, com duas estações definidas (verão chuvoso e inverno seco), tendo as chuvas distribuídas nos meses de (novembro a abril), precipitação média anual variam de 800 a 1000 mm, com temperatura média de 24 a 26° C, umidade relativa do ar variando entre 60 a 65% (ANDRADE JR, 2004).

O município de Parnaguá- PI compreende em seu território uma lagoa de igual nome, situado na microrregião da Chapada Extremo Sul Piauiense, em uma área de 2.269 km², tendo como limites os municípios de Curimatá e Riacho Fundo ao norte; Curimatá e Júlio Borges a leste; Sebastiao Barros, Corrente e Riacho Fundo a oeste; e Sebastiao Barros, e o estado da Bahia, ao sul (SILVA et al., 2012).

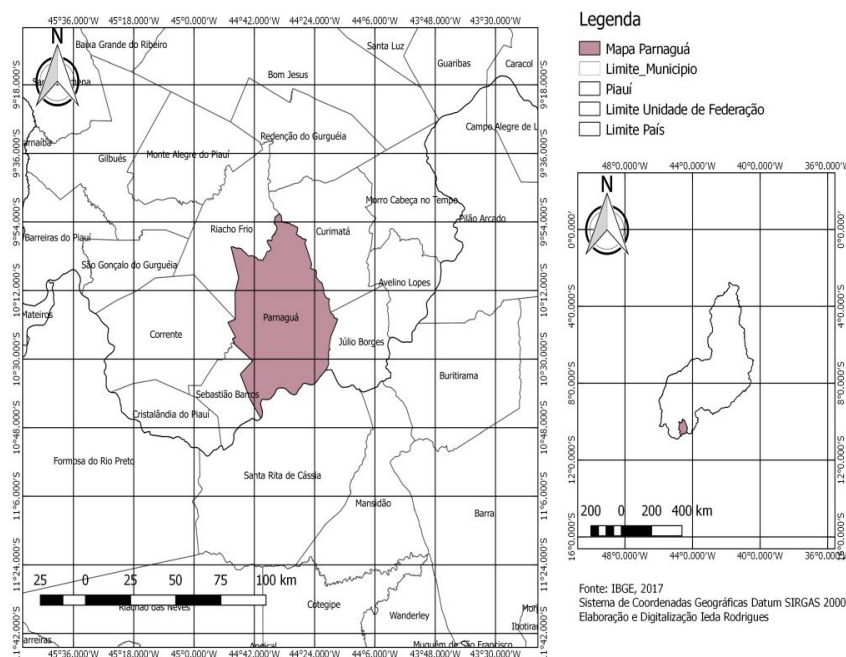


Figura 1- Mapa de localização do município de Parnaguá-PI.

Fonte: IBGE, 2017

A lagoa de Parnaguá mede 12 km de extensão por 2 km de largura, com capacidade de 74 milhões de m³, em suas margens foi erguida uma das mais antigas cidades do Piauí, Parnaguá, a lagoa era a única fonte de água disponível, em grande quantidade na região (LIMA et al., 2017).

A referida lagoa é fonte de renda para o município de Parnaguá- PI, pois movimenta o turismo local e tradicionalmente é realizada a atividade pesqueira no município (Figura 2).

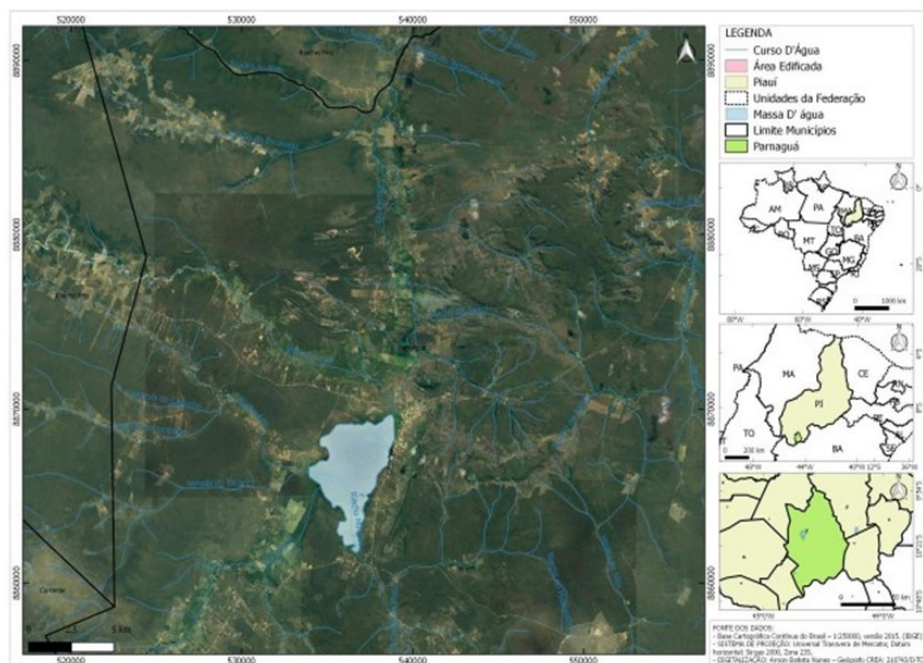


Figura 2 - Mapa de localização a Lagoa de Parnaguá-PI

Fonte: IBGE, 2017

A abordagem metodológica realizada foi qualitativa-quantitativa, justifica-se a abordagem qualitativa por entender a natureza social do objeto de pesquisa e a base quantitativa pela intenção de garantir precisão aos resultados pretendidos (RICHARDSON, 2009). Os dois tipos de abordagem se diferem uma da outra cada uma com um propósito específico.

A revisão da literatura também foi realizada pois é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. "Literatura" cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (MORAIS, 2015).

A revisão de literatura foi fundamental no propósito de buscar em livros, trabalhos de conclusão de curso e artigos autores que abordassem a temática estudada.

Foram realizadas duas visitas in loco na Colônia dos Pescadores A-Z uma no dia 02/12/2018 e a outra no dia 01/04/2019. A referida colônia foi fundada no ano de 1982 e nesses 32 anos a colônia funciona no mesmo lugar atendendo as demandas dos pescadores do município de Parnaguá- PI.

A observação direta teve o intuito de buscar informações sobre a colônia e os pescadores de lagoa de Parnaguá-PI, como ano de fundação, período de funcionamento, assim como, o ambiente organizacional da colônia de pescadores (Figura 3).



Figura 3 - Observação direta na Colônia dos Pescadores A-Z de Parnaguá-PI

Fonte: Pereira, 2019

A técnica de entrevista foi utilizada para obter informações a respeito do objeto de estudo, pois conhecer atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores (RIBEIRO, 2008).

Foi realizada entrevista com uso de um roteiro junto ao presidente da colônia A- Z para levantar algumas informações sobre o funcionamento da colônia de pescadores e quantidade de associados.

Para preparar os pescadores da colônia A-Z para responder os questionários do estudo exposto, foi marcada uma reunião na colônia no dia 2 de dezembro de 2018 (Figura 4), previamente agendada com o presidente da colônia de pescadores. O intuito da reunião foi justamente esclarecer aos pescadores o objetivo do trabalho científico a ser realizado e discutir previamente as questões que foram propostas nos questionários. Compareceram 50 pescadores a reunião do total de 144 pescadores cadastrados e que compõe a associação.

Os questionários foram aplicados no mesmo dia da reunião (Figura 5), composto por 37 questões, para o levantamento do perfil socioeconômico dos pescadores, sobre a caracterização da pesca e percepção ambiental dos pescadores. Todos os 50 pescadores presentes na reunião responderam ao questionário. A colônia conta com um número de 144 pescadores associados, no entanto, 36 estão em situação irregular por serem desistentes ou aposentados.



Figura 4 - Reunião com os pescadores

Fonte: Pereira, 2018



Figura 5 - Aplicação de questionários com os pescadores

Fonte: Pereira, 2018

Os questionários aplicados foram adaptados do Grupo de Pesquisa em Conservação de Recursos Naturais de Uso Comum (GRUC) da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), a partir da aplicação dos questionários os dados foram tabulados.

Diante dos dados coletados foi possível analisar que a Lagoa de Parnaguá é importante tanto para pesca quanto para o turismo local tendo relevante valor cultural na história do município. A Lagoa é o cenário para uma das lendas mais lindas já conhecidas no município, a lenda de Miridan, que é contada até hoje pelos pescadores, que a chamam de lagoa de encantada, principalmente pelo fato de ter desaparecido totalmente e ter retornado ainda mais encantadora e cheia de mistérios, deste modo, a lagoa não possui somente um valor econômico ou paisagístico para os pescadores mais também cultural e preservar esses aspectos é fundamental para manter toda simbologia local.

É importante observar a percepção dos pescadores sobre a sua profissão, pois a maior parte dos entrevistados se autodeclara conforme está escrito na carteira de pescador. Assim, 53% dos pescadores se consideram profissionais, pois, é o que está escrito no RPG dos mesmos e 21% disseram ser pescadores profissionais e proprietários de barcos.

Os pescadores também foram questionados se em algum momento da vida deixou de exercer a atividade de pesca e 86% afirmaram que nunca deixaram de pescar, mesmo após a lagoa secar no ano de 2013 e novamente no ano de 2018. Esse dado revela a importância dessa atividade para a vida desses pescadores, pois, muitos deles possuem a pesca como principal fonte de renda familiar e se deixarem de exercer essa função acabam perdendo muito, acabam perdendo a sua própria existência.

Cerca de 70% dos pescadores afirmaram que utilizam a pesca para o consumo próprio. Durante a entrevista com o presidente da colônia A- Z, o mesmo afirmou que aproximadamente 40 pescadores da colônia só têm a pesca para a composição renda familiar.

Pescadores artesanais e pescadores-lavradores de acordo com Diegues (1983) pescam para a subsistência, bem como para a comercialização na pesca de pequena escala, tal qual encontrada na Lagoa de Parnaguá em que 94% dos pescadores comercializam a produção de peixes, 70% buscam vender o produto na

própria cidade assim como em cidades vizinhas, características da pesca realizada dentro dos moldes de pequena produção mercantil.

Ainda segundo Diegues (1989) a principal característica desse tipo de pescador e pescaria é a produção do valor de troca em maior e menor intensidade, o pescado é realizado tendo em vista a sua venda.

Os pescadores realizavam a atividade pesqueira somente nas margens da Lagoa de Parnaguá, porém com escassez hídrica da lagoa no ano de 2013, ocasionada pelo longo período de estiagem tiveram que sair para pescar em outros locais para desenvolver a atividade pesqueira: a Lagoa do Tambui em Redenção do Gurgueia-PI, Barragem dos Algodões em Júlio Borges-Pi, Barragem da Ismaque em Cristalândia-PI, Lagoa da Missão em Parnaguá-PI e Lagoa dos Pau d'Arco em Parnaguá-PI.

O longo período de estiagem no nordeste brasileiro no ano de 2013 a 2016 atingiu a lagoa de Parnaguá e consequentemente a atividade da pesca, porém não foram apenas fatores climáticos que acarretaram a escassez da lagoa, o desmatamento de suas margens contribuiu de forma demasiada para sua quase extinção (ZACARDI, 2017).

Os impactos ambientais interferem diretamente no meio ambiente é a população sofre pela perda dos recursos naturais, muitos pescadores só tem a pesca como profissão e a falta de condições de realização da atividade dificultam ainda mais a continuidade da pesca.

Diegues (1983) aborda que a destruição das forças da natureza em ecossistemas aquáticos extremamente produtivos, como os lagunares e estuarinos, atinge primordialmente os pequenos pescadores, os quais, dados os equipamentos relativamente, pouco predatórios e embarcações de pequena autonomia que empregam tiram daí seus meios de subsistência.

Essa busca por novos locais releva um impacto grave na atividade pesqueira em Parnaguá, uma vez que, a lagoa secou totalmente no ano de 2013 e voltou a se recuperar após um período curto de chuva abundante. Contudo, para as espécies de peixes e toda a vida aquática a escassez hídrica deixou marcas mais profundas.

No intuito de minimizar os impactos ambientais na lagoa de Parnaguá no dia 10 de março de 2018 a lagoa ganhou cerca de 1 milhão de alevinos das espécies tilápia (*Oreochromis niloticus*), curimatá (*Prochilodus lineatus*) e tabatinga (*Colossoma macropomum* - fêmea) e *Piaractus brachypomus* - macho) em uma ação da Diretoria Municipal de Meio Ambiente no programa intitulado de "Repovoamento da Lagoa" (FORTNOTÍCIAS, 2018). No entanto, a lagoa voltou a secar em decorrência da pequena vazão e o desmatamento de suas margens (matas ciliares).

A histórica Lagoa de Parnaguá encontra-se praticamente sem água e sem vida o que fez com que os pescadores buscassem novos locais para continuarem pescando. Diegues (1983) afirma que os recursos naturais são objetos de trabalho para o homem, os quais se aplicam os instrumentos de produção, ou de onde o homem retira os frutos seja pela colheita seja pela caça ou para a pesca.

Com relação às respostas autodeclaradas sobre a junção da pesca com outra ocupação houve uma divisão de respostas dos entrevistados em que 60% afirmaram não exercer outra profissão além da pesca e 40% afirmam desenvolver outras atividades concomitante como: plantações de feijão, milho, legumes e verduras para comercializar a fim de complementar na renda familiar.

Diegues (1983) ao categorizar os pescadores-lavradores enfatiza que geralmente os mais pobres não alcançavam o salário mínimo regional, sendo obrigados a complementar a sua renda com atividades ligadas ao pequeno comércio e da lavoura, pois pescam somente quando podem.

A classificação acima de pescadores-lavradores se encaixa na análise dos pescadores da lagoa de Parnaguá, uma vez que, os pescadores realizam o plantio de lavouras a fim de complementar a renda com o auxílio da família e pescam apenas quando podem.

As principais espécies de peixes que eram capturadas para venda/consumo na lagoa de Parnaguá, foram organizadas de acordo com as mais citadas pelos entrevistados (tabela 1):

Tabela 1 - Espécies de peixe capturadas para venda/consumo na lagoa de Parnaguá

Nome popular	Nome Científico	Valor
Curimatá	<i>Prochilodus lineatus</i>	R\$ 10,00
Traira	<i>Hoplias malabaricus</i>	R\$ 6,00
Piranha	<i>Pygocentrus</i>	R\$ 5,00
Piaba	<i>Astyanax bimaculatus</i>	R\$ 5,00
Mandi	<i>Pimelodus maculatus</i>	R\$ 10,00
Piau	<i>Leporinus freiderici</i>	R\$ 10,00
Sardinha	<i>Tripotheus</i>	R\$ 5, 00
Surubim	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>	R\$ 10,00
Corvina	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	R\$ 10,00
Bico-de-pato	<i>Sorubim lima</i>	R\$ 10,00
Mandubé	<i>Ageneiosus brevifilis</i>	R\$ 10,00
Cascudinha	<i>Hypostomus affinis</i>	R\$ 6,00

Fonte: Autoras, 2019

Os pescadores costumavam armazenar o pescado em freezers, fazendo a venda direta ao consumidor ou na feira ao ar livre. O pescado nunca saía acertado, sendo esse um dos motivos dos possíveis baixos rendimentos do pescador. O pescado é vendido pelo preço que der e essa situação se agravou ainda mais pelo fato de ficarem impossibilitados de pescar na lagoa e tiveram que se deslocar para outros lugares para poder pescar, onde muitas das vezes não conseguiam pescar o suficiente para ter um retorno econômico satisfatório.

Essa situação já tinha sido observada por Sobrinho (2017) com a irregularidade no espelho d'água da Lagoa e com a pesca predatória, o peixe recolhido está cada vez menor e por não chegar a seu tamanho ideal e a diversidade de peixe ser pequena e ainda o mercado que se encontra difícil à renda não é suficiente para manter a família.

Com todas as dificuldades ao redor da pesca na lagoa de Parnaguá os pescadores estão buscando outros locais para continuar pescando, nesses lugares já mencionados, são capturadas as mesmas espécies que se encontravam na lagoa, somente na Barragem dos Algodões em Júlio Borges – PI, outra comunidade pesqueira, encontraram espécies como Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a Tilápia (*Oreochromis niloticus*), que buscam vender em Parnaguá ou cidades vizinhas.

A partir da entrevista realizada com o presidente da colônia foi possível organizar a melhor época do ano para a pesca, que é no mês de julho e agosto. Bem como, a pior época é nos meses de março, abril e novembro.

Na melhor época costumam pescar durante a semana toda e na pior época chegavam a pescar cerca de três vezes ao dia, dependendo do que pegavam.

Portanto, no trabalho realizado ficou muito perceptível que os pescadores da Lagoa de Parnaguá sentem e reagem as transformações do meio em que vivem.

CONCLUSÃO

A partir do estudo realizado no município de Parnaguá-PI foi possível fazer a caracterização da atividade pesqueira exercida na lagoa de Parnaguá, a qual a princípio era denominada de pesca artesanal. Porém, a partir de indícios socioantropológicos orientados pela concepção de Diegues (1983), os pescadores da lagoa de Parnaguá foram caracterizados como pescadores-lavradores, uma subcategoria encontrada na pesca de pequena escala oriundos de modos de vida específicos.

Outro fato relevante foi que a principal causa para a perda de diversas espécies de peixes na lagoa de Parnaguá foi à escassez hídrica, ocasionada pelos fatores climáticos aliado a devastação das margens e

afastando a principal tese de que a utilização de apetrechos inadequados seria o principal fator que impossibilitou a pesca na lagoa.

Bem como, sobre a percepção ambiental dos pescadores ficou evidente que a principal dificuldade nos últimos anos para a realização da pesca no município foi à perda irreparável da lagoa que trouxe danos ambientais e sociais para os pescadores, pois ficaram sem a sua principal renda e tiveram que buscar outras atividades como também outros locais para continuarem pescando.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE JR., A. S.; BASTOS, E.; SILVA, C. O.; GOMES, A. A. N.; Figueredo Júnior, L. G. M. **Atlas Climatológico do Estado do Piauí**. Teresina-PI: Embrapa Meio Norte, 2004.
- DIEGUES, A. C. 1983. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017); **Impactos ambientais**. Disponível em http://www.ecivilnet.com/artigos/impacto_ambiental.html. acesso em: 19/03/2018
- LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. C.; FREITAS, C. E. C. 2012. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na Amazônia Brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, 15 (2), 73-90.
- LIMA, M. G; SALVIANO, A. A. C; SANTANA, F. F. 2010. **Secas de 2010 a 2016 no Piauí Impactos e respostas do Estado em articulações com programas nacionais**. FAO. http://www.ibama.gov.br/rec_pesqueiros/; acesso em 28/07/2018.
- SILVA, M. 2012. Análise Temporal do Espelho d'água da Lagoa de Parnaguá (PI) usando imagens digitais. **Ambiência Guarapuava** (PR) v.8n3 p.909- 919.
- SOBRINHO. T. 2018. **Impactos Socioambientais da Atividade Pesqueira e Ecologia da Ictiofauna na Lagoa de Parnaguá, Parnaguá-PI**. Monografia. Instituto Federal do Piauí- Corrente-PI.
- ZACARDI, M. D. 2017. Caracterização da Pesca Artesanal praticada nos lagos Mapiriri e Pacuçu as margens do Rio Tapajós. Santarém, Pará. **Rev. Bras. Eng. Pesca**, P 191:31-43.

ENSAIO SOBRE A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO COSTEIRO: O EXEMPLO DE SÃO PAULO

ATTEMPT ABOUT THE POLICY COASTAL MANAGEMENT: THE EXAMPLE OF SÃO PAULO

ENSAYO SOBRE LA POLÍTICA DE MANEJO COSTERO: EL EJEMPLO DE SÃO PAULO

PINTO, Pedro Benicio Almeida

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma pequena análise sobre o processo de gerenciamento costeiro no Brasil a partir do estudo de caso do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do estado de São Paulo. Foi dada ênfase a questão do estudo do estado de São Paulo por ter sido o primeiro estado a realizar a política de gerenciamento costeiro no Brasil. Nesse sentido foram realizadas uma pesquisa e levantamento bibliográfico sobre os materiais produzidos a respeito do assunto, buscando dar um foco maior na caracterização do tema abordado. Em vista disso, buscou-se caracterizar a política do estado de São Paulo para compreender a trajetória histórica de seu desenvolvimento. O trabalho pretendeu trazer um aporte técnico-jurídico no plano legislativo sobre o tema. Como resultado foi possível apontar que a política do estado é apenas uma medida paliativa para tentar coadunar os direitos e as atividades dos sujeitos. A política de gerenciamento não é um solucionador de problemas, mas um meio, um instrumento para a regulamentação dos usos do território e do seu controle efetivo.

Palavras-chave: Gerenciamento costeiro. Ordenamento territorial. Política pública.

ABSTRACT

This article has as objective to present a small analysis above the process of coastal management of Brazil from the Coastal Management State Plan of São Paulo's case study. It was given emphasis in the question the study of state of São Paulo because it was the first state to realize the policy of coastal management in Brazil. In this sense was carried out a search and bibliographic survey about the material produced concerning of the subject, looking for a biggest focus in the characterization of the theme approached. In view of this, it was looked to characterize the policy the state of São Paulo to understand the trajectory the your development. The work wished to bring a contribution legislative drafting changes about the theme. As a result it was possible to put forward that the policy of state is just one palliative step for try to adapt the right and the activites of the subjects. The policy of management is not the problem solver, but a way, an instrument for the regulation the use of the territory and its effective control.

Keywords: Management Coastal. Territorial planning. Public policy.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar un pequeño análisis del proceso de manejo costero en Brasil a partir del estudio de caso del Plan Estatal del Manejo Costero del estado de San Pablo. Se hizo hincapié en la cuestión del estudio del estado de San Pablo ya que fue el primer estado em llevar a cabo una política de manejo costero en Brasil. Em este sentido, se realizo una encuesta y levantamiento bibliográfico sobre los materiales producidos sobre el tema, buscando dar um mayor enfoque a la caracterización del tema abordado. En vista de esto, buscamos caracterizar la politica del estado de San Pablo para comprender la trayectoria historica de su desarrollo. El trabajo pretendia aportar una contribución teórico-legal al plan legislativo sobre el tema. Como resultado,

fue posible señalar que la política estatal es solo una medida paliativa para tratar de harmonizar los derechos y actividades de los sujetos. La política del manejo no es um solucionador de problemas, sino um médio, um instrumento para la regulación de los usos del território y del su control efectivo.

Palabras clave: Gestión costera. Planificación territorial. Política publica.

INTRODUÇÃO

A questão do gerenciamento costeiro surgiu nos trabalhos de campo realizados junto ao grupo de pesquisa Núcleo de pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC), aonde foram realizadas atividades de extensão junto com os pescadores artesanais da Baía de Sepetiba. Nessas atividades os pescadores artesanais levantaram questões sobre como seria o processo de realização de um acordo de pesca. Dentro da dinâmica de trabalho realizada surgiu o apontamento de alguns pescadores sobre o funcionamento da política de gerenciamento costeiro, lembrando que estávamos em uma localidade próxima de São Paulo que apresentava um modelo de ordenamento costeiro.

A temática surgiu em meio aos conflitos que estavam ocorrendo entre os pescadores artesanais e as comunidades locais com as grandes empresas que estavam se instalando na localidade e acabavam restringindo algumas práticas cotidianas no local, e por conta disso os pescadores artesanais queriam garantir seus direitos dentro de seu território. Nesse sentido, o grupo começou a procurar entender as políticas ligadas ao ambiente costeiro para que pudesse contribuir nas discussões, o que nos levou ao ponto de partida para o estudo sobre a política de gerenciamento costeiro. No II Seminário Socioambiental Global das Baías de Sepetiba e Ilha Grande, realizado em outubro de 2019 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foi solicitada uma apresentação sobre o gerenciamento costeiro, que após as discussões elencadas deu origem ao presente trabalho. Portanto, o presente artigo é fruto de algumas discussões promovidas entre os pescadores artesanais e o grupo de pesquisa NUTEMC.

Dito isso, cumpre apontar que no Brasil a questão do desenvolvimento urbano acaba ficando diretamente relacionado aos problemas ambientais, principalmente na zona costeira, devido ao crescimento populacional das cidades costeiras, como no caso de São Paulo. A nível internacional a gestão costeira atraiu atenção por causa da considerável parcela da população mundial que habita a área litorânea, o que contribui para a intensificação do número de conflitos. Moraes (2007, p. 21) afirma que

[...] dois terços da humanidade habitam em zonas costeiras, localizando-se a beira-mar a maior parte das metrópoles contemporâneas. Os litorais abrigam, portanto, um contingente populacional denso e concentrado, ao qual corresponde uma concentração de atividades, localizando-se também a beira-mar boa parte das instalações industriais em operação hoje no mundo. O caráter concentrado do povoamento costeiro, de claro perfil urbano, emerge como uma característica internacional que reforça a designação tipológica da localização litorânea.

No crescente estágio de crescimento populacional aparecem desafios para se pensar políticas sociais, ambientais e de desenvolvimento urbano. Além do que as atividades industriais e as condutas desviantes dos padrões políticos e sociais obrigam a incorporação de sanções para a regulação de certas atividades que possam ser prejudiciais para o meio ambiente. Para ajudar a proteger e resguardar o meio ambiente brasileiro, foram elaboradas várias medidas legais protetivas constituídas por mecanismos jurídicos de preservação, como: as áreas de preservação permanente, as reservas florestais legais, as terras indígenas, as unidades de conservação, dentre outras. No entanto, apesar de haver todo um movimento de atenção com o meio ambiente, há muito o que se fazer porque existem dificuldades na efetivação das políticas. Basicamente, o problema reside na maneira como as medidas chegam e se efetivam no território, de uma forma que se faça cumprir com as suas intencionalidades.

O CONTEXTO DE SURGIMENTO DO ORDENAMENTO

Pensando-se em caminhos e alternativas para a manutenção da nossa costa, a proteção ambiental e as formas de ordenamento territorial surge a discussão do gerenciamento costeiro. Entretanto, para poder compreendê-lo é preciso

apresentar e contextualizar o conceito de ordenamento territorial. O conceito surge como uma maneira de controle do desenvolvimento de uma área com a finalidade de amenizar as desigualdades sociais existentes. Ele possui um sentido de orientar as políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas atentando para os diferentes tipos de poderes, de particularidades e diversidades que possam existir. O ordenamento territorial seria um subsídio para se pensar num processo de planejamento (CAVALCANTI, 2011). Portanto, o ordenamento vai contribuir na elaboração de políticas públicas.

De acordo com Cavalcante (2011), o ordenamento territorial aparece na Europa, mais especificamente na Alemanha e no Reino Unido, por volta da década de 1920, num contexto de pós-guerra em que os países europeus estavam em crise econômica e política no qual precisavam reestruturar as suas cidades. Contudo, o termo vai ganhar destaque na Carta Europeia do Ordenamento do Território de 1983, que definiu os princípios e diretrizes para as ações de ordenamento territorial, servindo de parâmetro para as ações a serem desenvolvidas na Europa como o processo de constituição da União Europeia (CAVALCANTE, 2011).

Os europeus pensaram num modelo de evolução da sociedade de uma forma com que se reduza “as desigualdades regionais, à organização do espaço, à melhor distribuição das atividades econômicas, à proteção ambiental e à qualidade de vida da população” (BALBIM; CONTEL, 2013, p. 26). Não podemos esquecer que dentro dessa perspectiva a participação democrática da sociedade é fundamental para a sua estruturação.

O Brasil inspirado na Carta Europeia do Ordenamento do Território estabeleceu o conceito de ordenamento territorial em sua Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da qual extraímos algumas diretrizes expressas:

Capítulo II: DA UNIÃO

[...]

Art. 21. Compete à União:

[...]

IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

[...]

Capítulo IV: Dos Municípios

[...]

Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, o gerenciamento costeiro se manifesta como uma política de ordenamento territorial dado como uma construção de um planejamento por parte do Estado. Dessa forma, acaba se tornando uma política pautada no sentido de organizar e regular os múltiplos usos presentes num determinado território. De acordo com o projeto de Lei Nº 216, de 2011, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), o gerenciamento costeiro seria:

CAPÍTULO I - DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para os fins previstos nesta lei, entende-se por:

[...]

II - [...] o conjunto de atividades e procedimentos que, através de instrumentos específicos, permite a gestão dos recursos naturais da Zona Costeira, de forma integrada e participativa, visando à melhoria da qualidade de vida das populações locais, fixas e flutuantes, objetivando o desenvolvimento sustentado da região, adequando as atividades humanas à capacidade de regeneração dos recursos e funções naturais renováveis e ao não comprometimento das funções naturais inerentes aos recursos não renováveis (Projeto de Lei nº 216).

Barbosa (2007) aponta que o ordenamento territorial estaria passando por uma crise porque ele não tem conseguido ser capaz de controlar o crescimento desordenado ocorrido por causa do grande crescimento populacional. Para o autor,

a imagem *cidade desordenada* vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de intervenção e gestão das cidades, cujas consequências mais imediatas começam a se evidenciar, como a produção de novas formas de hegemonia social por meio da requalificação do espaço urbano (BARBOSA, 2007, p. 126, grifo do autor).

As cidades vêm sendo transformadas de maneira pontual, pensada de modo a valorizar determinados aspectos específicos. Por esse ângulo, deixa-se de pensar de uma forma totalitária para se pensar de uma forma parcial, pontual. Assim sendo, vai em oposição ao que foi colocado inicialmente no sentido do ordenamento territorial. Atualmente aparece uma mudança de perspectiva do ponto de vista da estruturação das cidades, aonde estão sendo pensados em pontos estratégicos para a exibição e exposição da cidade. Com isso criam-se

os esforços de reconstituição das singularidades histórico-culturais dos lugares, que não ultrapassam mais o seu papel de remake da paisagem[...]. No entanto, a pretensa recuperação da “memória histórica” revela-se como um processo de museificação estético-mercantil de ruas, praças e bairros, cujo propósito maior é servir mais como *playground* cultural para a expansão da indústria do turismo do que propriamente revitalizar ou consagrar tradições populares. Não é uma raridade o patrimônio histórico e cultural ser transformado em um alibi para expulsão de populações locais e, assim, estabelecer novos usos às formas tradicionais (BARBOSA, 2007, p. 129 - 130).

Portanto, tem-se atualmente um pensamento voltado para um lugar que seja estruturado para se exibir e não para habitar. Esse é um ponto das problemáticas do ordenamento territorial. O problema é que o poder público acaba elencando uma ordem de prioridades de ação, aonde vai privilegiar alguns atores dentro da sociedade, por conta disso acaba por invisibilizar outros atores sociais e as suas práticas.

O HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DO PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO (PNGC)

Ao olhar para a história da construção das políticas ambientais percebe-se que a humanidade vem tendo uma preocupação com a classificação e a proteção dos espaços geográficos, seja ela movida pelas questões estratégicas, pela qualidade de vida, como pela biodiversidade. O início desse processo internacional aparece no Pós-Revolução Industrial, devido a aceleração dos acontecimentos ligados as atividades industriais que acabaram ocasionando uma grande degradação do meio ambiente urbano e rural.

As discussões sobre o ambiente marinho e a zona costeira aparecem por volta do fim da década de 1950 e início da década de 1960, na realização da primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em Genebra. Passados alguns anos, volta-se a discutir a questão do meio ambiente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, mais conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 pelo Clube de Roma¹. Nesse encontro

ficaram claras as diferenças entre os países industrializados preocupados com a poluição urbano-industrial e a diminuição da qualidade de vida em alguns países do Terceiro Mundo que desejavam o crescimento econômico a qualquer custo, mesmo com a degradação ambiental. Essa conferência, bem como a reunião preparatória em Fournex, na Suíça, foi um marco histórico para criar uma consciência internacional não somente dos problemas ambientais, como também para introduzir uma discussão crítica sobre os modelos de desenvolvimento e seus aspectos ambientais. A partir dessa Conferência, foi iniciado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (DIEGUES, 2001, p. 72).

A década de 1970 é um marco importante para o gerenciamento costeiro porque, segundo Xavier (2010), os Estados Unidos se torna o primeiro país a criar a sua *Coastal Zone Management Act* (Política de Zoneamento Costeiro), estabelecendo uma forma de ordenar o uso e ocupação das zonas costeiras. O autor indica que no documento criado

1. Era um clube de personalidades ilustres que se reuniram para debater sobre assuntos relacionados a política, economia internacional, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

pelos Estados Unidos eles vão definir os objetivos, enunciar os conceitos e princípios, assim como fornecer as linhas orientadoras para a gestão da zona costeira que serviram de modelo para outros países também adotarem.

No Brasil a década de 1970 também é importante porque é o início da preocupação do Estado com o meio ambiente e com a nossa zona costeira. A demonstração do interesse com o meio ambiente surge com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA/PR) no ano de 1973 por meio do Decreto nº 73.030. Em 1974, se cria a Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM), com o Decreto nº 74.557. Depois dessas duas criações, em 1980 vai ser criada a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), e em 1981 vai ser promulgada a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) feita através da Lei nº 6.938.

No ano de 1982 vai ser uma data chave para o estabelecimento do gerenciamento costeiro a nível internacional, porque nesse ano foi realizada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, em *Montego Bay*, Jamaica. Segundo Diegues (2001), nessa convenção que o Brasil foi participante, se consolida as normas internacionais de operacionalização legal da zona costeira, por meio de um acordo multilateral de abrangência global sobre o regime legal e jurídico dos mares e oceanos, na qual se constitui regras e padrões ambientais levando em consideração a utilização equitativa e eficiente dos recursos costeiros, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.

Levando em conta o debate internacional do gerenciamento costeiro e da sua implantação por países como os Estados Unidos, segundo Xavier (2010), nasce o debate nacional, destacando a importância da implementação de referências normativas e da participação social, para que se possa haver a condução e o direcionamento de discussões que ajudem a melhorar o futuro desenvolvimento da política pensando na preservação da biodiversidade e das culturas locais.

De acordo com Moraes (2007) e Xavier (2010), a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) buscou desenvolver o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro, realizando em 1983 o Seminário Internacional sobre o Gerenciamento Costeiro no Rio de Janeiro, ajudando a estabelecer uma base teórica para se pensar no programa. Posterior a esse encontro com estudiosos começou-se a desenvolver o programa e a testar a metodologia do zoneamento na Baía de Sepetiba.

No entanto no ano de 1988 tem-se o marco importante que é a consolidação do gerenciamento costeiro nacional através da criação do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) instituído pela lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Nele cria-se instrumentos para a devida utilização e preservação dos recursos naturais e dos ecossistemas costeiros, buscando ter um planejamento e gerenciamento integrado, descentralizado e participativo, no qual ele atribuía aos estados a tarefa de elaborar suas políticas e os seus planos adaptando-os as suas realidades.

A década de 1990 se inicia com a concretização da resolução nº 1 da CIRM que detalha e operacionaliza a lei nº 7661 de 1988. Nessa resolução vai se determinar os princípios, conceitos e definições da zona costeira, evidenciando os principais objetivos, assim como as diretrizes e ações do gerenciamento costeiro. Ao mesmo tempo vai organizar as competências, as fontes de recursos e os instrumentos (ou etapas) que são: O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o monitoramento costeiro, o sistema de informações e os planos de gestão.

Em 1997, foi criada a resolução da CIRM nº 8 que estabelece uma atualização da Lei nº 7.661 de 1988. Nessa revisão se cria o Programa Nacional do Gerenciamento Costeiro (GERCO), o qual define o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgão competente para a coordenação e implementação.

O PNGC II reafirmou os princípios da descentralização e da gestão cooperada, destacando a importância da participação das diversas instâncias do poder público e da sociedade civil na elaboração e implementação dos planos estaduais e municipais de Gerenciamento Costeiro. Adicionalmente, reiterou os instrumentos de gestão presentes no modelo anterior, como o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Sistema de Informações, os Planos de Gestão e o Sistema de Monitoramento, e acrescentou novos instrumentos, como o Relatório de Qualidade Ambiental (SÃO PAULO, 2013, p.22).

O estado de São Paulo cria o seu Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) no ano de 1998 através da lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, a qual estabelece os objetivos, diretrizes, metas e instrumentos para a elaboração, aprovação e execução do gerenciamento de uma forma consciente com os recursos naturais da zona costeira. Essa lei vai ser criada levando em conta as normas e critérios pré-estabelecidos para constituir o ZEE, o licenciamento e a fiscalização que são parâmetros firmados no PNGC.

Dessa maneira, as etapas de efetivação da política seriam a implementação estadual e municipal da legislação costeira, o diagnóstico costeiro e o plano de gerenciamento costeiro. É importante destacar que é fundamental e obrigatória a participação social na constituição da primeira e terceira etapas que devem ser realizadas por meio de audiências públicas².

A DIVISÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO PAULISTA

Como foi mencionado anteriormente, as cidades litorâneas começaram a ter um aumento das problemáticas ambientais, como: a poluição dos cursos d'água por falta de tratamento de esgotos, desmatamentos, degradação ambiental, grande produção de resíduos sólidos etc, devido ao crescimento da urbanização no litoral brasileiro. Levando em conta essas problemáticas inicia-se a incorporação das agendas políticas a questão ambiental, como uma causa importante para o meio ambiente costeiro.

São Paulo não ficou de fora da discussão do meio ambiente, e inicialmente no ano de 1968 criou a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Mais de uma década depois, no ano de 1983, criou o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) que serviu de base para a Secretaria de Meio Ambiente (SMA) do estado, que surgiu em 1986. Na perspectiva de tratar da questão da zona costeira o estado de São Paulo resolveu desenvolver o seu plano de gestão costeira concomitante com o desenvolvimento do PNGC (SÃO PAULO, 2013). Ou seja,

paralelamente, no âmbito do Estado de São Paulo, foram encaminhados os procedimentos necessários à implantação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. A minuta de lei que instituiu foi elaborada e aprovada pelo CONSEMA em 1993, sendo posteriormente enviada à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo sob a forma de projeto de lei (SÃO PAULO, 2013, p. 23).

No ano de 1998, São Paulo confere a regulamentação do PEGC definindo a tipologia das zonas costeiras do ZEE, assim como definindo os usos permitidos, as atividades proibidas, as penalidades de cada infração, em cada zona. A lei determina o licenciamento e a fiscalização como critérios do ZEE. A zona costeira de São Paulo é subdividida em quatro pedaços: (i) o Litoral Norte, (ii) a Baixada Santista, (iii) o Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e (iv) o Vale da Ribeira.

Na criação da PNGC se define as etapas para o gerenciamento costeiro. São Paulo implementa a etapa do ZEE que seria:

um instrumento técnico e político de planejamento previsto na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009) que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, considerando suas características ambientais e dinâmica socioeconômica. Tem como finalidade subsidiar a formulação de políticas públicas e o planejamento de investimentos em consonância com diretrizes estratégicas de desenvolvimento sustentável, bem como apoiar o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de forma coerente com esses objetivos (SÃO PAULO, 2018, p. 2).

No ano de 2004, o estado de São Paulo promulga o Decreto Estadual nº 49.215 que dispõe sobre o ZEE do Setor do Litoral Norte, que prevê os usos e atividades das diferentes zonas, assim como a criação de diretrizes, metas ambientais e socioambientais. Quase uma década depois, em 2013 promulga-se o Decreto Estadual nº 58.996 o qual dispõe sobre o ZEE do Setor da Baixada Santista que estabelece normas de uso e ocupação do solo e do manejo de recursos naturais, o licenciamento e a fiscalização de empreendimentos. Deve-se destacar que o gerenciamento costeiro de São Paulo realizou as etapas do ZEE de monitoramento, de sistemas de informações, faltando desenvolver o plano de gestão. Portanto, São Paulo é o primeiro a implementar mas não desenvolve todas as etapas propostas pelo PNGC.

2. Considerando a Resolução CONAMA nº 09, de 03 de dezembro de 1987, que dispõe sobre o procedimento para realização de Audiências Públicas, salientamos que não estamos tratando de licenciamento ambiental que exige a realização de audiência pública, mas consideramos oportuno identificar na legislação ambiental qual a Resolução que estabelece a realização da mesma. Extraído do link: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2008/in_ibama_184_2008_licenciamentoambientalfederal_revga_in_65_2005_altrd_in_ibama_14_2011.pdf Acesso em 05/07/2018.

A ZONA COSTEIRA PAULISTA E A POLÍTICA DE GESTÃO COSTEIRA

Ao expormos o elemento do PNGC se faz necessário caracterizar um pouco do espaço litorâneo brasileiro e entender um pouco do significado da sua valorização. A costa brasileira tem 7.491 quilômetros de extensão, e é dotada de um grande mosaico de ecossistemas - mangues, dunas, recifes de corais, estuários, restingas, etc. - marcados e caracterizados por possuírem um grande valor ambiental. O litoral é compreende uma enorme variedade de usos, atividades e ocupações do solo. Pode-se encontrar ao longo da extensão territorial costeira desde comunidades tradicionais a áreas altamente modernizadas.

A região litorânea de São Paulo junto com Rio de Janeiro e Paraná são caracterizadas por possuírem manchas de mata atlântica que envolvem as encostas da serra do mar. O relevo é caracterizado por apresentar cotas altimétricas acima de mil metros em vários pontos devido a ressurgência de placas que aconteceu a milhões de anos atrás. Ab'Sáber (2003, 2007) aponta para o fato de a morfologia da serra do mar apresentar um relevo irregular de escarpas com precipícios e vales ao longo da sua formação geomorfológica. Essa morfologia apresenta uma vasta floresta atlântica que possui uma grande diversidade biológica e fitogeográfica. Nessa região próxima ao oceano são encontradas vegetações de restingas e manguezais, por causa do contato com as influências salinas, sendo elas vegetações importantes por conta das suas funções de proteção e conservação da biodiversidade marinha e terrestre.

O ambiente de interface com o mar gera uma localização diferenciada que abre possibilidades para diferentes usos como: a exploração dos recursos marinhos, o transporte marinho, o lazer, a recreação, turismo etc. Além disso, esse ambiente apresenta uma grande reserva de recursos presentes no planeta e a sua localização estratégica acaba sendo frutos de diversos interesses. A partir da presença de muitos interesses acaba-se imputando um valor a um lugar que se transforma em precificação da terra, tornando ele um resultado da valoração social. Se for pensar no preço da terra tem-se que a

[...] indicação preciosa dos vetores que comandam o uso do solo e seu ritmo de ocupação, aparecendo como a expressão de um dos agentes estruturantes do ordenamento espacial de maior poder na atualidade: o mercado. Pensar a gestão ambiental sem esta determinação é condená-la a exercícios estéreis. A própria ação de regulação estatal é assimilada pelo mercado, fazendo com que a atuação pública de planejamento e gestão também se configure como fator na composição do preço da terra (MORAES, 2007, p. 26).

A zona litorânea atrai atenção da população, o que gera especulação que movimenta a valoração e a valorização³. Além do mais, se pensar que um determinado lugar é singular por conta das suas qualificações e condições específicas, faz com que se vá ter uma utilização específica de seus recursos que vai gerar valor de uso, renda e lucro. "Assim, o *valor criado* advém do modo de exploração das condições locais, variando conforme a atividade desenvolvida" (MORAES, 2007, p. 20).

Destaca-se que a região de São Paulo e Rio de Janeiro estão envolvidos com atividades ligadas a portos, o que faz com que surjam demandas de abastecimento, habitação, energia, saneamento e serviços públicos. Somando aos portos, a descoberta e a exploração da camada do pré-sal intensifica a demanda de infraestruturas e o aumento de circulação de embarcações próximos ao litoral.

Por existir nessa localidade diferentes grupos com diferentes finalidades de utilização do espaço, ordenar o território acaba por se tornar algo complexo. Porque tem-se a presença de grupos sociais que mantém grandes relações de costumes, crenças, tradições e modos de vida com o seu território, e por outro lado temos o mercado com suas empresas, que adotam um discurso desenvolvimentista para utilizar ou explorar os recursos que possam estar ali presentes. Observa-se que a valorização dos lugares passa pela contemplação da valorização dos recursos ambientais que nem sempre são tão explícitos para os grupos sociais residentes.

3. A valoração seria o "ato de atribuição de valor, isto é, de mensuração qualitativa ou quantitativa de um bem ou conjunto de bens. [...] o ato de valorar inscreve-se no universo das práticas discursivas, portanto suas formas de expressão e legitimação próprias". A valorização seria "a realização (objetificação) do valor, sua apropriação material. É o ato de transformar materiais da natureza em valores de uso, dando-lhes uma utilidade para a vida humana. A valorização é, portanto, um resultado do trabalho, ao transformar recursos naturais em produtos e ao materializar-se em objetos criados" (MORAES, 2007, p. 23).

Para poder se pensar numa política de gestão costeira é importante que seja pensado num projeto de desenvolvimento sustentado que leve em consideração as vocações naturais existentes em cada localidade, e que foque na preservação ambiental e na melhoria de vida da população. Deve ser levado em consideração os saberes das comunidades tradicionais que ali vivem, pois é de enorme contribuição para a manutenção e reprodução do patrimônio natural, cultural e histórico. Diegues (2001, p. 109) ainda expõe que as

comunidades como as caiçaras, jangadeiros e outras populações litorâneas, pelo seu grande conhecimento sobre os ecossistemas em que vivem devem participar ativamente das propostas de uso sustentável dos recursos naturais. Nesse sentido, eles são parceiros importantes dos cientistas, pesquisadores, ecólogos, planejadores e movimentos ambientalistas.

Não podemos perder de vista que os conflitos existentes no território costeiro vão se dar por conta da relação escalar entre o local e o global. As fortes influências do mercado internacional acabam por interferir nas relações da escala local, no lugar, no cotidiano. O gerenciamento costeiro, portanto, se encaixaria nesse movimento de salvaguarda promovida através da ação do Estado como medida de garantia de direitos. Se faz necessária a participação da sociedade na construção das políticas públicas, principalmente porque,

a cidade - e principalmente a grande cidade - revela-se como o espaço de representações das nossas condições concretas de existência. É nesse sentido que precisamos acreditar em nossa capacidade de criação de ações políticas, sobretudo as que permeiam os atos solidários que fazem da cidade o espaço da vida social em conjunto e, a partir disso, construir um processo radical de reapropriação ética e estética da urbis. Estamos diante de um desafio inadiável: o enfrentamento político da rudeza da realidade social e da alienação cultural que o ordenamento territorial globalizado impõe (BARBOSA, 2007, p. 143 - 144).

A participação da população é importante porque ela vai garantir a realização de direitos que deveriam estar presentes nas políticas e não estão. Nos dias de hoje algumas ações providas do Estado são feitas de uma maneira vertical, como coloca Santos (2012), são imposições que chegam no lugar já dados, sem um diálogo com a sociedade, sendo impostas de cima para baixo, fato que altera a ordem local e gera mais conflitos ainda. Sendo assim, com a participação popular, cobrando os seus direitos tem poder de tornar qualquer política mais horizontal, aonde possa ser fruto de uma construção coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a temática do presente Seminário Socioambiental Global das Baías de Sepetiba e Ilha Grande, não tem como não falar da problemática do Rio de Janeiro que não possui uma política de gerenciamento costeiro. Existe apenas um projeto de lei (nº 216 de 2011) que está tramitando até hoje na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Porém, cabe destacar que foi elaborado pela Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) do Rio de Janeiro e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) um estudo diagnóstico sobre a localidade do setor costeiro da Baía de Ilha Grande para prestar subsídios à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro do Rio de Janeiro, sendo que ainda não foi aprovado e regulamentado o plano de gerenciamento costeiro do Rio de Janeiro, ou seja, foi realizado uma etapa a frente, que já aponta para uma área de interesse do Estado em realizar alguma ação estratégica.

Considerando as categorias dos órgãos mundiais, as convenções e os diferentes protocolos e diplomas legais pode-se dizer que houve um grande avanço no que se refere a preservação ambiental. Porém, os avanços não caminham na mesma velocidade das transformações no território e nem na realidade dos sujeitos, em suas culturas e nas suas interações com o meio ambiente. Por isso, tem-se um caminho longo e árduo de luta para fazer avançar as políticas públicas no Brasil, num passo em que se possam vê-las sendo efetivadas no território fazendo com que se atenuem as grandes desigualdades presentes em nossa sociedade.

Deve-se destacar que o gerenciamento costeiro não é uma solução para todos os problemas existentes na área que ela for pensada mas surge como uma medida paliativa para frear ou conter práticas que sejam maléficas para a sociedade e o meio ambiente. Ele seria um instrumento e não "uma finalidade em si; é um meio e não um objetivo. Logo sua eficácia prática deve ser aferida" (MORAES, 2007, p. 119). Porque ele se torna um instrumento de regulamentação de certos usos do território, aonde ele pode restringir atividades danosas. Deve-se levar em conta que não é um instrumento

solucionador de problemas, mas uma política que tenta assegurar alguns direitos. Para o que se conseguiu até hoje, chegar a esse ponto de garantia de alguns direitos já é um grande passo.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AB'SÁBER, A. N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.
- ACSERLALD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. - Rio de Janeiro: RelumeDumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- BALBIM, R.; CONTEL, F. B. Região e regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: BOUERI, Rogério; COSTA, Marco Aurélio. (Org.). **Brasil em Desenvolvimento 2012**. 1ed. V. 1. Brasília: IPEA, 2013, p. 25-47.
- BARBOSA, J. L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. OLIVEIRA, M. O.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial / Milton Santos...** [et al.]. - Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CAVALCANTE, A. P. Ordenamento Territorial: Uma Análise do Macrozoneamento de Ipirá 2008. In: **Anais do II Simpósio cidades médias e pequenas da Bahia, 2011, Vitória da Conquista. Planejamento e Gestão Urbanos, 2011**.
- CICIN-SAIN, B.; KNETCHT, R. **Integrated Coastal and Ocean Management: Concepts and Practices**. Washington: Island Press, 1998, p. 517.
- DIEGUES, A. C. S. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Úmidas Brasileiras** – 2ª. Ed. – São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.
- ICMBIO. **Licenciamento Ambiental**. Disponível em http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2008/in_ibama_184_2008_licenciamentoambientalfederal_rev_65_2005_altrd_in_ibama_14_2011.pdf Acesso em 05/07/2018.
- ITANI, M. R. **Zoneamento Ecológico-Econômico e territorialidades: estudo de caso no Litoral Norte paulista**. 2018. 350 p. Tese (doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- LEITE, M. C. **O conhecimento ecológico local dos pescadores de Ubatuba, litoral norte do estado de São Paulo, como subsídio ao manejo pesqueiro com enfoque ecossistêmico**. 2011. 116f. Dissertação (Mestrado em Oceanografia) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, 2011.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. – São Paulo: Annablume, 2007.
- PERES, R. B.; CHIQUITO, E. A. Ordenamento territorial, meio ambiente e desenvolvimento regional: novas questões, possíveis articulações. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 14, 2012. P. 71 - 86.
- REGO, E. H. Conflitos do Zoneamento Ecológico-Econômico: A experiência do Decreto Estadual nº 49.215, de 07 de setembro de 2004. **Anais do XV Encontro Nacional do CONDEPI** – Recife, 2006.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos**. - 4. Ed. 7. Reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- SÃO PAULO (Estado). **Zoneamento econômico-ecológico do estado de São Paulo – ZEE: entender para**

participar / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Autores: Natasha Fayer Calegario Bagdonas ... [et al.] ; Colaboradores Natália Micossi da Cruz ... [et al.] ; ilustrações Katota ; Mapas Natasha Fayer Calegario Bagdonas, Heitor Shimbo Carmona. – 1. Ed. – São Paulo : SMA, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **ZEE Baixada Santista**: zoneamento ecológico-econômico – setor costeiro da Baixada Santista / Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Planejamento Ambiental; Organização: Luiz Roberto Numa de Oliveira; Equipe técnica: Beatriz Santos Caio... [et al] – São Paulo: SMA, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental. **Zoneamento Ecológico-Econômico - Litoral Norte São Paulo** / Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental - São Paulo: SMA/CPLEA, 2005.

SCIFONI, S. Urbanização e proteção ambiental no litoral do estado de São Paulo. **Anais** do X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo: USP, 2005.

SILVA, C. A. **Política pública e território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

XAVIER, L. Y. **Participação de comunidades de pescadores tradicionais na elaboração de políticas públicas para a zona costeira**: um estudo de caso sobre o Zoneamento Ecológico - Econômico Marinho no Litoral Norte de São Paulo. 2010. Dissertação (Mestrado em Oceanografia Biológica) – Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

"EMBARCADIÇOS DO ENCANTAMENTO: TRABALHO SINÔNIMO DE ARTE, ESTÉTICA E LIBERDADE NA PESCA MARÍTIMA"

"EMBARCADIÇOS OF ENCHANTMENT: WORK SYNONYM OF ART, AESTHETICS AND FREEDOM IN SEA FISHING"

"EMBARCADIÇOS DE ENCANTO: TRABAJO SINÓNIMO DE ARTE, ESTÉTICA Y LIBERTAD EN LA PESCA DE MAR"

GARCEZ, Carmen Silvia Moreira

Resenha de: RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres – Unicamp, 2017. 428 p.

O universo dos pescadores artesanais, e os desafios que enfrentam para sobreviver de suas pescarias num campo marcado por relações de poder tão desiguais, têm sido o foco de pesquisa do sociólogo Cristiano Ramalho desde os anos de graduação. Nessa época, estudante na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o autor desenvolveu um estudo a respeito das relações entre o poder público e a Colônia de Pesca Z10, do município de Itapissuma, no litoral norte pernambucano. No mestrado, cursado na Universidade Federal de Pernambuco, retomou o tema e realizou uma análise comparativa entre a pesca estuarina de Itapissuma e a marítima praticada na Praia de Suape, Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Grande Recife, cujos resultados foram registrados no livro *Ah, esse povo do mar! Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. Agora, com *Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima*, o pesquisador compartilha com o leitor a sua tese de doutoramento, obtido no Programa de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas em 2007.

O livro, que trata da relação íntima que os pescadores artesanais embarcados de Suape efetivam entre seu trabalho e as noções arte, beleza e liberdade, é composto por cinco capítulos, antecidos por uma introdução em que o autor relata os aspectos teórico-metodológicos de sua pesquisa e nos conta como surgiu o tema. Ao retornar às transcrições das entrevistas que realizara com os pescadores artesanais durante a pesquisa de mestrado, as noções de belo e arte assumiram uma importância maior do que ele havia imaginado anteriormente. Ao mesmo tempo, ambos se revelavam intimamente associados ao trabalho marítimo, tido, pelos próprios pescadores, como liberto. Ali estava, portanto, uma rica problemática: o trabalho pesqueiro como beleza, arte e liberdade – esta última entendida como liberdade possível, e não como emancipação humana, conforme a concepção marxiana.

Tomando o trabalho da perspectiva de Lukács, como a gênese ontológica do ser social, mediado por diversos complexos sociais (costumes, ideologias, cultura, tradição, política etc.), o pesquisador buscou responder a diversas questões, entre elas: Por que o belo, a arte e a liberdade, para esses pescadores, são indissociáveis no mundo do trabalho? São categorias de base ontológica? São mediações existenciais?

A área pesquisada, Suape, encontra-se a 50 km de Recife, em direção ao sul, e sua paisagem natural é composta de mangues, estuários e remanescentes de Mata Atlântica, cercada pelos rios Massangana e Ipojuca

e banhada pelo oceano Atlântico. Encravada numa região historicamente canavieira, tornou-se nos primeiros séculos de colonização do Brasil um pequeno porto de embarque de açúcar. Diferentemente de outras regiões litorâneas, em Suape os pescadores nunca foram agricultores que perderam suas terras devido à concentração fundiária ou à especulação imobiliária litorânea mais recente e que, por isso, ingressaram na pesca artesanal. A pesca sempre foi, na grande maioria dos casos, o único espaço produtivo para eles. Na época da pesquisa havia ali cerca de 170 famílias que viviam diretamente da pesca artesanal.

Foi entre pescadores artesanais embarcados, os que usam barcos motorizados (os botes) para ir ao mar alto¹, que Cristiano Ramalhou encontrou a definição do trabalho pesqueiro articulado à beleza, à arte e à liberdade. De dezembro de 2004 a dezembro de 2006, foram entrevistados em profundidade 13 pescadores que compunham a tripulação dos botes da localidade, com idade entre 23 e 70 anos. O recorte geracional permitiu obter depoimentos de pescadores mais velhos, mais experientes, e também dos mais jovens, e assim se poderia compreender as possíveis continuidades e transformações das práticas societárias dos pescadores, principalmente no que diz respeito ao trabalho, nas suas sociabilidades, representações e sentimentos relativos à cultura produtiva pesqueira. O autor destaca que a pesca do mar-de-fora (além da rebentação) é uma atividade exclusivamente masculina. Aliás, trata-se de um fenômeno universal, pois os marítimos acreditam que as mulheres não são portadoras de boa sorte e são frágeis para enfrentar o oceano, por isso lhes couberam o conserto das redes, a coleta de pescados nas margens dos estuários e a comercialização da produção.

As entrevistas abertas (algumas feitas de 2 a 3 vezes), a partir das histórias de vida, e a observação direta, inclusive embarcando com os pescadores, foram os procedimentos etnográficos utilizados ao longo de 2 anos de pesquisa de campo. Também foi feita pesquisa bibliográfica e em fontes documentais, mas a história oral se mostrou ferramenta essencial para recuperar memórias coletivas e pessoais dos pescadores artesanais de Suape, suas experiências, suas representações sobre o passado, o presente e o futuro e suas visões de mundo.

Após essa introdução, Cristiano Ramalho desenvolve os capítulos do livro, cada um com introdução e conclusão próprias, de modo que guardem certa autonomia. No entanto, observa ele, isso não compromete o argumento teórico-metodológico que os conecta nem sua centralidade analítica, permitindo a unidade do debate sociológico articulando as categorias arte, beleza e liberdade com a categoria trabalho.

No capítulo 1, “A formação histórica da pesca e dos pescadores artesanais”, há um resgate diacrônico da constituição do mundo do trabalho da pesca artesanal pernambucana, desde o início do período colonial, no século XVI, com base em relatos de viajantes, textos de época e estudos históricos. Contudo, apesar de tratar de algo mais localizado, essa dinâmica – em analogias feitas pelo estudioso com pescarias de outros estados – mostra-se, em vários cenários, algo geral. No contexto de uma sociedade escravocrata e estruturada numa organização social do trabalho com base nas corporações de ofício importadas de Portugal, engendram-se os elementos constitutivos da noção de arte como trabalho e de trabalho como liberdade possível. O surgimento da pessoa do mestre, as mudanças tecnológicas ocorridas na composição das jangadas e o desenvolvimento de ricas técnicas de manejo legitimaram a noção de trabalho como arte. Por outro lado, a pesca artesanal tornou-se um caminho de liberdade para muitos negros escravos em Pernambuco e um espaço de resistência, em contraposição a muitos outros ofícios, que eram vistos como opressivos. Ainda hoje, esses aspectos reverberam na vida dos pescadores de Suape, que se recriam como uma cultura do trabalho marcada pela arte e pela autonomia em seu saber-fazer produtivo, traduzindo-se naquilo que o autor chamou de *sentimento de corporação*.

“A arte de fazer-se pescador artesanal”, o capítulo 2, centra-se sobre o “fazer-se artista do mar”. O complexo saber-fazer pesqueiro, que engloba variados conhecimentos técnicos e sobre a natureza, além da companhia (o regime de parceria), são elementos essenciais para a construção de práticas societárias

1. Distintamente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, o emprego do termo embarcado em praias pernambucanas liga-se à ideia de pescadores que usam barcos, que pescam de barcos artesanais.

autônomicas, de negação do controle absoluto e totalitário do capital e de seus valores. A partir da análise das práticas cotidianas dos pescadores artesanais em seu fazer produtivo, e da lógica das relações de amizade, compadrio e familiares no universo pesqueiro, o autor mostra que, mesmo inseridos numa totalidade regida pela supremacia do capital, não existe uma separação dos pescadores de Suape e seus meios de vida (a natureza e os instrumentos de produção). Para exemplificar o que foi constatado por Cristiano Ramalho, 46% dos pescadores locais entrevistados detinham a posse de seus botes e 38% deles pescavam em botes de parentes e irmãos, trabalhando lado a lado com eles em um regime de parceria, de companha. Quem tem barco também pesca e não é visto por aqueles que não o têm como um capitalista, pertencente a uma classe social antagonica, graças à prática produtiva e ao sentimento de corporação. Portanto, como o próprio autor afirma, “a posse do barco não é a posse da autoridade, não é constituição de mando e de obediência, de poder extrínseco que realiza injunções sobre o saber-fazer, imposições pôr teleológicas” (RAMALHO, 2017, p. 147). Ao contrário, no interior da pesca, o capital não foge ao controle do trabalho, submete-se a ele. O fator decisivo é o saber-fazer – do indivíduo e da companha.

O corpo e o saber sensível – audição, olfato, tato, visão, paladar, ritmo corporal – são o tema do capítulo 3, intitulado “O sentir dos sentidos: a existência da estética pesqueira”, como elementos essenciais da arte pesqueira e do ser pescador. Para o pesquisador, é possível considerar o corpo como uma categoria social de cunho ontológico, pois é por meio dele que o ser social dialoga com as naturezas orgânicas (plantas, animais) e inorgânicas (água, terra). Assim, o domínio sobre o próprio corpo e a educação dos sentidos, que vão sendo construídos ao longo do tempo na prática do fazer-se pescador, permitem não apenas a concretização do seu trabalho, mas também alternativas de não subordinação do seu corpo por outrem – possibilitando-lhe uma vida liberta. Por outro lado, na medida em que a razão instrumental criou uma falsa dicotomia e antagonismo entre meio ambiente marinho e o ser social, a humanização dos sentidos dos pescadores artesanais desdobra-se numa relação mais humanizada com a natureza inorgânica, em uma cultura do trabalho singular com seu modo de vida particular. O sentir dos sentidos dos pescadores, moldados pelas ondas, pelo sol, pela brisa, pela visão dos cardumes, pelo som do mar, pelo manter-se em pé no barco, resulta numa relação mais humanizada dos pescadores com a natureza, apesar das tensões vindas do capital. É a essa relação mais humanizada que Cristiano Ramalho chama de estética pesqueira, uma estética existencial libertadora – considerando, nesse capítulo, a estética da perspectiva da educação sensitiva (e não como um campo de discussão sobre o belo), em alusão ao percurso que precisa ser percorrido pelos pescadores artesanais para o aprendizado do saber-fazer pesqueiro.

É no capítulo 4, “Estética marítima e seu código moral: o encantamento no mundo e na arte de ser pescador artesanal”, que o autor trata da pujança do sentimento do belo como um código existencial que, presente no trabalho pesqueiro, alimenta-o e é alimentado por ele. No início da pesquisa, intrigava a Cristiano Ramalho a recorrência nas narrativas dos pescadores de Suape da definição do trabalho pesqueiro como sendo belo e prazeroso. Para ele, como pesquisador, era preciso um “mergulho analítico” sobre as razões societárias que pudessem justificar e sustentar a representação e a objetividade do trabalho como belo e aprazível. Para tanto, ele aciona algumas reflexões feitas por filósofos clássicos e pensadores modernos e contemporâneos sobre a construção do belo, sobre estética, valor, ética e moral, além de discussões sobre territórios de uso comum. Aqui se cruzam filósofos clássicos e contemporâneos, sociólogos, historiadores, antropólogos, ofertando um panorama complexo e articulado acerca da questão. A partir dessa imersão, em diálogo com os depoimentos dos pescadores, conclui que o trabalho, para os pescadores artesanais suapenses, proeiros ou mestres de pescaria, significava a própria estetização da vida, uma vez que o belo não surgia, em suas falas, como uma adjetivação que separava o trabalho e o modo de vida. Mas além de trabalho inventivo, o estético – a perfeição em manejar os instrumentos de trabalho e o próprio corpo em pleno ato da pescaria (e nessa perfeição está o belo, para o pescador) – inclui valores éticos que constroem critérios de autonomias possíveis de vida, tanto de gestão do território aquático e terrestre como de domínio direto sobre a organização social do trabalho e da arte de ser pescador, ou ainda de respeito comunitário, traduzido no direito à vez, ou no que os pescadores chamam de *consideração* (pelo outro). Desse modo, o belo (ou a estética

marítima) se constitui como uma forma de irredentismo e de afirmação da sociedade do trabalho da pesca diante do poder do capital, sendo uma mediação social significativa. A estética marítima, portanto, é uma forma de encantamento no mundo, que tem no trabalho a razão de ser desse sentimento, seu aspecto ontológico.

O quinto e último capítulo, ao qual não foi dado um título, reúne as partes finais da tese. As “Considerações finais”, em tom de “despedida”, relata uma última conversa tida em Suape, com duas gerações de pescadores, pai e filho, em que foram sintetizadas as questões centrais da pesquisa. Após as “Referências”, há um “Glossário” com alguns termos locais dos pescadores usados para nomear seus instrumentos de trabalho, as áreas piscosas, funções no barco e outros. O item “Sobre o autor” foi acrescentado para a publicação em livro, apresentando a trajetória acadêmica de Cristiano Ramalho.

Cabe mencionar, ainda, que a obra traz algumas ilustrações presentes no trabalho de tese, como reproduções de pinturas que retrataram o Brasil colonial e de fotos dos pescadores em sua prática produtiva, de suas ferramentas de trabalho, além de alguns quadros com dados quantitativos. Por fim, o livro foi enriquecido pelo prefácio do antropólogo Antonio Carlos Diegues, coordenador do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB), da Universidade de São Paulo (USP), e pelo texto das orelhas que compõem a capa, de autoria de Ricardo Antunes, professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Pelo conteúdo tratado, e a qualidade de uma narrativa reveladora do encantamento que Cristiano Ramalho nutre por seu objeto de pesquisa (sentimento que ele ilustra ao mencionar os versos de Dorival Caymmi “Quem vem pra beira do mar, ai/Nunca mais quer voltar, ai”), a leitura de seu novo livro é bastante indicada aos que se interessam pelo universo da pesca artesanal no Brasil. Ao voltar sempre ao seu tema de eleição desde os bancos da graduação, ampliando-o e aprofundando-o mais e mais, o autor confirma que o conhecimento é um processo em permanente construção. Mais ainda, ao se aventurar pelo fazer etnográfico, repleto de incertezas para quem tem a formação de sociólogo (como ele mesmo admite), revela a liberdade epistemológica de quem tem a consciência de que o fazer científico não pode ser enclausurado nas caixinhas da especialização disciplinar. Sem essa liberdade, sem essa paixão, não há vocação para a ciência, como afirmado por Max Weber em citação do próprio Ramalho. No trabalho científico também é preciso haver arte, estética e liberdade para combater a lógica utilitarista predominante na academia contemporânea.

Outra contribuição da obra revela-se na compreensão da arte, da estética e da liberdade no trabalho marítimo como um espaço de resistência. O senso comum, muitas vezes, observa os pescadores artesanais de uma perspectiva romântica, pelo fato de eles interagirem diretamente com a natureza, por sua vez também romantizada. Por outro lado, o trabalho do pescador é muito pouco valorizado pelas elites, que frequentemente consideram os pescadores artesanais como “gente sem profissão, pouco ‘produtivos’, apesar de serem responsáveis ainda por grande parte do pescado produzido e vendido no litoral brasileiro”, como bem apontou Diegues em seu prefácio. Portanto, em nenhum dos casos a arte, a estética e a liberdade são percebidas como aspectos constitutivos da cultura do trabalho marítimo, e por ele constituídos, e como a força que permite aos pescadores artesanais insurgirem-se cotidianamente contra o seu empobrecimento, a sua fragmentação enquanto indivíduos.

REFERÊNCIA

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. São Cristóvão: Editora UFS; Campinas: Ceres – Unicamp, 2017. 428 p.

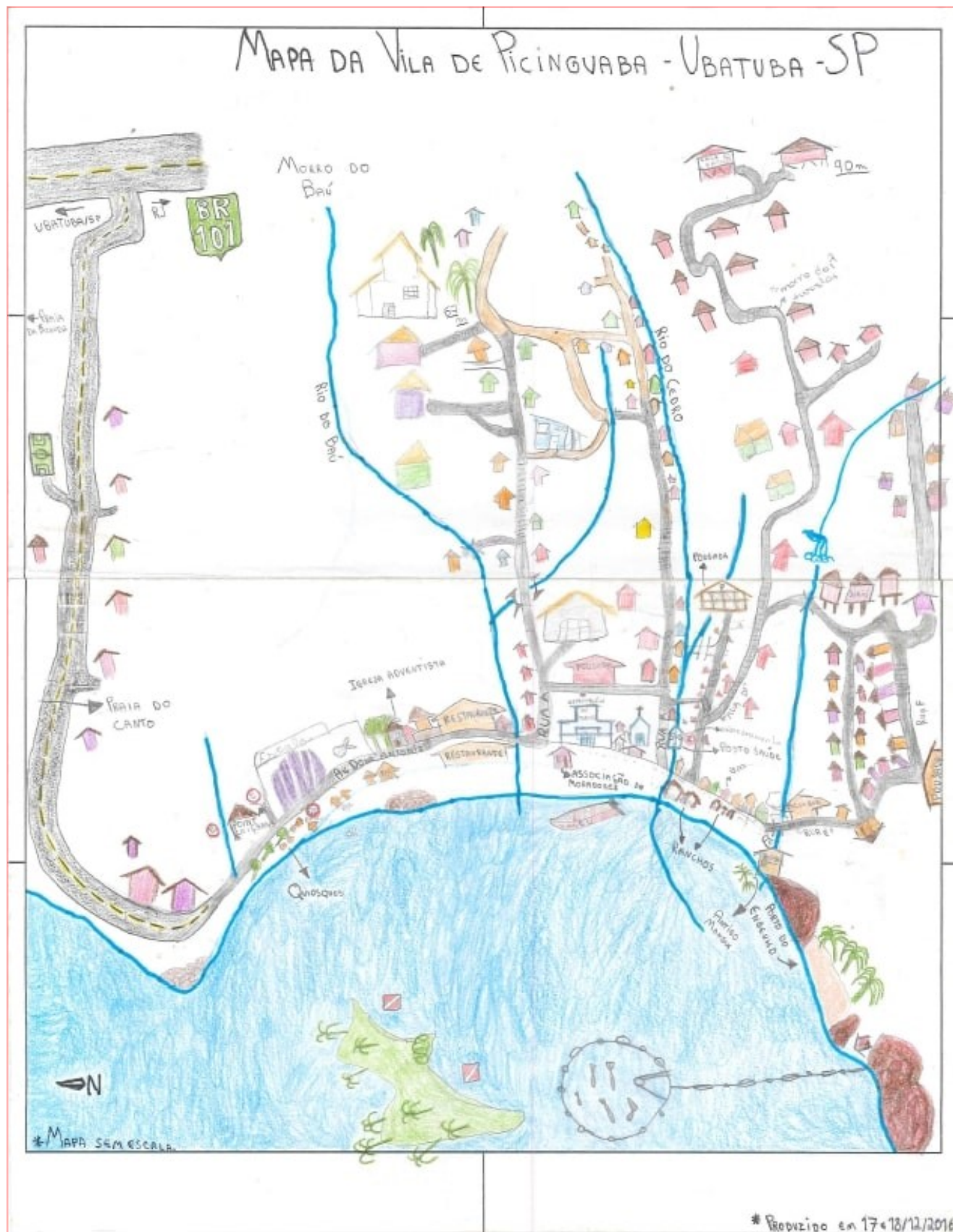
Mares

Revista de Geografia e Etnociências

Volume 1, Número 2, 2019

CARTOGRAFIA SOCIAL

ISSN: 2675-2697



CARTOGRAFIA SOCIAL PARTICIPATIVA NA VILA CAIÇARA DE PICINGUABA (UBATUBA – SP)

PARTICIPATORY SOCIAL CARTOGRAPHY IN PICINGUABA CAIÇARA VILLAGE (UBATUBA - SP)

*CARTOGRAFÍA SOCIAL PARTICIPATIVA EN LA COMUNIDAD CAIÇARA DE PICINGUABA
(UBATUBA- SP)*

Dorival Bonfa Neto

A VILA DE PICINGUABA

A vila está localizada ao norte do município de Ubatuba, litoral norte do Estado de São Paulo (Brasil). O território em que está a comunidade faz parte do Núcleo Picinguaba, que pertence ao Parque Estadual da Serra do Mar (criado pelo Decreto Estadual 13.313 de 06/03/1979). Além de paisagens que vão desde a costa marinha até a escarpa da Serra do Mar, abrangendo a praia Brava da Almada, Fazenda, Picinguaba, Camburi e Brava do Camburi, o Núcleo Picinguaba possui a presença de comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas, como as da Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda, Cambury e Sertão do Ubatumirim e Aldeia Boa Vista (Comunidade Guarani), onde essas culturas ainda (re)existem.

A ocupação do território que hoje é o Parque Estadual remete a desde antes da invasão dos europeus, quando a região era habitada por indígenas Tubinambás, que praticavam a caça, pesca e a coleta, como descrito pelos relatos de Hans Staden em seu livro *Duas viagens ao Brasil*, publicado originalmente em 1557, e de Jean de Léry, no livro *História de uma viagem feita na terra do Brasil*, de 1578.

O isolamento de algumas áreas em relação à cidade favoreceu a formação de núcleos de povoamento onde se estabeleceram comunidades que culturalmente são frutos da miscigenação entre o branco, o indígena e, posteriormente, o negro. Até meados do século XX essas comunidades mantiveram o seu modo de vida tradicional, onde praticavam a agricultura itinerante alternada com atividades de caça, pesca e extrativismo, vivendo em simbiose com a natureza, em que praticavam um manejo dos recursos naturais de uma maneira onde a biodiversidade não era afetada (DIEGUES, 1988).

Porém, a partir de meados do século XX, fatores como a especulação imobiliária, chegada da atividade turística e das rodovias, expansão da pesca industrial predatória e a criação de áreas protegidas, fizeram com que muitas das comunidades tradicionais no município de Ubatuba fossem afetadas e impedidas de exercerem algumas atividades necessárias à reprodução de seu modo de vida, como a agricultura itinerante, o extrativismo e a pesca artesanal.

Este fenômeno atingiu a Vila de Picinguaba (que ocupa uma pequena planície e as encostas de um anfiteatro da Serra do Mar), e foi um sítio de povoamento tradicional de pescadores agricultores (caiçaras e quilombolas), onde se praticava a pesca de cerco e arrasto de praia e a coleta de crustáceos e moluscos nos estuários. A partir da década de 1950, a Vila começou a sofrer com a apropriação capitalista do turismo e com a predação feita pela pesca industrial capitalista (FURLAN, 1990).

A população que vive da profissão de pescador e agricultura quase desapareceu. Não há mais terras livres para plantar. Na Vila o espaço físico se reduziu para dar lugar as casas dos turistas. No sertão da Praia da Fazenda a legislação do Parque Estadual da Serra do Mar, impediu a abertura de novas roças e manejo das antigas áreas. A criação do Parque e o tombamento inibiu, timidamente, a especulação imobiliária na região (Principalmente na Vila), mas coibiu o morador do lugar. (FURLAN, 1990. p. 65)

A criação do Parque Estadual da Serra do Mar teve como um dos objetivos deter a especulação imobiliária das comunidades abrangidas, e também diminuir a apropriação capitalista no local. Por outro lado,

a Vila de Picinguaba, assim como outras comunidades que estão dentro de áreas onde foram delimitados parques, também sofre com as leis do parque. A existência do parque foi baseada em um modelo de unidade de conservação em que não deve haver atividade humana que se aproprie – ainda que minimamente – da natureza, criando, assim, uma “natureza intocada” (DIEGUES, 2001). Dessa forma, os moradores da vila, que são historicamente responsáveis pela manutenção dos ciclos da natureza daquela região e consequentemente pela manutenção da biodiversidade, são impedidos de realizar suas atividades tradicionais, como a pesca artesanal, a roçagem, fabricação de canoas, o extrativismo vegetal, entre outras.

Essa situação, descrita há quase três décadas, atualmente se intensificou, e, na Vila, a pesca artesanal é praticada por poucos moradores, que preferem se dedicar ao turismo ou à pesca industrial embarcada. Atualmente, cerca de 70% das habitações não pertencem à população nativa, sendo segundas residências (segundo afirmam moradores). A Vila possui atualmente uma escola, quatro pousadas, três igrejas (uma católica, uma evangélica e uma adventista), um pronto atendimento, associação de moradores e cerca de 10 bares e restaurantes. Os caiçaras que ainda habitam o local dedicam-se à atividade turística, principalmente em alta temporada, e alguns homens ainda realizam a pequena pesca, sendo que a maioria dos pescadores realiza a pesca industrial embarcada, muitos dos moradores também possuem casa de aluguel para a temporada ou estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes e pousadas. Portanto, a atividade turística e o comércio aparecem como alternativa à pequena pesca, e, com isso, ocorrem transformações na cultura caiçara, que se adapta e se modifica entre distintas temporalidades simultaneamente no mesmo lugar. Por um lado, a atividade turística dá grande sustento na época de temporada para os moradores da vila, e, por outro, mercantiliza a natureza do local e a cultura caiçara. Isso gera uma série de contradições, uma vez que os moradores da vila se encontram em situação difícil, devido às restrições do parque, mas os turistas não encontram muita dificuldade em comprar ou construir casas luxuosas.

METODOLOGIA

Após discussões e revisão bibliográfica sobre a atual condição da Vila e as transformações ocorridas pelo menos nas últimas seis décadas, realizamos um levantamento do material cartográfico disponível sobre a Vila. Tendo como base uma ortofoto (EMPLASA, WMS, 2010), através do software ARCGIS, elaboramos um Mapa de Uso da Terra na Vila de Picinguaba.

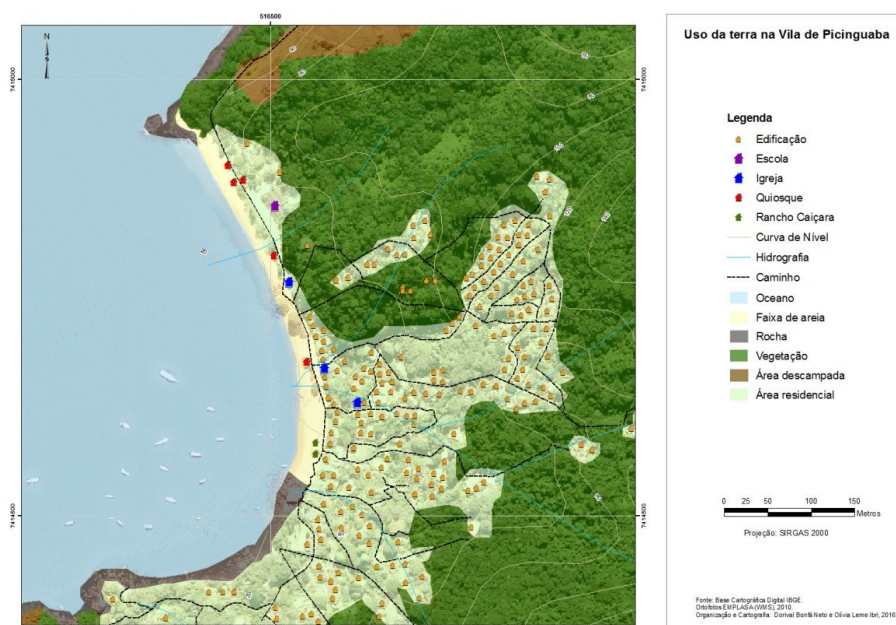


Figura 1: Uso da terra na Vila de Picinguaba

Fonte: BONFÁ NETO; IBRI, 2016.

Os mapas e a política de mapeamento tradicional estabelecem disputas entre as distintas representações do espaço, assim articulando as disputas e conflitos territoriais com a disputa cartográfica (ACSERALD, 2008). Sendo assim, pelo levantamento bibliográfico e cartográfico que realizamos, encontramos mapas confeccionados por agentes que não eram os que vivem em Picinguaba e têm uma relação mais íntima com os lugares mapeados, portanto, os mapas convencionais servem como um mecanismo autoritário de controle para essas comunidades tradicionais. Para poder fazer a comparação de como o simples mapeamento do lugar não traz as representações dos sujeitos que lá estão, fizemos o mapa do uso do solo. Dessa forma, a cartografia participativa traz algumas possibilidades:

Este sub-campo da cartografia participativa constitui o domínio social delimitado por premissas institucionais, culturais e cognitivas, onde atores sociais orientam estrategicamente suas ações disputando legitimidade no âmbito das representações espaciais. [...] constroem-se fronteiras simbólicas, técnicas e morais com relação a outras práticas organizadas, configurando certa perícia legitimada, redes inter-pessoais e organizacionais, distribuição de recursos e regras internas de jogo. Tendo como referência o campo da produção cartográfica. (ACSERALD, 2008, p.17)

A parte prática do trabalho se realizou em campo, na Vila de Picinguaba, durante os dias 16, 17 e 18 de dezembro de 2016, quando realizamos um mapeamento da Vila com os moradores locais. Por meio de caminhadas e conversas com os moradores do lugar, foi sendo confeccionando um mapa social participativo, cujas intervenções foram realizadas principalmente pelas crianças.

Os membros da comunidade local eram convidados a desenharem no mapa os lugares da Vila, como dados sobre o uso da Terra, caminhos, fronteiras do local e lugares que possuísem um significado para a vida comunitária. Desta forma, os moradores da comunidade puderam alegar a sua autoridade legítima para fazer as reivindicações sobre o território, bem como elaborar uma representação do território vivido e presente no cotidiano daqueles que nele vivem.

RESULTADOS

A metodologia participativa é de fundamental importância para que as pessoas com quem conversamos se apropriassem do processo de construção do mapa e entendessem o que estão fazendo e o motivo de seu trabalho. Ou seja, acreditamos que o método deva ser apropriado e mais utilizado nas pesquisas envolvendo comunidades tradicionais, bem como daquelas feitas em territórios que são colocados em disputas.

Devido aos conflitos que existem na região, em relação aos caíçaras e às leis do parque, houve um pouco de desconfiança por parte de alguns moradores, principalmente quando pedíamos para desenharem ou colocarem no papel as suas representações do lugar. Nesse sentido, as crianças e os jovens se mostraram mais abertos à realização do trabalho. Isso é bastante compreensível, uma vez que estão em situação de vulnerabilidade. Contudo, o processo foi muito proveitoso, todo o material confeccionado foi concedido à Associação de Moradores (assim como este artigo também será).

A partir do mapa social, pudemos notar a presença de alguns lugares simbólicos para a comunidade, como os quiosques na praia, o rancho, a área de limpeza dos peixes, a centralidade dos rios e córregos para a disposição das moradias, bem como as moradias que são posse de pessoas “famosas” e conhecidas, por exemplo, a do ex-senador e vereador de São Paulo, Eduardo Suplicy.

Palavras-chave: Cultura caíçara. Parque estadual. cartografia social participativa. Comunidades tradicionais.

Keywords: Caíçara culture. State Park. Participatory social cartography. Traditional communities.

Palabras Clave: Cultura Caiçara. Parque Estatal. Cartografía social participativa. Comunidades tradicionales.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henry. **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%204/Cartografias%20Sociais%20e%20Territ%F3rio.pdf> Acesso em: 16/12/2017.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Diversidade Biológica e Culturas Tradicionais Litorâneas**: O caso das comunidades caiçaras. São Paulo: Série documentos e relatórios de pesquisa nº5. NUPAUP-USP, 1988.

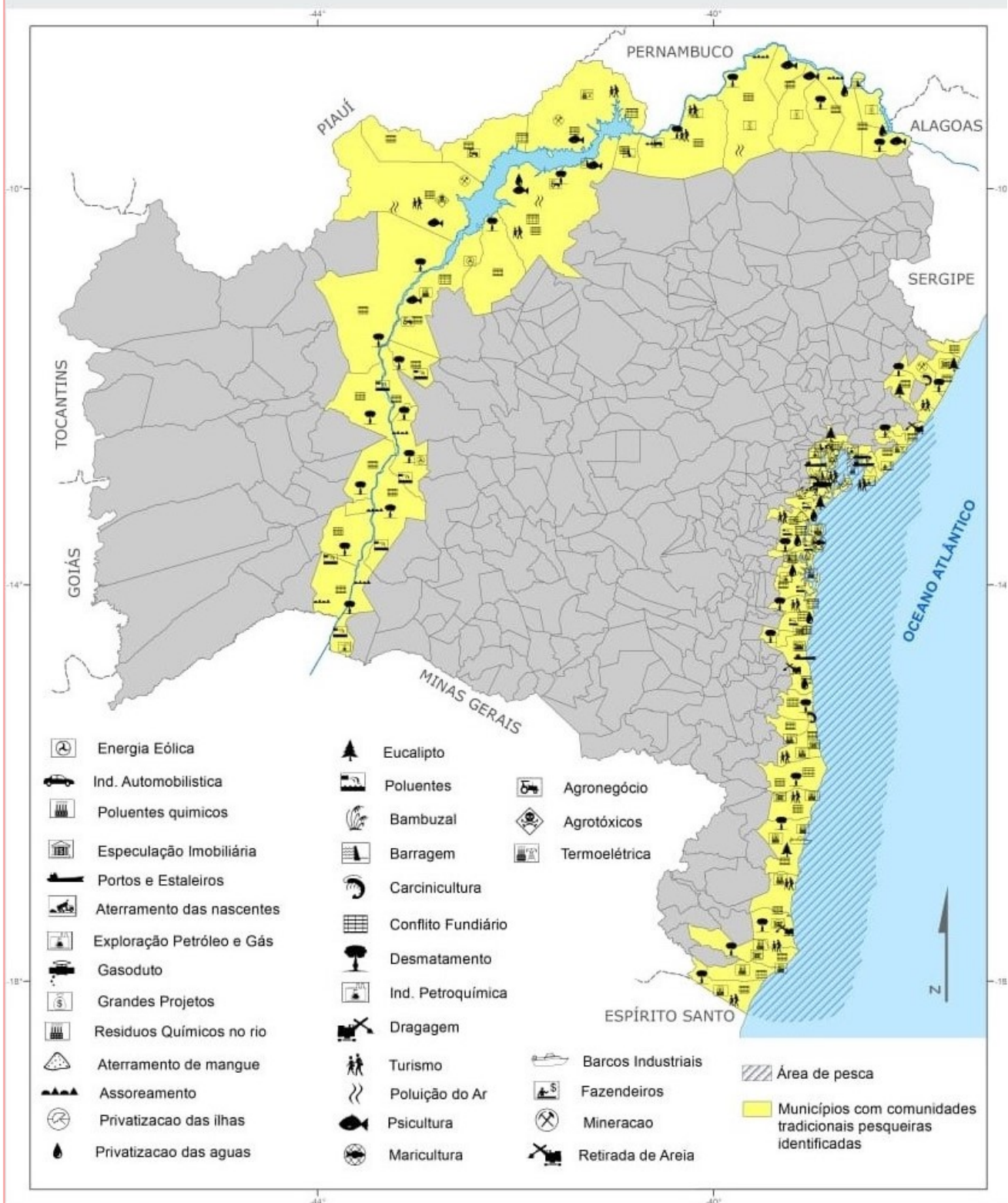
DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

FURLAN, Sueli Ângelo. Picinguaba: Três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do estado de São Paulo. **Boletim paulista de Geografia**. nº 69, pp. 61-73, 1990.

SÃO PAULO, Governo do Estado. **Parque Estadual da Serra do Mar (Núcleo Picinguaba)**. Disponível em: <<http://www.parqueestadualserradomar.sp.gov.br/pesm/nucleos/picinguaba/sobre/>> Acesso em: 09/12/2019.

PRINCIPAIS CONFLITOS IDENTIFICADOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS - 2016

ESTADO DA BAHIA



Fonte: MPP; CPP, 2016.
Base Cartográfica: SRH, 2004.
Coleta de dados: Kássia Rios, 2016.
Elaboração: Projeto GeograFAR, 2016.
Nota: Dados não georreferenciados.

0 65 130 260 390 Km
1:4.000.000

PRINCIPAIS DISPUTAS E CONFLITOS TERRITORIAIS IDENTIFICADOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS SITUADAS NO LITORAL E NO CURSO DO RIO SÃO FRANCISCO - ESTADO DA BAHIA

MAIN DISPUTES AND TERRITORIAL CONFLICTS IDENTIFIED IN TRADITIONAL FISHING COMMUNITIES LOCATED ALONG THE COAST AND THE COURSE OF THE RIO SÃO FRANCISCO - STATE OF BAHIA

PRINCIPALES DISPUTAS Y CONFLICTOS TERRITORIALES IDENTIFICADOS EN LAS COMUNIDADES PESQUERAS TRADICIONALES UBICADAS A LO LARGO DE LA COSTA Y EL CURSO DEL RIO SÃO FRANCISCO - ESTADO DE BAHIA

Kássia Aguiar Norberto Rios

APRESENTAÇÃO

Uma das temáticas que tem ganhado relevante destaque, nas últimas décadas, refere-se à luta das comunidades tradicionais pesqueiras pelo reconhecimento e efetivação dos seus direitos. Isso porque mesmo existindo instrumentos legais que regulem esses direitos, os mesmos, inúmeras vezes, não são “aplicados” ou “não dão conta” das especificidades que envolvem o seu modo de vida e/ou suas territorialidades.

Outro fator que também tem impulsionado esse destaque refere-se à forma com que o capital, através do Estado, empresas privadas (nacionais e internacionais) e/ou particulares, tem ocupado e degradado o espaço dessas comunidades, num ritmo cada vez mais crescente. Observa-se que a inexistência/ineficácia de instrumentos legais específicos e os constantes incentivos do governo à expansão industrial no país têm de certa forma, proporcionado a inserção de inúmeras atividades industriais (aquícola, hidrelétrica, portuária, metalúrgica, petroquímica, turística, entre outras) nos territórios pesqueiros.

É importante destacar que essas atividades possuem uma lógica de apropriação da natureza que se distingue das comunidades pesqueiras e, por isso, ao ocuparem o território, impõem uma nova dinâmica de uso, controle e acesso ao espaço, que foge do controle das comunidades e ocasiona o surgimento de inúmeras disputas e conflitos.

É desse contexto que surge a demanda, a partir do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Bahia (MPP), para elaboração de um mapa que espacialize as principais disputas e conflitos territoriais vivenciados por estas. O mapa intitulado “Principais disputas e conflitos territoriais identificados em comunidades tradicionais pesqueiras situadas no litoral e no curso do Rio São Francisco - Estado da Bahia” foi confeccionado, no ano de 2017, junto aos integrantes das comunidades tradicionais pesqueiras do Estado da Bahia que compõem o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais. Seu objetivo consistiu em espacializar os diversos municípios que contem pescadores artesanais no Estado e as distintas disputas e conflitos territoriais vivenciados cotidianamente pelos mesmos.

O processo de construção do mapa teve como base as discussões e estratégias metodológicas que envolvem a pesquisa participante e as cartografias sociais (ACSELRAD, 2010; MEIRELES, 2015, 2014b). Para Brandão, pode-se compreender a pesquisa participante como “um instrumento, um método de ação científica ou um momento de um trabalho popular de dimensão pedagógica e política, quase sempre mais amplo e de maior continuidade do que a própria pesquisa” (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 53). Já segundo Meireles et al (2015, p. 9), as cartografias sociais podem ser compreendidas como “uma linha de pesquisa da Ciência Cartográfica que privilegia o conhecimento popular, simbólico e cultural, como meio de produzir o mapeamento de territórios tradicionais, étnicos, sagrados e coletivos”. As cartografias sociais têm sido

compreendidas pelas comunidades tradicionais enquanto uma importante ferramenta metodológica que possibilita, em sua prática, o desenvolvimento de uma ação investigativa, educativa e social.

Para a coleta dos dados, além da utilização de um levantamento apresentado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), em 2016, foram realizadas, nos últimos quatro anos, vinte oficinas com a participação entre 30 a 100 pescadores do litoral do estado e da região do São Francisco. A maioria das oficinas ocorreu durante as reuniões realizadas pelo MPP, com exceção de seis que foram organizadas especificamente para tal atividade.

Para as oficinas, foram utilizados os seguintes procedimentos: i) linha do tempo; ii) discussão sobre cartografia e análise de mapas temáticos; iii) construção de mapas mentais; iv) escolha de bases cartográficas e identificação e caracterização dos conflitos nestas; v) tabulação dos dados e construção da versão inicial dos mapas; vi) discussão e ajustes da versão inicial; e vii) socialização e entrega do produto final.

No mapa, é possível observar que na maioria dos espaços onde há comunidades pesqueiras identificadas – considerando o litoral e o curso do Rio São Francisco – há também uma variedade de conflitos e disputas territoriais identificadas.

Atualmente, estima-se que a Bahia possui um quantitativo superior a 131 mil pescadores cadastrados no RGP do Estado e cerca de 600 comunidades tradicionais pesqueiras identificadas (Pesquisa de Campo, 2016). Só no litoral, os dados apontam a existência de aproximadamente 91 mil pescadores e 472 comunidades, distribuídas em 44 municípios. No que se referem às comunidades ribeirinhas, os dados apontam a existência de aproximadamente 130 comunidades com registro de pescadores em cerca de 80 municípios, localizados próximos à rede hidrográfica do estado, em especial aos rios São Francisco e Paraguaçu (Pesquisa de Campo, 2016; SOARES et al, 2009).

Cabe destacar que, no momento em que há a inserção de um desses empreendimentos nos espaços que compõem os territórios pesqueiros, há conjuntamente, a inserção de novas formas e funções que fogem ao controle das comunidades ali existentes. Passam a ocorrer, então, disputas pelo uso, apropriação e controle do território. Como esses empreendimentos, em sua maioria, estão ligados a forças locais, estaduais, nacionais e/ou até mesmo internacionais, as disputas acabam ocorrendo de maneira desproporcional, levando à expulsão dessas comunidades de seu território e/ou a modificação destes.

Na região do Rio São Francisco, destacamos a intensificação das atividades de mineração, a expansão da agricultura irrigada e os impactos das barragens.

A destruição dos recursos naturais, a contaminação dos mananciais de águas e dos pescados, a contaminação de pessoas por metais pesados e a privatização de espaços são algumas consequências da atividade da mineração. Conflitos fundiários, apropriação privada do rio, consumo excessivo de água, contaminação das águas e do solo com agrotóxicos são consequências decorrentes da expansão da agricultura irrigada.

No que se refere aos impactos das barragens, cabe destacar que existem sete hidrelétricas instaladas em todo o curso do rio São Francisco (abrange outros estados, além da Bahia). Para implantação destas, milhares de famílias que integram comunidades tradicionais foram atingidas. Inúmeras comunidades ribeirinhas já tiveram suas áreas de pesca reduzidas e/ou comprometidas.

A cada dia, observa-se também o crescente processo de assoreamento do rio, a poluição doméstica, industrial, mineraria e agrícola, a privatização das águas, os conflitos por terra, a perspectiva de novos parques eólicos e vários outros projetos do Estado, em parceria com empresas nacionais e multinacionais.

No caso do litoral baiano, as contradições existentes são ainda maiores. Trata-se de aproximadamente 1.181 km, com importantes baías, enseadas, áreas de manguezais que se tornaram historicamente, o espaço de grande interesse do capital. Isso devido, à conjuntura política de constante incentivo a expansão industrial no estado, nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.) e em especial nas zonas costeiras. Como consequência dessa valorização e expansão industrial no litoral, inúmeras

comunidades pesqueiras foram expulsas de seus territórios ou tiveram estes modificados e/ou comprometidos.

No momento em que esses empreendimentos são instalados nas áreas de uso das comunidades tradicionais pesqueiras, são observadas também consequências como: desmatamento de extensas áreas de manguezais, redução das áreas de mariscagem, redução e mortandade das espécies capturadas, mudanças na dinâmica natural do ecossistema, etc. Estas, por sua vez, vão “interferir” direta/indiretamente no desenvolvimento social, econômico e cultural das famílias ali existentes, além de contribuir para a descaracterização do território tradicional pesqueiro. É no âmbito dessas disputas políticas, entre pescadores e empresários, pela apropriação, uso e controle do território, que emergem conflitos e disputas territoriais.

Palavras-Chave: Disputas. Conflitos. Território. Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

Keywords: Disputes. Conflicts. Territory. Traditional fishing communities.

Palabras Clave: Disputas. Conflictos. Territorio. Comunidades pesqueras tradicionales.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Cartografia Social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **Pesquisa participante:** um momento da educação popular. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

CPP. Conselho Pastoral dos Pescadores. **Conflitos Socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades pesqueiras no Brasil.** Brasília/DF, 2016.

MEIRELES, A. J. de A. et al (Org.). **Cartografia Social e Cidadania:** experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais. 1. ed. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2015.

MEIRELES, A. J. A.; GORAYEBE, A. Elementos para uma cartografia social dos territórios em disputa. In: CARVALHO, A. M. P.; HOLANDA, F. X. de. (Org.). **Brasil e América Latina:** percursos e dilemas de uma integração.. 1ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014, v. 1, p. 405-432.

RIOS, K. A. N. **A QUESTÃO DA LUTA NA/PELA TERRA E ÁGUA DOS PESCADORES ARTESANAIS:** desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros de Ilha de Maré - BA. 466 f. il. 2017. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2017.

SOARES, L. S. H. et al. **Baía de Todos os Santos:** aspectos oceanográficos. Salvador : EDUFBA, 2009.

MANIFESTO CONTRA AS FORMAS DE EXCLUSÃO AOS DIREITOS DOS PESCADORES ARTESANAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DA POLÍTICA EMERGENCIAL

Nós, Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul e Sudeste do Brasil, vimos por meio desta carta manifestar nossa indignação e repúdio em relação à forma como vêm sendo tratados os pescadores artesanais e pequenos agricultores – produtores de alimentos e promotores populares da sustentabilidade alimentar, ambiental e da saúde. Somos trabalhadores e trabalhadoras em profunda condições de pobreza e precariedade, como já é a realidade de muitos de nós, apesar da importância de nosso trabalho na sustentabilidade alimentar, na construção da cultura brasileira e na sustentabilidade social de nossas famílias, povos e comunidades tradicionais.

A renda média do pescador e do pequeno agricultor pelo PNAD é menor que um salário mínimo, tem-se a questão de agravamento de vulnerabilidade pelos riscos ocupacionais e os riscos para as pessoas com comorbidades, pneumonia e bronquite que são doenças crônicas já descritas para a prática da pesca como doença ocupacional e são comorbidades agregadas à letalidade do Coronavírus 19. Acrescentamos que muitos desses trabalhadores estão no grupo de risco, incluindo os idosos e os com doenças cardiovasculares e pressão alta.

A LEI Nº 13.982, DE 2 DE ABRIL DE 2020 sancionada pelo presidente da República, que estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), cujo tema foi encaminhado e aprovado pelo Congresso Nacional e deixará de fora inúmeros trabalhadores da pesca artesanal e pequenos agricultores, que estão na categoria de Segurado Especial na Previdência Social. Na verdade, o que isso significa? Entendemos que várias categorias que vivem em situação de vulnerabilidade e de informalidade não terão acesso a essa política pública.

A crise de saúde pública decorrente da expansão do novo coronavírus em todo o mundo tem levado às medidas de isolamento social que vêm impactando as atividades agrícolas e pesqueiras, que apesar de serem consideradas de caráter essencial ao abastecimento alimentar do país, não estão reconhecidas no texto aprovado pelo Congresso Nacional. Com o comércio fechado, o isolamento social orientado pelas autoridades sanitárias nacionais e pela OMS, o medo de contaminação e as características dos nossos produtos que são perecíveis, nós pescadores artesanais e agricultores familiares estamos sem condições de escoamento e venda de nossa produção. Nossos produtos são comercializados em peixarias, pequenos mercados de bairro, mercados públicos locais. Nesse contexto, é considerável a redução da circulação de pessoas e fechamento do comércio em geral que sabemos que é de grande importância para a saúde pública de toda a sociedade. Mas precisamos dizer que os pequenos comerciantes autônomos e familiares que dependem de seus negócios e participam de nossa cadeia produtiva precisam sobreviver, assim como nossas famílias e comunidades locais que vivem da pesca e da agricultura. Já estamos sentindo os reflexos dessa crise de forma aguda, uma vez que não estamos conseguindo pagar as nossas dívidas. Não dá mais para esperar, sobretudo os pescadores e agricultores das regiões mais afetadas pela crise social, sanitária e econômica do Covid-19.

O auxílio emergencial por mais amplo que pareça deixa de fora os segurados especiais, muitos pescadores que deram entrada no auxílio-defeso ou outros auxílios do INSS, até hoje não receberam.

Desse modo, chamamos atenção às questões estruturais do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários no Brasil. Na prática, o que isso significa? Os trabalhadores, como os segurados especiais da previdência social, ou seja, todos aqueles que estão cadastrados nos sistemas INSS, MAPA e Receita Federal (pelo CEI e CAEPF) não receberão auxílio emergencial, pois não atendem aos requisitos da Lei: "b) contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social que contribua na forma do caput ou do inciso I do § 2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; ou c) trabalhador informal, seja empregado, autônomo ou desempregado, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo. O segurado especial é reconhecido pelo INSS, no entanto não é contribuinte individual, nem é trabalhador autônomo ou desempregado perante o Estado. O seguro especial é categoria definida pelo INSS como produtor rural, incluindo pescadores artesanais, agricultores familiares, extrativistas vegetal, como seringueiros e outros, pequenos proprietários rurais, posseiros, assentados e indígenas reconhecidos pela FUNAI, inscritos como beneficiários da previdência social. Assim, devido a vários problemas do sistema previdenciário, milhares de trabalhadores segurados especiais (pescadores e agricultores, dentre outros) até agora não tiveram acesso efetivo a nenhum recurso de auxílios do INSS, apesar de serem beneficiários e estarem com seus dados inscritos no sistema do INSS, mas que, de fato, estão em casa sem recursos, sem nenhum auxílio ou ajuda assistencial e estarão fora da política emergencial da Lei #Coronavirus (COVID19). Isso é muito sério e grave, precisa ser denunciado por todos nós. No Brasil, problemas estruturais de acesso aos direitos sociais e trabalhistas contribuem para fortalecer as desigualdades sociais apesar da promulgação de nossa Constituição Federal de 1988, que diz que todos têm direito à vida, ao trabalho, à moradia, mas na prática muitos nem são considerados cidadãos. Por isso, problemas estruturais de má gestão das políticas públicas acabam por excluir direitos e impedir acesso às políticas sociais.

Desse modo, manifestamo-nos em prol dos direitos a todos que estão em condições de vulnerabilidades e que estão desassistidos pelas políticas públicas conjunturais e estruturais, em especial aos trabalhadores da pesca artesanal, da agricultura familiar, extrativistas vegetais e indígenas que desempenham papel fundamental na sustentabilidade alimentar no país. Destacando a frequente falta de atenção aos nossos problemas, dificuldades e nossos conflitos sociais e ambientais. Portanto, compreendemos que a política pública emergencial expressa na Lei 13.982 é de grande importância e deve imediatamente chegar aos trabalhadores urbanos e rurais em condições de vulnerabilidades.

Diante do exposto, vimos solicitar a inclusão desses trabalhadores, e que fique claro no texto da lei e de suas emendas o direito de todos os segurados especiais de terem acesso a este auxílio emergencial, quer estejam eles trabalhando nas metrópoles, nas cidades médias e pequenas e no campo com suas atividades rurais. Ressaltamos, ainda, que nas áreas rurais muitos trabalhadores estão impedidos de plantar suas roças, devido às implementações de áreas de proteção em lugares secularmente ocupados por comunidades tradicionais.

Na estruturação das entidades e órgãos que mediarão os recursos da União com o beneficiado, solicitamos que sejam consideradas as diversas formas de representatividade desses trabalhadores. Só dessa forma entendemos que todos serão contemplados.

TODAS E TODOS Fiquem#em#casa!

#Pelos direitos de todas e todos trabalhadoras e trabalhadores!

#Existir é Resistir#povosdaságuas#povosdasterras!

ARTICULAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO SUL E SUDESTE – APPSULSE
COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E
MARINHAS
ASSOCIAÇÃO AMIGO DA REDE FITOVIDA

FÓRUM DOS PESCADORES DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ)
MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO LITORAL DO PARANÁ
FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE ANGRA DOS REIS, PARATY E UBATUBA
CERQUEIROS DE GUARAQUEÇABA - PR
INSTITUTO GEOPOVOS DO MAR
REDE DE GEOGRAFIAS DA PESCA
ARTICULAÇÃO DOS POVOS FAXINALENSES
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA NOVA ENSEADA - SP
COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO CANANÉIA/SP
PESCADORES ARTESANAIS DE BRUMADINHO (MG)
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO: URBANO, TERRITÓRIO E MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS DA
UERJ
GRUPO DE ESTUDOS TERRITORIAIS E ATIVIDADE PESQUEIRA – IFES/PIÚMA- ES
PROGRAMA DE PESQUISA-AÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL
FLUMINENSE (PAPESCA) DA UFRJ
SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO- SEPE -
REGIONAL 9
COLÔNIA DE PESCADORES Z3 FLORIANO PEIXOTO – GUARUJA -SP
ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES E MARISQUEIRAS DO ESPAÇO DO QUILOMBO – SALVADOR BA
COLONIA DOS PESCADORES Z6 SENADOR VERGUEIRO - SP

Brasil, 7 de abril de 2020.

CARTA DE SOLIDARIEDADE DO CPP AS COMUNIDADES PESQUEIRAS IMPACTADAS PELO ÓLEO

“Eu vim para que todos tenham vida (Jo. 10, 10), como o Éden a água é nascente de vida, ligação entre as mais diferentes manifestações de vida na qual tudo está interligado. O rio não nos separa, mas nos une”. (Laudato Si).



Fonte: www.vermelho.org.br. Publicada em 25/10/2019.

O Conselho Pastoral dos Pescadores vem a público manifestar sua solidariedade com os povos e comunidades tradicionais pesqueiras impactadas pelo derramamento criminoso de óleo (petróleo bruto). Este crime que está provocando a contaminação do mar, das praias, estuários, manguezais, do pescado, mariscos e crustáceos, coloca em risco a saúde de pescadores e pescadoras artesanais e da população que se alimenta do pescado, principalmente no litoral nordestino.

Os pescadores e pescadoras artesanais denunciam, que desde o final de agosto, o óleo tem avançado em diversas praias do litoral nordestino, causando preocupações nas comunidades e afetando a atividade pesqueira. A presença de peixes e crustáceos mortos, queimaduras em pele, perda de redes de pesca comprovam a gravidade do crime provocado pelo derramamento.

Diversas iniciativas de denúncias a órgãos públicos, nas mídias locais foram realizadas, mas até o momento não obtiveram retorno. Não foram tomadas medidas eficazes pelo poder público para conter o avanço do óleo sobre o mar, ecossistemas costeiros e aos territórios pesqueiros.

Repudiamos a omissão por parte do governo que só acionou o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo, existente desde 2013, após 41 dias das primeiras ocorrências. Também não foi realizada escuta dos pescadores e pescadoras, ao contrário, estes foram expostos aos riscos de contaminação. Como também, não tem divulgado com transparência as informações em relação ao caso, inclusive sobre a origem do óleo e punição dos responsáveis.

É preciso que se escute e considere a percepção das pessoas que estão nos territórios em todo o processo de construção de medidas a serem tomadas, bem como colocar a disposição dos pescadores e pescadoras as estruturas necessárias e organizacionais para responder aos impactos nas comunidades. Além de construir e estabelecer medidas que respondam às diversas realidades. As medidas apresentadas pelo governo, a exemplo do adiamento do seguro defeso, não correspondem à gravidade da situação.

Reivindicamos que se faça o acompanhamento e monitoramento médico dos pescadores/as e todas as pessoas que tiveram contato direto com o óleo. O mesmo para a saúde do ambiente impactado, pois a poluição química vai perdurar por muito tempo em um processo longo e lento de degradação do ambiente. É preciso o monitoramento das regiões atingidas, com análise constante sobre os territórios impactados, para impedir que as vidas estejam em risco nas zonas contaminadas.

Causa profunda preocupação a nós e às diversas comunidades pesqueiras, a situação dos manguezais e áreas de corais que estão ameaçadas. É necessário considerar a diversidade e a sensibilidade de cada ecossistema costeiro e marinho, essas são necessariamente, zonas que devem ser prioritárias de ações de contenção do óleo.

Estamos junto aos diversos povos e comunidades tradicionais no enfrentamento às injustiças ambientais e ao racismo ambiental que sacrificam as comunidades em nome de projetos econômicos que desconsideram os seus modos de ser, existir e fazer. A vida que acontece nos territórios tradicionais pesqueiros não está à venda e nem à disposição dos projetos de morte do capital.

Nossa ação pastoral é profundamente engajada e comprometida com o projeto de Jesus, que defende a vida em abundância (Jo. 10,10). Estamos em sintonia com nossa casa comum, a biodiversidade e vida que acontece nos territórios das comunidades tradicionais pesqueiras. Assumimos nosso compromisso profético de denunciar todas as formas de violência, violação de direitos e injustiças ambientais contra a vida e anunciar as resistências que acontecem entre nós na construção do Bem Viver.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP

Olinda, 26 de outubro de 2019.

CARTA DO CONGRESSO DE 50 ANOS DO CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES

“Avancem para águas mais profundas e lancem as redes para a pesca.” (Lc. 5,4)



Fonte: <http://cppnacional.org.br/>. Fotos: Thomas Bauer

Na beira do Rio Guamá, em Belém do Pará, entre os dias 21 e 23 de maio de 2019, realizamos o Congresso de 50 Anos do CPP: Celebrar a Resistência e Profetizar a Esperança. Na Baía da Esperança, Agentes de Pastoral do CPP, Pescadoras e Pescadores Artesanais, Pastorais Sociais do Campo e organizações parceiras nacionais e internacionais renovaram o compromisso profético com o projeto do Cristo Libertador e com as lutas dos pescadores e pescadoras. Fizemos memória de nossa história, lançamos um olhar crítico sobre nossa realidade e apontamos caminhos para testemunhar nossa fidelidade ao Deus da vida e seu projeto de justiça.

Nossa história é atravessada pelos processos de colonização, pautados na máxima exploração da natureza e da vida humana, sobretudo dos povos originários e do povo negro. Nesse momento, navegamos em águas ainda mais turbulentas, onde o desmonte de todas as políticas ligadas às áreas mais essenciais à vida da população, aprofunda o processo de exploração, perseguição, criminalização e morte.

Desde 2016, com o golpe político-jurídico-midiático, em especial com as eleições de 2018, vivenciamos um crescimento de discursos e práticas ultraliberais, de ameaça à democracia e aos direitos humanos. Os direitos sociais, culturais e ambientais conquistados com a Constituição de 1988 têm sofrido cada vez mais ataques, levando a sua desestruturação, com o desmonte dos direitos trabalhistas, os cortes de recursos para Educação, as Medidas Provisórias 870 e 871 de 2019 e a Reforma da Previdência, que retira direitos dos pescadores e pescadoras e entrega a aposentadoria do povo brasileiro nas mãos do capital financeiro.

A estagnação e o desmonte das políticas ambientais e de regularização dos territórios põe em risco os bens comuns, aumenta a violência contra as lideranças e as comunidades em conflito com grandes empreendimentos do agro e hidro negócio. O pensamento conservador ganha força, disseminando ódio e a violência contra mulheres, LGBTQI+, negros, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Sem propor projetos para enfrentamento das desigualdades estruturais, o governo libera porte de armas, num cenário de grilagens e intensos conflitos fundiários, estimulando mais violência e assassinatos de quem luta pelo direito à terra e ao território no campo, nas florestas e nas águas. Todas essas medidas aprofundam a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras, as desigualdades de gênero e geram extermínio da diversidade e dos povos e

comunidades tradicionais do nosso país. A Casa Comum está sob ameaça pela ganância dos ricos. Seus grandes projetos provocam a morte das nossas matas, dos nossos rios e dos povos das águas, transformando esses territórios em zonas de sacrifícios em nome do lucro.

Esse contexto nos provoca profunda indignação. Somos frutos da Igreja popular, da tradição comunitária, da renovação da Igreja no Concílio Vaticano II, com o rosto latino americanizado nas conferências de Medellín, Puebla e tantas outras. Na vivência das Comunidades Eclesiais de Base foi possível crescer no serviço aos pobres, na espiritualidade libertadora e na consciência revolucionária, alimentados pela força transformadora do evangelho de Jesus. A tradição cristã das primeiras comunidades nos move para abolir a divisão e acolher a diversidade dos modos de ser, fazer e acreditar. Fazemos memória da tradição macro ecumênica de nossa história e assumimos a responsabilidade de seguir nesse caminho.

Aprendemos com Frei Alfredo, que é no ato da escuta e da vivência com os pescadores e pescadoras que o projeto evangélico de Jesus vai ganhando vida. Reconhecemos a presença do Cristo na lida dos homens e mulheres das águas. Assumimos a tarefa profética de Celebrar a Memória das lutas e Profetizar a esperança na vida, cultivando a mística da presença no MEIO do povo. Acreditamos que a sabedoria ancestral possibilita encontrar novos caminhos para a terra sem males. É missão do CPP contribuir na escrita coletiva da liberdade, sendo a educação popular parte da nossa pedagogia e do nosso fazer cotidiano. Os saberes, a cultura e a cosmovisão dos povos e comunidades tradicionais apontam caminhos para processos coletivos de descolonização e de retomada dos diversos conhecimentos produzidos no chão das comunidades. O nosso modo de ser e fazer pastoral passa pela conversa e a escuta atenta nas praias, barrancos, açudes, lagoas e barragens, enquanto geografias que desafiam os projetos de morte. Nossa fé se renova no trabalho de base, nas celebrações e canções de liberdade.

Renovamos o nosso compromisso para enfrentar a colonialidade do poder, saber e ser; de construir uma ação pastoral que garanta a equidade de gênero e respeite a diversidade afetiva; combater as diversas violações de direitos humanos e socioambientais e a defesa do território tradicional; perceber o rosto jovem que pulsa em nossos territórios na defesa das comunidades pesqueiras; aprimorar os processos de autogestão dos territórios junto com as comunidades, articulando as lutas urbanas numa aliança campo e cidade; fortalecer a economia solidária na construção do Bem Viver para a garantia dos meios de vida; ampliar o serviço pastoral nesta imensa socio biodiversidade de águas e povos tradicionais da Amazônia e estar abertos para os gritos dos povos nos outros biomas; refletir junto aos movimentos de pescadores e pescadoras sobre os valores da luta coletiva, de organização a partir da base, de direção coletiva e renovação de lideranças.

O sínodo da Amazônia, que se aproxima, nos chama para a renovação do compromisso cristão. Num contexto da globalização é preciso agir em escala local, regional, nacional e internacional, dando visibilidade às violações e lutas. Nestes tempos de morte, onde os direitos dos povos estão sendo mercantilizados e retirados, não podemos nos omitir ou recuar. Iluminados pela força do evangelho de Jesus, somos chamados a avançar, encontrar o sentido mais profundo de nossa utopia, não temer, ir para águas mais profundas e lançar as redes para a pesca.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES - CPP

Belém, 23 de maio de 2019.